

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E  
GEOCIÊNCIAS**

**O EMERGIR DE UM NOVO TERRITÓRIO  
CAMPONÊS: CONQUISTAS E TRANSFORMAÇÕES  
NOS DOMÍNIOS DO LATIFÚNDIO – O CASO DE SÃO  
GABRIEL – RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Anderson Luiz Machado dos Santos**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

**O EMERGIR DE UM NOVO TERRITÓRIO CAMPONÊS:  
CONQUISTAS E TRANSFORMAÇÕES NOS DOMÍNIOS DO  
LATIFÚNDIO – O CASO DE SÃO GABRIEL – RS**

**Anderson Luiz Machado dos Santos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração, Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia.**

**Orientador: Prof. Dr. Cesar De David**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos , Anderson Luiz Machado dos  
O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio - O caso de São Gabriel -RS / Anderson Luiz Machado dos Santos .-2012.  
200 p.; 30cm

Orientador: Cesar De David  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2012

1. Geografia 2. Geografia Humana 3. Geografia Agrária 4. Produção do Espaço 5. Dinâmicas Territoriais  
I. De David , Cesar II. Título.

---

© 2012

Todos os direitos reservados a Anderson Luiz Machado dos Santos. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte. SANTOS, A. L. M. **O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio – O caso de São Gabriel – RS.** 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

**Contato:** andersonlm.santos@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Naturais e Exatas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**O EMERGIR DE UM NOVO TERRITÓRIO CAMPONÊS:  
CONQUISTAS E TRANSFORMAÇÕES NOS DOMÍNIOS DO  
LATIFÚNDIO – O CASO DE SÃO GABRIEL – RS**

elaborada por  
**Anderson Luiz Machado dos Santos**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Cesar De David, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Marta Inez Medeiros Marques Dra. (USP)**

---

**Christiane Senhorinha Soares Campos Dra. (UFSM)**

Santa Maria, 02 de Abril de 2012.

**- DEDICATÓRIA -**

---

*Dedico este trabalho ao meu avôzai, avô e pai,  
senhor Arivaldo de Oliveira Machado.  
Homem que aprendi a amar como meu verdadeiro pai,  
homem que esteve ao meu lado nos momentos de dificuldade e de alegria  
e que sem seu apoio jamais teria conseguido realizar mais este trabalho.*

## - AGRADECIMENTOS -

---

Ao professor Dr. Cesar De David pela dedicação, pela orientação de mais este trabalho, pelos saberes compartilhados e pela amizade construída nos últimos quatro anos em que trabalhamos juntos.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências da UFSM.

À professora Giancarla Salamoni (Dra. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas) pelas contribuições ao projeto de dissertação durante o Seminário do Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências da UFSM.

Às professoras Rosa Maria Vieira Medeiros (Dra. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Maria Catarina Chitolina Zanini (Dra. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria) pelas contribuições na banca de qualificação do projeto de dissertação.

Às professoras Marta Inez Medeiros Marques (Dra. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo) e Cristiane Senhorinha Soares Campos (Dra. Departamento de Administração e Economia do Centro de Educação Superior Norte-RS/CESNORS-UFSM) pela análise e contribuições ao trabalho final de dissertação.

Aos colegas do Curso de Mestrado em Geografia, em especial a colega Ananda de Carvalho, companheira de várias lutas e momentos de reflexão.

Aos membros do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) pela amizade e aprendizado coletivo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Aos membros da Equipe que presta Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos assentamentos de São Gabriel e região, pela compreensão e auxílio para a realização dos trabalhos de campo.

Às famílias assentadas em São Gabriel pela compreensão, receptividade e disponibilidade de participar desta pesquisa. .

Ao meu amigo e camarada Marco Costa e minha amiga Milene Barazutti pela ajuda na transcrição das entrevistas.

A amiga e professora de letras Greice Folk pela revisão ortográfica e gramatical deste trabalho.

Aos amigos e amigas com os quais convivi mais intensamente nestes últimos dois anos, em especial ao camarada Cleber Montticelli Petró e a amiga Ronilda Silveira, pelas reflexões, por partilharmos angústias e projetos de futuro, bem como pelos momentos de diversão.

Aos meus familiares pelo apoio e carinho em mais esta etapa de minha formação profissional, em especial a Serlene Rosalino Machado, Ariovaldo de Oliveira Machado, Beatriz Ribeiro Machado e Alecssandra Rosalino Machado.

Esta é a Terra nossa:  
a Liberdade,  
humanos!

Esta é a Terra nossa:  
a de todos,  
irmãos!

A Terra dos Homens  
que caminham por ela,  
pé descalço e pobre.  
Que nela nascem, dela,  
para crescer com ela,  
como troncos de Espírito e de Carne.  
Que se enterram nela  
como sementeira  
de Cinzas e de Espírito,  
para fazê-la fecunda como uma esposa  
mãe.  
Que se entregam a ela,  
cada dia,  
e a entregam a Deus e ao Universo,  
em pensamento e suor,  
em sua alegria,  
e em sua dor,  
com o olhar  
e com a enxada  
e com o verso...

Prostitutos cridos  
da mãe comum,  
seus malnascidos!

Malditas sejam  
as cercas vossas,  
as que vos cercam  
por dentro,  
gordos,  
sós,  
como porcos cervados,  
fechando.  
Com seu arame e seus títulos,  
fora de vosso amor,  
aos irmãos!  
(Fora de seus direitos,  
seus filhos  
e seus prantos  
e seus mortos,  
seus braços e seu arroz!)

Fechando-os  
fora dos irmãos  
e de Deus!

Malditas sejam  
todas as cercas!  
Malditas todas as  
propriedades privadas  
que nos privam  
de viver e de amar!  
Malditas sejam todas as leis,  
amanhadas por umas poucas mãos  
para ampararem cercas e bois  
e fazer a Terra, escrava  
e escravos os humanos!  
Outra é a Terra nossa, homens, todos!  
A humana Terra livre, irmãos!

(Terra nossa, liberdade. Dom Pedro  
Casaldáliga)

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O EMERGIR DE UM NOVO TERRITÓRIO CAMPONÊS: CONQUISTAS E TRANSFORMAÇÕES NOS DOMÍNIOS DO LATIFÚNDIO – O CASO DE SÃO GABRIEL – RS**

Autor: Anderson Luiz Machado dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Cesar De David

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 02 de Abril de 2012.

No limiar do século XXI a questão agrária se (re)significa no paradoxal movimento espaço-temporal em que está inserida. Um dos processos reveladores desse movimento diz respeito à criação e recriação do campesinato. No âmbito do espaço rural brasileiro, os movimentos sociais populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desempenham um papel elementar para essa criação e recriação. Esse processo é marcado por conflitos, desde a luta pela terra, até a luta para viver e se reproduzir na terra conquistada. Assim, a questão agrária brasileira se circunscreve em um *campo de conflitos*, onde se desenvolve a disputa de territórios entre diferentes agentes: o campesinato, os latifundiários, os representantes do agronegócio e os aparelhos de Estado. No Rio Grande do Sul, na região da Campanha Gaúcha, tradicionalmente identificada com o domínio secular do latifúndio pecuarista, recentemente convertida em espaço de expansão do agronegócio, encontra-se um dos *locus* dessa disputa. Um dos espaços-tempo onde esse processo tornou-se emblemático é o município de São Gabriel. Nesse espaço-tempo, em sua luta para se espacializar e se territorializar, o MST obteve conquistas como a formação dos assentamentos rurais, por outro lado, os sujeitos que vivenciam a luta pela e na terra sofrem constantemente diferentes formas de violência. Esta pesquisa objetiva compreender as principais transformações produzidas no espaço rural de São Gabriel, a partir da luta pela e na terra vivenciada por famílias organizadas pelo MST. A análise da questão é conduzida sob a perspectiva em que o espaço geográfico é considerado em sua historicidade e totalidade, em movimento de relações. Na busca por desenvolver uma pesquisa qualitativa articulam-se dois planos: o teórico e o empírico, por meio dos quais se percorre do intuitivo empírico à abstração teórica e vice-versa, para aproximar-se sucessivamente do objeto da análise e restituí-lo enquanto síntese de múltiplas dimensões. A partir desses procedimentos metodológicos foi possível compreender, em decorrência de processos sociais, como a nova relação que as famílias estabelecem com a terra nos assentamentos conquistados, as relações de trabalho, a cultura política de organização e participação, bem como as diferentes estratégias traçadas para o desenvolvimento dos assentamentos, modificam as formas, as funções e a estrutura do espaço geográfico. Também, esses sujeitos desenvolvem uma territorialidade ativa que contribui para a transformação das relações de poder e da cultura política local. Na medida em que se reterritorializam no espaço, os sujeitos reinventam seu modo de vida e passam a partilhar de uma posição de classe subalterna na trama das relações de poder inerentes à disputa territorial. Ao enfrentar os dilemas da subalternidade, elaboram suas respostas e seus distintos projetos de futuro, num movimento de apropriação material e simbólica do espaço conquistado, que resulta na construção de um novo território, o território dos camponeses-assentados.

**Palavras-chave:** capitalismo, campesinato, espaço, território.



## ABSTRACT

Dissertation of Master's degree  
Program of Master's degree in Geography and Geosciences  
Federal University of Santa Maria

### **THE EMERGENCE OF A NEW PEASANT TERRITORY: ACHIEVEMENTS AND CHANGES IN THE AREAS OF LATIFUNDIA – THE CASE OF SÃO GABRIEL - RS**

Author: Anderson Luiz Machado dos Santos

Adviser: Prof. Dr. Cesar De David

Place and Date of Defense: Santa Maria, April 02, 2012.

On the threshold of XXI century the agrarian issue (re)means itself in the paradoxical movement in space and time in which is inserted. One of the revelatory processes of this movement relates to the creation and recreation of the peasantry. Within the rural areas of Brazil, the popular social movements, such as the Movement of Landless Workers (MLW), play an elemental role for this creation and recreation. This process is marked by conflicts, since the struggle for land, until the fight to live and reproduce in the conquered land. Thus, the agrarian issue it is limited in a *field of conflicts*, where it develops a territory dispute between different actors: the peasants, landowners, agribusiness representatives and the state apparatus. In Rio Grande do Sul, region of Campanha Gaúcha, traditionally identified with the secular area of latifundia rancher, recently converted into space for the expansion of agribusiness, it is found a *locus* of this dispute. One of the space-time where this process has become emblematic is the municipality of São Gabriel. In this space-time, in their struggle to spatialize and territorialize themselves, the MLW obtained achievements such as the formation of rural settlements; on the other hand, the subjects who experienced the struggle for land constantly suffer different forms of violence. This research aims to understand the main changes produced in rural areas of São Gabriel, from the struggle for land and in the land experienced by the families organized by the MLW. The analysis of the issue is conducted from the perspective where the geographic space is considered in its historicity and totality, in movement of relations. Seeking to develop a qualitative research are articulated two research plans: the theoretical and the empirical, through which goes from the empirical intuitive to the theoretical abstraction and vice versa, to approach successively of the object of analysis and refunding it as synthesis of multiple dimensions. From these methodological procedures could be understood how, in consequence of social processes as the new relationship that the families have establish with the land in the conquered settlements, the labor relations, the political culture of the organization and participation, as well as different strategies designed to the development of settlements, are modified the forms, the functions and the structure of the geographic space. Also, these individuals develop an active territoriality that contributes to the transformation of the power relations and the local political culture. Insofar as they reterritorialize themselves in the space, the individuals reinvent their way of life and begin to share a subordinate class position in the web of the power relations inherent to the territorial dispute. When faced with the dilemma of subalternity, they prepare their answers and their different plans for the future, in a movement of material and symbolic appropriation of the conquered space, which results in the construction of a new territory, the territory of the peasant-settlers.

**Keywords:** Capitalism, peasantry, space, territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização de São Gabriel na Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande Sul .....	18
Figura 2 - Mapa político-administrativo do município de São Gabriel – RS .....	37
Figura 3 – Croqui descritivo das linhas dos Tratados de 1750 e 1777 no contexto de formação do município de São Gabriel. ....	44
Figura 4 - Gráfico 1: Valor agregado da produção agropecuária de São Gabriel-RS entre 1939- 1970.....	59
Figura 5 - Gráfico 2: Dinâmica Demográfica de São Gabriel-RS entre 1940-2010.....	60
Figura 6 - Gráfico 3: Imóveis rurais e área ocupada em São Gabriel-RS - 2010.....	64
Figura 7 – Panfleto distribuído em São Gabriel em 19/06/2003 .....	84
Figura 8 - Mapa de Localização dos Assentamentos Rurais em São Gabriel formados entre 2008 – 2011. ....	90
Figura 9 – Ato Público do MST em agradecimento a conquista dos assentamentos em São Gabriel – Dezembro de 2008.....	118
Figura 10 - Imagem da ocupação da Fazenda Southall realizada em agosto de 2009.....	120
Figura 11 - Mosaico da paisagem em uma grande propriedade de São Gabriel. Fotos 1 e 2 - áreas típicas de pastagem, a foto 3 - lavoura de produção de soja, foto 3 - sede rústica de uma estâncias avaliadas pelo INCRA em 2008. ....	124
Figura 12- Croqui da Divisão dos Lotes no Projeto de Assentamento Fazenda São Paulo I – Assentamento União Pela Terra. ....	126
Figura 13 - Habitações nos Assentamentos União Pela Terra (1), Itaguaçu (2), Zambeze (3) e Cristo Rei (3). ....	127
Figura 14- Barraco de lona onde vive uma das famílias no Assentamento Cristo Rei.....	128
Figura 15- Coleta da produção de leite no Assentamento Zambeze.....	130
Figura 16 - Área de várzea destinada à produção de arroz agroecológico no Assentamento Madre Terra.....	131
Figura 17 - Mosaico da paisagem nos assentamentos rurais de São Gabriel. ....	133
Figura 18 – Mapa dos Fluxos de Reterritorialização das Famílias Sem Terra em Direção a São Gabriel-RS.....	141
Figura 19 - Estilo Arquitetônico das casas e presença da criação ovina no Assentamento Itaguaçu.....	145
Figura 20 - Área de Preservação Permanente no Assentamento Itaguaçu.....	147
Figura 21- Queimada no Assentamento Itaguaçu.....	150
Figura 22 - Quadro síntese de relatos sobre o trabalho fora da terra .....	153
Figura 23 - Sede do Assentamento Madre Terra onde as famílias assentadas pretendem construir um Salão Comunitário .....	155
Figura 24 - Situação das Estradas no Assentamento Itaguaçu .....	159
Figura 25 - Quadro sobre a formação da racionalidade econômica entre os camponeses-assentados.....	163
Figura 26 - Projeto de sistema agroflorestal em um lote do Assentamento Itaguaçu.....	171

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Estrutura Fundiária do Município de São Gabriel - 2010 .....	63
Tabela 2 - Perfil dos imóveis rurais avaliados pelo INCRA em São Gabriel - RS .....	123
Tabela 3 - Projetos de Assentamentos: N° de Famílias e Média dos Lotes .....	125

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALL	América Latina Logística
APP	Área de Preservação Permanente
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
COPERFORTE	Cooperativa dos Assentamentos de Santana do Livramento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER- RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Federação de Economia de Estatística do Rio Grande do Sul
HA	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
RS	Rio Grande do Sul
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TDA	Títulos da Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo

## **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

Apêndice A - Relatório de Entrevistas .....	193
Apêndice B - Roteiros de Entrevistas .....	194

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
A problemática da pesquisa: questões norteadoras e objetivos.....	16
A perspectiva teórico-metodológica do pesquisador: nas trilhas da renovação crítica em geografia.....	19
Os procedimentos metodológicos e a relação pesquisador-pesquisado.....	27
Do método de investigação ao método de exposição dos resultados .....	33
<b>- CAPÍTULO I -</b> .....	36
<b>NAS FRONTEIRAS DO BRASIL MERIDIONAL: A ONTOLOGIA REGIONAL E O DOMÍNIO DO CAPITALISMO NO ESPAÇO RURAL DE SÃO GABRIEL</b> .....	36
<b>1.1 Sociedade e espaço no contexto da região da Campanha Gaúcha: em busca de uma ontologia</b> .....	39
1.1.1 São Gabriel no contexto regional.....	43
1.1.2 O cativo da terra e o bloco histórico no processo de consolidação regional.....	46
<b>1.2 Capitalismo e desenvolvimento geográfico desigual: elementos para uma interpretação</b> .....	50
1.2.1 O domínio do capitalismo nas fronteiras do Brasil Meridional: o espaço rural em questão.....	54
<b>- CAPÍTULO II -</b> .....	66
<b>TERRITÓRIOS EM DISPUTA: EXPRESSÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO GABRIEL</b> .....	66
<b>2.1 Do espaço ao território: as noções que substantivam a abordagem territorial</b> .....	67
2.1.1 Poder e classes sociais na dinâmica do Estado Integral .....	71
<b>2.2 A formação do campo dos conflitos agrários em São Gabriel: agentes, concepções, ações e projetos na trama da disputa territorial</b> .....	75
2.2.1 Entre concepções e ações: a trama da disputa territorial .....	77
<b>- CAPÍTULO III -</b> .....	89
<b>ENTRE CONQUISTAS E TRANSFORMAÇÕES: A GEOGRAFICIDADE QUE SE PROCESSA NA LUTA PELA E NA TERRA</b> .....	89
<b>3.1 Por uma geografia dos movimentos sociais: da geograficidade negligenciada às abordagens contemporâneas</b> .....	91
3.1.1 Entre a negligência e a consolidação: a conjuntura brasileira pós 1964, a geografia neopositivista e a virada para a geografia crítica.....	100
3.1.2 A renovação da geografia e a geografia agrária brasileira: o consolidar de uma temática.....	102
3.1.3 A geograficidade dos movimentos sociais rurais: as abordagens contemporâneas .....	107
<b>3.2 O processo de espacialização e territorialização do MST em São Gabriel: entre conquistas e transformações</b> .....	111
3.2.1 A conquista dos assentamentos rurais: o processo de obtenção de terras para reforma agrária e os novos conflitos .....	114
3.2.2 Das conquistas às transformações: a geograficidade que se processa na luta pela e na terra .....	121
<b>- CAPÍTULO IV -</b> .....	135
<b>O EMERGIR DE UM NOVO TERRITÓRIO CAMPONÊS: A REIVENÇÃO DO MODO DE VIDA, OS DILEMAS DA POSIÇÃO DE CLASSE E OS PROJETOS DE FUTURO</b> .....	135
<b>4.1 Entre a reinvenção do modo de vida e a posição de classe camponesa: o papel do <i>habitus</i> no processo de reterritorialização dos sujeitos</b> .....	136
4.1.1 <i>Habitus</i> e reterritorialização.....	139

<b>4.2. A luta para construir o território camponês: a reinvenção do modo de vida, os dilemas da posição de classe e os projetos de futuro</b> .....	143
4.2.2 Os dilemas da posição de classe subalterna.....	157
4.2.3 As respostas dos camponeses-assentados: momentos e dimensões de sua formação de classe .....	161
4.2.4 Os projetos de futuro que se delineiam na construção do território camponês .....	167
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	172
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	178

## INTRODUÇÃO

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singela.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente:  
Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,  
Pois em tempo de desordem sangrenta,  
De confusão organizada, de arbitrariedade consciente,  
De humanidade desumanizada,  
Nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.  
(Bertolt Brecht)*

No limiar do século XXI, o impacto do capitalismo na produção do espaço rural brasileiro se traduz em uma realidade contraditória. Novos processos emergem ao mesmo tempo em que questões estruturais se mantêm e se redefinem. Fenômenos como o estágio contemporâneo de globalização, a hegemonia do capital financeiro, a emergência de novas conflitualidades na esfera da luta política, social e cultural, configuram-se como processos recentes, que se desenvolvem no tempo e se empiricizam nesse espaço, remodelando-o. Assim, o espaço rural torna-se cada vez mais contingente no que Harvey (2004) conceitua como desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

Neste contexto, a questão agrária - concebida enquanto um dos problemas estruturais do capitalismo no Brasil e no mundo - assume novas configurações, oriundas do paradoxo do movimento espaço-temporal em que está inserida. Nesses termos, segundo Fernandes (2006), a questão agrária é composta pela contradição e pelo paradoxo. A contradição situa-se na estrutura do sistema capitalista, que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza. O paradoxo encontra-se no movimento da questão agrária, revelando a conflitualidade e o desenvolvimento através de relações sociais distintas que constroem diferentes territórios em confronto constante.

Dentre os processos que revelam a natureza contraditória do capitalismo e o movimento da questão agrária, situa-se o que Shanin (2008) caracteriza como criação e recriação do campesinato, no qual pessoas que não são camponesas, ou que são camponeses sem terra, têm acesso à terra por meio de políticas de redistribuição fundiária. Há como papel elementar nessa criação e recriação camponesa, a luta pela e na terra, protagonizada por diversos movimentos sociais rurais, bem como a capacidade das comunidades camponesas em



se inserir e reproduzir sua existência nos contextos controversos do modo de produção capitalista, nos quais, em decorrência da expansão das relações capitalistas de produção, tenderiam a levar à sua desintegração e desaparecimento, como os clássicos Kautsky (1898/1980) e Lênin (1899/ 1982) apontavam.

Portanto, neste início de século XXI, faz-se necessário compreender o campesinato em sua diversidade de origens e multiplicidade de formas, enquanto sujeitos do presente. Trata-se, pois, de submeter à análise crítica, as condições que permitem a reprodução de sua existência, em uma época histórica de hegemonia do capitalismo, a qual lhes impõe a pecha da invisibilidade e da subalternidade. Trata-se de compreender a posição ambígua que o campesinato ocupa no capitalismo, na qual se encontra integrado e marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo (MARQUES, 2008). Mas não de maneira contemplativa e metafísica, e sim com vistas a contribuir para a superação dessa situação.

A partir de tais premissas, procurou-se desenvolver esta investigação científica, cujas questões norteadoras e cujos objetivos foram elaborados tomando como referência a ciência geográfica, de um modo geral, e a geografia agrária, de modo particular. Contudo, na busca por compreender a problemática levantada, se reconhece como imprescindível superar as fronteiras da divisão disciplinar vigente na práxis acadêmica. Por isso, recorreu-se a diferentes teorias no âmbito das ciências humanas, bem como aos saberes dos sujeitos cujas dinâmicas se propõe compreender.

### **A problemática da pesquisa: questões norteadoras e objetivos**

O protagonismo dos movimentos sociais vigentes no espaço rural desempenha papel fundamental na formação do campesinato brasileiro, haja vista que no Brasil o campesinato “quer entrar na terra, que ao ser expulso, com freqüência retorna à terra, mesmo que seja distante da qual saiu” (MARTINS, 1995 p.16). Trata-se de uma distinção singular em relação a outras formações sociais, a qual denota as particularidades nas contradições do capitalismo nesse país. Nessa busca pelo “entrar na terra”, que permite a recriação camponesa, situa-se a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, em sua trajetória, ao realizar ocupações e conquistar assentamentos rurais, tendo como horizonte estratégico a reforma agrária e a transformação da sociedade capitalista, territorializa-se no campo brasileiro (FERNANDES, 1996).

Perante o movimento contraditório do qual fazem parte capitalismo e campesinato, emergem os conflitos dos camponeses organizados em movimentos sociais como o MST, com os tradicionais latifundiários, com os capitalistas do campo e da cidade, com o Estado. Trata-se da formação de um *campo de conflitos*<sup>1</sup> ao qual a questão agrária se circunscreve. Os efeitos dos embates estabelecidos em seu interior se fazem sentir nas múltiplas dimensões da vida em sociedade, revelando uma disputa por territórios entre o campesinato, os latifundiários e o agronegócio, na dinâmica política do Estado.

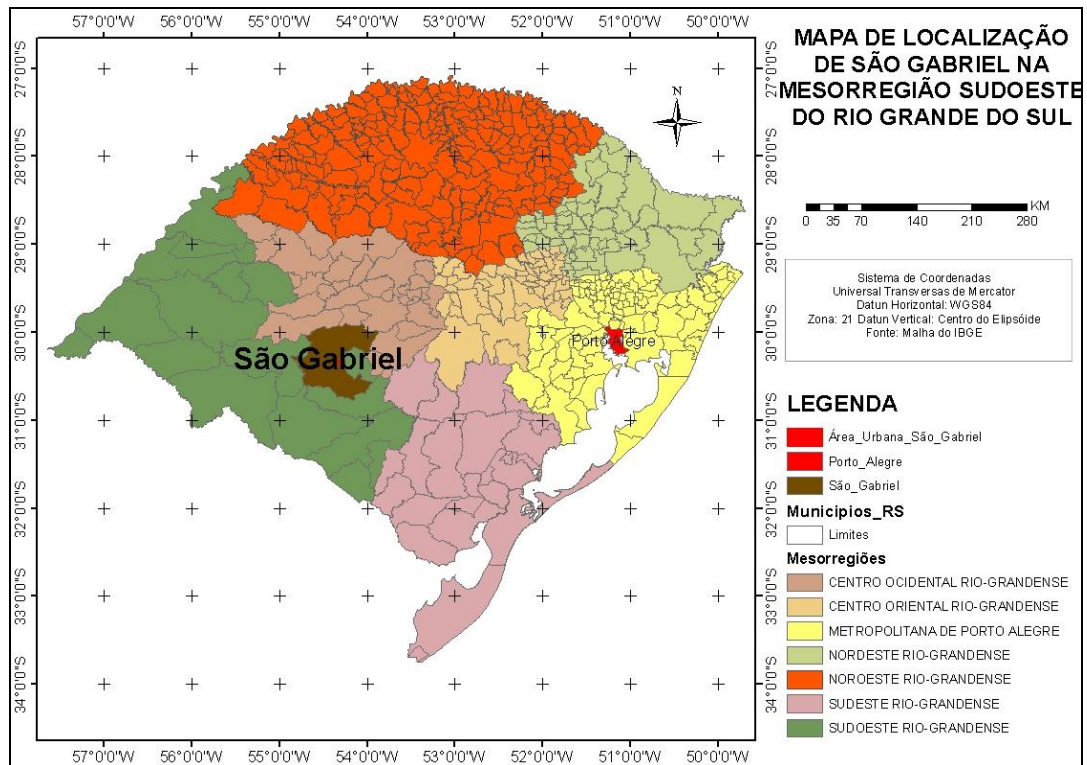
No Rio Grande do Sul, na denominada região da Campanha Gaúcha (mesorregião geográfica do sudoeste do Rio Grande do Sul), espaço tradicionalmente identificado como de domínio secular do tradicional latifúndio pecuarista e, mais recentemente, convertido em espaço de emergência do agronegócio, encontra-se um *locus* dessa disputa, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, momento a partir do qual o MST passou a intensificar a luta pela terra na região.

Um dos espaços-tempo onde esse processo tornou-se emblemático é o município de São Gabriel, que se situa na porção central da referida região (Figura 1). No mesmo, ao emergir a luta pela terra protagonizada pelo MST, emergiu a reação das classes dominantes na defesa de seus territórios. Os aparelhos de Estado (aparato judicial, legislativo, executivo e militar) passaram a ser tensionados por ambas as partes, instituindo-se uma conflitualidade reveladora do *campo* no qual a questão agrária se insere. Essa conflitualidade instaurou-se inicialmente em torno da desapropriação da fazenda Southall, uma das grandes propriedades de São Gabriel, quando, em 2003, após a vitória realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), considerou-se a propriedade de 13.400 hectares como improdutivo.

A partir de então se desenvolveram diversos embates entre o MST, os movimentos das classes dominantes e o Estado. Neste processo, o MST conseguiu produzir uma crise de hegemonia nos domínios do latifúndio e do agronegócio que resultou na conquista de sete assentamentos rurais em São Gabriel, que totalizam uma área de aproximadamente 12.625 mil hectares de terra, nos quais mais de 600 famílias conquistaram um pedaço de terra para estabelecer suas dinâmicas de reprodução social.

---

<sup>1</sup> A noção de *campo de conflitos* será desenvolvida no capítulo 2 desta dissertação, tomando como referência a teoria do espaço social de Pierre Bourdieu (2005).



**Figura 1** - Mapa de localização de São Gabriel na Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande Sul

**Fonte:** FEE (2011)

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Após essas conquistas, a luta continuaram. Na disputa com o latifúndio e com o agronegócio, o MST ocupou a parte não desapropriada da fazenda Southall e posteriormente outra grande propriedade, a fazenda Antoniazzi. No primeiro processo, o assassinato de um camponês sem terra pela polícia militar, no momento da desocupação da área, revelava a proporção dos conflitos agrários em São Gabriel. Também, com a formação dos assentamentos, a luta assume um novo sentido, convertendo-se em uma busca para viver e se reproduzir na terra conquistada.

É no questionamento do processo que levou a formação dos referidos assentamentos rurais, bem como no questionamento das novas dinâmicas e conflitos que emergem após a conquista dos mesmos, que se estruturou o problema dessa pesquisa. Ao situar esses conflitos como inerentes ao movimento de espacialização e territorialização do MST, estabeleceu-se como questão norteadora a seguinte pergunta: quais transformações espaciais foram produzidas pela espacialização e territorialização do MST no processo de luta pela e na terra?

Essa questão guia a investigação dos elementos presentes tanto nas relações sociais das famílias assentadas entre si e com a natureza, quanto na relação com a exterioridade dos

assentamentos, que permitem identificar um processo de transformação na produção do espaço em questão. Ao mesmo tempo, procura-se investigar também os dilemas que limitam o processo de transformações.

Com esses questionamentos, essa investigação visa contribuir para o resgate do processo de luta vivenciado pelas famílias assentadas em São Gabriel; para desmistificação das visões construídas por setores da sociedade civil, a respeito do modo de vida das mesmas; para a sensibilização das agências estatais, com vistas a que se destinem políticas públicas que contribuam para a reprodução social das famílias assentadas em São Gabriel. Visa também contribuir ao desenvolvimento de uma geografia agrária que incorpore em sua ação-reflexão as vozes das classes sociais subalternizadas, muitas vezes ocultadas pelo discurso científico.

Em síntese, o objetivo central dessa pesquisa reside em compreender as principais transformações produzidas no espaço rural de São Gabriel, a partir da luta pela e na terra vivenciada pelas famílias organizadas no MST, na perspectiva de que as dinâmicas estabelecidas por esse sujeitos possibilitam o emergir de um novo território, num espaço rural e numa sociedade regional marcada pelo domínio secular do latifúndio pecuarista, e, mais recentemente pela emergência do agronegócio, enquanto estratégias de reprodução da aliança entre capital e propriedade vigente no curso do domínio capitalista na formação social brasileira. Compreendendo esse emergir como um processo no qual se projeta a perspectiva de desenvolver o espaço rural e a sociedade de São Gabriel, a partir de um modelo distinto do até então construído pelo *establishment*.<sup>2</sup>

### **A perspectiva teórico-metodológica do pesquisador: nas trilhas da renovação crítica em geografia**

Toda investigação científica pressupõe um olhar sobre determinada perspectiva teórico-metodológica, pois esta questão diz respeito ao compromisso que o pesquisador assume para delinear os caminhos e as trilhas do processo investigativo. Por sua vez, a

---

<sup>2</sup> De acordo com Neiburg (2000) as palavras *establishment* e *established* são utilizadas na língua inglesa, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor; uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência que fundam seu poder no fato de ser um modelo moral para os outros.

escolha é resultado da postura filosófica e ideológica do pesquisador em relação à estrutura social na qual está inserido<sup>3</sup>. Nesse sentido,

[...] a relação entre a estrutura social e as formas de consciência é seminalmente importante. Isso porque a estrutura social efetivamente dada constitui o quadro e o horizonte gerais nos quais os pensadores particulares, em todos os campos do estudo social e filosófico, estão situados e em relação aos quais tem de definir sua concepção de mundo. (MÉZÁROS, 2009, p.17)

Este *a priori* nos conduz a refutar o princípio da neutralidade axiológica e a trabalhar em uma perspectiva crítica em relação às estruturas socialmente construídas.

O significado dessa postura crítica reside fundamentalmente em não aceitar nada como coisa natural, reside no questionamento daquilo que parece mais trivial, parafraseando Brecht (1898-1956) em seu poema *Elogio da Dialética*. Assim, busca-se retomar o questionamento de Horkheimer (1980) ao pensamento dominante de sua época, o qual, em sua concepção, conduzia o indivíduo a aceitar naturalmente como preestabelecidas as determinações básicas de sua existência e esforçar-se para preenchê-la. Por sua vez, o pensamento crítico é aquele que não confia de forma alguma nessa diretriz e, ao considerar o ser na totalidade das relações em que está inserido, traz a intencionalidade de ultrapassar os limites da práxis social dominante.

A partir dessa postura, procuramos situar nosso pensamento dentro do quadro epistemológico da ciência geográfica moderna, com vistas a restituir sua visão crítica da sociedade mediante as categorias analíticas essenciais que formam sua ontologia, entendendo por quadro epistemológico a relação entre a dimensão filosófica e os padrões de teoria e método que se constituem em uma ciência. (MOREIRA, 2010)

No âmbito da geografia mundial e brasileira, esse quadro epistemológico tem suas origens - como ponderam Santos (2002) e Oliveira (2004) - em três matrizes filosóficas fundamentais: o positivismo, o historicismo e a dialética, que estão na base dos principistas<sup>4</sup> da geografia, como Ratzel, La Blache, Brunhes e Reclus. Ainda conforme Oliveira (2004) e Suertegaray (2005), é importante reconhecer que a partir da virada crítica da geografia na década de 1970 se soma a estas matrizes a contribuição da fenomenologia e da filosofia pós-estruturalista.

---

<sup>3</sup> A partir dessa premissa, justifica-se a conjugação verbal em primeira pessoa em partes desta introdução, no sentido de explicitar a postura do pesquisador diante das questões que procura problematizar.

<sup>4</sup> Para Santos (2002) principistas foram os responsáveis por construir os princípios gerais que constituem a geografia enquanto ciência moderna.

Entretanto, é na matriz filosófica da dialética que encontramos as premissas de uma visão crítica elaborada pelo pensamento geográfico. Sob tal influência o geógrafo francês Élisée Reclus (1830-1905) procurou sistematizar uma geografia histórica e social, em que as relações homem e natureza são concebidas como indissociáveis, haja vista que o homem é em sua concepção, “a natureza adquirindo consciência de si mesma” (RECLUS, 1905/1985). Nessa relação metabólica, o meio-tempo e o meio-espaço transformam-se mutuamente, de acordo com as diferentes realidades históricas. Concepções que se fazem presentes nos textos das obras como *L’homme et la Terre* de 1905 e *La Terre: description des phénomènes de la vie du globe* de 1869<sup>5</sup>.

Nesses trabalhos, o geógrafo adepto dos ideais libertários, afirma que a geografia histórica e social deve considerar como primeira categoria o fato histórico do desenvolvimento desigual dos indivíduos e das sociedades, que resulta na formação de classes sociais, ou castas, não só diferentes como também opostas em interesses e tendências. O segundo fato coletivo a ser levado em consideração diz respeito à ruptura do equilíbrio entre os indivíduos e as classes sociais, que conduz às oscilações no desenvolvimento histórico. O terceiro aspecto relativo ao estudo do homem na terra reside no fato de que,

[...] em todas as idades e em todas as regiões, nos confirma que qualquer evolução na existência dos povos só pode ser criada pelo esforço individual. É na pessoa humana, elemento primário da sociedade, que é preciso procurar o choque impulsivo do meio, destinado a se traduzir em ações voluntárias para difundir as idéias e participar nas obras que modificarão o feitio das nações. (RECLUS, 1905/1985, p.40).

Assim, a luta de classes, a procura do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, compõem três ordens de fatos reveladores de uma geografia social, no pensamento de Reclus (1905/1985).

A partir do desenvolvimento do indivíduo, seria possível constituir uma sociedade livre, pois “é do homem que nasce a vontade criadora que constrói e reconstrói o mundo” (RECLUS, 1905/1985 p.40). Dessa forma, Reclus concebe que são os indivíduos os responsáveis pelo movimento da história, que, ao agirem sobre o mundo, transformam-no. Inserindo a concepção de que na definição do espaço geográfico é necessário considerar que há uma composição entre meio dinâmico e meio estático; em que o primeiro decorre da marcha das sociedades, composta por uma multiplicidade de fenômenos ativos; e o segundo pertence à natureza exterior, que corresponde ao ambiente propriamente dito, cujas forças

---

<sup>5</sup> Esses textos estão organizados na obra de Andrade (1985). In: ANDRADE, M. C. (org.) **Élisée Reclus: Geografia**. Coleção Grande Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985.

preponderantes são difíceis de reconhecer. É a partir da associação destas categorias, que Reclus (1905/1985) procura conceituar e compreender a complexidade do espaço geográfico.

Outro aspecto fundamental de sua contribuição à ciência geográfica reside na quebra do princípio da neutralidade axiológica vigente tanto na vertente positivista quanto historicista da geografia moderna, pois, em Reclus, o geógrafo e o cidadão se confluem em um único homem, como aponta Andrade (1985). Entretanto, o geógrafo libertário não escapou ao seu tempo, principalmente no que diz respeito aos procedimentos metodológicos da geografia. Desta forma mantém a perspectiva da observação e descrição dos fenômenos empíricos, questão comum à ciência geográfica emergente no seu tempo.

Não obstante, em que pesem as divergências e distinções do pensamento de Reclus em relação aos principais representantes do movimento de retomada do pensamento dialético na modernidade, como Marx e Engels, Reclus tornou possível o encontro do pensamento geográfico com o pensamento dialético, não apenas em decorrência de sua posição crítica em relação à sociedade em que estava inserido, mas também pela visão crítica embasada nos princípios filosóficos do pensamento dialético, como a totalidade, a historicidade, o movimento e a transformação. Assim, vemos em Reclus o nascimento da crítica societal na geografia moderna. Como afirma Moreira (2010a, p.24), “Reclus antecipa a geografia de tom social e político que veremos surgir na Geografia mundial e brasileira na década de 1970”.

Remetemo-nos ao pensamento desse geógrafo que, como situa Moreira (2010a), está entre os que formam as matrizes clássicas e originárias da geografia moderna, com vistas a recolocar em debate uma visão de ontologia do espaço geográfico baseada nos princípios dialéticos de totalidade e totalização, historicidade, movimento e transformação, a partir da qual estabelecemos as categorias analíticas para responder aos objetivos desta pesquisa. Portanto, nossa perspectiva não é apenas reafirmar um caráter de crítica social presente no pensamento geográfico, mas encontrar dentro do próprio movimento deste pensamento, em sua mediação com a realidade concreta, elementos para a renovação da crítica em geografia neste limiar de século XXI.

Neste sentido, compreende-se que as noções de totalidade e totalização se impõem para a revitalização de um pensamento crítico em geografia. A noção de totalidade foi o eixo estruturante das matrizes clássicas da geografia moderna. Uma totalidade que considerava,

[...] o duplo da relação que o homem em sociedade estabelece de um lado com a natureza e de outro com o espaço. Um fio condutor das ações que ora se exprime como primado da relação sociedade-natureza (homem-meio), ora como da relação sociedade-espaço (homem-espaço). E que tem o homem como o ponto comum. (MOREIRA, 2010a, p.154)

Entretanto, segundo Moreira (2010a), Reclus trouxe um elemento distintivo em relação aos demais principistas. Na sua visão, a relação sociedade-natureza é o plano processual da ação geográfica do homem, porque é conhecendo a natureza que o homem conhece a si próprio. Essa consciência que brota da construção histórica do espaço é a relação sociedade-natureza se realizando e revelando o homem a si mesmo, através da relação sociedade-espaço.

Esta perspectiva da totalidade nos conduz a recuperar a noção de troca metabólica, para compreender o arranjo espacial de uma sociedade. Como aponta Marx (1867/1983, p.50) o trabalho “é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, da vida humana”. É através da troca metabólica oriunda do trabalho que concebemos a emergência dos diferentes arranjos espaciais. Nesse aspecto, a perspectiva de totalidade se distingue do modelo trabalhado por Santos (2008), que deposita na *técnica* o papel da troca metabólica homem-natureza e determina o arranjo do espaço ao longo do tempo; porém, a concepção de totalidade se aproxima do autor quando interpretou o movimento da totalidade a partir das categorias forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1978/2002).

Também, o significado da categoria totalidade nessa perspectiva não diz respeito à compreensão de todas as coisas e fenômenos, pois a realidade é sempre mais rica do que a visão pode alcançar. Porém, diz respeito a uma visão orgânica, que considera a ação recíproca entre todos os objetos e ações, que reconhece as interconexões e mediações que formam uma totalidade. Visão que nos remete à concepção de totalidade concreta de Kosik (1989, p.43), trata-se de “um todo estruturado em curso de desenvolvimento e auto-criação”. É nesse sentido que se emprega a noção de totalidade enquanto um processo aberto, ou seja, enquanto processo de totalização. Nestes termos nos reaproximamos de Santos (2008) quando este, apoiado em Sartre, distingue totalidade e totalização: “a totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização”, nos diz Sartre. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se (SANTOS, 2008, p.119). É essa concepção de totalidade aberta e processo de totalização que nos permite fazer a ponte com as *linhas fuga*, presentes no pensamento pós-estruturalista de Deleuze e Guatarri (2000), as quais são interpretadas enquanto cisões na totalidade que permitem compreender as dinâmicas territoriais contidas no espaço geográfico.

Restituir essas noções torna-se mister para uma revitalização da crítica em geografia, pois assim torna-se possível atentar-se para a superação da fragmentação que o capitalismo



parece impor aos processos socio-históricos e espaciais. Fragmentação que surge no pensamento como efluxo, constituindo um mundo pseudoconcreto, de verdade e engano, oriundo de uma práxis utilitária e imediata, que cria as condições para o ser orientar-se no mundo, familiarizar-se com as coisas e manejá-las. No entanto, não proporciona a compreensão das coisas e da realidade (KOSIK, 1976). Trazer a reflexão da dimensão espacial da sociedade significa problematizar o fato da práxis ser fragmentária, pois o espaço dos indivíduos aparece como fragmentos da realidade. Visão que não permite reconstruir o funcionamento unitário do espaço enquanto totalidade em movimento. (SANTOS, 1997).

Nesse aspecto a aproximação ao pensamento de Santos (2008), tem em vista recuperar as noções de historicidade, movimento e transformação, sem as quais as noções de totalidade e totalização se tornariam vazias de sentido. Se, em Reclus, “a Geografia é a história do espaço, ao passo que a História é a geografia do tempo”, em Santos (2008, p.126) “o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas a condição de sua realização qualificada”. É nessa relação espaço-tempo, que entendemos o espaço enquanto historicidade e movimento que contém em si a relação passado-presente-futuro, na qual o passado e o presente nele se dão as mãos, num funcionamento sincrônico, e o futuro, para que possa se realizar, aproveita-se das condições preexistentes. (SANTOS, 1988).

Da relação entre totalidade e totalização, historicidade e movimento, se pressupõe que o espaço geográfico deva ser entendido como o conjunto indissociável, contraditório e solidário de sistemas de objetos e ações, conforme a proposição de Santos (2008). Em que participam, “de um lado um certo arranjo dos objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, do outro lado, a vida que os anima, ou aquilo que lhes dá vida. Ou seja, a sociedade em movimento”. (SANTOS, 1988, p.15).

Também, é nessa processualidade revelada pelas noções de totalidade e totalização, historicidade e movimento, que se torna possível apreender as transformações no espaço geográfico, enquanto resultado de suas contradições. Pois todo movimento é causado, resulta de algo, possui uma origem; e a causa última de todo movimento, de toda a mudança, segundo Mandel (1987, p. 119), “são as contradições internas do objeto em mutação. Todo objeto, todo fenômeno ‘dá de si’, modifica-se e transforma-se, em última instância, sob o efeito de suas contradições internas”. O que faz com que o espaço seja ao mesmo tempo um estado – o que é provisório - e um objeto do movimento que modifica o seu conteúdo – o que é permanente. (SANTOS, 1988).

Nesta perspectiva de compreensão dialética do espaço, aderimos a uma postura filosófica materialista, a qual, diante da questão ser *versus* consciência, pressupõe que não é a

consciência que determina o ser, mas o ser que determina suas formas de consciência (MARX; ENGELS, 1844/1982). O que não significa desprezar as dimensões subjetivas presentes no processo de produção do espaço pelo homem, mas tratar objetividade e subjetividade, materialidade e formas de consciência de maneira imbricadas, haja vista que “a produção de idéias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 1844/1982, p. 13). Nesse ponto cabe destacar a crítica aos que reduzem o materialismo de Marx à condição de materialismo econômico. Por outro lado, na busca por não incorrer num equívoco de tipo estruturalista, na qual as formas de agir e pensar dos sujeitos são vistas apenas como reflexo da estrutura, se incorpora a contribuição de Bourdieu (2005, 2009), na qual a estrutura é concebida como um condicionamento e o sujeitos enquanto agentes ativos em seu interior.

Nessa perspectiva de compreensão do espaço geográfico a partir das noções de totalidade e totalização, historicidade e movimento, é que procuramos estabelecer as categorias analíticas capazes de responder aos objetivos desta pesquisa. No que diz respeito a esse aspecto, revisitamos mais uma proposição de Santos (2008), quando pondera que para o espaço aspirar ser um ente analítico independente, dentro do conjunto das ciências sociais, é indispensável que os conceitos e os instrumentos de análise apareçam dotados de coerência e de operacionalidade interna. O que pressupõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originalmente externos ao espaço. Ou seja, a coerência externa se dá por intermédio das estruturas exteriores consideradas de maneira abrangente, as quais definem a sociedade e o planeta, tomados como noções comuns à História e às Ciências Sociais sem as quais o entendimento das categorias analíticas internas seria impossível. O que nos leva a estabelecer diálogos com o conjunto das teorias sociais para encontrar respostas aos fenômenos particulares do espaço geográfico.

Por outro lado, Santos (2008) pontua que a coerência interna da construção teórica depende do grau de representatividade dos elementos analíticos com o objeto estudado. Em outras palavras, as categorias de análise, formando um sistema, devem esboçar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele. Diante desta questão, como nosso objetivo reside fundamentalmente em compreender a transformação no espaço rural mediante a dinâmica espacial de luta de determinados agentes, nossa leitura está centrada nas categorias de análise espaço e território, apoiadas nas noções de produção e transformação do espaço e na noção de dinâmicas territoriais que compreendem territorialidades, territorializações e des-re-territorializações. Contudo, a

condução da análise por este viés não significa que espaço e território não estejam inseridos em determinada configuração regional; que no espaço e território não se expresse determinada paisagem, ou que a dimensão do lugar não se faça presente. A escolha das referidas categorias analíticas expressam os limites do olhar do pesquisador e as delimitações estabelecidas para esboçar o conteúdo existencial do problema de pesquisa. Mas, como apontamos anteriormente, procuramos trabalhar essas categorias desde uma visão ontológica do espaço geográfico, buscando se aproximar da totalidade concreta em sua totalização, da historicidade e do movimento de transformação no qual estão inseridas.

Por fim, as noções de escala e desenvolvimento geográfico desigual assumem um papel significativo nesta perspectiva teórico-metodológica. Com isso, recuperamos a proposição de Lacoste (1989) a respeito da espacialidade diferencial do capitalismo, na qual as relações sociais assumem um caráter multiescalar, não se restringindo ao “terroir”, ou ao espaço concretamente vivido por uma comunidade, mas abrangendo diferentes conjuntos espaciais em que a esfera local e global se entrelaçam. Dessa concepção de espacialidade diferencial e multiescalaridade, chegamos à noção de desenvolvimento geográfico desigual proposta por Harvey (2004). Pois, uma perspectiva crítica em geografia necessita situar o pensamento diante da forma de reprodução da vida dominante em seu tempo, a qual nesse momento histórico corresponde ao capitalismo - modo de produção que sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. (HARVEY, 2004).

Essa construção teórico-metodológica resulta de minha trajetória enquanto pesquisador, que em sua autonomia relativa, preocupa-se com os problemas vivenciados em seu tempo, sobretudo no que diz respeito à importância de reelaborar um pensamento crítico ao modo de viver dominante em nossa época. Mas, também é resultado dos procedimentos metodológicos que conduziram o processo investigativo e o processo de exposição dos resultados dessa pesquisa, estabelecidos a partir da mediação entre empiria-teoria, teoria-empiria.

## Os procedimentos metodológicos e a relação pesquisador-pesquisado

Na medida em que a reflexão dialética volta-se para as dinâmicas do espaço rural, emergem especificidades e novos desafios se colocam para que o pesquisador compreenda os processos em curso nesse espaço. Um dos desafios reside na busca pela superação dos preconceitos instituídos por uma visão científica urbanocêntrica, na qual o espaço rural é encarado como lugar do atraso. Visão oriunda da dominação do rural pelo urbano, frente à emergência do capitalismo enquanto sistema econômico que privilegia a industrialização e engendra uma ideologia urbano-industrial. (WHITAKER; FIAMENGUE, 2002).

Também, se a abordagem materialista histórico-dialética procura revelar como “o caráter histórico dos *“fatos”* estão como efeito, não somente implicados numa mudança contínua, mas também são produtos de uma época histórica determinada” (LUKÁCS, 2003, p.74), para compreendê-los é necessário descobrir seus condicionamentos. Trata-se de, através da forma imediata da manifestação necessária dos processos históricos, “encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados ao seu núcleo” (LUKÁCS, 2003, p. 75). Assim, para compreender os processos sociais em curso no espaço rural, faz-se mister ao pesquisador a busca por uma visão integradora, bem como a valorização dos diferentes saberes dos sujeitos que protagonizam a história social.

Diante dessas questões Whitaker e Fiamengue (2002) propõem uma visão poliocular para compreensão dos processos em curso no espaço rural, na qual o pesquisador deve buscar as múltiplas dimensões do problema a ser investigado. Não obstante, concebem que tal visão não é algo restrito aos paradigmas da nova ciência enunciada pelos teóricos da pós-modernidade, mas que está contemplada já no princípio dialético de totalidade. No que concerne à valorização dos diferentes saberes dos sujeitos históricos, as autoras apontam a necessidade de superação da concepção que toma como válido apenas o saber científico que menospreza os saberes *“dos outros”*. O que transforma o sujeito da pesquisa em subalterno frente os “iluminados” pesquisadores.

Diferentes correntes teórico-metodológicas têm refletido sobre tal questão, dentre as quais se destaca a visão pós-estruturalista de Foucault (2008), que a partir dos conceitos de genealogia do poder e arqueologia do saber<sup>6</sup> propõe a ativação dos saberes locais contra os

---

<sup>6</sup> Na visão de Foucault (2008) enquanto a genealogia seria, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia dos poderes próprios à ciência, “um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal,

efeitos do discurso hierárquico da ciência.

Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas da insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 2008 p.171).

Ao incorporar essa contribuição de Foucault (2008), se reconhece que o autor situa-se fora do que poderia se denominar *campo intelectual* do materialismo dialético. Porém, como se demonstrará ao longo deste trabalho, não se vê na incorporação de diferentes perspectivas teóricas uma contradição, desde que se mantenha a coerência do método em questão.

Na abordagem materialista histórico-dialética, deve-se trabalhar no sentido de restituir a triescalaridade do processo cognoscitivo, deve-se proceder das categorias concretas, do mundo real, para as abstratas e do processo de abstração retornar para o concreto. Essa concepção que não foi uma invenção do marxismo, pois como demonstra Gorender (1982) estas três escalas possuem uma grande tradição na história da filosofia. Remontam ao pensamento de Nicolau de Cusa, escolástico do século XV. É encontrada no teorema dos três gêneros do conhecimento de Espinosa e na filosofia clássica alemã através do idealismo subjetivista de Kant, e do idealismo objetivo de Hegel. Marx retomou esta tríade e polemizou, sobretudo na forma como Hegel a abordava.

[...] ao contrário de Hegel, para o qual o concreto pensado é a autocriação do conceito, de fora e por cima da intuição e da representação, Marx insiste em que o ponto de partida do processo cognoscitivo está no concreto real. Este constitui o objeto sobre o qual o pensamento exerce sua atividade criadora específica, que é a atividade teórica. (GORENDER, 1982, p. 12)

Sob este olhar, concebe-se que os procedimentos metodológicos da investigação científica devem pressupor que “o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação”. (MARX, 1858/1982 p. 14).

Ao seguir esses pressupostos, tendo em vista construir uma pesquisa qualitativa, elaboraram-se os procedimentos metodológicos dessa investigação, sob a premissa de que a dimensão concreta do problema de pesquisa estava enunciada na presença do MST no espaço rural de São Gabriel, cujas dinâmicas estabelecidas, possibilitavam a reflexão acerca da

---

científico” (p.172); a arqueologia seria o método próprio, a análise da discursividade local capaz de ativar os saberes e libertá-los da sujeição.

produção e transformação do espaço em questão, bem como a transformação dos sujeitos que protagonizavam a luta pela e na terra<sup>7</sup>.

A partir desse primeiro passo, realiza-se a abstração para, a *posteriori*, retornar, da dimensão abstrata para a dimensão concreta do problema de pesquisa enquanto síntese de múltiplas dimensões. Assim, procurou-se trabalhar a triescalaridade do processo cognoscitivo, na qual o conhecimento percorre as três escalas, do intuitivo empírico ao abstrato e deste abstrato ao concreto pensado, que retorna, enquanto totalidade de múltiplas dimensões, ao concreto real. Sendo esta tríade um processo permanente. (GORENDER, 1982).

Dessa forma, a pesquisa foi construída através de quatro procedimentos centrais. O primeiro residiu na identificação do problema de pesquisa que guia o processo de abstração, sendo este o segundo procedimento. O terceiro procedimento residiu no retorno da abstração para a realidade concreta, na busca por encontrar respostas ao problema. O que guia o quarto procedimento, que se refere à construção da síntese dissertativa. Assim, acredita-se estar de acordo com a proposição de Marx (1858/1982, p.14), para quem “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, não é se não a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”.

No que se refere ao segundo procedimento adotado, elaborou-se o plano da pesquisa teórica a partir da revisão bibliográfica, que permeou a reflexão acerca de quatro grandes linhas temáticas: a trajetória dos estudos agrários pela geografia brasileira; os impactos do desenvolvimento do modo de produção capitalista no espaço rural, com ênfase na questão agrária e na situação do campesinato; a produção do espaço e as dinâmicas territoriais no capitalismo; as relações de poder entre as classes sociais, os movimentos sociais e o Estado.

No que diz respeito ao terceiro procedimento, elaborou-se o plano da pesquisa empírica, que abrangeu o levantamento de dados em fontes secundárias e os trabalhos de campo, levando em conta duas escalas de manifestação do fenômeno: estadual e local. A realização desse procedimento foi iniciada em maio de 2011 após o exame de qualificação do projeto de dissertação.

No que concerne ao levantamento dos dados, os mesmos foram realizados em Instituições Estatais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Secretaria Municipal de

---

<sup>7</sup> Destaca-se que as investigações sobre esse tema por este pesquisador, vinham acontecendo desde 2009, através do projeto de pesquisa que resultou no trabalho de conclusão do curso de Geografia-Licenciatura pela UFSM, intitulado: **A reconstrução dos territórios a partir da luta pela terra: o processo de formação do assentamento conquista do Caiboaté, São Gabriel, RS.**

Agricultura de São Gabriel. Visou apreender informações acerca da estrutura fundiária de São Gabriel, as dinâmicas produtivas vigentes em seu espaço rural e os projetos de implementação dos assentamentos rurais. Paralelamente, ao identificar no MST, no Sindicato Rural de São Gabriel filiado a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e nas Instituições Estatais, os principais agentes formadores do *campo dos conflitos* agrários em São Gabriel, iniciou-se a realização de entrevistas semidirigidas entre esse grupo de agentes. Dentre os quais foi possível entrevistar: um representante da Superintendência Estadual do INCRA-RS, um representante do Sindicato Rural de São Gabriel e da FARSUL-RS, representantes das direções estadual e regional do MST e o Secretário de Agricultura do Município de São Gabriel. Também se pretendia realizar esse procedimento junto ao Prefeito Municipal de São Gabriel, mas após ter entrado em contato com seu Chefe de Gabinete que se responsabilizou pelo agendamento da audiência, não se obteve retorno, o que tornou inviável a realização da mesma.

Com essas entrevistas objetivou-se resgatar as concepções e ações desse grupo de agentes no processo conflituoso que se instaurou em torno da possibilidade de implementação de projetos de reforma agrária, como os assentamentos rurais, em São Gabriel, RS. Nos apêndices A e B deste trabalho, se encontram respectivamente a lista de entrevistados (as) e os roteiros das entrevistas.

Por sua vez, o trabalho de campo junto às famílias assentadas no município em questão se colocou como outro elemento fundamental do plano da pesquisa empírica. Esse processo foi realizado durante cerca de um mês, do final de julho de 2011 ao início de setembro do mesmo ano. Para realização do mesmo, enfrentaram-se alguns dilemas. No período estabelecido estava-se em meio à rigorosa estação de inverno do Rio Grande Sul, as chuvas constantes dificultavam o deslocamento até os assentamentos rurais e mesmo no interior dos assentamentos, em virtude da precariedade das estradas. Contava-se com poucos recursos para viabilizar a estadia e o deslocamento de Santa Maria a São Gabriel.

A realização das entrevistas só foi possível com o auxílio da equipe que presta assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de São Gabriel e região, equipe que literalmente me acolheu, pois inclusive me forneceu hospedagem em uma das casas alugadas pelos seus membros. Assim, passei a acompanhá-los durante o referido período nas reuniões e visitas que realizavam junto às famílias assentadas. Nessa trajetória realizava diálogos com os membros da equipe técnica procurando informações que fossem relevantes para a pesquisa, mas, ao mesmo tempo procurava estabelecer certo afastamento para não ser induzido *a priori* por suas visões.

Ao chegar nos assentamentos, eles realizavam seus trabalhos, reuniões coletivas ou visitas individuais às famílias. Eu me apresentava às famílias nas reuniões e visitas, falava da pesquisa que estava realizando e os técnicos ajudavam a explicar. Após, perguntava se gostariam de participar da mesma me concedendo uma entrevista e me levando a conhecer seus lotes. Assim, passei a conhecer seus lotes, a ter um “*dedo de prosa*”, como se diz no campo, ou seja, realizar as entrevistas entre as famílias assentadas. Nesse processo foi possível visitar os sete assentamentos conquistados pelo MST em São Gabriel, oriundos das lutas protagonizadas no período de 2003 a 2010.

Destaco que há no município outro assentamento rural oriundo do Programa de Reforma Agrária estabelecido pelo governo estadual do Rio Grande do Sul em parceria com o INCRA, no período de 1998 a 2002. Entretanto, como a formação deste assentamento não se situa no recorte espaço-temporal estabelecido pelo problema desta pesquisa, bem como os integrantes do mesmo não participam da organização do MST e quem presta assistência técnica a esse assentamento é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (EMATER-ASCAR-RS), não se entrou em contato com o mesmo.

Na realização das entrevistas procurava sempre que possível entrevistar os homens e as mulheres que compunham o grupo familiar. Sentávamos geralmente em uma roda de chimarrão, conversávamos e saíamos para conhecer os lotes. Dessa maneira foram realizadas 18 entrevistas entre as famílias assentadas e foram acompanhadas três reuniões coletivas entre técnicos e os assentados, as quais se destinavam principalmente à discussão em torno da formação de grupos de produção para a safra de 2011, de arroz agroecológico, nos assentamentos de São Gabriel.

A concepção norteadora das técnicas adotadas no trabalho de campo procedeu no sentido de contemplar as premissas do método. Assim, o mesmo foi encarado a partir das proposições de De David (2002) e Suertegaray (2002). Em comum, tais autores apontam o trabalho de campo em geografia como momento de compreensão do outro, ou seja, um momento de compreensão do conhecimento do objeto da investigação. Nesse processo Suertegaray (2002) concebe o trabalho de campo, como uma forma ampla, como um instrumento que permite ao geógrafo reconhecer o objeto da pesquisa, e que a partir do método da investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade. De David (2002 p.22) pondera que no trabalho de campo,

(1) não é possível tomar o objeto da investigação apenas como campo onde se colhem dados; (2) o outro é diferente no tempo e no espaço; (3) O trabalho de campo constitui um instrumento importante da investigação geográfica, mas não é o



único nem apenas o principal e (4) a forma como “vê” o mundo e os outros denota a posição filosófica e ideológica do pesquisador. (DE DAVID, 2002 p.22)

Diante desses pressupostos o pesquisador deve estabelecer uma relação de diálogo com o investigado, com vistas a superar a visão de que o mesmo se configura como um mero objeto. Trata-se, pois, de conceber o investigado enquanto sujeito do processo, sobretudo quando a pesquisa volta-se para os grupos humanos e quando se trabalha a partir do método dialético. Como aborda De David (2002), nesse momento o investigador deve assimilar o outro em si, e pode ser eclipsado em benefício do outro. Entretanto, a produção do conhecimento não deve limitar-se a essas posições. *A posteriori*, o pesquisador deve reassumir sua identidade e sua individualidade, mas de uma forma já transformada pelo conhecimento do outro, o que possibilita a formação de um novo conhecimento.

Norteadas por essa concepção, a pesquisa de campo fez uso das seguintes ferramentas: o diálogo com o outro, ou seja, com os sujeitos da pesquisa a partir da história oral, estruturada através de entrevistas semidirigidas; a leitura acurada do espaço dos assentamentos a partir dos diários de campo.

Segundo Portelli (1997),

[...] as fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que tem tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante. (PORTELLI, 1997 p.37)

Essa visão contribuiu para a utilização desta técnica tanto entre as famílias assentadas, quanto entre os demais sujeitos entrevistados nesta pesquisa. Entretanto, o que se tinha em questão na confrontação das diferentes visões dos grupos sociais investigados, residia no que Whitaker (2002) considera como a busca da visão dos *vencidos*, ou seja, tratava-se de captar em uma situação complexa, como os indivíduos se submetem, resistem ou reconstróem suas vidas.

Uma questão que a história oral possui como diferencial segundo Portelli (1997) é que ela nos conta menos sobre os *eventos* e mais sobre os *significados*. Assim, buscou-se trabalhar através das entrevistas, os diferentes significados que os agentes partícipes do campo dos conflitos agrários elaboram sobre a propriedade da terra, bem como projetos de desenvolvimento que passam a defender. Particularmente entre as famílias assentadas, o trabalho com as fontes orais contribuiu para o resgate das concepções que orientam a luta pela e na terra que possibilita reconstruir o território, e como nesse processo passaram a reinventar seu modo de vida, ao mesmo tempo em que partilham de determinada posição de classe no

sistema de relações de poder vigente no *campo* da questão agrária em São Gabriel.

Por sua vez, segundo Whitaker (2002), os diários de campo constituem um instrumento metodológico que contribui para a compreensão da complexidade do espaço rural, se configurando como uma dialética intersubjetiva entre investigador e investigado. Trata-se, de acordo com Lima (2002), de não apenas observar e descrever, mas de buscar registrar as experiências vividas no trabalho de campo, como um instrumento para que se possa aprofundar o olhar sobre a realidade do espaço social. Refere-se a um processo que articula a um só tempo experimentação, razão e reflexão. Assim, foi possível perceber a vigência de certas dinâmicas, contradições e transformações no espaço dos assentamentos rurais de modo particular, e no rural de São Gabriel de modo geral.

Através desta abordagem, procedimentos e técnicas, buscou-se retornar a dimensão concreta do problema de pesquisa enquanto síntese de múltiplas dimensões, o que culminou no quarto procedimento metodológico, que diz respeito à síntese dissertativa, elaborada na confrontação entre empiria-teoria, teoria-empiria, objetivando encontrar respostas para o problema de pesquisa.

### **Do método de investigação ao método de exposição dos resultados**

Após a obtenção e sistematização das informações qualitativas oriundas do plano da pesquisa empírica e da realização do plano da pesquisa teórica, deparou-se com novas questões: como não dicotomizar empiria e teoria? Como realizar a articulação da análise dos dados empíricos estabelecendo mediações com a reflexão teórica? Tomando essas questões procurou-se realizar a análise das entrevistas e dos demais dados empíricos de maneira articulada à reflexão teórica, com vistas a superar uma visão *apriorística* do problema esboçado, onde o teórico a tudo explica e o empírico apenas comprova.

Tendo essas questões em mente, voltei-me novamente ao pensamento de Marx (1863/1983) para estabelecer um método de exposição dos resultados que viesse ao encontro desses anseios. Segundo Gadotti (1987), Marx, n' *O capital*, distingue formalmente o método de exposição do método da pesquisa. A exposição é consequência de uma pesquisa anterior às “formas de desenvolvimento” e às “conexões” existentes entre elas. Assim, o método de exposição deve buscar a restituição, a síntese do objeto ou do fenômeno estudado. Para tal,

Marx (1867/1983) expõe seus resultados de pesquisa realizando *aproximações sucessivas* e cada vez mais abrangentes ao seu objeto da análise, e o faz percorrendo a tridimensionalidade do processo cognoscitivo. Por exemplo, no livro primeiro d'*O capital*, seu objetivo é compreender o processo da produção do capital no capitalismo; o ponto de partida da exposição não é a relação social específica que caracteriza a produção do capital no capitalismo, ou seja, acumulação via extração de mais-valia, mas o que parece ser o que há de mais concreto nas sociedades onde vigora esse modo de produção específico, que diz respeito à mercadoria. É a partir de aproximações sucessivas expostas ao longo dos capítulos que Marx (1867/1983) revela como compreendeu o objeto da análise. Foi ao incorporar tal premissa que procurei estruturar a exposição dos resultados da pesquisa ao longo dos capítulos que lhes apresentamos.

Como ponto de partida da exposição aborda-se a dinâmica da produção do espaço rural de São Gabriel, mas essa leitura é feita a partir de uma conexão com a realidade regional e ao mesmo tempo nacional em que está inserida. Para tal, concebeu-se como mister, num primeiro momento, buscar restituir uma visão ontológica da sociedade e seu respectivo espaço no contexto regional da Campanha Gaúcha, para, *a posteriori*, compreender como se desenvolveu nessa sociedade espacializada, a forma de organização social dominante na formação social brasileira, ou seja, o capitalismo. O qual, ao mesmo tempo em que traz a universalidade de seus efeitos, guarda as particularidades de desenvolver-se em uma fração do território nacional que compõe parte do Brasil Meridional. Assim, o primeiro capítulo desse trabalho intitula-se, **Nas fronteiras do Brasil Meridional: a ontologia regional e o domínio do capitalismo no espaço rural de São Gabriel**.

Não obstante, essa questão é encarada como nexos causal para problematizar como se manifesta no espaço rural de São Gabriel, uma questão que é nacional e mundial, a qual diz respeito à questão agrária. Tratada no segundo capítulo, denominado, **Territórios em disputa: expressões da questão agrária em São Gabriel**. Como o título do referido capítulo indica, a questão agrária é compreendida sob um viés territorial, com vistas a superar uma visão clássica que a tomava apenas enquanto um problema econômico que se configurava como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no espaço rural. Nesse sentido, o capítulo busca expor a interpretação do movimento da questão agrária em São Gabriel sob o prisma da disputa de territórios entre os agentes formadores do *campo dos conflitos agrários*. Inicialmente apresentam-se as noções que substantivam a abordagem territorial em questão para, posteriormente, discutir-se o uso metodológico da noção de *campo* de acordo com a

teoria do espaço social de Bourdieu (2005) e dessa maneira discutir as concepções, as ações e projetos delineados pelos agentes na trama da disputa territorial.

Por sua vez, no terceiro capítulo, denominado, **Entre conquistas e transformações: a geograficidade que se processa na luta pela e na terra**, interpreta-se a conquista dos assentamentos rurais como parte do processo de espacialização e territorialização do MST. Identifica-se em meio a esse processo, a formação de uma nova geograficidade na dinâmica da produção do espaço rural e, em certa medida, do espaço urbano de São Gabriel, pois novos agentes passam a atuar na historicidade e no movimento que constrói a totalidade e a totalização do espaço geográfico. Dessa maneira, esse capítulo se dedica à busca pelo desvendar dos elementos distintivos, presentes tanto nas relações que as famílias assentadas estabelecem com a natureza, quanto nas relações sociais que estabelecem entre si e com a exterioridade, que permitem compreender a existência de um processo de transformação na produção do espaço em questão. Mas, compreende essas transformações enquanto resultado da ação de um movimento social, por isso entende-se como importante situar o leitor dentro da abordagem do trabalho, o que se denominou por geograficidade dos movimentos sociais.

Por fim, o quarto capítulo, intitulado, **O emergir de um novo território camponês: a reinvenção do modo de vida, os dilemas da posição de classe e os projetos de futuro**, constitui a parte final do objeto da pesquisa, pois visa compreender como no processo de luta pela e na terra vivenciada pelas famílias assentadas, os próprios sujeitos se transformam, pois recriam suas relações, seus valores, seu modo de vida para conseguir permanecer na terra conquistada. Dessa forma, com as relações que estabelecem para produzir o novo espaço, recriam um território em oposição à territorialização do latifúndio e do agronegócio presente nas grandes propriedades de São Gabriel. O qual pelas relações que se fazem presentes pode ser concebido enquanto parte de um território mais amplo, ou as frações camponesas do território que se formam nos interstícios da formação social capitalista brasileira. Mas, ao mesmo tempo, essa fração do território camponês possui suas especificidades, que se fazem presentes no modo de vida, nos dilemas da posição de classe e nos projetos de futuro objetivados por esses camponeses-assentados.

Com a exposição desses resultados deseja-se que esta pesquisa contribua para o desenvolvimento da geografia brasileira, em particular ao campo da geografia agrária. Tanto quanto venha a contribuir para o desenvolvimento da comunidade formada pelas famílias assentadas em São Gabriel.

**- CAPÍTULO I -****NAS FRONTEIRAS DO BRASIL MERIDIONAL: A ONTOLOGIA REGIONAL E O DOMÍNIO DO CAPITALISMO NO ESPAÇO RURAL DE SÃO GABRIEL**

*“Se continua a existir hoje uma especificidade na ordenação espacial da Campanha, cabe ao geógrafo desvendar a dialética espaço x sociedade aí reproduzida”. (HAESBAERT, 1988, p.13)*

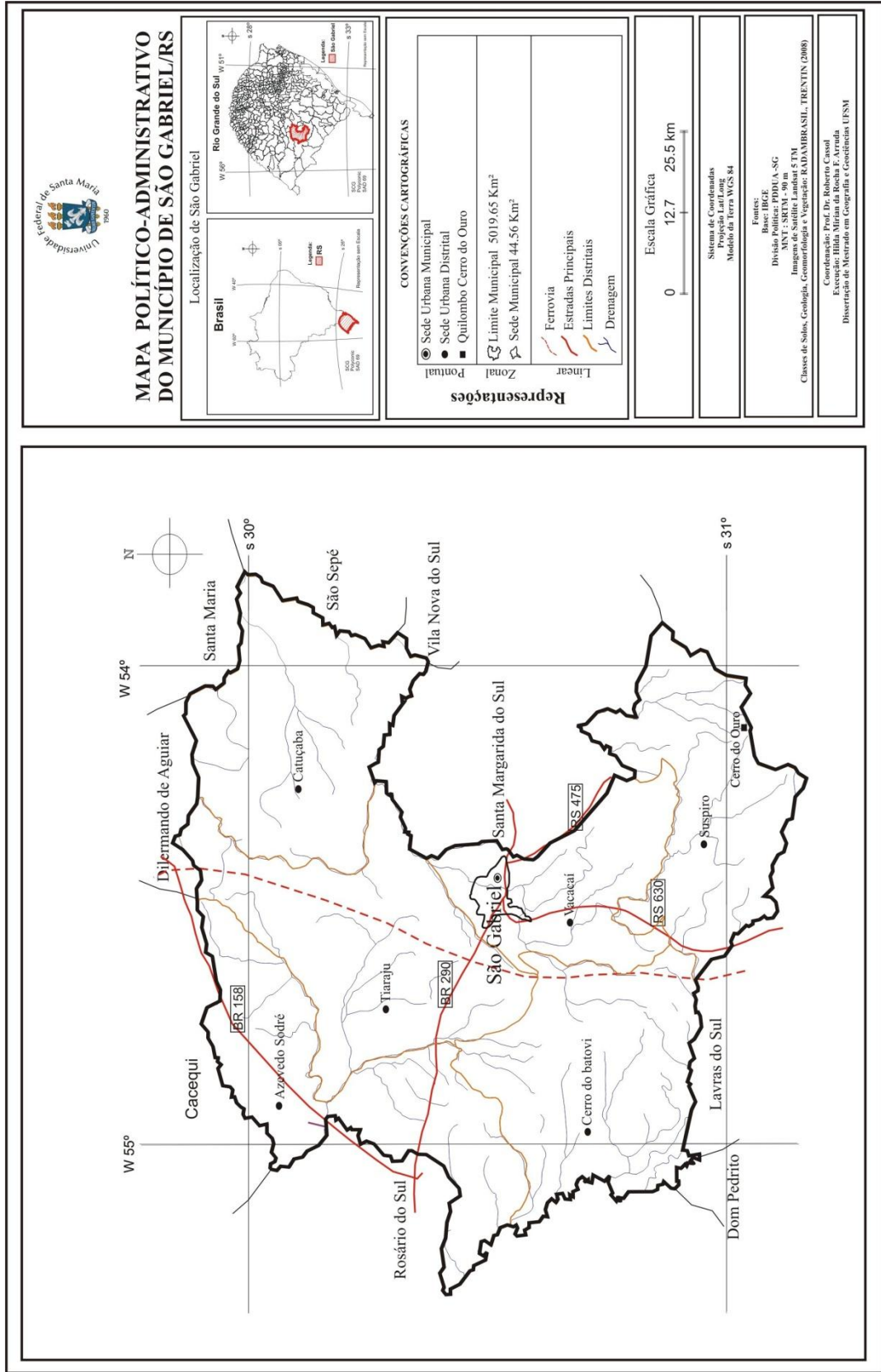
Situado na porção central da mesorregião geográfica do sudoeste do Rio Grande do Sul, entre as regiões geomorfológicas Depressão Central e Escudo Sul-rio-grandense, a uma distância de 320 Km da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, localiza-se o município de São Gabriel (figura 2), emancipado oficialmente em 1859. Esse município compõe parte da região fronteira do Brasil meridional, que separa o território do Estado brasileiro, dos territórios dos Estados nacionais da Argentina e Uruguai. São Gabriel ingressa no século XXI, como uma população total de 60.425 mil habitantes e uma área de 5.023, 843 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Neste início de século, em que pesem as inúmeras transformações que se processam no tempo e se materializam no espaço, o qual é o *locus* de reprodução da vida em sociedade<sup>8</sup>, pois não existe sociedade sem a produção de seu espaço (LEFEBVRE, 1976), o município de São Gabriel mantém uma identificação *sui generis*, pois é reconhecido no universo regional do Rio Grande do Sul como “*Terra dos Marechais*”.

O município de São Gabriel é historicamente ligado às armas, Terra dos Marechais como é chamada, já que lá nasceram os Marechais João Patrício Mena Barreto, Fábio Patrício de Azambuja, o Presidente da República Hermes da Fonseca e Marcarenhas de Moraes, o comandante da Força Expedicionária na Segunda Guerra Mundial, durante as batalhas na Itália. (ARRUDA, 2011 p. 40)

---

<sup>8</sup> Como afirma Lefebvre (1976), o espaço não pode ser encarado como um dado *a priori* desvinculado da atividade social. Mas sim, é um resultado desta atividade, pois toda sociedade produz seu espaço. “[...] no se considera el espacio como um dado a priori, bien sea del pensamiento (Kant), bien seja del mundo (positivismo). Se ve en el espacio el despliegue de una actividad social”. (LEFEBVRE 1976, p.40)



**Figura 2 -** Mapa político-administrativo do município de São Gabriel – RS  
**Fonte:** ARRUDA (2011)  
**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Essa insígnia “*Terra dos Marechais*” instiga a reflexão, sobretudo, quando se deseja compreender a dinâmica da produção de seu espaço rural. Mais do que quimera de um universo social distante, compreende-se a mesma como um caminho indicativo de processos marcantes de uma sociedade e um espaço no qual as dinâmicas do mundo rural, foram e continuam a ser significativas em sua conformação. Assim, a insígnia “*Terra dos Marechais*”, não se associa apenas ao legado das armas, mas é reveladora da força que o rural continua a exercer na constituição de uma sociedade, na qual a propriedade da terra e as múltiplas relações de poder que se produzem a partir de seu domínio, ainda são, neste início de século XXI em que a lógica do modo capitalista de produção, parece arrebatá-lo a tudo e a todos, elementos centrais para o entendimento das contradições vigentes na produção do espaço rural e na sociedade de São Gabriel.

Questão que denota a importância de se problematizar as particularidades dos contextos em que o capitalismo se desenvolve para se compreender melhor a própria universalidade que lhe é inerente. Haja vista que, particularidade e universalidade, no âmbito de uma abordagem dialética relacional, sempre se encontram internalizadas e implicadas uma na outra (HARVEY, 2004). Dessa forma, no presente capítulo, para análise acerca da produção do espaço rural em questão, concebe-se como necessário, num primeiro momento, buscar uma ontologia da sociedade e seu respectivo espaço no contexto do universo regional da Campanha Gaúcha, para em seguida compreender como se desenvolveu na sociedade espacializada a forma de organização social dominante na formação social do país, o capitalismo. O qual, mesmo tempo em que traz a universalidade de seus efeitos, guarda as particularidades do desenvolver-se em uma fração do território nacional, que compõe parte do Brasil Meridional.

Por sua vez, concebe-se a leitura de tais processos enquanto nexos causais para se problematizar como a questão agrária - tida enquanto um problema nacional e mundial - se faz presente no contexto regional no qual se desencadeiam as lutas pela transformação do seu espaço rural, de modo singular, e do modelo de desenvolvimento em curso na sociedade, de modo geral. As transformações possibilitaram o emergir de um novo território representado pelos assentamentos de reforma agrária, num espaço rural em que outras relações sociais tornaram-se historicamente hegemônicas.

## 1.1 Sociedade e espaço no contexto da região da Campanha Gaúcha: em busca de uma ontologia

A utilização do termo Campanha, na busca por definir a sociedade e o respectivo espaço que se estrutura no sudoeste do Rio Grande do Sul, logo faz emergir no pensamento uma visão determinada de seu ambiente. O ambiente dos vastos campos de vegetação gramínea, inseridos na geomorfologia formada entre a Depressão Central e o Escudo Sul-riograndense, em que prevalece uma geoescultura de planícies e coxilhas suavemente onduladas. Por outro lado, o termo Campanha também denota uma determinação política de caráter militar, pois Campanha ou Fronteira era a designação que recebiam os comandos militares responsáveis pela defesa do “Continente de São Pedro” no início do século XIX (HAESBAERT, 1988). Foram justamente os detentores de patentes militares, os chamados a ocupar esse ambiente, que passava a ser incorporado pela Coroa Portuguesa no início do século XIX. Assim, é na troca metabólica entre o ambiente determinado e os sujeitos que irão reproduzir-se socialmente no mesmo, que se buscou encontrar uma ontologia<sup>9</sup> da sociedade e do espaço regional da Campanha Gaúcha.

Nesse sentido, cabe destacar a condição de espaço fronteiro em que o universo regional está inserido, tratando-se de uma fronteira em duplo sentido: fronteira política na medida em que compõe a área limítrofe do território brasileiro com outros Estados nacionais; fronteira de expansão do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico na formação social do país. Condições *sine qua non* para entender o desenvolvimento das formas de ocupação, apropriação e uso do espaço em questão.

Atravessada pelas disputas entre as Coroas Portuguesa e Espanhola que buscavam expandir seus domínios na bacia do Prata, a ocupação do sudoeste rio-grandense se deu de forma tardia em relação ao restante da província do Rio Grande de São Pedro, ocorrendo somente após a conquista do espaço missionário pela Coroa Portuguesa em 1801.

Em 1801, realizaram-se a conquista e a incorporação da área dos Sete Povos das Missões, a noroeste. Ao sul dos Sete Povos, cruzando o rio Ibicuí, ficava a região de boas pastagens, de relevo suavemente ondulado, onde se espalhavam grandes manadas de gado não domesticado, em uma área contínua que hoje pertencem à Campanha ao sul do Rio Grande do Sul e ao norte da República do Uruguai. As

---

<sup>9</sup> A concepção de ontologia a partir da qual se trabalha o espaço, toma como preceito a proposição Marx (1844) em sua sexta tese sobre Feuerbach, quando este afirma: “Feuerbach dilui a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é algo abstrato inerente a cada indivíduo. É em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (MARX, 1844/1988 p.28). Portanto, a ontologia do espaço é buscada a partir do conjunto das relações sociais que constituem sua existência.



estratégias geopolíticas da coroa portuguesa, somadas aos interesses dos colonos sobre as terras e o gado contidos naquele amplo espaço, desencadearam uma aceleração no movimento de ocupação de terras, fundação de estâncias e concessão de sesmarias no local. (FARINATTI, 2006, p. 138)

Essa descrição de Farinatti (2006) revela o caráter geoestratégico do movimento de ocupação do sudoeste do Rio Grande do Sul no início dos oitocentos, que Kuhn (2003) caracterizou como “marcha para o oeste”. Esse caráter possuía um significado geopolítico na medida em que o Império Português traçava estratégias de incorporação da região às suas possessões, em uma conjuntura de disputas com o Império Espanhol. Ao mesmo tempo, denota um sentido econômico, haja vista que, naquele momento, a província do Rio Grande de São Pedro era chamada a cumprir o papel de economia subsidiária no contexto imperial, e as atividades até então fomentadas, tais como a produção tritícola pelos açorianos e a criação do gado chimarrão pelo tropeirismo<sup>10</sup>, encontravam-se em crise, tornando-se insuficientes para o abastecimento do mercado interno que se estruturava em torno da mineração. Assim, essa região onde se encontravam terras férteis e o gado oriundo da desestruturação das experiências missionárias, convertia-se em um espaço privilegiado para a reorganização do papel assumido pela província do Rio Grande de São Pedro no contexto da economia imperial.

Como vinha ocorrendo na porção leste e centro-sul da província, desde o século XVIII, a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para o domínio das novas áreas da província, tais como a fronteira oeste, foi a concessão de sesmarias, onde um pequeno grupo de estancieiros, em sua maioria militares, foi agraciado com imensas extensões de terras (OSÓRIO, 1990). Mas esse processo não se dava em um espaço vazio de sujeitos; a região fronteiriça era o espaço de reprodução social originário das comunidades indígenas do grupo étnico Pampeano, cujos subgrupos mais conhecidos eram Charruas e Minuanos. Também, ali se encontravam homens pobres livres de diferentes matizes, oriundos do movimento das frentes de colonização portuguesa e espanhola na bacia platina. Eram sujeitos históricos que na troca metabólica com o ambiente, desenvolviam diferentes atividades produtivas para a reprodução de sua existência, da caça à pesca, da pecuária à agricultura. Portanto, “se a apropriação da terra na região da campanha rio-grandense se deu na forma da grande

---

<sup>10</sup> Refere-se à captura do gado bovino selvagem, que se reproduziu livremente nos campos do sudoeste do Rio Grande do Sul, após a desestruturação das primeiras experiências missionárias efetuadas pelos padres jesuítas espanhóis entre 1626-1621 na forma de reduções. Segundo Kuhn (2003) eram dezesseis reduções fundadas no Uruguai e na região do Tape, entre os rios Uruguai e Jacuí no Rio Grande do Sul do Brasil. Essas reduções foram destruídas em função dos ataques dos Bandeirantes paulistas, ávidos por escravos indígenas para serem utilizados em São Paulo na produção de trigo e também comercializados com o nordeste para serem utilizados como mão-de-obra nas lavouras de cana-de-açúcar.

propriedade, amplos setores da população foram alijados deste processo já em sua gênese” (GARCIA, 2005, p.14).

Não obstante, além das generosas concessões de sesmarias, a apropriação da terra, fundamental para a formação do espaço fronteiriço, também se estabelecia por outros processos tão vis e tão importantes quanto este. Tratavam-se das posses por ocupação simples, usurpações e compras a preços irrisórios, apontadas por Garcia (2005) e Farinatti (2010). Processos estabelecidos sob o signo da violência e da fraude documental por parte dos estancieiros-militares. Aos demais grupos sociais, restava a ocupação simples das terras públicas e a moradia por concessão nas terras dos estancieiros. Logo, a existência concomitante do latifúndio e de produtores rurais “sem terra” (pequenos posseiros que não detinham a propriedade jurídica da terra), tem suas origens na forma de apropriação da terra na Campanha Gaúcha (GARCIA, 2005).

Desse movimento histórico, erigia na fronteira oeste do Rio Grande do Sul no século XIX, uma sociedade militarizada, marcada por sistemas hierárquicos de poder, desigualdades e conflitos sociais, que se reproduziam no movimento da produção do espaço regional. Formava-se uma sociedade e um espaço mais complexos do que visão historiográfica tradicional apontou, a qual concebia a região sob o binômio - latifúndio *versus* peões livres. Como aponta Farinatti (2010) desde a onda populacional que inundou as terras da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro no início dos oitocentos, em um movimento de apropriação de terras e animais, de colonização estável e de violenta conquista militar que permitiu a expansão da economia baseada na pecuária extensiva e o desafogo da sociedade nas áreas mais antigas, vicejou neste espaço uma estrutura hierarquizada da sociedade, um padrão de expansão territorial a partir da reprodução de sistemas agrários extensivos em áreas de fronteira aberta, no qual os trabalhos escravo, familiar e livre coadunavam-se, em um mundo marcado pelo signo da guerra e da fronteira.

Nesse contexto de guerras, em que a fronteira meridional do Estado brasileiro em formação esteve circunscrita durante praticamente todo o século XIX, a conformação de uma sociedade militarizada fez emergir “uma ideologia profundamente conservadora – pois garantir a fronteira significa conservar o território e com ele, a essência dos valores dominantes” (HAESBAERT, 1988, p.31). Valores construídos por uma fração de classe específica, a chamada elite agrária (FARINATTI, 2010), a qual tinha na posse dos bens rurais (gado e terra), os elementos mais importantes na composição de seus patrimônios.

Portanto, é nesta visão ontológica, de uma sociedade e um espaço marcado por sistemas hierárquicos de poder, conflitos e desigualdades sociais que se estruturam em torno

da ocupação, apropriação e uso do espaço fronteiriço, que se compreende o universo no qual “*A terra dos Marechais*” está inserida. Universo onde a terra e o gado converteram-se em fontes de acumulação de riqueza para uma parcela minoritária da sociedade, mas o qual era composto, ao mesmo tempo, por uma pluralidade de sujeitos que se reproduziam de diferentes formas na fronteira em movimento, ainda que de maneira subalterna.

Dentre esses se situam o campesinato fronteiriço, definido nos termos de Fonseca (1994) e Chelotti (2009), representado pelos pequenos lavradores e pastores de diferentes matizes étnicos, que, mesmo sem a propriedade formal da terra, estabeleciam suas dinâmicas de vida através do trabalho familiar; os trabalhadores negros escravizados, que também foram incorporados no processo de exploração do trabalho nas estâncias; os trabalhadores pobres livres, conhecidos na historiografia como peões de estância, os quais em muitos casos eram ao mesmo tempo lavradores e pastores que desfrutavam da condição de posseiros, recrutados nos momentos de maior exigência de força de trabalho. Sujeitos cuja presença vem sendo revelada pela nova historiografia sobre o Rio Grande do Sul e a região da Campanha, presente nos trabalhos de Osório (1990, 2008), Garcia (2005) e Farinatti (2006, 2010).

Ainda, sem desprezar outras abordagens, a região é aqui conceitualmente interpretada como,

[...] um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulada em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução. (HAESBAERT, 1988 p.25).

Dessa maneira, torna-se possível identificar na afirmação de uma regionalidade, o entrelace entre as dimensões político-ideológica e cultural, com a formação econômico-social que se estabelece na troca metabólica com um ambiente determinado. Perspectiva que permite restituir uma visão do espaço sobre o princípio dialético da totalidade concreta. Dimensões que na Campanha Gaúcha se revelam na presença de uma organização política distintiva, que se baseou na militarização para a defesa da fronteira, bem como nos traços ideológico-culturais específicos, construídos sob a hegemonia de uma fração ou bloco de classes sociais, no caso, a elite agrária de estancieiros ou latifundiários. Processos intimamente articulados que passam por transformações e redefinições na historicidade e no movimento de produção do espaço pela sociedade.

### 1.1.1 São Gabriel no contexto regional

Ainda que a emancipação de São Gabriel date de 1859, já em 1846, a Freguesia de São Gabriel foi elevada a categoria de Vila, equivalendo-se ao município dos dias atuais (ARRUDA, 2011). Não obstante, diferentes processos revelam como a sociedade e o espaço que lhe deu origem estão inseridos no movimento que constitui essa ontologia regional da Campanha Gaúcha.

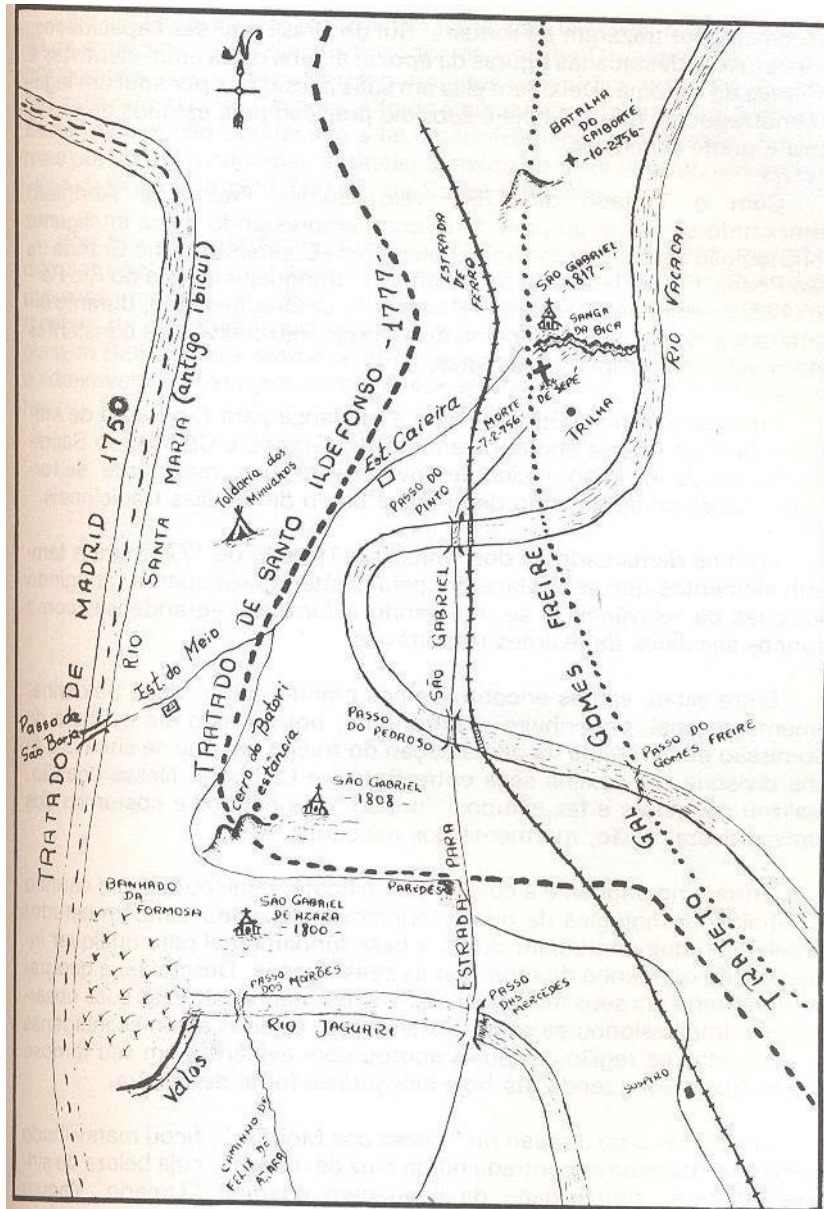
No âmbito dos conflitos cabe registrar que após a assinatura do Tratado de Madri (1750), o qual destinava os Sete Povos das Missões ao Império Português e a Colônia do Sacramento ao Império Espanhol, desencadeou-se a resistência dos povos guaranis para permanecer nas terras onde tinham constituído suas raízes, diante da migração forçada que teriam que fazer para as terras de domínio espanhol. Nessa resistência empreenderam diversas lutas entre 1754-1756, denominadas de Guerras Guaraníticas, onde nas coxilhas do Caiboaté, serro localizado nas proximidades do rio Vacacaí<sup>11</sup>, estabeleceu-se o *locus* de uma das batalhas mais marcantes das Guerras Guaraníticas. Denominada pela historiografia de Batalha do Caiboaté, 1756, que, segundo Kuhn (2003, p. 46) “foi travada logo após a morte de uma das principais lideranças indígenas, Sepé Tiaraju, e nela morreram cerca de 1.500 de índios”.

Também por força do tratado, inicia-se a doação de sesmarias pelo Império Português, formando as primeiras estâncias na região onde atualmente se localiza São Gabriel. Mas, diante dos conflitos, o domínio português não foi efetivado e em 1777 as coroas, por meio do Tratado de Santo Ildefonso, reafirmaram o pertencimento da Colônia do Sacramento e os Sete Povos à Espanha, bem como criaram uma zona de transição entre os territórios luso e castelhano, a Zona dos Campos Neutrais. Contudo, conforme o croqui ilustra (Figura 3), esse novo tratado reduzia as possessões portuguesas na região fronteiriça.

O plano tático do Império Português para reconquista desses espaços perdidos se situava na continuidade da concessão de sesmarias e formação de estâncias na faixa de terras que formavam os campos neutrais. Dessa maneira, já no final do século XVIII, as terras que atualmente compõem o município de São Gabriel vinham sendo incorporadas a esse processo.

---

<sup>11</sup> Rio Vacacaí é um dos afluentes do rio Jacuí, nasce nos limites do município de São Gabriel quase na divisa com o município de Lavras do Sul. É o rio mais importante do município, que abastece de água a zona urbana e rural (ARRUDA, 2011).



**Figura 3** – Croqui descritivo das linhas dos Tratados de 1750 e 1777 no contexto de formação do município de São Gabriel.

**Fonte:** FIGUEIREDO (1984)

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

O memorialista Osorio Santana Figueiredo (1984), registra alguns dos concessionários do período.

Caetano de Barcellos Barreto, em Ribeirão do Salso, com limites na Lagoa dos Padres e Vacacaí, 1761 – Francisco e Sebastião Barreto Pereira Pinto, 1780 – José Maria Correa Vasques, cabo furriel dos Dragões, na lagoa dos Padres, 1780 – Padre Ambrósio José de Freitas e João de Almeida Pereira, lagoa de São Jerônimo, 1789 – João de Faria Rosa, Rincão dos Touros, Vacacaí e Salso, 1798 – João Martins de Oliveira, trisavo do coronel José Plácido de Castro, entre os arroios Cambais, 1788 –

Antonio Costa Pavão, Caibioaté, 1791 – José Constantino Lobo Botelho, costa do Vacacaí, 1792 – Teodozio Lopes de Carvalho, consta do Vacacaí, 1792 – Antonio Joaquim, Rincão do Coitado, 1791 – Francisco Antônio Gonçalves, 1793- Thomaz Martins da Cunha, cerro da Palma, 1793 – Tenentes Antonio Gonçalves Cunha, José dos Santos Cardoso, Timotio Lemos do Amaral, na Guarda do Salso, no cerro de Baberaquá; e José Roiz de Figueiredo, na canhada de Santa Catarina e Caiboaté, 1793 – Alferes Antonio Pinto da Fontoura, cerro da Palma, 1793 – Bernardo Henrique do Amorim, escrivão da Fazenda Real, canhada de Santa Catarina-Constantino José Pinto, passo das Carretas – Cirurgião-Mor dos Dragões, Antonio de Freitas Santos, canhada de Santa Catarina e Vacacaí, 1792 – José Inácio dos Santos Pereira, arroio do Salso, 1792. (FIGUEIREDO, 1984, p. 63)

Decorrente dessa situação desenvolveu-se a reação espanhola e nesse movimento se fundou nas proximidades do Cerro do Batovi, o povoado de São Gabriel, em 1800. Processo conduzido pelo naturalista espanhol Félix Azara, que recrutou na região da Campanha Uruguia os colonizadores a partir de um programa que oferecia vantagens tanto para agricultores quanto para estancieiros (FIGUEIREDO, 1984). Na fusão entre essas duas frentes de expansão colonial, formava-se o povoado de São Gabriel, marcado pela presença de sujeitos de diferentes matrizes étnicas e classes sociais. Europeus, crioulos, índios, negros, estancieiros, lavradores, escravos e homens pobres livres estabeleciam suas dinâmicas de vida no povoado recém-formado.

Entretanto, os desdobramentos da situação internacional entre as nações imperialistas convertiam-se em novos conflitos regionais. Em 1801, a declaração de guerra contra Portugal por parte da França e Espanha, resultou em um novo confronto pelas possessões imperiais nas fronteiras do Brasil Meridional e o domínio do povoado de São Gabriel ingressou nesse processo. Segundo Figueiredo (1984), o Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, General Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, conhecendo a ambição da Coroa Portuguesa em satisfazer seus interesses econômicos e políticos com a incorporação da região fronteiriça, adotou como medida imediata a mobilização de tropas para atacar os postos das guardas espanholas na região.

O tenente-coronel, Patrício José Correa da Câmara, primeiro Visconde de Pelotas, comandante dos Dragões do Rio Pardo, dirigiu-se à Vila do Batovi (São Gabriel), como o fim de conquistá-la e destruí-la, conforme as ordens recebidas. Na guarda de São Francisco vários piquetes gaúchos estavam a sua espera; entre eles o comandado pelo famoso Luiz Borracho, que já havia celebrizado-se por suas façanhas e brigas com os blandengues de Artigas. (FIGUEIREDO, 1984 p.73)

Nesse conflito o povoado de São Gabriel foi destruído e a população remanescente foi submetida ao domínio português. Em 1811 ocorre uma nova distribuição de terras feita pelo governo da província, “mais particularmente entre os militares que haviam se destacado na

última campanha aproveitando os campos deixados pelos espanhóis considerados devolutos” (FIGUEIREDO, 1984 p.77). O que esses processos revelam é que a apropriação da terra desde a gênese de São Gabriel foi outorgada a uma parcela minoritária da sociedade regional, o que paulatinamente possibilitou a formação de uma fração de classe que tinha na posse da terra o elemento simbólico de seu poder militar. Eram estancieiros-militares, que, ao fazer uso desses dois elementos, terra e poder, convertiam-se na fração de classe dominante no espaço local. O qual ingressava no contexto dos sistemas hierárquicos de poder, das desigualdades sociais e dos conflitos vigentes no espaço fronteiriço da região da Campanha Gaúcha.

### 1.1.2 O cativo da terra e o bloco histórico no processo de consolidação regional

Além de inserir-se no quadro ontológico da sociedade e do espaço regional, a formação e o desenvolvimento do município de São Gabriel situam-se em um momento de consolidação da região da Campanha, que segundo Haesbaert (1988) se deu entre 1830 – 1870, tendo como marcos a estruturação de uma fração regional de classe, dotada de interesses econômicos parcialmente divergentes em relação ao Estado imperial, os quais se tornaram evidentes por ocasião da Revolução Farroupilha; bem como a imposição do latifúndio pecuarista enquanto espaço regional, pois na época a atividade econômica da pecuária extensiva integrava a província do Rio Grande do Sul à economia nacional.

Esse processo de consolidação aprofundou o caráter desigual vigente na sociedade e no espaço fronteiriço, e o domínio da terra passou cada vez mais a se converter em um dos elementos essenciais para tal. Garcia (2005), ao estabelecer uma comparação entre as décadas de 1830 e 1870, tomando como exemplo o caso de Alegrete, demonstrou o processo de valorização da terra na região da Campanha, em que o preço da mesma elevou-se cerca de 800% no período. Se em 1830 um hectare de terra custava em média 739 réis, em 1870 passou a custar em média 6.488 réis. Essa valorização da terra foi consequência do processo de mercantilização que a mesma foi submetida a partir de 1850, com o advento da Lei de Terras. Processo que é revelador de todo um movimento de transformações que a sociedade e o espaço regional passavam no período e que estão intimamente relacionadas ao quadro nacional.

Em âmbito nacional, a segunda metade do século XIX foi marcada pela crise do trabalho escravo e início de uma transição para o trabalho livre no país. Nesse contexto, se entre 1822 e 1850 não havia um regime que regulamentasse a propriedade da terra no país, após 1850 a situação transformou-se, pois diante da necessidade de instituição do trabalho livre para suprir a força de trabalhado em uma das principais atividades econômicas do país, a produção de café para exportação, o domínio da terra para a sujeição do trabalho alheio precisava ser assegurado pela classe que a detinha. Assim,

[...] a Lei de Terras, de 1850, e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados dos fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as peculiares condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho na produção do café. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado dos interesses econômicos do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos. (MARTINS, 1979/2010 p.50-51)

Tratava-se do que Martins (1979/2010) chamou alhures de “cativo da terra”, em que a terra foi transformada em propriedade privada e em mercadoria para a garantia da sujeição do trabalho livre, propiciando um processo de acumulação via renda territorial capitalizada. A formação do “cativo da terra” impactou a região da Campanha Gaúcha de maneira singular, levando à grande elevação dos preços das terras de maneira desproporcional a principal atividade produtiva do período, a pecuária. Logo, ao contrário do ocorrido no momento inicial de ocupação da região fronteira, no período após 1850, antes de se constituir como produtor tornava-se necessário aos sujeitos que pretendiam se estabelecer na região constituir-se, daí então como proprietários.

Na conjuntura de elevação do preço da terra, que passava a representar mais de 65% do patrimônio produtivo das famílias mais abastadas da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, é de se imaginar que a tolerância dos proprietários com os agregados, “intrusos” e os que “viviam de favor”, tanto quanto a ocupação das terras públicas por pequenos posseiros, tenha se reduzido consideravelmente (GARCIA, 2005). Portanto, a transformação da terra em propriedade privada, que só poderia ser adquirida via compra, tornava mais difícil a possibilidade de reprodução social do campesinato fronteiro, que, além da situação de subalternidade em que se encontrava na região, era alvo de expropriação por parte dos estancieiros que buscavam a legitimação e expansão de suas posses.



Dessa forma, a dimensão da conflitualidade vigente no espaço regional se redefine e passa a se estabelecer justamente em torno da propriedade privada da terra, colocando de um lado estancieiros e do outro o campesinato fronteiriço, ambos em busca da legitimação de suas terras diante no novo aparato jurídico. Garcia (2008) e Osório (2008) demonstram como esses conflitos foram marcados tanto pela violência sobre os camponeses (expulsos das terras públicas ou privadas que ocupavam), quanto pela fraude documental e pela imprecisão dos limites das grandes propriedades.

Portanto, a valorização da propriedade fundiária não teve conseqüências apenas na composição do patrimônio produtivo da elite econômica regional, mas, sobretudo, na composição da hierarquia social da região, em que os trabalhadores pobres livres e os camponeses “sem terra”, eram cada vez mais alijados da possibilidade de reprodução do espaço rural em questão. Ao passo que “o cativo da terra” possibilitava a consolidação dos estancieiros enquanto fração de classe dominante na região.

Nesse período, o fortalecimento do latifúndio na região da Campanha, também se articulava à fase áurea de produção do gado vinculado à economia charqueadora do Rio Grande do Sul, em expansão até o final do século XIX. Assim, segundo Haesbaert (1988), a estância, base espacial de sustentação da fração de classe dominante, vai assumindo as suas características elementares, com a introdução de raças européias, por iniciativa do governo, o crescimento do rebanho ovino, o cercamento dos campos, ao passo que a produção agrícola vai se tornando cada vez mais escassa na região. Desta forma, a estância passava a representar não apenas um espaço de reprodução econômica, mas como aponta Fonseca (1994),

[...] a estância, propriedade latifundiária típica da chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul encerra em si dois momentos essenciais: mais do que uma unidade de produção que produz bens econômicos – o gado de corte criado extensivamente – constitui também um concepção de mundo que perpassa as demais classes sociais. (FONSECA, 1994, p.6)

Constituía parte dessa concepção de mundo uma (re)apropriação ideológica às avessas da herança cultural indígena, que estabeleceu uma divisão territorial do trabalho a partir do ambiente natural, em que nas áreas de mata ao centro e norte do atual estado do Rio Grande do Sul, ocupadas pelas etnias gê (guaianás e caingangues) e tape praticavam a agricultura, enquanto que na atual faixa fronteiriça, de Rio Grande a São Borja, dominava a caça pelos cavaleiros da nação chanã (minuanos e charruas), residindo nesse processo o mito construído pelos estancieiros de que somente as áreas de mata seriam propícias para o uso agrícola, com vistas a justificar a presença pecuária enquanto atividade produtiva que melhor se adaptava

aos campos da região da Campanha (HAESBAERT, 1988). Também, emergia uma concepção acerca do trabalho, na qual, para o estancieiro, a atividade agrícola ou o manejo da terra é interpretado como atividade subalterna, menos digna, “coisa de gringo, negro e mulher” (FONSECA, 1994).

A fração de classe que outrora estabelecia seu poder sob o signo político-ideológico e cultural do militarismo, o qual faz com que o município de São Gabriel assumisse a identidade de “*Terra dos Marechais*”, passa a articular esta forma de poder ao poder econômico e a uma transfiguração ideológica e cultural representada pelos elementos da concepção de mundo construída a partir da estância pecuarista. Assim, os estancieiros passam a construir sua dominação de classe na região, sob a égide de um misto entre força e consenso para se converter em classe hegemônica. O que corrobora com a tese gramsciana, para quem a hegemonia o é exercida através,

1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1978 p.11)

Também, os estancieiros consolidam-se ao lado dos charqueadores e financistas do sudeste do Rio Grande do Sul, enquanto parte do bloco histórico<sup>12</sup> que dirige econômica e politicamente o estado até o final do século XIX. Cabe destacar que a tese do bloco histórico enquanto categoria política e analítica possui um duplo caráter, pois se refere à unidade entre um conjunto de classes para a direção de uma formação econômico-social, conforme demonstrou Gramsci (1987) ao analisar a questão meridional italiana. Mas, ao mesmo tempo, o bloco histórico só pode ser compreendido enquanto unidade entre estrutura e superestrutura, visto que “a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das

<sup>12</sup> A categoria bloco histórico refere-se à concepção elaborada por Gramsci (1891-1937) em obras como **A questão meridional** (1923/1987) e **Cadernos do Cárcere** (1926-1937/1987a), a partir do desenvolvimento da tese afirmada por Marx (1859) no prefácio de **Para crítica da economia política**: [...] na produção social da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência. (MARX, 1859/ 1982 p.25)

relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1987a, p.52). Trata-se de uma estrutura global, na qual se inserem como momentos dialéticos, estrutura econômica e superestruturas ideológicas, não existindo uma hierarquia *a priori* dos momentos da realidade, nem no sentido idealista, nem no sentido materialista (COUTINHO; KONDER, 1987).

Portanto, esse processo de consolidação regional revela como o espaço, enquanto totalidade em totalização e historicidade em transformação, se redefine no movimento da sociedade, ainda que se mantenham seus traços ontológicos, tais como as desigualdades, os conflitos e os sistemas hierárquicos de poder sob o domínio de uma fração de classe específica. Sob esta base material e simbólica, o espaço regional, de um modo geral, e o espaço rural da região, converteu-se em uma das fronteiras de expansão do capitalismo, que passou a se tornar o modo de produção dominante na formação social brasileira do final do século XIX ao início do XX.

## **1.2 Capitalismo e desenvolvimento geográfico desigual: elementos para uma interpretação**

O conjunto das ciências humanas produziu diferentes possibilidades de interpretar o que é e como se estrutura a dinâmica do capitalismo. A perspectiva teórico-metodológica deste trabalho conduz a análise do capitalismo dentro da visão crítica da economia política concebendo-o enquanto um modo de produção distinto na história da humanidade. Cabe destacar que a busca pela compreensão do capitalismo como modo de produção não significa reduzi-lo a mera categoria econômica, trata-se de considerá-lo de maneira abrangente enquanto modo de produzir e reproduzir a vida em sociedade, num processo em que “determinados indivíduos, que trabalham produtivamente de determinado modo, entram em determinadas relações sociais e políticas” (MARX e ENGELS, 1844/1982, p. 13).

Nessas relações, a produção material e a produção simbólica encontram-se dialeticamente unidas na práxis social, conforme a categoria bloco histórico utilizada anteriormente permitiu revelar. Do ponto de vista da análise das relações econômico-sociais, a visão da crítica da economia política elaborada por Marx n’ *O capital* (1867/1983), pontua que o modo de produção capitalista, tem como elemento estrutural a acumulação de riquezas na forma de capital. O capital é interpretado como um conjunto de relações sociais de produção, que, sob a égide capitalista, apresenta especificidades em relação a outros modos de

produção. Neste, a instituição da propriedade privada divide a sociedade entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. A partir dessa divisão, na transformação da mercadoria-dinheiro em capital, o possuidor dos meios de produção deve

[...] descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra esta mercadoria específica – a capacidade de ou a força de trabalho. (MARX, 1867/1983 p.139)

Entretanto, para que a força de trabalho apresente-se como mercadoria no processo de circulação para ser trocada por outra mercadoria, ou seja, “para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho” (MARX, 1867/1983 p.139). Assim, uma das condições para a existência do capitalismo, enquanto modo de produção distinto historicamente, é o trabalho livre. Por outro lado, o possuidor da força de trabalho não tem outras mercadorias para vender, visto que “para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias primas, instrumentos de trabalho, etc” (MARX, 1867/1983 p. 140). Desta maneira, no capitalismo, emergem duas classes sociais fundamentais, uma possuidora dos meios de produção, a burguesia, e outra antagônica, que possui como único instrumento para a manutenção e reprodução de sua vida material, a venda de sua força de trabalho: o proletariado.

Ao voltar à análise para a esfera da produção econômica, Marx (1867/1983) revelou o caráter socialmente desigual e exploratório vigente no modo de produção, visto que a força de trabalho, ao entrar no processo produtivo, possui a capacidade de gerar mais valor do que recebe na forma do salário. Esta é a lei geral da acumulação capitalista, ou seja, “nada mais é do que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional” (MARX, 1867/1983 p.193). Diante desta relação entre capital e trabalho se estabelece a reprodução ampliada do capital, sintetizada na fórmula  $D-M...p...M'-D$ <sup>13</sup>, a qual permite definir o capitalismo como “um modo de produção específico, e não apenas tecnologicamente, mas que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais” (MARX, 1867/1985 p.104). Neste modo de

---

<sup>13</sup> D= Dinheiro; M= Mercadoria; p= a produção. A lógica desse processo é comprar para vender. Ou seja, o capitalista possuidor de dinheiro, compra a mercadoria força de trabalho que é consumida na produção e agrega valor à mercadoria que se destina a produzir. Essa mercadoria será vendida e convertida novamente em dinheiro, porém, possuirá um valor maior M' em decorrência da capacidade específica da força de trabalho criar mais valor. O que resulta em uma acumulação representada por D'.

produção entra em cena a “subsunção real do trabalho no capital” (MARX, 1867/1985 p.104), que altera a relação entre capitalistas e trabalhadores livres, tornando central no processo produtivo a extração da mais-valia relativa através da exploração da força de trabalho alheia.

Por sua vez, essas relações econômico-sociais se desdobram na dimensão simbólico-cultural e político- ideológica vigente nas sociedades, da mesma forma que estas dimensões exercem influência sobre a dimensão econômica e social. No que se refere à primeira dimensão, Marx (1867/1983), demonstra através da noção de fetichismo da mercadoria<sup>14</sup>, a tendência geral dos sujeitos não compreenderem as relações sociais em que estão inseridos, em virtude do mundo dominado pelas mercadorias transfigurar a idéia de que, tanto as mercadorias quanto o ser não são produtos de relações sociais, mas coisas. O que funciona como uma espécie de ocultação da realidade.

Ainda, cabe apontar que esse é um processo construído politicamente, através da luta de classes, em virtude da classe que assume o processo de direção econômica da sociedade, possuir a necessidade de impor o conjunto de valores que vigoram na mesma, com vistas a transformar os seus, em valores universais. Esta é uma das questões que Marx e Engels (1844/1982, p.38) procuram demonstrar com a afirmação “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”.

Contudo, é mister estabelecer uma distinção teórico-metodológica entre modo de produção e formação econômico-social. O modo de produção situa-se ao nível da abstração e sua manifestação na realidade objetiva se realiza no contexto das formações econômico-sociais, categorias concretas que “são combinações estruturadas de diversos modos de produção e dominadas por um deles”. (AMIN, 1986, p.12). No âmbito da produção do espaço, Santos (2007) incorporou essa concepção ao afirmar que,

[...] neste ponto é necessário distinguir epistemologicamente entre o modo de produção e a formação socioeconômica já que esta é uma distinção essencial da realidade. Em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significação real-concreta dentro do sistema. (SANTOS, 2007, p. 200)

---

<sup>14</sup> Sobre o fetichismo da mercadoria Marx expõe: O misterioso da mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessa coisa e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiprocó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais. [...] Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho tão logo são produzidos como mercadorias, e que por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1867/1983, p.71)

Santos (2002) também concluiu que a noção de formação econômico e social é fundamental para se compreender as realidades nacionais e propõe que as mesmas sejam consideradas como formações sócio-econômicas e espaciais, ou somente formações socioespaciais, pois “não há e jamais houve Formação Social independente do espaço. A sociedade não pode se tornar objetiva sem as formas geográficas”. (SANTOS, 2002, p.244)

Essas considerações são importantes para compreender que o modo de produção desenvolve-se a partir de uma formação econômico-social e espacial dada, incorporando suas próprias contradições. Assim, partilha-se da interpretação de que

[...] o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada. Teve sua própria circunstância e nela percorreu o caminho possível. As determinações de origem do capitalismo entre nós não podem ser ignoradas se queremos compreender suas contradições históricas, os bloqueios que até hoje nos desafiam a criar mais do que imitar. (MARTINS, 2010 p.9)

Por considerar a existência dessa distinção insere-se nesta perspectiva analítica a concepção de desenvolvimento geográfico desigual, a qual traz dentre seus elementos dois aspectos fundamentais para compreender a dinâmica do capitalismo, a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica. (HARVEY, 2004, 2006).

Para Harvey (2006), assim como propunha Marx (1867/1983), a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista, tornando-o muito dinâmico e inevitavelmente expansível, impondo-lhe uma força capaz de transformar o mundo. Mas, por sua natureza caótica na esfera da produção e circulação de mercadorias, o capitalismo enfrenta crises periódicas. Em geral essas crises devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e renovar as condições de acumulação adicional. Assim, “podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior” (HARVEY, 2006, p. 47). Para atingir esse novo estágio de acumulação a demanda por produtos e a capacidade de absorção dos mesmos deve ser expandida. Esse processo implica na “intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial” (HARVEY, 2006, p. 48).

Logo, o processo de acumulação de capital suscita a questão da organização do espaço e da expansão geográfica desigual como um produto necessário para a reprodução do capitalismo.

Essa perpétua realização do que chamei alhures (ver Harvey, 1982) de ajuste espacial das contradições internas do capital (registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área específica), associada com uma

inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global da acumulação do capital cujo caráter precisa ser bem entendido (HARVEY, 2004 p.40).

Entretanto, o exame atento do mundo em qualquer escala particular revela a existência de uma série de processos que produzem as diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais (HARVEY, 2004).

Marques (2008) ao refletir sobre o processo de desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, pontua que a concepção de Harvey (2006)<sup>15</sup> pode ser sintetizada em quatro elementos condicionantes:

(1) a base material que envolve o processo de acumulação de capital na teia da vida sócio-ecológica; (2) a acumulação por espoliação (quando recursos pré-existentes – força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias - são reunidas e postos em circulação como capital); (3) o caráter da lei da acumulação do capital no espaço e no tempo; (4) as lutas políticas, sociais e de classe numa variedade de escalas geográficas. (MARQUES, 2008, p. 72)

Essas considerações tornam-se importantes para se compreender como o espaço rural da região Campanha Gaúcha, e em particular o espaço rural de São Gabriel, passam a se converter em uma fronteira de expansão da ordem capitalista que se estrutura na formação social brasileira.

### 1.2.1 O domínio do capitalismo nas fronteiras do Brasil Meridional: o espaço rural em questão

Conforme a leitura de Marx (1867/1983), o capitalismo possui algumas condições universais para sua existência, tais como a presença da propriedade privada dos meios de produção, o trabalho livre e a produção de mercadorias, mesmo que não tenha uma origem única, e sim, processos originários - aspecto que dá o caráter distintivo de cada formação social capitalista.

---

<sup>15</sup> Esta proposição de Marques (2008) está embasada na reflexão de Harvey (2006), presente no trabalho, *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*.

Eis o aspecto diferencial da formação capitalista no Brasil. Aqui esse modo de produção foi resultado de um processo de acumulação que se estabeleceu a partir de uma sociedade escravista, dominada pela força da propriedade da terra e pelo capital comercial. Assim, ao contrário da transição clássica, em que o capital se contrapõe à propriedade fundiária, aqui,

[...] a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. (MARTINS, 2010, p. 10)

Na região fronteira do Brasil Meridional, a institucionalização da propriedade territorial, a partir da segunda metade do século XIX, foi fundamental para a transformação das formas de acumulação de riqueza vigentes na economia regional, na qual,

[...] os cabedais conseguidos fora do mercado – sesmarias, posses por ocupação simples da terra, preia do gado – comuns nas primeiras décadas do século XIX, foram sendo sobrepujados por formas de acumulação mercantis, o que se refletia na maior frequência do capital comercial entre as grandes fortunas, conforme avançamos na segunda metade do oitocentos. (FARINATTI, 2010 p.66)

Logo, passou a se estruturar um regime de acumulação, no qual a renda da terra e o lucro das atividades mercantis coadunavam-se, integrando a região ao processo de expansão do capitalismo em curso no Brasil.

Contudo, o processo de aliança entre terra e capital, que impôs um caráter distintivo ao domínio do capitalismo na formação social brasileira, passou por uma reconfiguração no período pós-década de 1930. Com a crise do modelo agroexportador, após a I Guerra Mundial e a grande crise do capitalismo em 1929, desenvolveu-se a mudança em direção ao modelo da industrialização dependente, em que o capital industrial passou a assumir o comando do regime de acumulação na formação social brasileira, mediante uma rearticulação no bloco histórico nacional, no qual burguesia industrial passou a exercer hegemonia política e a impor um novo modelo econômico ao país. Entretanto, esse processo se constituiu a partir de uma aliança com os grandes proprietários de terra e, ao mesmo tempo, com o capital internacional para desenvolver a industrialização do país<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Segundo Coutinho (1992) o conceito de revolução passiva em Gramsci contribui para o entendimento desse momento da história brasileira em que há uma reestruturação do bloco histórico nacional formado entre latifundiários e burguesia para conduzir a direção política da formação social. A revolução passiva está vinculada à noção de guerra de posições, nesse movimento, segundo Gramsci (1968), na oposição dialética entre tese e antítese, uma tese desenvolve todas as possibilidades de luta, até atrair para si os representantes da



Nesse momento, a produção de mercadorias calcada na extração de mais-valia relativa, processo que, de acordo com Marx (1867/1985), demarca a especificidade do modo de produção capitalista, passou a assumir um papel central na formação social brasileira. Em virtude de o capital industrial assumir o comando do regime de acumulação capitalista no país, no espaço rural surge um setor da indústria vinculado à agricultura. Do entrelaçamento entre a renda fundiária e o capital industrial, torna-se possível a elevação da composição orgânica do capital na produção agropecuária e o latifúndio inicia seu processo de transformação para grande empresa capitalista, mais tecnicada. No entanto, esse é um processo que possui ritmos distintos e não se desenvolve de forma homogênea sobre o espaço rural. É o que posteriormente Graziano da Silva (1998) definiu como passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial.

Por sua vez, chamado a compor a nova ordem econômica nacional, que inseria definitivamente o Brasil no modo de produção capitalista, o espaço periférico representado pelo Rio Grande do Sul oferecia duas bases socioeconômicas distintas:

[...] a ascendente sociedade colonial, que desde 1824, com a imigração alemã, forjava uma economia policultora voltada para o mercado interno (com conseqüente acumulação de capital proveniente do comércio) e a politicamente hegemônica (mas em processo gradativo de perda do poder econômico) Campanha pecuarista-charqueadora, que atendia ao consumo nacional com um produto de baixo poder de capitalização regional, já que expressiva parcela de excedente era captada pelo centro do país. (HAESBAERT, 1988 p.55-56)

Mas, passada a euforia da elevação do preço da carne ocorrido durante a I Guerra Mundial e em uma economia nacional na qual a atividade pecuarista era secundária, a fração de classe regional vinculada ao mundo pastoril teve seu domínio econômico abalado, tanto quanto perdia força política diante da nova composição do bloco histórico nacional. Nesta situação de crise, novas dinâmicas iriam se desenvolver no espaço regional.

A crise da pecuária na região da Campanha ocorreu em um momento de expansão do capitalismo no espaço rural da região norte do estado, a partir da exploração de atividades como a rizicultura e a triticultura. Assim, a alternativa encontrada pela fração de classe regional para resistir à crise foi o arrendamento capitalista de parcela de suas terras para as atividades agrícolas em expansão. Dessa forma, a Campanha Gaúcha,

---

antítese. É exatamente nessa formulação que consiste a revolução passiva ou revolução-reestruturação; ou seja, a burguesia industrial, para assumir a direção política, incorporou os elementos de sua antítese - os latifundiários - e, nesta fusão, abriu-se um novo período da história brasileira, porém sem rupturas estruturais.

[...] inseriu-se em um novo padrão de exploração do solo, ou seja, a agricultura capitalista, sustentada basicamente pela rizicultura. Mas, é importante deixar bem claro que esta nova reestruturação econômica não foi capaz de desestruturar o espaço latifundiário, pelo contrário, o pecuarista usufruiu sua condição de proprietário para arrendá-la. (CHELOTTI, 2009 p.96)

Neste processo, o latifúndio pecuarista passou a dividir espaço com a agricultura capitalista que dinamizou a economia regional, no entanto esta forma de apropriação e uso do espaço não foi superada; ao contrário, o arrendamento configurou-se como uma estratégia de manutenção da grande propriedade, que permitiu ao estancieiro explorar a terra de duas formas distintas, mas que se completavam em um dado momento, pois “na medida em que a lavoura era colhida e o arrendamento era pago, o pecuarista voltava a colocar sua criação na área anteriormente destinada à rizicultura, não tendo interesse algum em vender suas terras para os agricultores” (CHELOTTI, 2009 p.96)

Esta nova dinâmica aprofundou o caráter rentista do capitalismo, que expandia seus domínios no espaço rural da região da Campanha Gaúcha, espaço no qual o estancieiro tornou-se o sujeito da personificação da renda territorial em função da propriedade absoluta da terra. Trata-se da concretização do processo descrito por Kautsky (1898/1980), ao discutir o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, em que,

[...] para alguém embolsar uma renda territorial, basta-lhe o título de proprietário fundiário. Quando aluga seu domínio, não carece mexer o dedo para ter o benefício da renda territorial. Para realizar o lucro que os trabalhadores lhe proporcionariam, o capitalista, mesmo no caso de não colaborar ativamente na produção, é obrigado ao menos intervir na esfera da circulação das mercadorias, na compra e na venda. A isso foi obrigado, ao menos, até o dia em que as sociedades por ação o tornaram inútil nessa esfera, mostrando que poderiam dispensá-lo. O proprietário territorial só precisa ter a sua posse fundiária para receber as suas rendas, e muito frequentemente vê-las aumentar. (KAUTSKY, 1980 p.98)

Por sua vez, o produtor agrícola, conhecido como granjeiro - granja era o nome dado à empresa agrícola capitalista no Rio Grande do Sul (Haesbaert, 1988), ao mesmo tempo em que paga a renda da terra ao proprietário fundiário, insere-se no regime de acumulação a partir da renda que advém do caráter capitalista de sua produção. Trata-se da renda que é constituída pelo excedente, pelo lucro extraordinário que advém do trabalho num solo determinado e em determinadas condições, a renda diferencial (KAUTSKY, 1980).

As determinações que revelam as especificidades da expansão capitalista no Brasil nos conduzem a uma nova interpretação desse modo de produção, baseada não meramente na oposição capital x trabalho, mas na recuperação da fórmula trinitária, presente no terceiro tomo de *O capital*, quando Marx (1991) afirma:

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que tem por fonte de receita respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo de produção capitalista. (MARX, 1991 p.1012).

Também a manutenção do latifúndio, incorporado no processo de expansão do domínio capitalista, revela a natureza contraditória do seu desenvolvimento no espaço e no tempo, o que corrobora com a tese de Santos (2007), quando este afirma que as condições históricas precedentes facilitam o mecanismo de expansão do capital no espaço, através das formas que passam a ser usadas para atuar em consonância com a estrutura social que o capitalismo impõe.

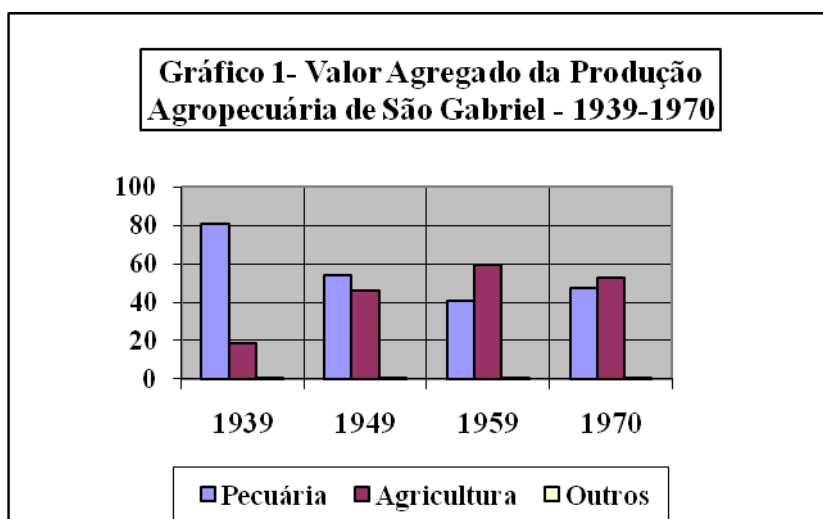
O espaço rural de São Gabriel passou a ser incorporado a esse novo padrão de uso das formas geográficas, cuja atividade pecuária passava a dividir espaço com a agricultura, enquanto alternativa à crise econômica e política vivenciada pela fração de classe dominante na região. A gênese desse processo se deu com a introdução da cultura do arroz ainda na primeira década do século XX, posteriormente com a produção de trigo, milho, linho e cevada. Assim, se até 1950 predominavam as pastagens naturais que correspondiam a 88% da ocupação do solo do município, evidenciando a importância da pecuária no mesmo, e apenas 3% da ocupação era destinado à produção agrícola, em 1957 a ocupação do solo pela agricultura passou a corresponder a 7%, com destaque para o trigo (30.781 mil hectares), arroz (4.580 mil hectares) milho (1.150 mil hectares) e linho (2.500 mil hectares) (MÜLLER, 1962). Esses dados demonstram a tendência de expansão da atividade agrícola no espaço rural de São Gabriel a partir da década de 1950.

Nessa nova dinâmica a lavoura de trigo foi a que mais se destacou, sua produção em escala comercial começou a se desenvolver em função da Companhia Trigosul, organizada na década de 1940, com capitais de São Gabriel e Porto Alegre, contando com a participação de imigrantes russos. O aumento na produção de trigo, entre 1950-1957, impulsionado pela Cia. Trigosul, recebeu apoio do Estado através do Fomento Estadual, que colaborava com o fornecimento de sementes e realização de análise do solo, cuja produção era financiada pelo Banco do Brasil. Dessa maneira, São Gabriel inseriu-se no quadro dos maiores produtores de trigo da região da Campanha e dos grandes produtores do Rio Grande do Sul, com uma produção estimada entre 30.000 e 50.000 toneladas (MÜLLER, 1962).

Com a expansão das lavouras empresariais, representadas principalmente pelo trigo e arroz, a importância econômica da produção agrícola passou a equiparar-se com a da pecuária em São Gabriel, pois, conforme demonstra o Gráfico 1 (Figura 4), de 1939 a 1970 a

agricultura passou a se consolidar como parte importante do valor agregado pelas atividades agropecuárias. Se em 1939 representava apenas 18,8% do total do valor agregado da produção agropecuária de São Gabriel, em 1949 passou a representar 45,9 %, em 1959 atingiu 59,4% e em 1970, 52,4% (FONTE: FEE, 1986). O que demonstra uma tendência de estabilização da importância do setor no período de 1940 a 1970.

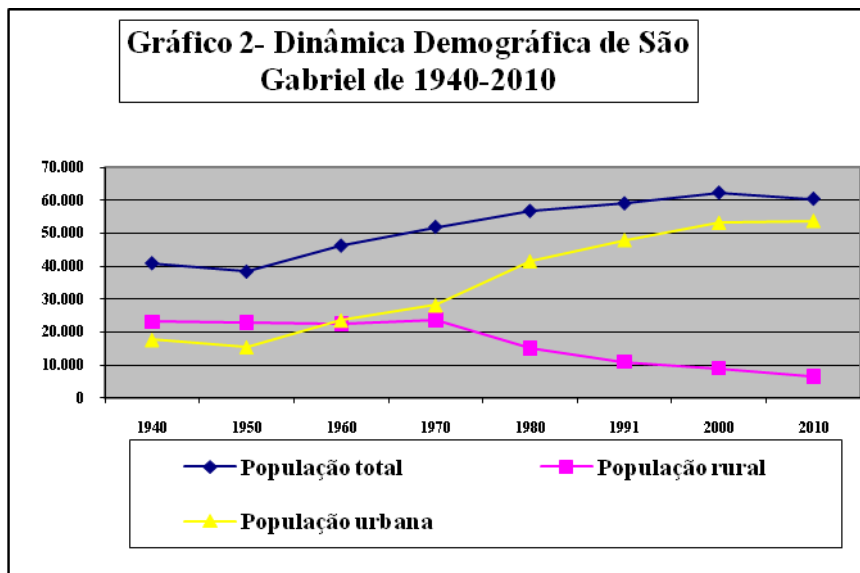
Durante esse período, o processo de arrendamento capitalista foi mais marcante na lavoura tritícola do que na rizicultura. Müller (1962) identificou dois grupos de arrendatários, os pequenos arrendatários, principalmente de origem estrangeira (russos, dinamarqueses, holandeses) e os conhecidos na região como arrendatários fortes, pessoas residentes na cidade, como médicos, advogados e comerciantes que arrendavam de quatro a doze quadras de sesmarias. Esses grandes arrendatários eram mais representativos que os pequenos, pois possuíam melhores condições financeiras para arrendar a terra, que passava por um processo de valorização econômica frente à expansão da agricultura capitalista. Müller (1962) evidenciou essa valorização ao afirmar que devido os altos níveis do preço de arrendamento da terra, os proprietários fundiários em quatro ou cinco anos de arrendamento recebiam o valor de sua propriedade.



**Figura 4** - Gráfico 1: Valor agregado da produção agropecuária de São Gabriel-RS entre 1939- 1970.  
**Fonte:** FEE, (1986)  
**Org.:** SANTOS, A, L.M. 2011.

Dessa maneira, o processo de expansão da lavoura capitalista no espaço rural de São Gabriel, ao mesmo tempo em que mantinha o padrão concentrado da estrutura fundiária,

dificultava a possibilidade de reprodução social do campesinato frente à especulação no mercado de terras, tanto quanto limitava o número de postos de trabalho, pois as lavouras mecanizadas de trigo e arroz necessitavam de pouca mão-de-obra. Logo, ao analisar-se a dinâmica demográfica de São Gabriel de 1940 a 2010, conforme o Gráfico 2 (Figura 5), verifica-se que o êxodo rural tornou-se uma tendência a partir da expansão do domínio capitalista no espaço rural em questão, haja vista que, entre as década de 1960 até o final da década 1980, se verifica uma tendência de declínio significativo da população rural em relação a população urbana e ao crescimento da população total de São Gabriel, questão contribuir para evidenciar o caráter excludente e desigual no movimento de expansão do domínio capitalista no espaço.



**Figura 5** - Gráfico 2: Dinâmica Demográfica de São Gabriel-RS entre 1940-2010.

**Fonte:** IBGE (2010)

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

A partir das relações entre a atividade pecuária (bovina e ovina) e a lavoura capitalista, São Gabriel desenvolveu sua economia atrelada aos interesses destes dois setores, que passaram a atrair atividades complementares para agregar valor a sua produção, como a introdução de frigoríficos vinculados à pecuária e dos engenhos de beneficiamento de trigo e arroz; da mesma forma, a associação pecuária-agricultura passou a fomentar as atividades comerciais. O modelo tecnológico, ao qual a lavoura capitalista passou a se submeter no Brasil após a década de 1960, viabilizou a implementação da indústria de insumos químicos e

máquinas agrícolas. Trata-se de processos que revelam o ingresso do espaço rural de São Gabriel, de modo particular, e da região da Campanha Gaúcha, de modo geral, no contexto da modernização conservadora<sup>17</sup> da agricultura brasileira.

Como identificou Haesbaert (1988), a dinâmica da modernização inseriu novos agentes no quadro da produção do espaço regional tornando-o mais complexo. Dentre esse, segundo o autor, situam-se dois grandes grupos: os que desenvolvem a articulação da Campanha com outros espaços, vinculados ao capital privado (nacional e transnacional) e estatal, bem como os que promovem uma rearticulação espacial restrita, ao nível intra-regional, geralmente vinculado ao próprio capital local.

O primeiro grupo se expressa no desenvolvimento da pecuária intensiva, representada pelas “cabanhas” especializadas na pecuária bovina e ovina e pelos “haras” especializados na criação intensiva de eqüinos. Empreendimentos que correspondem a uma nova articulação do capitalismo no espaço pastoril, mas que dependem de um alto grau de investimento em capital constante, em função das tecnologias que incorporam, o que determina sua expressão em caráter espacialmente seletivo e concentrado em poucas propriedades.

A agricultura intensiva é representada pelas granjas especializadas na produção de arroz e trigo e, após, com a introdução da lavoura de soja, sobretudo a partir da década de 1970. Ambas estruturadas no modelo do arrendamento capitalista, sustentado com o capital acumulado pelos colonos do norte do estado, que migraram para a região da Campanha, inicialmente em função da expansão da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul e, posteriormente, em decorrência do impacto da modernização na região norte do estado. Também é parte deste primeiro grupo a agroindústria vinculada ao capital colonial e ao capital monopolista transnacional representada pela inserção dos grandes frigoríficos, da indústria de laticínios e de empresas vitivinícolas na região.

Já o segundo grupo se expressa no desenvolvimento da pecuária leiteira e agricultura de pequeno porte, estabelecidas em pequenas propriedades, conhecidas na região como “chácaras”. Esse grupo de agentes vincula-se a acumulação de capital propiciada internamente na região e tem sua produção voltada ao consumo local, enquanto o primeiro

---

<sup>17</sup> A modernização conservadora da agricultura brasileira, segundo Graziano da Silva (1982), foi o resultado das políticas que visaram o desenvolvimento do capitalismo no campo, no sentido de sustentar o processo de industrialização do Brasil. Nesse processo, o autor constata que a modernização serviu na maioria das vezes para a manutenção de um sistema latifundiário no qual a terra assumiu o principal papel como geradora de renda, deixando ao capital um papel secundário. Em síntese, tratou-se de uma modernização conservadora que privilegiou apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes). Não foi uma transformação dinâmica e auto-sustentada. Pelo contrário, foi uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só foi possível pelo amparo do Estado brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

grupo destina sua produção essencialmente a mercados externos. Ainda cabe destacar que tanto o primeiro quanto o segundo grupo de agentes recebem apoio estatal, entretanto, o primeiro grupo é privilegiado nesse aspecto, tendo acesso ao apoio técnico, infraestrutura relativa quanto à energia, à armazenagem, ao transporte e à comunicação, bem como financiamento de sua produção.

Dessa forma, na eminência de suas contradições e desigualdades, esses processos demonstram, tanto o desenvolvimento de relações tipicamente capitalistas no espaço rural em questão, ao mesmo que se recriam relações não capitalistas, como se verifica na instituição das pequenas propriedades, as “chácaras”; assim como não se pode negar a continuidade da presença do campesinato fronteiriço, ainda que de maneira cada vez mais subalternizada. O que vem ao encontro da análise de Oliveira (1994) acerca do desenvolvimento do capitalismo no campo. Em que,

[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo o canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas. (OLIVEIRA, 1994. p.48.)

Há um predomínio das relações capitalistas de produção (trabalho assalariado), em grandes e médias propriedades e das relações familiares camponesas nas pequenas propriedades, formando duas faces contraditórias do campo, pois,

[...] se encontramos não só o aumento, mas quase que o predomínio absoluto do trabalho assalariado nos estabelecimentos agrícolas, com mais de mil hectares, inversamente temos o aumento do predomínio majoritário do trabalhador familiar camponês nos estabelecimentos com área inferior a cem hectares. (OLIVEIRA, 1994, p.65).

Nessas faces contraditórias o capital tanto se territorializa no espaço rural, quanto pode monopolizar os territórios camponeses como uma estratégia para sua reprodução (OLIVEIRA, 1994).

Em síntese o que se verifica através do processo de expansão do domínio capitalista na região da Campanha Gaúcha é uma mudança na base técnica da produção, uma inserção de novos agentes produtores do espaço rural e uma resignificação nas funções deste espaço. Entretanto, esse processo ocorre sem uma alteração significativa na estrutura da propriedade fundiária que permanece altamente concentrada. É o que se verifica de maneira singular em São Gabriel a partir da análise da estrutura fundiária do município (Tabela 1).

**Tabela 1-** Estrutura Fundiária do Município de São Gabriel - 2010

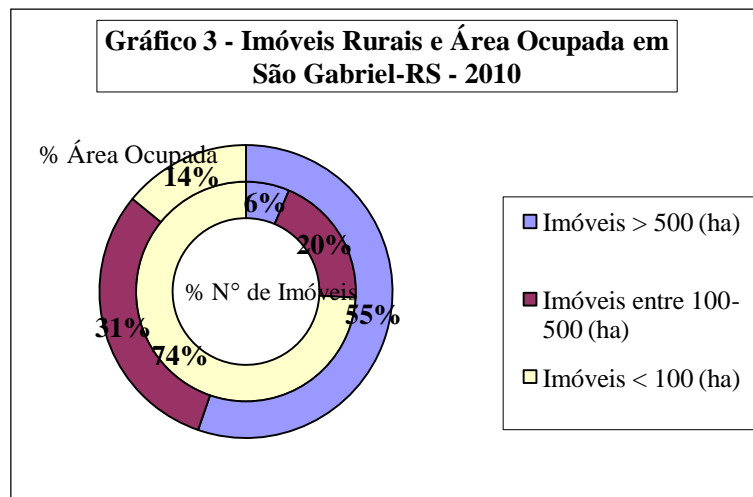
<b>Classe de Área</b>	<b>Total de Imóveis</b>	<b>Total de Área (ha)</b>
<b>Mais de 0 a menos de 1 (ha)</b>	17	8,00
<b>1 a menos de 2 (ha)</b>	41	57,30
<b>2 a menos de 5 (ha)</b>	290	996,60
<b>5 a menos de 10 (ha)</b>	413	2.969,60
<b>10 a menos de 25 (ha)</b>	647	10.617,30
<b>25 a menos de 50 (ha)</b>	480	17.059,05
<b>50 a menos de 100 (ha)</b>	486	34.614,48
<b>100 a menos de 200 (ha)</b>	312	43.380,43
<b>200 a menos de 500 (ha)</b>	311	100.249,40
<b>500 a menos de 1.000 (ha)</b>	128	94.906,20
<b>1.000 a menos de 2.000 (ha)</b>	52	71.345,82
<b>2.000 a menos de 2.5000 (ha)</b>	10	21.524,45
<b>2.500 a menos de 5.000 (ha)</b>	12	39.326,80
<b>5.000 a menos de 10.000 (ha)</b>	3	19.662,80
<b>10.000 a menos de 20.000 (ha)</b>	1	13.345,30
<b>20.000 a menos de 50.000 (ha)</b>	0	0,00
<b>50.000 a menos de 100.000 (ha)</b>	0	0,00
<b>100.000 e mais (ha)</b>	0	0,00

Fonte: SNCR/INCRA, (2011)

Org.: SANTOS, A.L.M. 2011.

Neste município, conforme demonstra o Gráfico 3 (Figura 6) – os imóveis rurais acima de 500 hectares (grandes propriedades), os quais correspondem a apenas 6,4% do total de imóveis rurais do município, ocupam 55,3% da área total dos mesmos. Por sua vez, os imóveis de até 100 hectares (pequenas propriedades), que representam 74,1 % do total de imóveis rurais, ocupam apenas 14,1% da área total dos imóveis rurais. Essas pequenas propriedades indicam, por um lado, a presença camponesa no espaço rural, e por outro, a condição de subalternidade vivenciada por esses sujeitos em função do espaço exíguo que possuem para se reproduzir socialmente. Questão que novas investigações podem problematizar.





**Figura 6** - Gráfico 3: Imóveis rurais e área ocupada em São Gabriel-RS - 2010  
**Fonte:** SNCR/INCRA (2011).  
**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Também é possível identificar a constituição de um bloco no poder intrarregional representado por estancieiros e empresários rurais. Trata-se de uma aliança entre o tradicional latifúndio pecuarista e o moderno agronegócio, concebido enquanto um complexo sistema que abrange agricultura, indústria, mercado e finanças sob o controle do capital (FERNANDES; WELCH, 2008), o qual passou a empreender um novo ciclo de territorialização na região da campanha a partir da década 1990 com a expansão das lavouras de soja sobre as lavouras de arroz, bem como através da aquisição de terras para a silvicultura conforme demonstrou Chelotti (2009).

No plano econômico a articulação entre essas duas frações de classe representa uma perseguição conjunta entre renda fundiária e lucro capitalista. Entretanto, há uma reconfiguração nas relações de poder exercidas pelas mesmas, em que o estancieiro, diante da situação de crise econômica que enfrenta, sustenta sua hegemonia num processo de transfiguração das relações de poder que exerce. O poder econômico, político-militar e ideológico-cultural de outrora, passa a se consubstanciar em uma espécie de *poder simbólico*, ou seja,

[...] o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). (BOURDIEU, 2005, p.14)

Já a fração de classe do empresariado rural legitima e incorpora as concepções do poder simbólico dos estancieiros, ao mesmo tempo em que se afirma politicamente enquanto fração de classe dirigente, em função do poder econômico que passou a deter.

Trata-se de uma composição que pode ser concebida enquanto a formação de um bloco no poder no interior do Estado, nos termos descritos por Poulantzas (1980).

Em relação principalmente as classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização, Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do *bloco no poder*, composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra. (POULANTZAS, 1980 p.145)

Essa composição é formada através de uma unidade conflitual na aliança de poder e equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes (POULANTZAS, 1980).

Mas, apesar dessas transformações impostas pela expansão do capitalismo, a condição ontológica do espaço e da sociedade regional permanece, neste início de século XXI, marcada por sistemas hierárquicos de poder, desigualdades sociais e conflitos. Tem sido justamente em torno dos conflitos, sobretudo com a luta pela terra protagonizada por movimentos sociais populares como o MST, que as relações de poder hegemônicas têm sido contestadas. O que tem propiciado novas transformações na dinâmica da produção do espaço rural, de modo particular, bem como na dinâmica geral da sociedade espacializada.

**- CAPÍTULO II -****TERRITÓRIOS EM DISPUTA: EXPRESSÕES DA QUESTÃO  
AGRÁRIA EM SÃO GABRIEL**

*“A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. A propriedade da terra é uma relação social [...] É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação”. (MARTINS, 1995 p.169)*

A partir da análise dos impactos do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo no espaço rural de São Gabriel, foi possível compreender como se estabeleceram os processos de sujeição da terra ao capital, de concentração na estrutura fundiária e de desenvolvimento das relações de poder articuladas ao domínio da propriedade da terra, pelas classes sociais que passaram a compor um bloco no poder; processos que aprofundaram a condição ontológica da dinâmica regional na qual o espaço rural de São Gabriel se insere.

Desta maneira, corrobora-se a tese de que, no capitalismo, a propriedade da terra é produto de relações sociais, as quais envolvem trocas, mediações, contradições, conflitos, movimento e transformação (MARTINS, 1995). Logo, no âmbito da reflexão sobre a produção do espaço rural, a terra torna-se uma forma-conteúdo, pois enquanto forma jurídica e espacial constitui um objeto que “torna-se depositário de movimento, torna-se forma-conteúdo quando associado à totalidade social” (SANTOS, 2007, p.200).

Tais aspectos elucidam como a questão agrária se manifesta no contexto do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo no espaço rural de São Gabriel. Sobretudo quando se considera a acepção clássica do termo questão agrária, o qual significa,

[...] o bloqueio que a propriedade da terra representa para o desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. (MARTINS, 2000 p.90)

Nesses termos, como aponta Vergopoulos (1986), a terra passa a assumir uma função perversa no sistema social capitalista, funcionando como uma restrição extraeconômica que, entretanto, é economicamente valorizada.

Mas, é mister reconhecer que a contradição da questão agrária se insere na historicidade e no movimento da sociedade espacializada, o que constitui seu pólo dinâmico. Nesse sentido,

[...] a questão agrária é composta da contradição e do paradoxo, que revelam sua complexidade. A contradição está na estrutura do sistema capitalista e o paradoxo no movimento da questão agrária. E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta a conflitualidade e o desenvolvimento através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. (FERNANDES, 2006 p.6)

A conflitualidade é, para Fernandes (2006), resultado do processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo, que leva ao enfrentamento perene das classes sociais que disputam a política e o território. Ao mesmo tempo, a conflitualidade é promotora de modelos de desenvolvimento distintos, nos quais se contrapõem o capital e o campesinato. Esse processo de conflitualidade explicita a dimensão política da questão agrária.

Essa dimensão tornou-se evidente em São Gabriel quando o MST passou a desenvolver a luta pela terra, contestando a hegemonia do bloco no poder. A partir desse momento tornou-se possível identificar a formação de um *campo de conflitos* no qual a questão agrária se circunscreve. As disputas e as relações de poder que se manifestam neste *campo* conduzem a perspectiva analítica à dimensão do território. Nesse sentido, este capítulo busca expor a interpretação do movimento da questão agrária em São Gabriel sob o prisma da disputa de territórios entre os agentes formadores do *campo dos conflitos agrários*. Inicialmente, apresentam-se as noções que substantivam a abordagem territorial em questão, para, posteriormente, discutir-se o uso metodológico da noção de *campo*, as concepções, as ações e projetos delineados pelos agentes na trama da disputa territorial.

## **2.1 Do espaço ao território: as noções que substantivam a abordagem territorial**

A premissa exposta por Lefebvre (1976), segundo a qual o espaço não é um dado *a priori* desvinculado da atividade social, mas sim, resultado desta atividade, não significa

desconsiderar a existência de uma materialidade *a priori* que também é parte da natureza do espaço. Significa considerar que essa materialidade se molda geograficamente a partir da ação humana. O fazer histórico do ser social implica no imperativo da produção do espaço. Tal processo “supõe a utilização das forças produtivas e de técnicas existentes, a iniciativa de grupos e classes sociais capazes de intervir em grande escala”. (LEFEBVRE, 1976, p.120).

Portanto, é a partir da produção do espaço que se produzem os territórios. Nesse aspecto se está de acordo com Raffestin (1993, p.143), para quem “é essencial reconhecer que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático”. Dessa maneira, Raffestin (1993), tanto quanto Lefebvre (1976), pode reconhecer que o espaço é tanto dotado de uma realidade material pré-existente, quanto um campo de possibilidades que se torna objeto de agentes na medida em que estes manifestam a intenção de apoderar-se dele.

Para Raffestin (1993), os territórios são espaços políticos por excelência, “onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Ao reconhecer o primado do poder na definição de um território, Raffestin (1993) passou a refletir sobre o mesmo a partir de um ponto de vista relacional. Nessa perspectiva, o geógrafo francês reconheceu a importância de Marx, que “na análise da mercadoria mostrou nela um ato que implicava uma relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 31).

Ao referir-se à tese do fetichismo da mercadoria de Marx<sup>18</sup>, Raffestin (1993) tem em mente explicitar que o território é produto de relações e não “coisificar”, ou “reificar” o território, como apontou Souza (1995). Entretanto, é Dematteis (2007) quem aprofunda a perspectiva de Raffestin (1993) ao afirmar que,

[...] este é o ponto de vista que nos impediu de tratar o território como um simples objeto material e, ao mesmo tempo, nos condiciona a compreender, como as relações sociais de produção, as interações sociais se estabelecem em diferentes escalas. (DEMATTEIS, 2007, p.8)

Porém, Dematteis (2007), diferentemente de Raffestin (1993), enfatiza que a problemática das relações sociais no âmbito das dinâmicas territoriais deve incorporar a noção de conflito social. Dessa forma “para quem raciocina como Marx, isso está implícito e é inerente ao conflito de classe, no qual o território é mediador das relações sociais de produção” (DEMATTEIS, 2007, p.9).

---

<sup>18</sup> Sobre a tese do fetichismo da mercadoria, retornar a nota 12 presente no capítulo I.

A contribuição de Oliveira (2004 p. 40) corrobora com tais premissas ao apontar que

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta, do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e as suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.). (OLIVEIRA, 2004, p.40)

Nessa perspectiva também é ressaltada a contradição e a luta entre as classes sociais no processo de construção do território, haja vista que para Oliveira (2004, p.40) “o território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”.

Contudo, neste ponto, é importante retomar a compreensão de Raffestin (1993), quando este afirma que o sistema territorial é apreendido como um meio e ao mesmo tempo como um fim, “como um meio, denota um território, uma organização territorial, mas com um fim conota uma ideologia de organização. É, portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias” (RAFFESTIN, 1993 p.158). Assim, é possível compreender como os diferentes agentes constroem diferentes territórios, o que nos leva a falar em territórios mediados e construídos pelas lutas sociopolíticas das classes e grupos sociais, por diferentes atores sintagmáticos em suma, e não falar somente no território como síntese das lutas, conforme a abordagem de Oliveira (2004).

Também a abordagem territorial em questão procura reconhecer a imbricação entre materialidade e imaterialidade, concretude e abstração na dinâmica territorial. O faz de modo que os territórios possam ser concebidos, “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas, ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural” (HAESBAERT, 2006, p.79). A imbricação é, logo, reveladora do caráter multidimensional inerente ao território.

Ainda, se situa no centro dessa abordagem territorial numa concepção processual e multiescalar do território, na qual se reconhece a existência de uma interconexão entre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização como elementos intrínsecos ao movimento da sociedade espacializada. Logo, se está de acordo que “a desterritorialização, é na verdade, uma nova forma de territorialização, um processo constante de destruição e construção de territórios” (HAESBAERT, 2006, p. 32).

Nesse aspecto ressalta-se a contribuição filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2000), que, por vincularem-se a uma perspectiva filosófica pós-estruturalista, ao contrário de definir uma sociedade pelas suas contradições, como na linguagem marxista, passam a defini-

la pelas linhas de fuga que afetam as massas de todo tipo, da terra aos homens. Assim, elaboram uma interpretação do estado das coisas pelos pontos ou fluxos, pela multiplicidade em detrimento de uma visão dicotômica, como a fórmula do rizoma evidencia na apresentação da obra Mil Plátos.

O rizoma, enquanto forma multifacetada de projeção de uma imagem do mundo, é marcado por rupturas. “Há uma ruptura no rizoma cada vez que as linhas segmentares explodem em linhas de fuga. Mas a linha de fuga faz parte do rizoma, elas não param de se remeter umas as outras” (DELEUZE; GUATARRI, 2000 p. 17). A linha fuga, em qualquer dimensão, é para Deleuze e Guatarri (2000) a expressão de um processo de desterritorialização. Entretanto, os autores se questionam como é possível que movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não sejam relativos uns aos outros, não estejam presos uns aos outros? E explicitam sua visão na metáfora entre a orquídea e a vespa.

A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque da vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre a imagem desta. A vespa se desterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma peça do aparelho reprodutivo da orquídea, mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen. A vespa e a orquídea fazem um rizoma em sua heterogeneidade. (DELEUZE; GUATARRI, 2000 p.17)

Este é o aspecto fundamental da filosofia de Deleuze e Guatarri (2000) a ser incorporado pela análise geográfica do território, ou seja, a processualidade em que a desterritorialização, em um nível ou escala implica, em uma reterritorialização em outra. Haesbaert (2006), ao incorporar as contribuições desses autores afirma que a desterritorialização expressa o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, ao passo que a reterritorialização é o movimento de construção dos territórios sobre novas bases.

A partir dessas leituras, a abordagem territorial em questão concebe os territórios sob uma ótica relacional, multidimensional, processual e multiescalar. Reconhece o primado de uma relação social específica que lhes substantivam as relações de poder, e interpreta-as sob o do ponto de vista da dinâmica conflitiva estabelecida entre as classes sociais, que, através de seu movimento no espaço, podem gerar processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

### 2.1.1 Poder e classes sociais na dinâmica do Estado Integral

Se a disputa de territórios que demarca o movimento da questão agrária em São Gabriel é delineada por relações de poder, pelo conflito de classe, pela mediação do Estado, trata-se de esclarecer conceitualmente essas três noções para posteriormente discutir de que maneira se manifestam no *campo dos conflitos agrários*. Como ponto de partida para essa reflexão aborda-se a problemática do poder na perspectiva genealógica<sup>19</sup> de Foucault (2008), de onde se abstraem três aspectos: o poder como relação social, o papel positivo do poder, a presença do poder em diversas instâncias da vida social.

Com relação ao primeiro aspecto, Foucault (2008, p.175) afirma que “o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”. Ele é visto como uma “relação de força”. No que diz respeito ao segundo aspecto, Foucault (2008) considera que o poder não pode ser reduzido às relações de repressão.

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 2008, p. 8)

O terceiro aspecto diz respeito ao poder constituir “uma rede produtiva que atravessa todo corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 2008, p.8). De acordo com Machado (2008) o interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, mas funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada nem ninguém escapam. Questão que demonstra a posição pós-estruturalista da filosofia de Foucault (2008).

---

<sup>19</sup> Para Foucault (2008, p. 171) a genealogia é “o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais. [...] Não é um empirismo nem um positivismo, no sentido habitual do termo, que permeiam o projeto genealógico. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns.



Ao incorporar esses aspectos da genealogia do poder de Foucault (2008), compreende-se que a referida abordagem é importante, sobretudo para se perceber a existência de micro-poderes intrínsecos ao que Foucault (2008) denomina de corpo social. Através dessa abordagem também se reconhece, segundo Machado (2008), uma autonomia relativa da periferia com relação ao centro em virtude de considerar que as transformações ao nível capilar, minúsculo do poder, não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito dos aparelhos de Estado.

Entretanto, compreende-se essa visão como ponto de partida para situar o poder enquanto relação social, à dimensão das relações entre as classes sociais. Neste aspecto são incorporados elementos da perspectiva de Poulantzas (1977), que reconhece o poder como inerente às relações entre as classes sociais, relações que são marcadas pela luta e que levam a dominação e subordinação.

Nessa visão, o poder é “a capacidade de uma classe social de realizar seus interesses objetivos específicos” (Poulantzas, 1977, p.100), sejam estes econômicos, políticos ou ideológicos. Ainda se considera a existência de centros de poder, pois “este poder das classes sociais está organizado, no seu exercício, em instituições específicas, em centros de poder” (POULANTZAS, p.111). Eis o ponto divergente da análise, em outra obra Poulantzas (1980 p.49) apesar de reconhecer que “as relações de poder não englobam completamente as relações de classe e podem ultrapassar as relações de classe”, estabelece uma crítica à visão foucaultiana por essa privilegiar uma concepção que dilui e dispersa o poder em incontáveis micro-situações, subestimando consideravelmente a importância das classes e das lutas de classe, bem como o papel do Estado enquanto centro de exercício do político (POULANTZAS, 1980).

Entretanto, um aspecto convergente entre as duas abordagens é justamente a compreensão do poder enquanto relação social, bem como as suas diversas formas de ação. Se Foucault (2008) enfatiza o poder disciplinar, que age sobre o corpo social, formando os indivíduos e que incide diretamente na construção dos saberes, Poulantzas (1977, 1980) adere à concepção relacional de poder analisando-o ao nível das contradições de classe em suas dimensões econômica, política e ideológica.

Essa elaboração conduz a reflexão ao pensamento de Antônio Gramsci (1929-1935) na medida em que este procurou trabalhar os processos e relações culturais que se desencadeiam no plano das superestruturas, enquanto elementos importantes da formação de uma vontade coletiva, que representa, na sua visão, a formação de uma classe social. Para Gramsci (1987a) a ideologia é concebida enquanto uma visão de mundo que se manifesta implicitamente na

arte, no direito, na atividade econômica, e em todas as manifestações da vida individual e coletiva. Desta forma, as diferentes classes produzem diferentes visões de mundo e para que sua visão torne-se dominante fazem uso de dois elementos, o consenso e a força.

É em torno dessas relações que se estrutura o Estado que, para Gramsci (1968, p. 87), “é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém, não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”. Portanto, nesta perspectiva teórica, o conceito de Estado é definido em um sentido integral, o qual abrange a sociedade política e a sociedade civil. Segundo Glucksmann (1980), a sociedade política representa o Estado em um sentido estreito, como aparelho de ditadura de classe, na medida em que possui funções coercitivas. A dominação se estabelece através do aparelho de Estado em seu sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Já a sociedade civil representa os meios de difusão da cultura, os meios de direção intelectual e moral das classes sociais. Na sociedade civil vigora a hegemonia, enquanto capacidade de direção de classe através da produção do consenso ativo ou passivo entre governantes e governados (GRAMSCI, 1968).

Por sua vez, Bourdieu (2005) identifica uma dimensão simbólica na luta de classes ao afirmar que

[...] as diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo de forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 2005 p.11)

Essa luta simbólica contribui para a criação de hierarquias e distinções entre as classes sociais.

No Estado integral, de acordo com Gramsci (1968), a sociedade política e a sociedade civil estão articuladas em maior ou menor grau a depender das características das formações econômico-sociais. A materialidade da sociedade civil se manifesta nos aparelhos privados de hegemonia, enquanto a materialidade da sociedade política situa-se nos aparatos burocráticos do Estado. É a partir da dinâmica contraditória das classes sociais, na esfera da sociedade civil, que se identifica a formação dos movimentos sociais, pois,

[...] embora as pessoas se encontrem, de saída, numa estrutura já de maneira determinada, a constituição das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é a elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. (Certamente, na medida em que sem tais movimentos constituem um agente ativo na

formação social, mesmo aquela estrutura “já dada” é também, produzida pelas interações e lutas de classe) (SADER, 1988, p.45)

Dessa forma, os movimentos sociais configuram-se como “processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito” (GOHN, 2004, p. 245). Nos movimentos sociais, segundo Gohn (2004), os atores desenvolvem ações coletivas que possuem um sentido de luta social. Observa-se, assim, que na definição de movimentos sociais surgem duas categorias novas: atores sociais e luta social. A categoria ator social não se contrapõe à classe social, uma vez que “todo ator pertence a uma classe social. Mas, os atores muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, às problemáticas de classe social” (GOHN, 2004, p. 249). Daí emerge a centralidade da categoria luta social, que não se contrapõe a categoria luta de classes, mas que, no processo de organização de um movimento social, pode expressar ou não esta dimensão, a depender da composição do movimento e do caráter de suas reivindicações. Neste aspecto, também não se pode negar a imbricação entre o aspecto social e político das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais, pois, como já enunciava Marx (1846/2007, p.155), “não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não haverá nunca movimento político que não seja ao mesmo tempo social”.

Ainda cabe destacar o papel do Estado enquanto instituição na dinâmica dos conflitos entre forças sociais divergentes, que representam as classes e movimentos sociais. Neste ponto, Poulantzas (1980 p.16) afirma que “não se pode falar de uma natureza de classe, mas de uma utilização de classe do Estado”.

Compreender o Estado como condensação de uma relação de força entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas ele é mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado. (POULANTZAS, 1980 p.152)

Dessa maneira, torna-se possível reconhecer o estabelecimento de uma política de Estado como resultado das contradições de classe. O que torna evidente o papel das políticas públicas

enquanto instrumento de mediação de interesses, em uma sociedade dividida em classes sociais.

## **2.2 A formação do campo dos conflitos agrários em São Gabriel: agentes, concepções, ações e projetos na trama da disputa territorial**

A noção de *campo dos conflitos agrários* foi utilizada como referência metodológica por Da Ros (2006) para discutir a dimensão política da questão agrária no Rio Grande do Sul. A partir dessa noção, o referido autor identificou os principais agentes que protagonizam as lutas travadas em torno do direito de posse e uso da terra no Estado e avaliou as políticas agrárias no período de 1999 a 2002. Entretanto, na elaboração desta, tomou como referência metodológica a teoria do espaço social de Bourdieu (2005).

Para Bourdieu (2005) pode-se representar o mundo social na forma de um espaço multidimensional construído na base dos princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos de um conjunto de propriedades que atuam no universo social considerado. Nesse espaço, os agentes sociais ou grupos de agentes podem ser definidos de acordo com as posições que ocupam.

Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir esse espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como campo de força, quer dizer, como um conjunto de relações objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo as interações diretas entre os agentes. (BOURDIEU, 2005 p.134)

Para Bourdieu (2005) as propriedades atuantes tomadas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de *poder* ou de *capital*<sup>20</sup> que se manifestam nos diferentes campos. Assim, “as espécies de capital, a maneira de um trunfo num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado” (BOURDIEU, 2005 p.134). Logo, a noção de campo é empregada no sentido de definir o espaço de relação, ou campo de forças formado pelos agentes que protagonizam os conflitos agrários em São Gabriel, haja vista que “todo campo é o lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição de princípios legítimos” (BOURDIEU, 2005 p.150).

---

<sup>20</sup> Para Bourdieu (2005) o capital pode existir no seu estado objetivado, em forma de propriedades materiais, mas também pode existir na forma do capital cultural, social e simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.

Com base no conhecimento do espaço das posições, pode-se, de acordo com Bourdieu, (2005) recortar as classes no sentido lógico do termo, quer dizer, “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em posições semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes” (BOURDIEU, 2005 p.136). Assim, diferentemente de uma acepção marxiana do termo, Bourdieu (2005) está problematizando as classes enquanto *classes no papel*, ou seja, enquanto classes prováveis, no sentido de um *devoir*. Contudo, como afirma Da Ros (2006), ao relativizar a existência das classes, como classes teóricas, Bourdieu (2005) não está negando sua possibilidade de existência enquanto classes reais, entretanto concebe que as mesmas se constituem na busca por representação de seus interesses, no trabalho de mobilização, na luta política e simbólica em que estão inseridas.

Nesse ponto procura-se articular a leitura de Bourdieu (2005) ao conceito de classe social dentro da concepção materialista histórica, na qual, desde seus fundadores, a problemática das classes sociais situa-se em uma tensão entre estrutura e ação. Essa tensão é nítida nas obras de Marx (1818-1883) que ora definia a classe social a partir do seu lugar na esfera produtiva da sociedade, como n' *O Capital* (1867), ora concebia as classes enquanto processo e relação, trabalhando de maneira imbricada a dimensão produtiva, com os processos e relações políticas e ideológicas que estabelecem na luta em que estão inseridas, formando grupos mobilizados em torno de interesses convergentes, tal como nas obras *As lutas de classe na França* (1851/1982a) e *O dezoito de Brumário* (1852/1982b)<sup>21</sup>.

É sob este viés que se concebe a existência das classes sociais nas sociedades capitalistas, ou seja, enquanto processo e relação forjada a partir das imbricações entre os processos econômico-sociais e as lutas político-ideológicas, tal como aparecem na concepção marxiana. Porém também constituídas no plano das lutas simbólico-culturais que desenvolvem na busca por hegemonia, legitimação e distinção, neste aspecto incorporando as contribuições de Gramsci (1968, 1987a) e Bourdieu (2005).

A partir dessas premissas identifica-se o processo de constituição do campo dos conflitos agrários em São Gabriel, em uma conjuntura na qual a questão agrária se recolocava como pauta política nacional com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) após a eleição de Lula como Presidente da República. Nessa conjuntura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Desenvolvimento

---

<sup>21</sup> Desta tensão, desenvolveram-se dentro do mesmo paradigma diferentes conceituações sobre o que são classes sociais e como se constituem, tanto quanto paradigmas alternativos e até mesmo a refutação desse conceito. Para uma compreensão dos paradigmas que norteiam o debate sobre as classes sociais no âmbito das ciências sociais, consultar Medeiros (1992).

Agrário (MDA) iniciavam uma série de medidas com vistas a atender as demandas inseridas no novo PNRA. Um dos marcos do impacto dessa política no Rio Grande do Sul foi a retomada do processo de desapropriação do conjunto de estâncias pertencentes ao Sr. Alfredo Southall, em São Gabriel, que totalizavam uma área de 13.222, 19 hectares, uma das maiores propriedades do município<sup>22</sup>.

Essa questão gerou a reação das frações de classe que compõem o bloco no poder no município, que retomam a mobilização contrária à desapropriação da área para fins de reforma agrária. Nesse processo, o Sindicato Rural, filiado a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) se constitui no agente de mobilização e representação dos interesses das frações de classe dos estancieiros e empresários rurais. Por sua vez, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto agente de mobilização e representação do campesinato, inicia uma série de manifestações com vistas a pressionar pela efetivação da desapropriação da estância Southall. Os aparelhos de Estado passam a ser tensionados por ambos os grupos.

No seio dos embates que começam a se estabelecer entre MST e Sindicato Rural/FARSUL revelam-se as concepções divergentes desses dois agentes que disputam o território da questão agrária em São Gabriel. Essas concepções, que indicam as posições dos agentes no interior do campo dos conflitos, são analisadas do ponto de vista da compreensão que possuem em relação à questão agrária e à propriedade da terra, bem como em relação aos modelos de desenvolvimento que delineiam e as ações que desencadeiam na trama da disputa territorial.

### 2.2.1 Entre concepções e ações: a trama da disputa territorial

A questão agrária é interpretada de maneira divergente pelos agentes formadores do campo dos conflitos. Para o Sindicato Rural de São Gabriel e FARSUL, não há um processo de concentração fundiária no Brasil que justifique a necessidade de reforma agrária, pois conforme afirma um de seus representantes,

---

<sup>22</sup> Esse processo iniciou em 2001 com a política agrária estabelecida pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul entre 1998 e 2002. In: DA ROS (2006).

[...] o Rio grande do Sul tem quinhentas mil propriedades rurais. A estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, dessas quinhentas mil propriedades, a propriedade média é de 58 hectares, nós somos minifúndio. As pessoas têm visão a de que no Rio Grande do Sul é só latifúndios. E do Brasil, das cinco milhões de propriedades rurais, é 98 hectares. Então, o Brasil é minifúndio também [...] e São Gabriel tem 1710 propriedades rurais, e as propriedades médias daqui de São Gabriel são 36 hectares. Minifúndios de quase um módulo rural. Nosso modulo rural é 36 hectares, então, nós estamos dentro disso aí. Quer dizer, não existe latifúndio em São Gabriel. Pra ti ter uma idéia só 3% das propriedades rurais de São Gabriel, das 1710, tem acima de mil hectares. (ENTREVISTADO 5 – REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL E DIRIGENTE ESTADUAL DA FARSUL)

Nesses termos, a reforma agrária é vista como algo anacrônico, não resolvendo os problemas do campo brasileiro, o qual necessita de uma política agrícola capaz de “*fortelecer e agregar valor a sua produção*”.

Diferentemente, o MST afirma sua existência em função de um problema que não foi resolvido na historia do país, o problema da concentração fundiária. Como assegura o membro da Direção Regional do MST,

Na verdade o MST, a gente brinca quando faz uma trajetória histórica, que não se pode pensar que ele seja obra do Espírito Santo, mas ele é resultado das contradições de um problema que historicamente não foi resolvido, que é o problema de concentração fundiária no Brasil. E nós somos herdeiros de uma história de luta do povo brasileiro que se iniciou a partir da invasão portuguesa, quando os índios foram alienados das suas terras e forçados ao trabalho escravo e, posteriormente, os negros também foram submetidos a essa desumanidade; mas a luta sempre tava presente nesse povo, o povo indígena e o povo negro. Enfim, hoje, de uma maneira geral, porque esse problema não foi resolvido, a terra continua concentrada e muito concentrada, e num outro patamar, porque hoje empresas transnacionais que concentram essa terra. (ENTREVISTADO 3 – MEMBRO DA DIREÇÃO REGIONAL DO MST)

Assim, a reforma agrária é vista pelo MST como um processo de superação da estrutura agrária e do modelo de desenvolvimento vigente no campo brasileiro. Ao mesmo tempo, a luta pela reforma agrária é associada a um processo mais amplo de luta pela transformação da sociedade capitalista, pois o MST compreende que “no caso brasileiro, o capitalismo não precisa fazer a reforma agrária para se desenvolver” (ENTREVISTADO 3 – MEMBRO DA DIREÇÃO REGIONAL DO MST).

Por trás das identidades produzidas pelo Sindicato Rural/Farsul e MST, revelam-se concepções distintas em relação à propriedade da terra e, ao mesmo tempo, se explicitam momentos do processo de construção política e simbólica das classes sociais que representam no interior do campo dos conflitos. O representante do Sindicato Rural de São Gabriel e da FARSUL, afirma que essas entidades representam os “*produtores rurais*”, sejam eles grandes

ou pequenos. Entretanto, quando discorre sobre o direito de propriedade, defende a seguinte posição:

[...] o direito de propriedade, e eu digo que o país que terminar com o direito de propriedade é um país fadado a em seguida ter uma convulsão social, porque a propriedade tem que ser mantida a qualquer custo. Nós dissemos sempre que o direito de propriedade é inabalável, é inatacável. Nós temos que defender o direito de propriedade [...] Por que é que no segmento industrial e comercial, se o pessoal tem uma indústria, demitiu mil funcionários e fechou a indústria, não tem problema nenhum? Agora, por que é que o setor do campo tem que ser fiscalizado? Então vamos fiscalizar! Uma indústria diminuiu a sua produção de máquina agrícola ou de automóveis, ninguém questiona. Agora o produtor rural tem que cumprir a função social. A propriedade é dele, ele faz o que quer. Eu acho que numa democracia, cada um, se a propriedade é dele, faz o que quer. (ENTREVISTADO 5 – REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL E DIRIGENTE ESTADUAL DA FARSUL)

Nesse sentido, corrobora-se a tese de Bruno (2002), que identifica nas concepções das frações de classe dos grandes proprietários fundiários e empresários rurais, uma contradição entre modernidade e atraso. O termo “*produtores rurais*” - entendido como um momento de construção política e simbólica dessas classes sociais - representa uma mudança decorrente do processo de modernização da agricultura brasileira, em que as elites agrárias precisam negar as ideias de improdutividade e especulação, que lhes são atribuídas pelos movimentos que defendem a reforma agrária, passam, portanto, a afirmar-se enquanto porta-vozes da modernidade. De tal modo,

[...] o discurso de produtor rural e empresário rural, é também, para se legitimar enquanto empresário e capitalista, no sentido mais completo do termo, porque se trata, no terreno político, de eliminar a imagem negativa da ineficiência que é marca das grandes propriedades de terra do Brasil. (BRUNO, 2002 p.21)

Contudo, a defesa da propriedade da terra como um direito absoluto e intocável é reveladora de uma concepção latifundista (Martins, 2000). A defesa do monopólio fundiário, marcante na argumentação dos grandes proprietários e empresários rurais, funda uma visão elitista e excludente da propriedade, ao mesmo tempo em que demonstra a dificuldade dos mesmos em reconhecer a dimensão social da propriedade. Assim, configura-se como um dos princípios orientadores da identidade do patronato rural e se institui como o elo de solidariedade dos proprietários de terra, congregando política, social e simbolicamente, o conjunto das classes dominantes no campo (BRUNO, 2002).

Essas concepções se materializam em ações no território, tais como a Campanha Vistoria Zero, desencadeada pelo Sindicato Rural e FARSUL, a partir do momento em que o



INCRA anunciou a realização de vistorias em duas propriedades rurais de São Gabriel, a Fazenda Antoniazzi e Southall, no ano de 2001. Neste movimento, os ruralistas formaram barreiras nas estradas com carros, caminhões, caminhonetes e máquinas agrícolas, com vistas a impedir a realização das vistorias pelos técnicos do INCRA; também realizaram manifestações em defesa da propriedade e chegaram até a agredir fisicamente os técnicos<sup>23</sup>. Portanto, ao negligenciar o caráter social da propriedade, aos olhos dos grandes proprietários e empresários rurais, “as medidas de democratização da propriedade, assentadas no interesse social perdem seu fundamento societal e passam a ser vistas como uma injustiça” (BRUNO, 2002 p.19). Este é um elemento fundamental para se compreender sua posição de classe e sua ação em defesa de seus territórios, como a Campanha Vistoria Zero.

A esta concepção, o MST contra-objeta a visão da propriedade da terra como um bem não reprodutível, que deve se submeter à função social, mas que no contexto da formação social capitalista brasileira encontra-se subordinada ao capital.

Nós compreendemos que a propriedade é um bem natural, tanto assim como a água, como o ar. Como as outras coisas que tem que estar a serviço de cumprir uma função social. Essa é a nossa idéia. Nós entendemos que nessa luta que estamos vivendo, a terra passa a ser um dos temas que está sendo apropriado pelo capital a fim de acumulação. Portanto, está se tornando, neste período histórico, muito mais difícil de fazer a luta pela terra porque ela não se caracteriza unicamente por uma luta que enfrenta o latifúndio para produzir ou não produzir, ela está sendo uma mercadoria de acumulação dentro de uma estratégia da reprodução do capital. (ENTREVISTADO 4 - MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST)

Tal concepção orienta a forma de ação política do MST na luta pela terra, a qual tem dentre seus marcos a realização de ocupações de propriedades públicas ou privadas como um instrumento de pressão para que o Estado responda às demandas das famílias sem terra. Com as ocupações, os trabalhadores rurais sem terra desafiam o Estado, que sempre atendeu aos interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração camponesa, sob intensa pressão desses trabalhadores. Então, a ocupação constitui um processo socioespacial e político, que precisa ser entendido como forma de luta popular e resistência do campesinato para sua criação e recriação (FERNANDES, 2000).

Também, na luta pela terra, o MST projeta uma nova relação do homem com a terra ao incorporar a bandeira da agroecologia, através da qual se projeta “a relação de diálogo, de observação que se estabelece com a natureza, entendendo que a natureza não é um inimigo ou

---

<sup>23</sup> Fonte: Görgen (2004).

um recurso que tu tem que explorar, sugar, sugar, preocupado em produtividade” (ENTREVISTADO 3 – MEMBRO DA DIREÇÃO REGIONAL DO MST). Assim, tanto o processo de ocupação quanto a projeção dessa nova relação do homem com a terra, se configuram como momentos de construção política e simbólica do campesinato como classe social.

Embasados nessas concepções, e reconhecendo como característica peculiar de São Gabriel “*a força do latifúndio*”, como afirmam seus dirigentes, o MST inseriu a luta pela desapropriação da fazenda Southall na estratégia geral de avanço da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Com relação à vinda do MST e de fincar a bandeira da reforma agrária aqui em São Gabriel, isso tá ligado a aspectos históricos. O movimento surgiu no final dos anos 70, se consolidou nos anos 80 e conquistou vários assentamentos em nível de estado, mas São Gabriel é um dos últimos espaços de latifúndio, onde nós não tínhamos conseguido avançar, devido às próprias características que se pode atribuir ao latifúndio, características violentas do latifúndio. Mas, apesar de todas as contradições do governo Lula, uma das primeiras medidas, no início, quando ainda havia um esforço mais considerável, em de fato avançar na reforma agrária, o governo foi para uma queda de braço com o judiciário, e, em diálogo com essa demanda da reforma agrária, desapropriou a fazenda Southall, em São Gabriel, que, possivelmente, seja ainda uma concessão de sesmaria. Isso fez com que nós, ancorados nesse processo de desapropriação que o governo federal desencadeou, nós iniciamos, até pela nossa trajetória histórica e de experiência com esse processo, nós desencadeássemos um conjunto de lutas aqui em São Gabriel, onde fomos duramente reprimidos tanto pela polícia quanto pelo latifúndio. (ENTREVISTADO 3 - MEMBRO DA DIREÇÃO REGIONAL DO MST)

Desse modo, após a publicação do decreto que declarava a fazenda Southall como área de interesse social para a reforma agrária, em maio de 2003, as concepções que se manifestam no interior do campo dos conflitos, materializaram-se em novos movimentos na disputa territorial. O MST organizou a Marcha Sepé Tiaraju em direção a São Gabriel, que tinha por objetivo dialogar com a população e demonstrar para a sociedade, para os governos e para o poder judiciário, a necessidade da Reforma Agrária e a “*aberração*” do latifúndio.

A marcha teve seu início no dia 10 junho de 2003, em Pântano Grande, reunindo acampamentos do MST de Arroio dos Ratos, Pântano Grande, Capão do Leão, Santana do Livramento e Júlio de Castilhos, que totalizavam aproximadamente oitocentas famílias, que lentamente deslocaram-se pela BR- 290 em direção a São Gabriel. É a marcha rumo ao “*coração do latifúndio*” como a denomina Gørgen (2004). Carrega o nome de Sepé Tiarajú, pela simbologia que o herói guarani, assassinado em 1756 nas terras que hoje fazem parte do município de São Gabriel, adquiriu no contexto da luta pela terra.

As entidades representativas das posições dos estancieiros e empresários rurais de São Gabriel iniciaram uma investida para que o processo de desapropriação da Fazenda Southall não seja reconhecido judicialmente; paralelamente organizaram uma Contra-Marcha para se contrapor ao MST. Neste processo, receberam apoio de diversas entidades patronais do Rio Grande do Sul, bem como do poder executivo municipal de São Gabriel.

Nas cidades por onde passou, a marcha Sepé Tiaraju desenvolveu várias ações, desde manifestações públicas, até o diálogo no cotidiano nas comunidades, passando por escolas e bairros das periferias, buscando demonstrar os objetivos de sua luta. Contudo, na medida em que se aproxima de São Gabriel, as tensões passaram a adquirir proporções cada vez maiores. Os latifundiários não deixaram os militantes do MST dormir, organizaram uma verdadeira tortura psicológica, passaram a explodir bombas, atirar pedras e ameaçar os integrantes do MST, nos momentos que os mesmos montavam seus acampamentos nos lugares escolhidos para a marcha descansar. A mídia, o poder judiciário e as forças policiais acompanharam todas as ações (GÖRGEN, 2004).

Quando a marcha estava prestes a se deslocar para o município de São Sepé, “no dia 19 de julho de 2003, os fazendeiros bloqueiam a ponte do Verde<sup>24</sup> que liga Santa Maria a São Sepé e impedem a passagem da marcha do MST” (GÖRGEN, 2004, p.133). Somente após um longo processo de negociação a marcha prossegue, mas não consegue entrar em São Sepé. Famílias que compunham as marcha ficaram durante dias em um acampamento nas proximidades deste município.

Paralelamente, desenvolveu-se a disputa judicial, tanto no que diz respeito ao prosseguimento da marcha, quanto ao processo de desapropriação da fazenda Southall, que passou a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com Gørgen (2004), a Promotoria de Justiça de São Sepé determinou que as crianças deveriam ser retiradas da marcha, posteriormente veio a ação judicial da prefeitura de São Gabriel, que culminou na interrupção da marcha e no impedimento de qualquer manifestação do MST no município. Neste momento, a marcha ficou estacionada em um acampamento no município de Santa Margarida do Sul, a 30 quilômetros de São Gabriel. Também, o Supremo Tribunal Federal antecipou a emissão de seu parecer sobre o processo de desapropriação da fazenda Southall, emitindo parecer contrário à vistoria do INCRA, que considerou suas terras improdutivas e de interesse social para reforma agrária, sob a alegação de problemas no que diz respeito à notificação do processo de vistoria realizada por este órgão.

---

<sup>24</sup> Ponte situada na localidade denominada Passo do Verde, sobre o rio Vacacaí, na divisa entre o município de Santa Maria e São Sepé.

Da análise desses processos torna-se perceptível a proporção nacional que a luta pela terra travada em São Gabriel assumia, recolocando no cenário político as relações conflituosas que permeiam a questão agrária brasileira. Por outro lado, evidencia-se um momento significativo da formação do bloco no poder composto pelos grandes proprietários fundiários e empresários rurais, pois sua força sobre os aparelhos de Estado, além de se fazer presente na esfera local - em que o governo de São Gabriel e o poder judiciário constituíam-se como grandes aliados na luta contra o MST - foi capaz de imprimir a vitória de suas posições no Supremo Tribunal Federal.

Na esfera da sociedade civil, suas ações são marcadas pelo uso da violência material e simbólica sobre os trabalhadores rurais sem terra. Corroboram com essa tese as reações à marcha do MST, relatada anteriormente por Görgen (2004), e um panfleto (Figura 7) distribuído em São Gabriel no momento em que a Marcha Sepé Tiarajú se aproximava do município. Ainda que nenhuma entidade de representação de classe assinasse o panfleto, a incitação ao uso da violência para proteger a propriedade privada é reveladora de uma velha concepção das classes dominantes no Brasil.

Associada à noção de propriedade como direito absoluto, vimos a defesa da violência explícita como prática de classe. Pegar em armas para defender o monopólio fundiário não é uma novidade no Brasil. No imaginário social, o grande proprietário de terras é historicamente representado com uma arma na cintura, milícias e capangas, e as mortes e assassinatos no campo amiúde funcionaram como uma das marcas da luta pela terra. O recurso à violência se baseia, sobretudo, em uma determinada concepção de mundo, que pouco se diferencia daquilo que Faoro<sup>25</sup> denominou como sendo rústico militarismo e a caudilhagem da conquista de seus ancestrais, os senhores territoriais. (BRUNO, 2002 p.20)

A afirmação de que “*é preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra*” vem ao encontro da problematização de Bruno (2002) a respeito da visão de mundo ultraconservadora das classes dominantes no campo brasileiro, oriunda de uma concepção de propriedade como direito absoluto. Ao mesmo tempo, essa posição de classe que sugere “*pegar em armas*” para eliminar os “*ratos*” e assegurar seus interesses, denota a retomada, no presente, das concepções políticas pretéritas que forjaram o *status quo* da elite agrária no contexto da região da Campanha Gaúcha; trata-se da concepção militarista reproduzida atualmente no terreno da luta político-ideológica e cultural, sobretudo nos momentos de crise, em que sua hegemonia é ameaçada.

---

<sup>25</sup> Refere-se à obra de Raimundo Faoro. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1975.

**GABRIELENSES DIZEM NÃO À INVASÃO E A SEUS APOIADORES**

Povo de São Gabriel, não permita que sua cidade tão bem conservada nesses anos, seja agora maculada pelos pés deformados e sujos da escória humana.

São Gabriel, que nunca conviveu com a miséria, terá agora que abrigar o que de pior existe no seio da sociedade. Nós não merecemos que essa massa podre, manipulada por meia dúzia de covardes que se escondem atrás de estrelinhas no peito, venham trazer o roubo, a violência, o estupro, a morte. Estes ratos precisam ser exterminados. Vai doer, mas para grandes doenças, fortes são os remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra, só assim daremos exemplo ao mundo que em São Gabriel não há lugar para desocupados. Aqui é lugar de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. Nossa cidade é de oportunidades para quem quer produzir e não há oportunidades para bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel.

Se tu, gabrielse amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza a noite 100 litros de gasolina em vôo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos. Sempre haverá uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles.

Se tu, gabrielse amigo, és proprietário de terras ao lado do acampamento, usa qualquer remédio de banhar gado na água que eles usam para beber, rato envenenado bebe mais água ainda.

Se tu, gabrielse amigo, possuis uma arma de caça calibre 22 atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível. A bala atinge o alvo mesmo há 1200 metros de distância.

**FIM AOS RATOS. VIVA O POVO GABRIELENSE!**

**Figura 7** – Panfleto distribuído em São Gabriel em 19/06/2003

**Fonte:** <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/256696.shtml>

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Por sua vez, a estigmatização dos camponeses sem terra como “*escória da humanidade*”, “*vândalos*”, “*vagabundos*”, “*deformados*”, presente no panfleto, é corroborada implicitamente pelo representante do Sindicato Rural e da FARSUL, na medida em que atribui o aumento do abigeato e da violência no campo à vinda do MST para São Gabriel. Enquanto os “*produtores rurais*” são encarados como portadores de uma “*tradição*” na relação que estabelecem com a terra, os sem terra são vistos como “*desocupados urbanos*”, “*desqualificados*”.

Este aspecto é um elemento revelador da assimetria nas relações de poder presentes no campo dos conflitos agrários, as quais podem ser interpretadas à luz das relações estabelecidos-*outsiders*, de acordo com as proposições de Elias e Scotson (2000). No caso em questão, as frações de classe que compõem o bloco no poder situam-se na posição de estabelecidos, e os camponeses sem terra na posição de outsiders. Nessa relação, o grupo estabelecido representa o mais poderoso e portador das tradições da “boa sociedade” em

relação a outros grupos interdependentes. Os estabelecidos reproduzem uma autoimagem na qual se concebem enquanto humanamente superiores ao grupo que se opõe. Assim, a exclusão e a estigmatização do grupo dos outsiders pelo grupo estabelecido, constitui uma arma poderosa para que os últimos preservem sua identidade e afirmem sua superioridade (ELIAS; SCOTSON, 2000). A caracterização dos indivíduos organizados no MST como “*ratos*” manifesta a anomia social que os sujeitos da boa sociedade lhes imputam, ao mesmo tempo a projeção de sua autoimagem para o contexto geral da sociedade.

Também, como afirmam Elias e Scotson (2000 p.23) “um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”. Neste ponto, torna-se mister colocar em questão a posição distinta que os agentes formadores do campo dos conflitos ocupam em relação ao *quantum* de capital econômico e capital simbólico-cultural nos termos de Bourdieu (2005). Ou seja, o grupo estabelecido, representado pelos estancieiros e empresários rurais, goza de uma posição econômica, simbólica e cultural distinta no universo social em questão, e ao utilizar-se dessas relações de poder constituídas historicamente, consegue empreender a estigmatização sobre o grupo dos outsiders representados pelos camponeses sem terra.

Em síntese, o que se evidencia com a identificação e discussão das relações de poder assimétricas presentes no espaço de representação do universo social, concebido através da noção de campo dos conflitos, é que essas relações constituem o elemento chave de manifestação da disputa territorial travada pelas classes sociais em movimento no espaço geográfico no qual a questão agrária se circunscreve.

### 2.2.2 Da conflitualidade aos projetos de desenvolvimento

Outro marco que se identifica na conflitualidade da questão agrária em São Gabriel, é a elaboração e defesa de projetos ou modelos de desenvolvimento na trama da disputa territorial em que o Sindicato Rural/FARSUL e MST estão inseridos. Esses projetos ou modelos são reconhecidos através das declarações de seus dirigentes e explicitam confrontos tais como: a defesa da grande produção baseada na tecnologia agroindustrial *versus* a defesa da produção familiar baseada nas tecnologias alternativas; a defesa do capital estrangeiro *versus* a produção de alimentos para o mercado interno.

Nesses termos, faz-se presente a disputa entre o agronegócio e o campesinato como uma das faces atuais da questão agrária. O representante do Sindicato Rural de São Gabriel e Dirigente da FARSUL defende o modelo de desenvolvimento calcado no agronegócio ao afirmar que,

[...] nós temos que fortalecer e agregar valor aos produtos produzidos. Precisa ter agroindústria. Hoje, em São Gabriel, para teres uma idéia, nós plantamos 34 mil hectares de arroz, nós somos entre os dez maiores produtores de arroz do estado, em torno de cinco milhões de sacas. Soja, plantamos em torno de 45 mil hectares, entre os cinco maiores produtores de soja e não temos uma indústria de esmagamento pra se produzir aqui. Dar valor! Fazer farelo de soja, óleo de soja, óleo de arroz, farelo de arroz. Agregar valor! O Brasil hoje é um grande exportador de *commodities* e importador de manufaturados. Pra ter uma idéia, o café, o Brasil é o maior exportador de café do mundo, e a Alemanha é o maior exportador de café solúvel do mundo e não tem um pé de café na Alemanha. Então é simples, nós estamos exportando o café daqui. Então, nós temos que agregar valor ao nosso produto. Curtume, nós temos aqui em São Gabriel, nós temos um frigorífico que abate mais de cem mil cabeças de gado por ano. Cem mil couros, nós podíamos fazer um curtume em São Gabriel, uma indústria de couros. Estar aqui perto, sem custo nenhum. Quer dizer, agregar valor ao nosso produto. (ENTREVISTA AO AUTOR)

Percebe-se nesta afirmação a presença de dois elementos que compõem o que Fernandes e Welch (2008) definem como sistema agrícola do agronegócio, tais como a produção em grande escala e as monoculturas.

Também cabe destacar que essa conflitualidade em que se delineiam os distintos projetos de desenvolvimento situa-se em uma conjuntura econômica na qual o capital está empreendendo um novo ciclo de territorialização na região da Campanha Gaúcha, cuja expressão mais nítida é a aquisição de terras para a instalação do complexo produtivo papel-celulose, conhecido na região como “projeto de florestamento”. A defesa desse projeto se constitui em um novo argumento na luta contra a reforma agrária, ao mesmo tempo em que é incorporado ao modelo de desenvolvimento concebido pela classe patronal.

Nós temos uma lei que é obsoleta e arcaica, que diz que nenhuma indústria que tenha capital estrangeiro pode se instalar a 160 quilômetros de fronteira. Que é a faixa de fronteira. Isso não existe. Isso é do tempo do Império. Que é que tem que ver com a indústria se ela se instala em Quaraí, em Uruguaiana e até em Rosário ou Alegrete, não pode! Quer dizer, isso é um absurdo. É uma coisa que tem que terminar e não termina [...] Eu sempre fui a favor. Eu não fui contra a Stora Enso e a Aracruz, na época, porque eu acho que é uma atividade como qualquer outra. E nós precisamos, a celulose é importante, nós precisamos do papel e as pessoas diziam na época que as florestadoras queriam comprar a terra do Alfredo Southall. Eu até não sei se não seria melhor hoje. Porque teria gerado mais emprego e traria uma renda maior para o município. Inclusive elas não vieram em função disso aí, de começarem as invasões. (ENTREVISTADO 5 – REPRESENTANTE DO SINCATO RURAL E DIRIGENTE ESTADUAL DA FARSUL)

Dessa maneira o agronegócio, assim como o latifúndio improdutivo, constitui-se em um território do capital que congregam a perseguição conjunta entre renda fundiária e lucro capitalista. Segundo Girardi e Fernandes (2009), enquanto territórios do capital, o latifúndio e o agronegócio possuem similaridades como a grande propriedade, a especulação imobiliária, os grandes impactos ambientais, a superprodução e superexploração e a concentração do poder econômico e político; ao mesmo tempo, propiciam processos excludentes diferentes. O latifúndio exclui pela improdutividade e especulação imobiliária, privando os camponeses do acesso à terra. O agronegócio exclui pela produção em grande escala e intensa territorialização, impossibilitando o camponês do acesso à terra.

Por sua vez, o MST defende um modelo de desenvolvimento alternativo ao agronegócio ao compreender que,

Nós, hoje, avançamos muito na produção de conhecimento, nessa perspectiva da produção agroecológica. Porque isso, no nosso caso, além de ser uma opção de vida é também um projeto de agricultura em oposição ao agronegócio [...] O nosso papel enquanto camponeses é produzir alimento e é isso que nós vamos abraçar. A nossa missão histórica é produzir alimento com qualidade. Isso já é uma baliza, porque nós não queremos produzir de qualquer maneira. Produzir de qualquer maneira significa tu aceitar produzir nos moldes do capital, usando insumos químicos que o capital dispõe e tudo mais. Nós temos consciência que nós precisamos produzir a partir da realidade camponesa e a partir das tecnologias que os próprios camponeses desenvolvem; são capazes de construir tecnologia, não precisam depender, necessariamente, daquilo que o capital explora, principalmente no que se refere aos tratos culturais dos insumos, do manejo do solo, dos recursos naturais. É nessa perspectiva que nós, hoje, pensamos os assentamentos. (ENTREVISTADO 3 – MEMBRO DA DIREÇÃO REGIONAL DO MST).

Essa projeção delinea-se no sentido da busca pelo sistema agrícola do campesinato, que segundo Fernandes e Welch (2008) têm como referências a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala. Ao projetar esse modelo de desenvolvimento, o MST estabelece uma luta contra o capital, procurando a diminuição da concentração de terras, de riquezas e de poder. Nesse aspecto torna-se sujeito da construção de um território camponês configurado na luta e resistência as impositivas do capital (GIRARDI; FERNANDES, 2009).

Entretanto, é significativo ponderar que a elaboração dos projetos e modelos de desenvolvimento situa-se no campo das intencionalidades, da busca pelo desejado por ambas as frações de classe, o que não significa que estejam em curso na concretude da produção do espaço. Mas, por outro lado representam a articulação entre a dimensão material (realizada



através de sua ação no espaço) e imaterial (projetada a partir a prática) na construção dos diferentes territórios. Assim,

[...] o campesinato e o agronegócio produzem seus territórios como condição de suas recriações por meio da territorialização. Esse processo gera conflitualidade por meio dos enfrentamentos entre essas diferentes relações sociais. Os sujeitos sintagmáticos elaboram seus programas e projetos de desenvolvimento que contemplam a expansão de seus territórios. (GIRARDI; FERNANDES, 2009 p.342)

Portanto, o território e suas dinâmicas, a conflitualidade e o desenvolvimento, são conceitos e noções fundamentais para a compreensão da questão agrária desde uma perspectiva geográfica, até as visões galgadas por outras ciências sociais e humanas.

Desta forma, os antagonismos dos projetos delineados pelos agentes formadores do campo dos conflitos agrários, constituem uma das expressões da disputa de territórios na qual a questão agrária se circunscreve em São Gabriel. Nessa disputa, de um lado situa-se a luta das frações de classe que compõem o bloco no poder, em busca da manutenção e renovação de um modelo de desenvolvimento calcado na grande propriedade, na produção de monoculturas, no emprego de pacotes tecnológicos multinacionais e na exploração da força de trabalho alheia. Na projeção desse modelo, a terra é terra de negócio. Do outro lado, encontra-se a luta dos camponeses sem terra em busca de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na pequena propriedade, no trabalho familiar, na produção de alimentos com base em novas tecnologias, no qual a terra é terra de trabalho e reprodução da vida. Suas expressões mais nítidas na dimensão concreta dos territórios em disputa são a produção simples de mercadorias desenvolvida no território camponês em construção e a reprodução ampliada do capital<sup>26</sup> vigente nos territórios do latifúndio e agronegócio. É na intensidade dessas disputas e relações que emergem as transformações no espaço rural de São Gabriel.

---

<sup>26</sup> Para uma distinção entre produção simples de mercadorias e reprodução ampliada do capital consultar: MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livros I e II.

**- CAPÍTULO III -****ENTRE CONQUISTAS E TRANSFORMAÇÕES: A GEOGRAFICIDADE QUE SE PROCESSA NA LUTA PELA E NA TERRA**

*“A reforma agrária tem esses aspectos positivos, ela recria um conjunto de relações. Além de ela recriar um novo território, uma nova paisagem, ela recria um conjunto de relações no espaço onde os assentamentos se estabelecem. Não só entre os assentamentos, mas como com o conjunto da sociedade, da população onde esses assentamentos existem”. (ENTREVISTADO 3 – MEMBRO DA DIREÇÃO REGIONAL DO MST)*

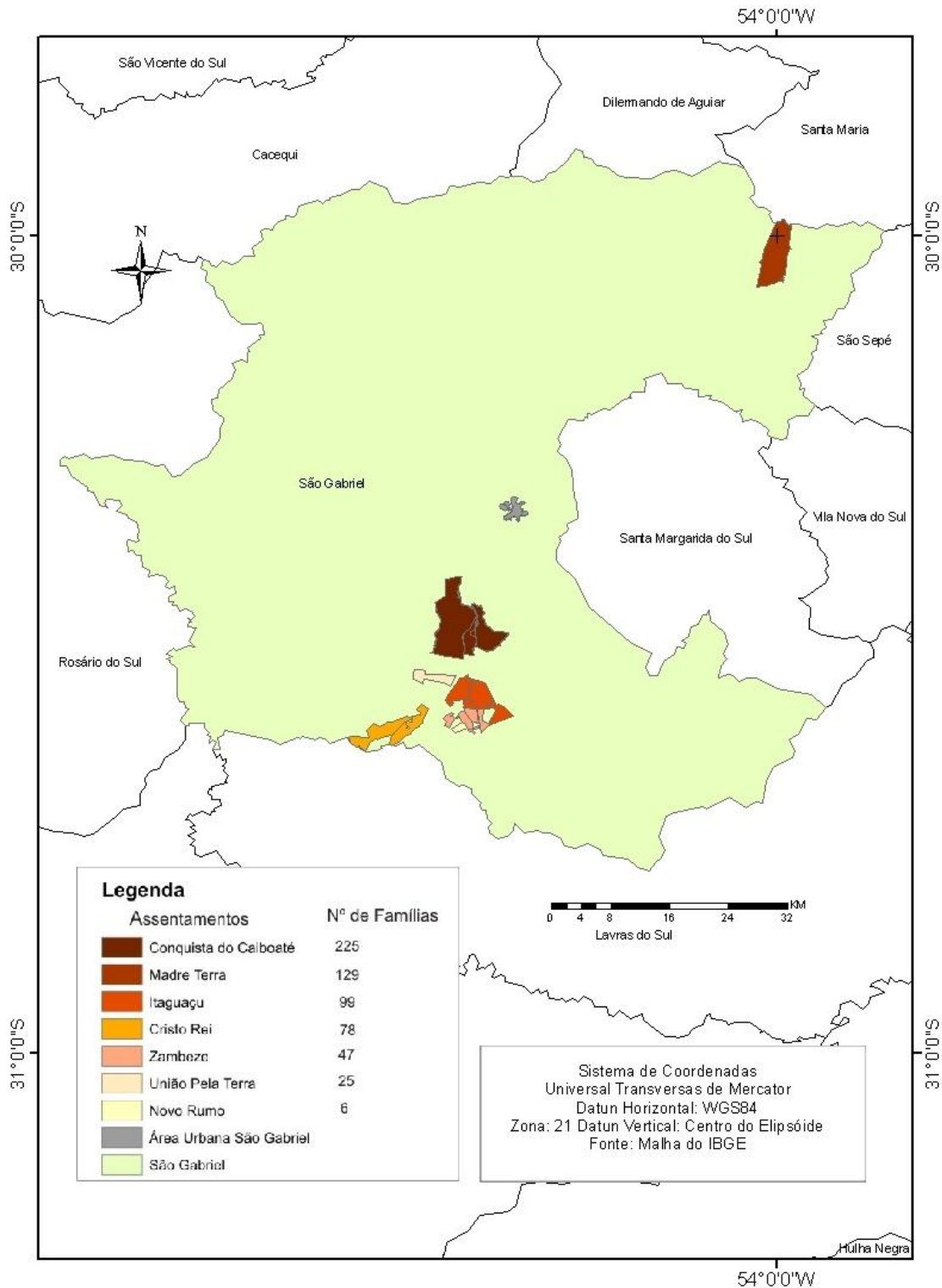
No contexto de um espaço rural marcado por desigualdades, sistemas hierárquicos de poder e conflitos, tais como a disputa de territórios que demarca a intensidade da questão agrária em São Gabriel, emergem transformações. No processo de disputa e enfrentamento estabelecido pelo MST, construíram-se espaços-tempo de luta e resistência através dos quais esse movimento social foi capaz de produzir uma crise de hegemonia<sup>27</sup> momentânea nos domínios do latifúndio e do agronegócio. Tal crise resultou na conquista de sete assentamentos rurais em São Gabriel, no período de 2008 a 2011 (Figura 8), que totalizam uma área de aproximadamente 12.625 mil hectares de terra, por meio dos quais cerca de 600 famílias lograram possuir um pedaço de terra para estabelecer suas dinâmicas de reprodução social.

Ao interpretar a conquista dos assentamentos rurais como parte do processo de espacialização e territorialização do MST, identifica-se a formação de uma nova geofricidade na dinâmica da produção do espaço de São Gabriel, pois novos agentes passam a atuar na historicidade e no movimento que constrói a totalidade do espaço

---

<sup>27</sup> Crise de hegemonia: corresponde ao processo que Gramsci (1968, p. 55) denomina de “crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas, ou porque amplas massas passaram de repente da passividade política a certa atividade e assim apresentaram reivindicações”. Salienta-se ainda, que Gramsci analisou este processo no âmbito global da formação econômico-social italiana, entretanto considera-se que também é possível desenvolver a concepção acerca da crise de hegemonia em processos que ocorrem no interior dos diferentes espaços das formações econômico-sociais, como no caso em questão.

geográfico em seu processo de totalização. Assim, emerge uma nova questão a ser investigada: quais as transformações espaciais produzidas no processo de luta pela e na terra?



**Figura 8** - Mapa de Localização dos Assentamentos Rurais em São Gabriel formados entre 2008 – 2011.

**Fonte:** INCRA (2011)

**Org.:** SANTOS, A. L. M. 2011.

O presente capítulo se dedica à busca pelo desvendar dos elementos distintivos, presentes tanto nas relações que as famílias assentadas estabelecem com a natureza, quanto nas relações sociais que estabelecem entre si e com a exterioridade, relações que permitem identificar um processo de transformação na produção do espaço em questão.

Entretanto, cabe ressaltar que na trajetória do pensamento geográfico, de um modo geral, e na geografia agrária brasileira, de modo particular, a geograficidade que advém das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais, foi durante muito tempo um tema negligenciado. Portanto, cabe resgatar como se processou a superação dessa visão restrita da geograficidade. A partir desta discussão, procurar-se-á situar a problemática da pesquisa nas abordagens contemporâneas sobre o tema, para compreender o processo de espacialização e territorialização do MST, que possibilitou a desterritorialização das relações sociais instituídas pelo latifúndio e pelo agronegócio, e que, nesta dinâmica, vem realizando transformações na produção do espaço em questão.

### **3.1 Por uma geografia dos movimentos sociais: da geograficidade negligenciada às abordagens contemporâneas**

Durante muito tempo, o pensamento geográfico relegou a segundo plano as discussões em torno dos movimentos sociais e seu papel na dinâmica do espaço geográfico. Esta visão restrita se fez sentir no âmago da geografia agrária, que passou a se desenvolver no Brasil. Portanto, a elaboração de um pensamento geográfico crítico no limiar do século XXI precisa ser capaz de superar a visão restrita que tratou de retirar da reflexão geográfica o papel das lutas sociopolíticas enquanto elemento conformador da geograficidade.

No âmbito da geografia agrária brasileira, que passou a se constituir formalmente como ramo da ciência geográfica entre as décadas de 1940-1950, como é possível identificar na análise dos trabalhos elaborados por um de seus principais sistematizadores, Orlando Valverde (1917-2006), e, como corroboram as sínteses apresentadas por Ferreira (2001) e Suzuki (2006), o pensamento geográfico sobre o agrário se forjou tendo como grande influências as proposições de Faucher (1949), Monbeig (1952), George (1955, 1956) e Waibel

(1958)<sup>28</sup>. Uma das limitações presentes nas “linhas de força” ao utilizar-se da terminologia de Moreira (2010), que impulsionam os estudos de geografia agrária no Brasil, seja para que identifique as diferentes paisagens rurais e gêneros de vida como na linha de pensamento inaugurada por Monbeig (1984); para que compreenda os sistemas agrários na perspectiva de Waibel (1958); os tipos de cultivo como propõe Faucher (1953), ou as relações sociais e de trabalho no meio rural conforme George (1978), reside na negligência da relação existente entre os processos socioambientais e econômico-sociais, com a esfera política da dinâmica societal sob as quais se configuram as dinâmicas espaciais. É a expressão da dificuldade de compreensão da totalidade na geografia conforme postula Moreira (2010).

Waibel (1958) revela esta negligência na medida em que concebe a política agrária como pertencente à economia nacional, devendo ser estudada pela economia política e não pela geografia. A conjuntura política do momento em que os trabalhos foram sendo desenvolvidos contribui para a negação desta dimensão. Cabe destacar as perseguições atroz que sofre frente à política do III Reich Alemão, em virtude de ser casado com uma mulher que não é considerada ariana. Seus enfrentamentos com o Estado o levam a perda da cátedra em 1937 (GOTTRIED, 1952). Sua formação intelectual será permeada pela influência do princípio da neutralidade axiológica das ciências sociais, oriundo do positivismo. Este princípio, segundo Bray (2008), parte da doutrina do liberalismo político burguês, na qual a ciência existe para justificar a nova ordem social estabelecida, por isso trata de desvincular o cientista das questões políticas nacionais.

No caso de Monbeig (1984) mesmo delineando as origens do problema agrário na zona pioneira e dialogando com Caio Prado Júnior, não discute os conflitos sociopolíticos entre as diferentes classes da sociedade pioneira, visto que trabalha à luz da categoria analítica dos gêneros de vida, pouco abordando a dimensão de classe da sociedade. Em contrapartida, como aponta Martins (2010), diversos processos de luta política se instalavam nesta sociedade, sobretudo a partir da inserção do colonato, e até em decorrência das divergências entre frações das classes dominantes. A conjuntura política no Brasil, marcada pelo regime de Getúlio Vargas, endurecido após golpe do Estado Novo em 1937, também contribui para esta negligência, conforme indica Bray (2008), pois esta tratou de inserir no seio da cultura

---

<sup>28</sup> Refere-se às seguintes obras: Daniel Faucher, **A geografia agrária: tipos de cultivo**, de 1949; a tese de doutorado de Pierre Monbeig intitulada **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**, defendida em 1949 e publicada pela primeira vez em 1952; o trabalho de Leo Waibel, **Probleme der Landwirtschaftsgeographie** que teve uma circulação restrita na Alemanha da década de 1930 e tornou-se público na década de 1950; os trabalhos de Pierre George, **Geographie Agricole du monde**, de 1955 e **La campagne le fait rurale atravers le monde**, de 1956. Neste trabalho utilizam-se respectivamente as seguintes edições: Faucher: Omega S. A., 1953; Monbeig: Hucitec-Polis, 1984; Weibel: IBGE, 1958; George: Difel, 1978.

brasileira a ideologia do homem cordial - como se verifica através dos trabalhos de Freire (1937) e Holanda (1936) - ideologia que considerava radicais aqueles que aderissem a uma postura crítica à ordem social, e que tratassem de seus conflitos internos, como Caio Prado Júnior.

Cabe lembrar que na base do pensamento de Monbeig (1984), assim como de Faucher (1953) e George (1978), está o historicismo, que, de acordo Lowy (1989), em virtude de sua origem na filosofia romântica alemã, torna-se conservador por não contestar as instituições do Estado e por tratar das questões políticas de forma relativista. Ainda, entre os geógrafos franceses que compartilham dessa matriz epistemológica, destaca-se a influência do pacto estabelecido com os historiadores dos *Annales*, que, segundo Lacoste (1989), tratam de retirar a dimensão política do que é geográfico, instituindo uma geografia modesta aceita pela maioria da corporação de geógrafos universitários. Ou seja,

[...] uma geografia que não toca nas questões políticas e militares, que evoca o menos possível, problemas econômicos e sociais, que trata das condições geológicas e climáticas, dos solos e do habitat rural, mais muito pouco das cidades – em resumo, uma das concepções mais restritas da geograficidade. (LACOSTE, 1989 p. 122)

Mesmo George (1972), em sua virada para a geografia ativa<sup>29</sup>, não consegue estabelecer esta mediação com a esfera política-ideológica vigente na geograficidade, pois ainda que incite os geógrafos à ruptura com o princípio da neutralidade axiológica - tão cara aos franceses, não coloca no centro de sua teoria sobre as relações de trabalho no campo, o processo de organização e luta entre as classes sociais. Assim, institui-se uma geograficidade negligenciada nos estudos agrários, ou seja, a geograficidade que advém dos processos de luta sociopolítica no espaço rural é pouco considerada nos trabalhos de geografia agrária.

Contudo, nas décadas de 1950 e 1960, como se verifica em trabalhos de Orlando Valverde –“Estudos de Geografia Agrária Brasileira” e Manuel Correia de Andrade – “A terra e o homem no Nordeste” (1963), é possível identificar um processo de superação com essa restrição da geograficidade. Neste movimento, a discussão sobre a questão agrária, os movimentos sociais e a reforma agrária como alternativa de desenvolvimento para o país,

---

<sup>29</sup> Segundo Moreira (2010b) paralelamente a eclosão do movimento de renovação da geografia anglo-saxônica entre as décadas de 1940-1950, que levou a formação da chamada nova geografia, inspirada no positivismo lógico, no âmbito francês a renovação da ciência geográfica seguiu outros caminhos, como a proposição de uma geografia ativa, uma geografia da ação, teórica e prática que não divorcia a Geografia e a vida que se vê na geografia aplicada. “Denomina-se geografia ativa à fórmula que os geógrafos de inspiração marxista, Pierre George à frente, dão aos problemas da fragmentação e os criados pela emergência de uma geografia aplicada”. (MOREIRA, 2010b, p.40).

passam a ser incorporadas paulatinamente pelos estudos de geografia agrária. Os elementos fundamentais que levam a essa transformação no discurso até então instituído pelas linhas de força da geografia agrária, podem ser encontrados nas transformações conjunturais que o Brasil passou entre 1945 e 1964, conjugadas as mudanças que a ciência geográfica passava em nível internacional com proposição da geografia ativa. Entretanto, tal incorporação será consolidada somente no final década de 1970 e início dos anos 80 por ocasião da virada da geografia para sua vertente crítica.

No que concerne à conjuntura brasileira, o retorno das liberdades democráticas, após o fim do Estado Novo de Vargas, e a eminência de uma crise cíclica, que o modelo da industrialização dependente passa a enfrentar entre 1954-1964 (STÉDILE, 2006), levou os camponeses, que, até então, tinham nos movimentos messiânicos e no banditismo social do nordeste suas principais formas de organização e resistência, a reconstruírem suas formas de luta sociopolítica. Neste contexto, entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964, foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país, dentre os quais Martins (1995), Morais (2006) e Stedile (2006) destacam a organização das ligas camponesas, as lutas dos camponeses posseiros e a ascensão do sindicalismo rural, entre as décadas de 1950-1960. Por sua vez, a proposição da geografia ativa trouxe consigo a retomada da matriz dialética de pensamento no âmbito da ciência geográfica. Para Suzuki (2006 p.26) “A *Geografia ativa* teve papel extremamente importante na conformação de uma leitura voltada para o planejamento e para uma atuação reflexiva do geógrafo na interpretação e na prática da sociedade”.

Assim, se verifica na análise dos trabalhos de Valverde (1961 e 1985) e Andrade (1980) a manutenção da relação homem-natureza, conforme os influenciam as matrizes clássicas da geografia. Entretanto, essa reflexão evolui para a compreensão da relação sociedade-espço e levantam contradições elementares que permeiam as diferentes esferas da organização socioespacial, principalmente no que diz respeito à questão agrária, abrindo caminho para uma leitura geográfica da ação dos movimentos sociais rurais no processo de luta pela reforma agrária que emergia na conjuntura política brasileira.

No que concerne a Valverde, ainda no trabalho **A geografia agrária como ramo da geografia econômica** (1961), se expressa com nitidez a vertente dialética de seu pensamento e a reflexão em torno da relação sociedade-espço, na medida em que se apropria da crítica da economia política. Assim, diferencia a dinâmica das atividades agrícolas pré-capitalistas das capitalistas. Nas primeiras, o geógrafo estuda os sistemas agrícolas dos povos primitivos, cujos problemas econômicos são simples, por isso Valverde se vale muito das contribuições

da etnologia. Quando se trata da economia capitalista, uma parte substancial de produção destina-se ao mercado, cabe, então, distinguir para cada cultura o objetivo da produção, assim como se remeter aos problemas da comercialização e rentabilidade, para compreender a participação de cada classe social na distribuição da riqueza.

Assim como o geomorfólogo invade os domínios da geologia para explicar as formas de relevo, também, ao agrogeógrafo deve ser permitido ir buscar na economia política as leis que vão explicar os traços da atividade agrícola numa determinada área da superfície da terra. A economia política é teórica. O geógrafo, melhor do que ninguém, poderá verificar a aplicação de suas leis na atividade econômica das diversas regiões. Ele deve procurar caracterizar bem, para uma certa área, “as formas de economia”, as “relações de produção” e os “modos de produção”. São por exemplo, as relações de produção que nos vão dar a chave para explicar a clivagem social que se estabeleceu numa determinada região. (VALVERDE, 1961 p.432)

A partir desta clivagem epistemológica, o conjunto de trabalhos empíricos oriundos de sua atuação no corpo técnico do IBGE, presentes em “Estudos de Geografia Agrária Brasileira” (1985), para além de expressar a influência dos clássicos Waibel e Monbeig em seu pensamento, incorpora novas preocupações, sobretudo no que diz respeito às relações de produção e a estrutura de classes no espaço rural. Como se verifica nos textos “A Fazenda de Café Escravocrata no Brasil”, “A Velha Imigração Italiana e sua Influência na Agricultura e na Economia do Brasil”, “O uso da Terra no Leste da Paraíba”, “Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio-Norte” e “Geografia da Pecuária no Brasil”.

A partir da definição de tais relações, e frente à conjuntura de ascensão das lutas sociopolíticas no espaço rural, Valverde, ainda em 1961, passa a compreender o papel dos movimentos camponeses para a transformação da estrutura de classes vigente no país e a conceber a reforma agrária como um dos instrumentos de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Desta maneira, supera a perspectiva da geográficidade negligenciada estabelecendo a mediação com a esfera política na delimitação do fato geográfico. Como contribuição de sua visão espacial sobre os problemas agrários do país, elabora a proposta de regionalização da reforma agrária.

Para Valverde (1985) em virtude das dimensões da formação espacial brasileira e sua diferenciação, a unidade para a implementação da reforma agrária deve ser a região geoeconômica. Sua execução não se fará por projetos de colonização para zonas pioneiras pouco povoadas e distantes dos mercados, como os adversários da reforma agrária defendem, mas sim nos latifúndios improdutivos. Para cada região geoeconômica deve-se estabelecer um limite mínimo e máximo da propriedade rural.



Ainda, concebe que o processo de reforma agrária deve ser construído no diálogo entre os camponeses e os técnicos.

[...] Se se deseja levar a cabo uma reforma agrária democrática e pacífica, é claro que as opiniões de dois grupos terão de ser ouvidas e respeitadas, na medida do possível: a dos técnicos e a dos camponeses da região. Estes deverão ter suas representações escolhidas pelos órgãos de classe: os primeiros, que deverão formar equipes de agrônomos, agrimensores, economistas rurais, agrogeógrafos, sociólogos e assistentes sociais, receberão previamente um treinamento intensivo que os capacite a cumprir satisfatoriamente suas tarefas. (VALVERDE, 1985 p. 262)

A partir deste diálogo, os executores da reforma agrária devem abrir mão de ideias preconcebidas, como a exclusividade da implementação da propriedade de tipo familiar ou a coletivização agrícola. “Não se deve basear o trabalho da reforma agrária em juízos apriorísticos; muito menos tentando organizar compulsoriamente os trabalhadores rurais numa estrutura econômica e social que lhes repugne” (VALVERDE 1985 p.265). Assim, ao respeitar as opiniões dos movimentos camponeses, bem como ao analisar as características específicas de cada região geoeconômica, Valverde (1985) aponta diferentes possibilidades para a organização do trabalho nas áreas reformadas, como a propriedade familiar e as explorações em regime de cooperação. Também aponta para a necessidade de regulamentação do trabalho rural e de extensão da assistência técnica aos produtores.

Não menos importante é a contribuição de Andrade (1980) nesse processo de superação da geograficidade negligenciada. Em “A terra e o homem no Nordeste”, a relação dialética sociedade-espço se evidencia através do objeto de sua pesquisa: as relações de trabalho no espaço rural nordestino. Entretanto, diferentemente de Pierre George, que também coloca em relevância as relações de trabalho na espacialização do fato rural sobre o mundo, estabelece a mediação com a esfera política da geograficidade ao compreender estas relações como parte da questão agrária brasileira, procurando articular a análise teórica com a ação prática, tal como Reclus em *L' homme et la Terre*, como o Prefácio da obra evidencia.

Neste trabalho procuramos analisar os sistemas de relação de trabalho e o processo de ocupação e apropriação do espaço nordestino que deram origem a estas relações, fornecendo indicações que poderiam nortear uma política verdadeiramente popular, de reforma da estrutura fundiária do país e da região, e não se limitasse apenas à divisão da propriedade, mas se estendesse a uma assistência creditícia, agrônômica, cultural e de organização da comercialização da produção necessárias ao melhoramento da qualidade de vida da população rural. (ANDRADE, 1980 p.XI)

Sob esta via dialética de seu pensamento também relaciona sociedade-espço-tempo, remontando a tradição historicista de Pierre Monbeig. Contudo, diferencia-se deste na medida

em que, sob o domínio do método histórico, articula os condicionamentos do passado com as transformações do presente.

Também as relações que analisamos têm sérias implicações históricas. Muitas vezes elas são verdadeiros anacronismos conservados em uma sociedade em transformação, como ocorre com a “quarteação”, ainda em uso no Sertão, e o “cambão”, ora em vias de desaparecimento no Agreste e na Região da Mata. Por isto, utilizando o método histórico, analisamos sumariamente a evolução econômica de cada uma das três regiões geográficas desta evolução sobre o problema da mão-de-obra. Concluída a análise evolutiva, estudamos, em cada região geográfica, as relações hoje existentes. (ANDRADE, 1980 p.4)

A preocupação clássica da relação homem-natureza não é abandonada, é, aliás, seu ponto de partida. Andrade (1980) considera que o estudo que se propõe a fazer exprimiria pouca coisa se restringisse a análise das relações entre proprietários de terra e trabalhadores assalariados, parceiros e rendeiros, sem correlacionar, em primeira instância, as relações existentes entre os sistemas de exploração da terra e as condições do meio natural. É a partir desta relação que estabelece o enfoque regional de seu trabalho, conceituando o nordeste como uma região geográfica marcada por uma influência de fatores desde os domínios físicos – estrutura geológica, clima e hidrografia, meio biológico, vegetação e fauna – e a organização do espaço dada pelo homem, e que possui diferenciações internas que permitem identificar sub-regiões. “Claro que estes fatores se influem mutuamente, e do entrelaçamento de uns e de outros é que resultam as paisagens naturais e culturais. (ANDRADE, 1980 p.11).

Note-se a diferenciação conceitual entre Valverde (1985) e Andrade (1980) no que concerne a conceituação de região, o primeiro trabalhando sobre a perspectiva geoeconômica, o que denota a influência de Von Thunen e Waibel, e o segundo abordando a região mais na perspectiva de La Blache e Monbeig, como produto da interface entre o natural e o humano. De acordo com Andrade (1980), em toda região, um fator torna-se marcante na paisagem, e no nordeste, este fator se refere ao clima. Daí distingue a Zona da Mata, com seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas, do Sertão também quente, porém seco. Entre uma área e outra se firma uma área de transição, com trechos quase tão úmidos quanto a Zona da Mata e outros tão secos quanto o Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste.

Da diversidade climática, surgiu a dualidade consagrada pelos nordestinos, que se expressa desde o período colonial em dois sistemas de exploração agrária, economicamente complementares, mas que política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar, na Zona da Mata e Litoral Oriental, e o Nordeste do gado, no Sertão. Em ambos a

grande propriedade e a monocultura são os elementos fundamentais que orientam a relação do homem com a terra e as relações entre si. Entre um e outro, encontra-se o Nordeste da pequena propriedade e da policultura no Agreste, ao oeste, o Meio-Norte, ainda extrativista e pecuarista.

Da configuração regional e das relações de trabalho que nela se engendraram, Andrade (1980) revela os desníveis socioeconômicos entre a população rural nordestina, que corresponde à maioria da população da região.

[...] há, ao lado de uma grande massa de trabalhadores rurais assalariados, um pequeno grau de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida. Entre uns e outros, há uma ponderável percentagem de pequenos proprietários que, conforme a localização e qualidade das terras que possuem, ora têm um padrão de vida razoável, semelhante aos dos colonos de origem estrangeira do Sul e Sudeste do Brasil, ora mourejam na terra em condições precaríssimas, ora trabalham como assalariados de grandes e médios proprietários vizinhos e tem um padrão de vida idêntico ou semelhante aos trabalhadores sem terra. (ANDRADE, 1980 p.43)

Na base destes desníveis está a estrutura fundiária dominante desde o período colonial, e que se aprofunda frente ao processo de industrialização, a qual tende de forma sensível para a concentração da propriedade e à falta de garantia, de contratos escritos e respeitados, que permitam estabilidade aos meeiros, no Agreste e no Sertão, e aos foreiros, na Zona da Mata.

Assim, Andrade (1980) evidencia esse processo expondo que, por um lado, é comum um proprietário de terras possuir vários estabelecimentos rurais, os usineiros possuem dezenas de engenhos na Zona da Mata e no Litoral, assim como no Sertão é comum a existência de proprietários que são donos de numerosos sítios e fazendas. Somados a estes está o processo de aquisição de terras por habitantes urbanos (profissionais liberais, comerciantes e industriais), que se intensificou em decorrência da crescente especulação da propriedade fundiária e da facilidade de crédito que estes setores encontram para adquirir terras.

Em contraposição, dificilmente o pequeno e o médio proprietário, comprimido entre o latifúndio, tem acesso ao crédito para a aquisição de terras ou para subsidiar sua produção. Desta concentração e das políticas que lhes asseguram, como a proteção que recebe a lavoura de cana-de-açúcar, café e cacau, através da garantia de preços mínimos; a assistência técnica e comercialização organizada, que resulta o florescimento da grande lavoura e, conseqüentemente, da grande propriedade. Por outro lado, vivencia-se a estagnação da pequena lavoura, ligada a pequena propriedade, abandonadas ao crédito fornecido pelos agiotas, às tremendas oscilações nos preços entre as safras e a ganância dos intermediários.

Sob o esteio dessas contradições e da ascensão das lutas sociopolíticas para a resolução do problema agrário nordestino e brasileiro de modo geral, Andrade (1980) passa a discutir as tentativas de solução da questão agrária, avaliando as políticas de Estado, sobretudo da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Plano de Colonização Companhia de Revende e Colonização, órgão radicado no aparelho de Estado pernambucano. Frente às políticas em curso, aponta suas limitações e incorpora a discussão sobre o papel dos movimentos sociais rurais, sobretudo as Ligas Camponesas e o Sindicalismo Rural na luta pela reforma agrária. Assim, Andrade (1980) aponta que a reforma da estrutura agrária não deve se restringir aos planos de colonização, encarados como paliativos, defendendo posturas mais radicais para que esse processo se efetive como as mudanças constitucionais, principalmente no que diz respeito ao artigo 141 da Constituição de 1946, que outorga a desapropriação de terras para fins de interesse social, somente mediante a prévia indenização em dinheiro.

Desta maneira, sintetiza a situação em que se depara a relação do homem com a terra no Nordeste e os desafios que lhes estão colocados para superação das desigualdades atrozes.

Vê-se, assim, que no Nordeste a sorte está lançada e que os paliativos de uma política de colonização a longo prazo, concebida tecnicamente em gabinetes, sem consultar os interesses dos que mourejam a terra, dificilmente contribuirão para minorar a situação dos trabalhadores sem terras e solucionar a tremenda crise em que se debatem. Os preços dos gêneros de primeira necessidade são altos, sobem cada vez mais, enquanto os salários continuam inferiores ao mínimo. A miséria levou o trabalhador rural a tomar conhecimento de sua força, a não esperar pelos doutores, a exigir seus direitos. [...] Daí concluímos que estamos vivendo um período crítico: ou as reivindicações populares justas são atendidas e dá-se ao homem do campo condições de vida compatíveis com a dignidade humana ou a revolução prevista pelo Governador Aluísio Alves será inevitável e a estrutura fundiária arcaica que aí temos ruirá, arrastando em sua queda tudo que nela se apóia. (ANDRADE, 1980 p.262-263).

Ainda, cabe salientar que nesse processo de superação da geograficidade, negligenciada tanto em Valverde (1985) quanto em Andrade (1980), situa-se a preocupação com a intervenção do geógrafo na sociedade, através do planejamento, o que para além das influências em nível epistemológico e da atuação acadêmica, advém de seu maior contato com a sociedade, a partir da atuação e relação com os órgãos estatais; o primeiro com o Instituto Nacional de Geografia e Estatística e o segundo com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

### 3.1.1 Entre a negligência e a consolidação: a conjuntura brasileira pós 1964, a geografia neopositivista e a virada para a geografia crítica

Esse momento histórico que apontava para mudanças estruturais na formação espacial brasileira, sobretudo no âmbito da questão agrária, em que os movimentos sociais irrompiam o cenário político e social, e os intelectuais do país elaboravam suas contribuições para que os processos de transformação se efetivassem, foi interrompido a partir de abril de 1964. Ameaçadas as classes dominantes reorganizaram-se e superaram a crise de hegemonia através das alianças com as forças militares, criando as condições para o golpe civil-militar.

Os pilares da nova política agrária e agrícola instituída pelos governos militares são sintetizados por Fernandes (1996) nos seguintes termos:

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão dos latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica da produção, com base nos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram a modernização da agricultura e a territorialização do capital. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política. (FERNANDES, 1996 p.39)

Diante dessa conjuntura e sob o impacto da segunda onda de renovação na geografia mundial, através do neopositivismo, base epistemológica da chamada Nova Geografia, os estudos em geografia agrária assumem uma nova direção. A Nova Geografia, segundo Santos (2002) se manifestou, sobretudo, por meio da quantificação e utilizou igualmente como instrumentos, os modelos, a teoria dos sistemas (ecossistemas incluídos), a tese da difusão de inovações, as noções de percepção e de comportamento. Por outro lado, os geógrafos vinculados a essa matriz epistemológica, “em geral ignoram as estruturas sociais, leva a que não se preocupem com os processos sociais nem com as desigualdades sociais. Acabam, simplesmente, por ignorar o homem” (SANTOS, 2002, p.105). Assim, as questões sociais e políticas voltam a ser negligenciadas no âmbito da geografia agrária brasileira.

Segundo Bray (2006), esta a Nova Geografia passa a criticar a geografia de base indutiva e do trabalho de campo, buscando através da evolução tecnológica da época, a lógica formal de base dedutiva. Adota a moderna teoria dos sistemas em contraposição ao sistema organicista de base funcional-culturalista. Os geógrafos agrários do IBGE e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), de Rio Claro, que se vinculam a essa perspectiva teórico-metodológica, incorporam a chamada “crítica conservadora” do desenvolvimento do setor

agropecuário, que tem como um dos seus principais expoentes o economista Ruy Muller Paiva, um dos formuladores da política de modernização do governo militar. Na visão de Paiva (1976) e do grupo de economistas a que se vincula,

[...] frequentemente, ao se enumerarem as contribuições que se espera da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, faz-se uma relação longa de itens (ou objetivos) relativos à produção, produtividade, custo, etc. sem considerar que o atendimento desses objetivos exige a modernização tecnológica da agricultura. (PAIVA; SHATTAN; FREITAS, 1976 p. 17)

Contudo, mesmo diante da repressão, os movimentos sociais populares vigentes no campo, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 por setores progressistas da Igreja Católica, resistiram à política dos governos militares, mesmo que estes tenham conseguido desarticular suas principais formas de organização, como as Ligas Camponesas, que haviam protagonizado as lutas sociopolíticas no espaço rural durante as décadas de 1950 e 1960. Segundo Martins (1995), as lutas camponesas no final da década de 1970 forçaram muitas vezes o governo a fazer uso do dispositivo da desapropriação por interesse social nos casos de tensões, que se tornavam frequentes. Nesse período, também, o movimento dos trabalhadores rurais através da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), retoma a formulação em torno de um programa de reforma agrária no Brasil, que, a partir de seu terceiro congresso passou a afirmar as seguintes posições:

- Que a implementação da Reforma Agrária não mais pode ser adiada, devendo ter seu início e seu término definidos pelo Poder Público para que os homens sem terra possam integrar uma sociedade humana e justa e ser uma força ativa e produtiva, dotada da necessária participação política;
- Que o conceito de Reforma Agrária, não é pura e simplesmente, a ocupação de espaços vazios de terras públicas, mediante o processo de colonização, mas sim, um conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações do regime de posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. (III CONGRESSO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS, 1979 p.158)

Sob o esteio dessas lutas, já na iminência da virada da geografia para sua vertente crítica, a geografia agrária retoma a discussão em torno da questão agrária, a partir do I Encontro Nacional de Geógrafos em 1978 com as proposições de Silva e Mesquita (1978), que procuram delinear uma abordagem espacial na análise da questão agrária, onde se leve em consideração as tensões atuantes no espaço em que se desenvolvem as atividades agrárias, como a tensão histórica entre a concentração fundiária e as relações de produção no campo; a tensão na relação cidade-campo através do processo de transferência de capital de

procedência urbana para o espaço agrário e as tensões das diferentes atividades produtivas implementadas nesse espaço. A partir disso, apontam algumas linhas temáticas para o estudo da questão agrária sob o olhar geográfico como: a análise das relações de produção e as características do processo produtivo e a repercussão dos instrumentos da política agrária. Entretanto, ponderam que além dessas linhas, outras, ainda, poderiam se colocar como válidas no tratamento da questão agrária sob a perspectiva geográfica, em virtude da incipiente participação destes no debate sobre a questão.

Assim, a geografia agrária adentra a década de 1980 e, frente à conjuntura de luta pela redemocratização do país, que permite uma nova ascensão dos movimentos sociais no espaço rural, consolida-se. Nesse processo, destacam-se os trabalhos de Rui Moreira (1986) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988) no que tange ao envolvimento e discussão dos geógrafos na temática da questão agrária, com ênfase para o papel dos movimentos sociais rurais e a reforma agrária. O que não significa que o neopositivismo tenha deixado de existir no âmbito da geografia agrária, mas coexiste com a vertente crítica de pensamento, como os trabalhos de Diniz (1978 e 1984) deixam claro, assim como outras correntes teórico-metodológicas se fazem presentes.

### 3.1.2 A renovação da geografia e a geografia agrária brasileira: o consolidar de uma temática

Diante da crise do modo de produção capitalista no final da década de 1970, os geógrafos atentam-se ao grau de desigualdade e exploração que o mesmo impõe sobre a sociedade e o espaço. Ao mesmo tempo, frente à incapacidade da perspectiva teórico-quantitativa em explicar e enfrentar estes processos, ao aprofundar elementos que a geografia ativa vinha apontando, eclode o movimento de renovação que, por fim, culmina na geografia crítica. Nesse movimento é possível identificar obras de diferentes geógrafos em diferentes países, com elementos comuns em suas abordagens, como os trabalhos de Maximo Quaini, na Itália, a destacar a obra “Marxismo e Geografia”, de 1974; de Ives Lacoste, na França, com destaque para “A geografia isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra”, de 1976; os

artigos publicados por David Harvey, nos EUA, no periódico *Antípode*, e os trabalhos de Milton Santos, no Brasil, com destaque para “Por uma geografia nova de 1978”<sup>30</sup>.

Lacoste (1989) recupera a dialética de Reclus e aponta para a necessidade do geógrafo atender-se para as relações de poder, como elemento estratégico da organização espacial. Propõe a análise das intersecções dos múltiplos conjuntos espaciais como método que permite pensar, eficaz e estrategicamente, a complexidade do espaço geográfico. Toma como base a noção de espacialidade diferencial, que corresponde à compreensão da multiescalaridade das relações sociais, onde a ação dos indivíduos mediante o desenvolvimento capitalista não se restringe mais ao “terroir”, ou ao espaço concretamente vivido por uma comunidade. Mas abrange diferentes conjuntos espaciais, nos quais a esfera local e global se entrelaçam.

Mais próximos à dialética marxista estão Quaini (1979) e Harvey (2006), o primeiro aponta que,

[...] às prováveis objeções do geógrafo acostumado a exorcizar as profundas contradições da realidade que estuda, a exorcizar, portanto, também o marxismo, o proletariado e a luta de classes, podemos contra-objetar que na crítica de Marx à economia política está contida não somente a crítica da “geografia” (e quase um século antes dos modernos críticos da geografia descritiva), mas principalmente alguns elementos essenciais daquela nova e mais rigorosa instrumentalização lógica de que se sente necessidade para fundamentar uma ciência do território que não seja nem caótica erudição, nem saber apologético. (QUAINI, 1979, p.13-14)

Em sua reinterpretação do materialismo histórico-dialético, Quaini (1979) destaca a importância do método de investigação elaborado por Marx para a compreensão da dinâmica do território, assim como a sua concepção científica que considera simultaneamente a relação dos homens com a natureza e suas relações entre si, como fonte para a superação das dicotomias geográficas, sobretudo no que diz respeito a tradicional divisão geografia física - geografia humana.

Harvey (2006) preocupa-se com a economia política do espaço, e, a partir da teoria da acumulação capitalista de Marx, procura revelar como a mesma engendra o desenvolvimento desigual do espaço. Segundo o autor,

[...] o exame atento de suas obras revela que ele reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas. Além disso, Marx desenvolveu uma nova abordagem relativa à teoria da localização (em que a dinâmica está no centro das coisas) e mostrou ser possível ligar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais. (HARVEY, 2006 p.43).

---

<sup>30</sup> No que diz respeito aos trabalhos citados, utiliza-se respectivamente as versões: Quaini: Paz e Terra, 1979; Lacoste: Papirus, 1989; Harvey: Annablume, 2006; Santos: Edusp, 2002.



Assim, Harvey (2006) compreende que a produção do espaço sob a ordem capitalista é eminentemente contraditória, e que, para realização da mais-valia, criam-se novas estruturas espaciais. Mas, frente às crises de superprodução, estas são desconstruídas e reconstruídas para que se desenvolva um novo ciclo de acumulação. Desta maneira, concebe que a teoria marxista ensina a relacionar a acumulação de capital com a transformação das estruturas espaciais, o que permite um tipo de entendimento teórico e material dos relacionamentos recíprocos entre geografia e história, espaço e tempo.

Mais heterodoxo, mas não menos dialético, Santos (2002) incorpora criticamente o marxismo na geografia. Propõe que a reflexão sobre o espaço geográfico não pode conceber este como mero receptáculo de ações, ou como uma estrutura subordinada, mas como uma instância da sociedade dotada de uma autonomia relativa, que se configura como meio e condição dos processos sociais. Dessa forma, Santos (2002) procurou refletir sobre o espaço enquanto totalidade e tempo, que se manifesta em diferentes escalas através da dinâmica da sociedade.

As categorias fundamentais do estudo do espaço são, pois, a totalidade e o tempo; mas como o acontecer sobre o espaço não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõe, impondo ao mesmo tempo a categoria da escala, isto é, a noção de fração do espaço dentro do espaço total. (SANTOS, 2002, p. 218)

A compreensão da totalidade espacial é definida teórica e metodologicamente pelas categorias forma, função, estrutura e processo, articuladas organicamente entre si.

Em comum, estes trabalhos trazem o reencontro do geógrafo com a matriz dialética de pensamento inaugurada por Reclus (1830- 1905); a noção do desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista e o compromisso com a transformação da sociedade, que, por consequência, permeia a transformação das formas de organização do espaço geográfico. A geografia agrária brasileira incorpora as linhas de força dessa matriz de pensamento e, frente uma conjuntura particular, de luta pela redemocratização do país, em que a questão agrária emerge novamente como questão nacional, com a proposta de elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A influência da teoria crítica tornou-se uma referência para a compreensão das transformações pelas quais passava o espaço rural, sob a égide do capitalismo monopolista e a internacionalização da economia brasileira. Teoria que segundo Bray (2006) está organicamente vinculada ao juízo existencial de libertação da humanidade do jugo da exploração, da ignorância e da inconsciência.

No que concerne ao tema dos movimentos sociais rurais e à luta pela reforma agrária, a primeira edição da revista Terra Livre intensifica a participação da geografia agrária na discussão, com elaboração de uma avaliação crítica do 1º PNRA sintetizada por Rui Moreira. Para tal empreendimento, Moreira (1986) incorpora a um só tempo as vertentes dialéticas da geografia crítica, articulando a economia política marxista à noção de espacialidade diferencial de Lacoste (1976).

Moreira (1986) situa as lutas em torno do 1º PNRA, seja dos trabalhadores organizados nos diversos movimentos sociais rurais e urbanos, seja dos setores antirreformistas da sociedade (latifundiários e burgueses), representados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), no contexto da espacialidade diferencial do capitalismo no Brasil. Considera que essa possui duas fases distintas, a primeira corresponde a subsunção formal ao capital até meados de 1930, e a segunda representa a subsunção real ao capital da década de 1930 ao tempo presente e, procura situar o lugar particular que o campo assume nesse processo. Na primeira fase se estrutura uma espacialidade diferencial molecular que espalha uma multiplicidade de pequenas unidades parcelares, articuladas ao padrão de acumulação agromercantil, com base no monopólio da terra pela grande propriedade. Na segunda fase, se estrutura uma espacialidade diferencial monopolista viabilizada pela fusão do monopólio fundiário com o capital financeiro. Como consequência disso, se instaura o binômio latifúndio- minifúndio na gênese e desenvolvimento do espaço agrário brasileiro.

É no contexto dessas espacialidades que situa a discussão da luta dos movimentos sociais rurais pela reforma agrária e aponta as contradições do 1º PNRA. Assim, Moreira (1986) considera que tanto quanto o Estatuto da Terra que surgiu para ordenar a transformação da espacialidade diferencial no sentido da subsunção real ao capital, cristalizando as contradições de classe nos anos de 1950-1960, desde o surgimento das Ligas Camponesas às forças antirreformistas que articulam o golpe de 1964, o primeiro PNRA, surge para redirecionar tal política, sem alterar seus parâmetros fundamentais, que residiam, sobretudo, na modernização da agricultura e de sua dependência estrutural com a reprodução ampliada do capital. Desta forma, compreende que o 1º PNRA sintetiza as contradições de classe do presente, em que “a universalização da exploração renda/trabalho do campo acarreta seu contrário, na forma igual de universalização da luta das massas trabalhadoras no campo” (MOREIRA, 1986 p.14), além de denunciar o assassinato de camponeses pela reação dos grandes proprietários contra a reforma agrária.

Avalia que a proposta do PNRA, mesmo que esteja prevendo a redistribuição de terras para mais de 7,2 milhões de camponeses no prazo de 15 anos, afasta-se dos objetivos dos

movimentos populares reunidos em torno da Campanha Nacional da Reforma Agrária, visto que não toca em questões centrais, como o monopólio da grande propriedade, que coloca na espacialidade diferencial sobre o campo, a progressiva usurpação pelo capital das margens de autonomia do campesinato. Portanto, na visão de Moreira (1986), o PNRA dará sequência a subsunção real do trabalho ao capital no campo, não restando outra alternativa aos camponeses, comprimidos pela grande propriedade modernizada, senão à proletarização.

A contribuição de Ariovaldo de Oliveira (1988) à compreensão do que chama de geografia das lutas do campo, dá sequência a esta discussão e aprofunda a contribuição que a geografia agrária tem a dar para que se desvelem as dinâmicas espaciais dos movimentos sociais. No centro de seu modelo teórico está presente a concepção dialética da luta de classes como processo mediador da dinâmica no território; a perspectiva histórica dessas lutas; bem como a visão acerca do desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo no campo, como já havia enunciado em 1986, ao discutir a apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista, a qual deu origem à concepção de síntese contraditória entre a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital monopolista como duas faces da acumulação capitalista no campo. Nas quais encontram lugar relações sociais de produção tipicamente capitalistas e relações sociais de produção não capitalistas, mas subordinadas ao capital (Oliveira, 1988a).

A partir desse modelo teórico-metodológico, Oliveira (1988 p.15) concebe que “os conflitos sociais no campo não são exclusividade dos nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”. Expressam a luta entre desiguais, a luta do capital em busca de acumulação e luta dos povos e classes sociais exploradas para a manutenção de seu espaço de vida no território. Assim, a marca contraditória do desenvolvimento do país pode ser desenhada na luta pelos espaços-tempo distintos e pelos territórios destruídos e reconstruídos. Aborda a história das lutas sociopolíticas no espaço rural, desde a luta dos povos indígenas, dos trabalhadores negros escravizados, as guerras de Canudos e Contestado, as lutas dos colonos nas fazendas de café, as lutas camponesas ao longo do século XX, além de denunciar a violência no campo desde o golpe militar.

A partir deste contexto histórico, Oliveira (1988) identifica as diferentes frentes de luta dos movimentos sociais rurais na década de 1980, destacando a luta das nações indígenas, dos camponeses posseiros, dos peões, dos camponeses subordinados, dos desapropriados nas grandes obras de Estado, dos “Brasiguaios”, dos Sem Terra e a luta dos trabalhadores bóias-frias. Compreendendo que, no seio das contradições do desenvolvimento capitalista do país, o

campo vai forjando sua unidade de luta na diversidade de origens. Nesta perspectiva, Oliveira situa as contribuições que o conhecimento geográfico tem a dar para a compreensão dos mesmos.

A distribuição territorial desses movimentos é também importante para sua compreensão. O Brasil, com sua dimensão continental, tem comportado essa diversidade de movimentos em partes diferentes de seu território. A localização, portanto, dos diferentes movimentos no território pode e deve ser um caminho para montarmos um quadro geral e simultâneo deles. A geografia pode e deve contribuir para encaminhar essa questão. (OLIVEIRA, 1988 p.56)

Para além desta contribuição, revela o sentido das lutas, como lutas que se contrapõem à territorialização, à monopolização do capital e às políticas de Estado que lhes asseguram. Estabelece a mediação com a dimensão política que implica este processo ao dar sequência a análise de Moreira (1986), identificando as reações da burguesia e dos latifundiários organizados pela União Democrático Ruralista (UDR), ao 1º PNRA. O que levou a recuos deste programa agrário e a não efetivação do mesmo, em virtude da aliança dessas forças sociopolíticas, que encontram no governo espaço para suas reivindicações, em detrimento das lutas dos trabalhadores. Entretanto, “a luta cada vez mais organizada dos trabalhadores é uma resposta política à sociedade brasileira em geral, e ao Estado e aos latifundiários em particular”. (OLIVEIRA 1988 p.94).

Oliveira (1988) conclui sua geografia das lutas do campo, reafirmando o elemento norteador da geografia crítica, a necessidade de transformação da sociedade como um imperativo do momento histórico que vivencia, e, concebe nos movimentos sociais organizados pelos trabalhadores a possibilidade de tal mudança. Dessa forma, tanto Moreira (1986) quanto Oliveira (1988), a um só tempo, contribuem para a consolidação da temática dos movimentos sociais nos estudos geográficos, bem como abrem caminho para que novas perspectivas se desenvolvam contemporaneamente.

### 3.1.3 A geograficidade dos movimentos sociais rurais: as abordagens contemporâneas

É sob a perspectiva de entendimento do espaço, oriunda da matriz dialética de pensamento que, na contemporaneidade, identificam-se diferentes abordagens teórico-metodológicas no que diz respeito à geograficidade dos movimentos sociais rurais, protagonistas das lutas no seio da questão agrária brasileira. Diante do surgimento de novos

movimentos na conjuntura sociopolítica do país e do diálogo entre a teoria geográfica e as teorias dos movimentos sociais, merecem destaque as abordagens socioterritorial, histórico-espacial e socioambiental.

Na esteira do pensamento dialético de Ariovaldo de Oliveira, desenvolve-se a abordagem socioterritorial na compreensão da geograficidade produzida pelos movimentos sociais rurais, como se verifica entre o grupo de seus orientandos, atualmente professores universitários. Dentre esses, se encontram os trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes, que desde a década de 1990 vem desenvolvendo pesquisas com os movimentos camponeses no Brasil, sobretudo o MST e demais movimentos ligados a Via Campesina.

A partir da concepção do espaço enquanto instância da sociedade, Fernandes (1996) compreende que,

[...] os movimentos sociais, ao construírem a sua forma de organização, produzem o seu próprio espaço. Esse espaço possui múltiplos significados que podem ser compreendidos por sua dimensionalidade. Esse é resultado das práticas sociais das lutas populares, construídas na sua essência, em seu próprio tempo, ou seja, no tempo das experiências concretas – da práxis - durante o processo de luta e resistência. (FERNANDES, 1996 p.23).

Desse pressuposto e ao estabelecer o diálogo com a teoria neomarxista de interpretação dos movimentos sociais, tendo como referência as obras de Marx, Gramsci, Lefebvre e dos historiadores britânicos como Hobsbawm e Thompson<sup>31</sup>, que priorizam uma abordagem macrosocietal e que concebem a luta de classes como processo fundamental de transformação da sociedade, mas que enfatizam a categoria da “experiência” na sua dinâmica. Assim como, ao dialogar com a teoria da mobilização política de Tarrow<sup>32</sup>, Fernandes (1996, 2000, 2005, 2008) propõe as categorias espacialização e territorialização para compreender a dinâmica de movimentos sociais rurais, como o MST e a Via Campesina.

Nesse sentido, “espacializar significa registrar no espaço social um processo de luta. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como as manifestações, passeatas,

---

<sup>31</sup> Para Gohn (2004), os estudos do historiador Eric Hobsbaw têm a preocupação de recuperar as condições concretas de vida das classes trabalhadoras, suas lutas, movimentos e projetos. Já Thompson procura resgatar a categoria da experiência histórica e cultural a partir da perspectiva materialista histórica, situando esse processo como central no desenvolvimento das lutas sociais. Sobre os temas consultar: HOBBSAW, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v.3

<sup>32</sup> Segundo Gohn (2004), a abordagem de Sidney Tarrow é parte do paradigma norte americano de interpretação dos movimentos. Segue a perspectiva da mobilização política em torno de recursos essenciais, e, na análise dos movimentos sociais, propõe a existência de ciclos de mobilização. In: GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2004.

caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras” (FERNANDES, 1996, p. 136). Por sua vez, a espacialização da luta abre a possibilidade de apropriação dos espaços em que suas ações se materializam. Assim, os espaços transformam-se em territórios e são criadas as condições para territorialização do movimento. Ou seja, no caso do MST, “é na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território, e dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST” (FERNANDES, 1996, p. 136). Os assentamentos rurais são uma das expressões dessas conquistas parciais do movimento social.

É importante destacar que esses processos são interativos, de modo que a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por essa (Fernandes, 2000). Ainda, o território é entendido por Fernandes (2008) como espaço que se define a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões. Assim, a questão agrária se configura como uma disputa por territórios dentro do território capitalista e os movimentos sociais, como MST e demais movimentos ligados à Via Campesina, que têm no território o trunfo para o desenvolvimento de suas lutas, se configuram em movimentos socioterritoriais.

Por sua vez, mais influenciado pelo pensamento de Rui Moreira, situa-se a abordagem histórico-espacial dos movimentos sociais rurais, presente nos trabalhos de Paulo Alantejano (2003 e 2006). Para ele,

O Estado e o capital foram os protagonistas fundamentais na leitura geográfica. Assim, tradicionalmente, a geografia tem sido uma ciência em que capital e Estado são os protagonistas fundamentais, e os movimentos sociais, somente muito recentemente, têm sido alvo de teorização. (ALANTEJANO, 2006 p. 97)

Esta tendência está associada às transformações que a ciência geográfica vem sofrendo no último quartel do século XX, através da aproximação dos geógrafos com a teoria marxista. Nessa discussão, identifica dois processos entre a teoria geográfica e a luta dos movimentos sociais; o primeiro diz respeito ao posicionamento político e envolvimento dos geógrafos em defesa dos movimentos sociais, o segundo diz respeito à cristalização acadêmica e esvaziamento da participação dos geógrafos junto aos mesmos.

Na sua proposição, Alantejano (2006) situa os movimentos sociais rurais como parte das expressões dos conflitos de classe na sociedade, dialogando com Marx (1982) e Thompson (2002). Estabelece a crítica às perspectivas pós-estruturalistas, que situam os movimentos sociais como uma nova forma de expressão política independente ou até antagônica às contradições de classe. A partir dessa premissa, insere a espacialidade dos

movimentos sociais rurais na dinâmica global da produção do espaço, que é marcada pela lógica dialética do espaço e do contraespaço. Em que “o espaço é produto do bloco histórico, sobretudo da sociedade civil, que, marcado por contradições, faz aflorar a produção dos contraespaços, espaços de resistência, a exemplo das favelas, assentamentos e greves”. (ALANTEJANO, 2006 p.106)

Alantejano (2006) elabora uma interpretação histórica da questão agrária, a partir da luta pela terra no Brasil, no período de 1987 a 2005, destacando os ciclos de mobilização dos movimentos sociais rurais, com destaque para o MST. Diante das diferentes conjunturas que perpassam esse período, preocupa-se mais com a inserção espacial geral na formação capitalista brasileira e com a capacidade de articular as lutas específicas com a construção de um projeto de transformação da sociedade.

Também, cabe salientar a abordagem socioambiental, que recupera uma tradição de envolvimento dos geógrafos nas questões ambientais no Brasil e na América Latina a partir do viés da questão agrária. Nessa abordagem, destacam-se os trabalhos de Porto Gonçalves que, segundo Suzuki (2006), desde sua tese de doutorado, **Geografando: nos varadouros do mundo** – da territorialidade a territorialidade seringueira ou do seringal à reserva extrativista, defendida em 1998, vem fortalecendo o debate sobre a questão da Amazônia e os Movimentos Ecológicos.

Na esteira do pensamento de Milton Santos, Porto Gonçalves (2003) parte do pressuposto de que não existe sociedade a-geográfica assim como não existe espaço geográfico a-histórico. Concebe que o desvelar da geograficidade “deve começar, portanto, considerando o espaço enquanto dimensão constitutiva do social” (PORTO GONÇALVES, 2003 p.262). Entretanto, considera que toda sociedade é “um modo de estar junto” e este ato é ao mesmo tempo simbólico e material. Dessa forma, toda sociedade estabelece relações com os demais seres da natureza, esta “é uma condição de existência de toda sociedade e nenhuma sociedade animal, inclusive a humana, pode prescindir dessa condicionalidade”. (PORTO GONÇALVES, 2003 p.263). Questão que revela sua mediação com a dimensão socioambiental na compreensão da geograficidade.

Sob essa premissa, ao estabelecer o diálogo com a dialética marxista e pós-marxista, Porto Gonçalves (2003) considera que é a partir dos conflitos sociais que se formam os movimentos sociais, e que é possível construir uma teoria geográfica dos mesmos levando em conta a experiência dos homens e mulheres, que, através de suas lutas cotidianas, constroem novas configurações sociais, que, por sua vez transformam os lugares, constituem novos territórios e territorialidades a partir de sua territorialização.

No âmbito da questão agrária, problematiza o impacto ambiental da revolução verde:

O mundo rural, com a revolução verde, suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento com a biotecnologia dos transgênicos e do plantio direto, está sofrendo mudanças profundas tanto ecológicas quanto sociais, culturais e, sobretudo políticas. À medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normatização. (PORTO GONÇALVES, 2004 p. 212)

Nesse contexto, Porto Gonçalves (2004) considera que a questão agrária não é mais uma questão específica do campesinato, tornou-se uma questão urbana que se integra ao circuito metabólico da humanidade e das contradições do capitalismo. A questão ambiental, melhor do que qualquer outra, é expressão da relação do capitalismo com a natureza. Assim, admite um papel fundamental dos movimentos sociais que lutam pela terra, na mudança de concepção da natureza como recurso, visão imposta pelo capital, para uma concepção da natureza como riqueza necessária para a construção de uma nova racionalidade ambiental.

Essas diferentes abordagens teórico-metodológicas, originárias de uma visão crítica da ciência geográfica de um modo geral, e da geografia agrária de um modo particular, trazem novas perspectivas para o debate em torno da questão agrária e dos movimentos sociais rurais na medida em que inserem as categorias analíticas da geografia para a compreensão da dinâmica espacial em que estão inseridas. Também, selam o comprometimento desta ciência com a necessidade de transformação da sociedade, a partir de questões estruturais da dinâmica do modo de produção capitalista, como a questão agrária e ambiental, vislumbrando a possibilidade de transformação na articulação entre a teoria e a prática geográfica e na relação com os movimentos sociais. Sob o viés de tais abordagens, procura-se compreender os processos de espacialização e territorialização do MST em São Gabriel e as transformações na produção do espaço, que compõem a geograficidade oriunda da luta pela e na terra.

### **3.2 O processo de espacialização e territorialização do MST em São Gabriel: entre conquistas e transformações**

Ao tomar como pressuposto a espacialização e territorialização do movimento social enquanto processos interativos (Fernandes 2000) se compreende que na espacialização emergem os espaços-tempo de luta e resistência, ou o contraespaço segundo Alentejano (2006), que manifestam à contra-hegemonia às relações instituídas pelo latifúndio e



agronegócio. A partir desses espaços-tempo ocorre o enfrentamento das relações de poder que propiciam a territorialização do movimento social. Nesses termos, a territorialização corresponde a “um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção destas no espaço” (SOUZA, 2009, p. 60).

Após a realização da Marcha Sepé Tiarajú em 2003, mesmo não conseguindo entrar em São Gabriel, as famílias que participavam dessa luta encontraram abrigo em uma pequena propriedade cedida por uma família local. Em conjunto com outros movimentos sociais, que vinham apoiando a marcha, é realizada uma grande manifestação pública e, posteriormente, é formado o primeiro acampamento nas proximidades de São Gabriel, denominado Sepé Tiarajú. Segundo um dos integrantes da Direção Regional do MST, o acampamento permaneceu neste local por aproximadamente três meses e depois foi deslocado para a rodovia RS - 630, na localidade de Bar da Lagoa, onde permaneceu por mais três meses. Após este período de resistência, os acampados de São Gabriel juntaram-se a outra luta que estava ocorrendo no município de Santana do Livramento. Nesse sentido, a Marcha Sepé Tiarajú e o Acampamento Sepé Tiarajú representam os primeiros espaços-tempo de luta e resistência do MST, os quais abriram caminho para a sua territorialização em São Gabriel.

No ano de 2006, em uma conjuntura marcada pela expansão das compras de terras pelos grupos multinacionais do complexo papel-celulose na região da Campanha Gaúcha, o MST retoma a luta pela terra em São Gabriel. A Marcha Sepé Tiarajú foi reorganizada, partindo de Santana do Livramento em direção a São Gabriel. Desta vez o MST consegue entrar no município e reorganizar o acampamento Sepé Tiarajú, agora situado na localidade de Chácara das Flores dentro do município de São Gabriel, em uma propriedade de um posseiro, nas margens da antiga Rede Ferroviária Federal, pertencente à América Latina Logística (ALL).

Sobre este processo de retomada da luta pela terra, um dos entrevistados afirma:

A marcha tinha como propósito abrir o debate da monocultura de celulose e suas consequências ambientais e, assim, fazer a disputa de projetos. Garantimos um espaço de um posseiro da antiga Rede Rodoviária Federal, hoje, América Latina Logística (ALL), para instalar nosso acampamento e acompanhar o que se passava no latifúndio Southall que se tornou cada vez mais problemático pelas questões do passivo ambiental, da desmoralização por ser considerado improdutivo, pela propriedade estar quase toda arrendada e pelo endividamento com os cofres públicos. (ENTREVISTADO 3 - MEMBRO DA DIREÇÃO REGIONAL DO MST).

Com o acampamento reorganizado, o MST se espacializa em São Gabriel, realizando visitas nas comunidades e nos espaços públicos, dialogando com a população sobre a questão do

projeto das empresas multinacionais para o município e região e sobre a possibilidade da reforma agrária como alternativa ao modelo de desenvolvimento.

No início de 2007, o MST protagonizou outra ação importante para o desdobramento da luta pela terra em São Gabriel. Trata-se da marcha em direção a Coqueiros do Sul, município da metade norte do Rio Grande do Sul, onde estava localizada a Fazenda Guerra. Essa marcha inseria-se na estratégia do MST de atacar áreas-símbolo, como afirma um de seus dirigentes.

Eram áreas-símbolo em que a idéia era fazer assentamentos, mas também fazer a luta política. E nós trabalhamos neste período dois pólos, a fazenda Guerra e a fazenda Southall. O elo mais frágil do latifúndio estava aqui, e nós acumulamos força, muita força, neste período e conseguimos aqui nos estabelecer. Então, o que determinou o MST a vir pra cá foi um conjunto de fatores de uma decisão política de atacar em áreas-símbolo e dentro delas, estava esta aqui. E dentro de uma força política que o MST estabeleceu no estado, aqui era o elo mais frágil do processo, que impediu o avanço da fazenda Guerra, mas em compensação surgiu aqui. (ENTREVISTADO 4 – MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST)

A importância desse espaço-tempo de luta e resistência residiu fundamentalmente no compromisso firmado entre o Ministério Público Federal e Estadual, o INCRA e o MST, através da assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que previa o assentamento de duas mil famílias no Rio Grande do Sul, até o início de 2008, como afirma o representante da Superintendência Estadual do INCRA-RS, na época Chefe da Divisão de Obtenção de Terras do órgão:

[...] Com a marcha dos movimentos sociais em direção à Fazenda Guerra, o governo federal cede; assume o compromisso de assentar 2 mil famílias, esse é o compromisso do INCRA, esse foi o Termo de Ajuste de Conduta, assinado em Passo Fundo pelo MST, Ministério Público e INCRA [...] Então estabelecemos aqui na Superintendência uma estratégia para atender o TAC. (ENTREVISTADO 1 - REPRESENTANTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INCRA)

Outro espaço-tempo de luta e resistência importante no período foi a ocupação da Fazenda Tarumã, no município de Rosário do Sul, a qual pertencia a empresa multinacional Estora Enso. Foi uma ação desencadeada pelas Mulheres do MST, durante a jornada de lutas referente ao dia Internacional da Mulher. Com isso se recolocava em pauta a polarização entre a proposta de reforma agrária popular defendida pelo MST e Via Campesina, e os projetos de implementação das empresas do complexo papel-celulose como alternativa de desenvolvimento da região da Campanha Gaúcha. As mulheres que participaram dessa luta, e

que, atualmente pertencem às famílias assentadas em São Gabriel, ao lembrar desse momento, revelam a intensidade do conflito, que ficou marcado em suas memórias.

Eu tive numa luta das mulheres aqui em Rosário do Sul, na fazenda Enso, Estora Enso. Estivemos ali, ali sim, nós apanhamos muito da polícia, era uma ocupação das mulheres, do dia 8 de março de 2008. Nós apanhamos muito, eu quase quebrei um pé, fiquei muitos dias, eles colocaram os cavalos por cima de nós, eles tacaram aquelas espadas deles até nas crianças, machucaram uma criança também. Soltaram os cachorros por cima de nós, bomba de borracha, machucaram muitas mulheres, nós tivemos 80 pessoas que foram para o hospital, 80 companheiras foram para o hospital. Todas foram atendidas, onde uma grávida perdeu o nenê, então a coisa foi muito [pausa], foi terrível aquela luta. Aquela luta ficou gravada na história. (ENTREVISTADA 8 – Mulher, Família do Assentamento União Pela Terra)

Mas, na construção desses espaços-tempo de luta e resistência o MST conseguiu recolocar em debate na sociedade civil o tema da reforma agrária, bem como tencionar os aparelhos de Estado para a criação de novos assentamentos. A disputa no campo de conflitos agrários tornou-se mais aguda; disputa entre os projetos de desenvolvimento calcados na territorialização do capital, com a expansão do complexo papel-celulose na região da Campanha, e a proposição da reforma agrária como alternativa de desenvolvimento. Nesse cenário, a partir do acúmulo de forças obtido pelo MST nos espaços-tempo de luta e resistência, o acordo do Estado em atender as demandas do movimento social, aliado ao enfraquecimento do proprietário da estância Southall, e em virtude de seu profundo endividamento, cria as condições para uma crise de hegemonia nos domínios do latifúndio e do agronegócio, que culminou na conquista dos assentamentos rurais em São Gabriel.

### 3.2.1 A conquista dos assentamentos rurais: o processo de obtenção de terras para reforma agrária e os novos conflitos

Com a elaboração do II PNRA a reforma agrária voltou a ser encarada como uma política distributiva e transformadora importante para o desenvolvimento nacional.

Urge realizar a Reforma Agrária para que a situação econômica e social da população do campo não assuma gravidade ainda maior, mas especialmente para não perdermos a oportunidade histórica de transformar o meio rural brasileiro em um lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e democrática. A reforma agrária é urgente não apenas pela gravidade da questão agrária, expressa pelos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente pela sua contribuição a superação da desigualdade e exclusão social de parte significativa da população rural. (II PNRA, 2004 p. 7)

Como afirma Sauer (2010), a reforma agrária distributiva consiste numa ação do Estado que visa redistribuir a propriedade da terra apropriada e concentrada por grandes proprietários. Seu objetivo central é:

[...] democratizar a estrutura agrária e promover o desenvolvimento nacional, transformando as relações de poder econômico e político, responsáveis pela concentração fundiária. Enquanto política redistributiva, implica de acordo com a Constituição brasileira, a desapropriação punitiva de terras privadas que não cumprem sua função social (SAUER, 2010 p.122).

Entretanto, contraditoriamente a essa perspectiva e aos compromissos assumidos pelo II PNRA, o caso de São Gabriel explicita que as ações do Estado, no âmbito da reforma agrária, só avançam mediante a pressão dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que o processo de aquisição de terras para reforma agrária no Brasil mantém um dos preceitos da “reforma agrária de mercado”<sup>33</sup>, na medida em que privilegia a compra de terras em detrimento da desapropriação pelo descumprimento da função social da propriedade. A não atualização dos índices de produtividade, conforme previu o II PNRA, contribui para a continuidade desse processo.

Corroborando com essa tese, a afirmação do representante da Superintendência Estadual do INCRA, a respeito da aquisição de terras para a reforma agrária no Rio Grande do Sul, a partir de 2005,

[...] os índices de produtividade seguem sendo desatualizados; então praticamente não se tem imóveis improdutivos, não tem desapropriações nesse último período por descumprimento da função social, ou por serem improdutivos. Nós temos nesse período de 2004 em diante, uma desapropriação de um imóvel com 600 hectares em São Francisco de Assis, único imóvel improdutivo que a gente consegue nesse período. Então, em 2005, final de 2005, início de 2006, a gente conseguiu uma autorização para aplicação da Lei 4132, pagamento a vista, com isso a gente desapropriou alguns imóveis, eu já estava como chefe da Divisão de Obtenção de Terras, a gente desapropriou imóveis em Santana do Livramento, Itacurubi, São Luiz Gonzaga, desapropriamos a Granja Três Pinheiros em Sananduva, Cabanha Dragão, hoje Apolônio de Carvalho em El Dourado do Sul, estes basicamente, entre 2005 e 2006. (ENTREVISTADO 1 - REPRESENTANTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INCRA)

---

<sup>33</sup> Segundo Sauer (2010) Reforma Agrária de Mercado é parte das políticas de ajuste estrutural à ordem neoliberal, foi iniciada nos governos de Fernando Henrique Cardoso entre 1995-2002 a partir de acordos firmados com o Banco Mundial os quais resultaram em programas de compra e venda da terra subsidiados pelo estado tais como: Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural. Três preceitos básicos nortearam esses projetos: desconstituição do instituto da desapropriação de terras por descumprimento da função social da propriedade; defesa de programas de compra e venda da terra, via mercado, sob a justificativa de ausência de recursos do Estado para financiar programas sociais; criação de um mecanismo de acesso à terra em o Estado seria o principal agente, com vistas a desmobilizar os movimentos sociais.

A Lei 4132/62 disciplina a desapropriação de imóveis para fins de interesse social, “decretada para promover a justa distribuição da propriedade, ou condicionar seu uso ao bem estar social” (Art.1º- LEI 4123/62). Trata-se da mesma modalidade de desapropriação utilizada para a construção de obras públicas, por isso não leva em consideração a função social da propriedade. O Decreto 433/92 dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária por meio de compra e venda, e prevê a indenização dos proprietários através dos Títulos da Dívida Agrária; no entanto, através da lei 4132/62 torna-se possível efetivar o pagamento da indenização em dinheiro. A partir desse aparato jurídico, o INCRA traçou a estratégia para atender o Termo de Ajuste de Conduta, firmado após a Marcha do MST em direção da Fazenda Guerra.

A utilização dessa modalidade de aquisição de terras para a reforma agrária é marcada por contradições, a primeira diz respeito ao Governo querer conciliar interesses nesse processo. Pois,

[...] havia um compromisso de somente usar essa Lei, quando houvesse concordância dos proprietários, ou seja, o Governo não iria entrar em desapropriações litigiosas, mesmo tendo essa Lei dando poder ao Estado de desapropriar a área que ele quisesse para essa finalidade. Então como é que tu concilias isso: desapropriação e interesse amigável? (ENTREVISTADO 1 – REPRESENTANTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INCRA - RS)

A segunda contradição diz respeito à entrada do Estado no mercado de terras, sem questionar a especulação imobiliária e financeira a que a propriedade da terra vem sendo submetida, ou seja, o Estado se sujeita às leis do mercado. No Rio Grande do Sul, essa especulação no mercado de terras tornou-se ainda mais emblemática frente ao novo ciclo de territorialização do capital empreendido pela aquisição de terras pelo complexo papel-celulose na região da Campanha, área onde o MST reivindica a implementação dos novos assentamentos rurais para que se faça cumprir o TAC. Essas contradições são reveladas na medida em que o INCRA afirma:

[...] entramos em franca concorrência para compra de áreas com as florestadoras, o que reduziu também nossa possibilidade de compra. Até por questões políticas também, os proprietários, de certa forma, ao venderem, ao entrarem em negociação com o INCRA, eles são rechaçados no meio político local. Já para venda para florestadoras não tem o mesmo impacto negativo, e as florestadoras também inflacionam o mercado, na medida em que elas têm metas de aquisição para cumprir e tem uma flexibilidade com relação aos valores; e o INCRA já tem uma metodologia de avaliação, chega num limite de valor e é isso que eu tenho, daí o proprietário diz: “eu não aceito e tal”. Com base em tudo isso e nas florestadoras, se restringiu muito a possibilidade de compra de terras. Compra que eu digo assim... Aquela desapropriação amigável, para atender as duas mil famílias.

(ENTREVISTADO 1- REPRESENTANTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INCRA - RS)

Nessas negociações o INCRA pretendia adquirir grandes propriedades para atender a demanda das famílias, entrou em contato com proprietários de Santo Antonio das Missões e Alegrete, mas as tratativas não avançaram. Com a repercussão de que o INCRA estaria comprando terras, o órgão recebe a manifestação do representante de dois grandes proprietários de São Gabriel, os Antoniazzi e os Southall. Foram ofertados aproximadamente 12 mil hectares, 7 mil da Fazenda Antoniazzi e 5 mil da Fazenda Southall. Também outras áreas menores passaram a ser ofertadas, entretanto os preços exigidos pelos proprietários eram muito elevados, o que dificultava a efetivação das aquisições. (ENTREVISTADO 1 – REPRESENTANTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INCRA-RS).

Frente à morosidade no cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, já em meados de 2008, o MST realiza a primeira ocupação da fazenda Southall. Um de seus militantes relembra esse momento nos seguintes termos:

Massificamos o acampamento local. Somamos a ele a força do povo de outros acampamentos das regiões norte, sul e de Porto Alegre. Organizamos o povo e marchamos do acampamento para a sede da fazenda. Com cerca de 800 pessoas ocupamos o latifúndio em 11 de abril de 2008, mesmo com a barreira da Polícia Militar. Foram oito dias em que permanecemos entrincheirados com a disposição e determinação de não sair mais daquele espaço até que se tornasse assentamento<sup>34</sup>.

Após a ocupação e muitos momentos de tensão, segundo o mesmo relato, o INCRA propõe a retirada das famílias para a localidade do Suspiro (ao sul do município de São Gabriel), onde se encontrava outra grande propriedade, a Fazenda São Paulo. Naquele momento, o INCRA já havia entrado em negociações para adquirir este imóvel, por isso propõe o deslocamento das famílias para o local com vistas a resolver o conflito gerado na ocupação da Fazenda Southall.

O definidor - acho que para acelerar, ou para desencadear o processo de aquisições em São Gabriel - foi a Fazenda São Paulo, uma área pequena, com um proprietário que não era de São Gabriel. Ele tinha comprado esse imóvel de outro proprietário, ele praticamente não tinha feito nada ainda lá, ele não tinha nenhum vínculo com o pessoal de São Gabriel, e ele fechou o negócio rapidamente. Inclusive em uma das ocupações da Fazenda Southall nesse período, as famílias saíram da Fazenda Southall, foram para São Paulo que ainda nem estava totalmente finalizado o processo, mas o proprietário... Já tínhamos o acordo, o proprietário aceitou que as famílias ficassem lá provisoriamente. Foi até a solução de um conflito.

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida durante a pesquisa realizada em 2009, cuja síntese está sistematizada em Santos (2010), **o papel da luta pela terra na reconstrução dos territórios rurais: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté, São Gabriel - RS.**

(ENTREVISTADO 1 – REPRESENTANTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INCRA-RS)

Assim, o acúmulo de forças oriundo dos diversos espaços-tempo de luta e resistência dos movimentos sociais, se configura como definidor para que se instalasse um “*um pé da reforma agrária em São Gabriel*” como afirmam os dirigentes do MST. Após essas lutas e o encerramento das negociações do INCRA com proprietários de São Gabriel e região, em dezembro de 2008, é realizado o ato de entrega das áreas desapropriadas para a formação dos assentamentos rurais, dentre as quais: Estância do Céu (uma das estâncias da Fazenda Southall), Fazenda Iguacu, Fazenda São José do Zambeze e Fazendas São Paulo I e II, em São Gabriel, além de uma propriedade adquirida no município vizinho de Santa Margarida do Sul e outras duas no município de Alegrete, através das quais se pretende assentar cerca de 600 famílias na região. As famílias organizados no MST realizam um ato público em São Gabriel (Figura 9) para dialogar e agradecer a população pela conquista dos assentamentos rurais.



**Figura 9** – Ato Público do MST em agradecimento a conquista dos assentamentos em São Gabriel – Dezembro de 2008.

Fonte: CORREA, R. <http://conquistadecaiboate.blogspot.com.br>, acesso em Abril de 2012.

Org.: SANTOS, A. L.M. 2011.

Nessas conquistas, também foram contempladas famílias que participavam de outro movimento social, o Movimento dos Municípios de Tupaciretã, município localizado entre

a região central e o norte do Rio Grande do Sul, que foram assentadas no assentamento São José do Zembeze. Esse movimento pode ser interpretado como socioterritorial isolado, conforme a abordagem Fernandes (2005), pois atuava em uma escala restrita. Mas, na ação deste movimento específico, articulada com os espaços-tempo de luta e resistência produzidos pelos movimentos socioterritoriais territorializados<sup>35</sup>, como MST e Via Campesina, as demandas do movimento foram incorporadas, na medida em que a questão agrária no Rio Grande do Sul era recolocada em pauta mediante ação territorializada, realizada através das disputas travadas em torno das áreas-símbolo na região da Campanha e na região norte do Estado, bem como na luta das mulheres realizada em Rosário do Sul. Não obstante, na medida em que se tornam assentadas, essas famílias ingressam na organização do MST, participando de suas lutas e dinâmicas organizativas.

Por sua vez, com a conquista dos assentamentos inicia-se uma nova fase no processo de espacialização e territorialização do MST em São Gabriel, pois o assentamento, ao ser concebido como um território conquistado, novo recurso na luta pela terra que representa, sobretudo, a possibilidade de territorialização do Movimento (FERNANDES, 1996). Assim, emergem novas frentes de luta, que se materializam no espaço produzido pelas famílias organizadas pelo MST. A luta para viver e se reproduzir na terra conquistada, bem como a luta pela conquista de novos assentamentos que alterem a estrutura fundiária, promovem a mudança nas relações poder e consolidam o processo de territorialização do movimento social.

A partir das frentes de luta, as famílias assentadas passam a reivindicar o acesso à educação para as crianças, o saneamento básico e o acesso à saúde pública, bem como a regularização e liberação dos créditos para a produção e construção de suas habitações, políticas de responsabilidade do INCRA e outros aparelhos de Estado. Ao pressionar os mesmos novos espaços-tempo de luta e resistência são organizadas, como a ocupação da prefeitura municipal e do escritório regional do INCRA em São Gabriel.

O acampamento Sepé Tiarajú permaneceu organizado e o MST continuou a reivindicar a desapropriação das outras estâncias da Fazenda Southall, bem como as Fazendas Antoniazzi e Fazenda Trinta e Três. Assim, após os processos de ocupação da prefeitura municipal e do escritório regional do INCRA, o MST organizou a segunda ocupação da Fazenda Southall (Figura 10). Essa ocupação se configurou como um dos momentos mais

---

<sup>35</sup> “Os movimentos socioterritoriais territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização” (FERNANDES, 2005 p. 281).



tensos da luta pela terra em São Gabriel, revelando a intensidade da conflitualidade presente na questão agrária, pois a brutalidade da repressão empreendida pelos aparelhos de Estado sobre as famílias que participavam da ocupação culminou no assassinato de um dos trabalhadores rurais sem terra pela polícia militar.



**Figura 10** - Imagem da ocupação da Fazenda Southall realizada em agosto de 2009  
**Fonte:** DIREÇÃO REGIONAL DO MST (2009)  
**Org.:** SANTOS, A. L. M. 2011

Esse processo demonstra que além da violência material e simbólica empreendida pelos grandes proprietários de terras e empresários rurais sobre as famílias organizadas no MST, as mesmas também sofrem com a violência ativa e direta do Estado, que, segundo Girardi e Fernandes (2009), diz respeito à violência física, empregada contra a pessoa, ou posse e propriedade camponesa. “O Estado realiza esse tipo de violência através das ações de despejos judiciais e massacres promovidos pelas forças policiais na tentativa de dissipar as manifestações de luta, cumprir ordens de despejo e mandados de reintegração de posse” (GIRARDI; FERNANDES, 2009 p.343).

Mesmo assim, o MST “*segue na luta*” e alguns dias depois o Movimento ocupa a Fazenda Antoniazzi, resistindo a novos processos de repressão, até receber o mandado de

reintegração de posse da área e ter de se retirar da ocupação. Entretanto, esses espaços-tempo de luta e resistência não trouxeram apenas perdas, mas também resultaram em novas conquistas, como a desapropriação da Fazenda Santa Rita IV, em 2009, e da Fazenda Trinta e Três em 2010, para a implementação de dois novos assentamentos. É em meio aos processos de espacialização e territorialização de luta pela e na terra, que vão se processando as transformações na dinâmica da produção do espaço rural em São Gabriel e que permitem identificar a geograficidade construída pelo movimento social.

### 3.2.2 Das conquistas às transformações: a geograficidade que se processa na luta pela e na terra

Com a luta pela terra e a luta na terra, aos poucos as relações sociais instituídas pelo latifúndio e agronegócio vão sendo desterritorializadas do espaço, que passa a ser apropriado material e simbolicamente pelas famílias assentadas. Assim, com os processos sociais que imprimem para a reprodução de suas vidas, como a nova relação que estabelecem com a terra, as relações de trabalho, a cultura política de organização e participação, bem como as diferentes estratégias traçadas para o desenvolvimento dos assentamentos, a estrutura, as formas e funções que compõem o espaço geográfico, vão sendo transformadas.

Nesse sentido, o espaço concebido a partir das noções de totalidade e totalização, historicidade e movimento, pode ser definido metodologicamente e teoricamente pelas categorias *forma*, *função* e *estrutura*. Esses três elementos formam a totalidade do espaço, e não existem de forma isolada. Com relação a isso, Santos (1997, p.39) afirma que “em realidade, nenhuma dessas três categorias existe separadamente e apenas sua utilização combinada pode restituir-nos a totalidade em seu movimento”. Portanto, essa totalidade não é estática, mas está em permanente movimento, em processo de totalização, “é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para tornar, de novo, um outro todo”. (SANTOS, 2008, p.117)

Assim, entra em cena outra categoria para entender a totalidade espacial em movimento, o processo que permeia as outras três categorias. “Os processos nada mais são do que uma expressão da totalidade, eles são o instrumento e o veículo da metamorfose da universalidade em singularidade por que passa a totalidade” (SANTOS, 2007, p.199). As transformações na dinâmica da produção do espaço são interpretadas a partir das relações

entre processo, estrutura, função e forma, que se realizam no tempo e se manifestam nas diferentes escalas espaciais.

Através de tais relações, Santos (2007) percebeu que:

[...] o processo, entretanto, nada mais é do que um vetor evanescente cuja vida é efêmera; é um breve momento, a fração de tempo necessária à realização da estrutura, que deve ser geografizada, ou melhor, espacializada, através de uma função, isto é, através de uma atividade mais ou menos duradoura e pela sua indispensável união a uma forma. A forma, geralmente sobrevive à sua função específica. (SANTOS, 2007, p.199)

Portanto, para a análise destas transformações, o ponto essencial é que as categorias estrutura, função e forma, bem como o processo, são consideradas como “indissociáveis tanto enquanto categorias analíticas, como enquanto categorias históricas. Elas são as categorias que definem a totalidade concreta, a totalidade em seu processo permanente de totalização”. (SANTOS, 2007, p.200).

Compreendem-se como tais transformações se manifestam empiricamente na medida em que se traça o perfil das sete propriedades rurais nas quais os assentamentos estão sendo formados em São Gabriel, como se evidencia através da Tabela 2. Ao analisar-se o uso da terra nessas propriedades, verifica-se que 52,25% eram destinadas à pastagens naturais, o que demonstra a presença da tradicional pecuária extensiva, sobretudo bovina e ovina neste espaço. Por sua vez, cerca de 25% do total das áreas encontravam-se arrendadas e no caso das Fazendas São Paulo 1 e 2, o processo de arrendamento correspondia respectivamente a 89,6% e 92,2 % de suas áreas. No arrendamento capitalista da terra, 63,5% da área total destinava-se à exploração das culturas de arroz e soja e os demais 36,5 reproduziam o padrão de exploração em pastagens naturais.

No que concerne à análise ambiental, apenas um dos imóveis, a Fazenda Santa Rita, possuía área de reserva legal averbada, mas com área inferior ao previsto pela legislação do Rio Grande do Sul, a qual preconiza que 20% do imóvel rural seja destinado à reserva legal. Também se registra que 20,3% das Áreas de Preservação Permanente (APP's) das propriedades eram utilizadas para as lavouras de arroz, soja e pastagem, bem como outros impactos ambientais se manifestam na compactação e erosão dos solos.

Tabela 2 - Perfil dos imóveis rurais avaliados pelo INCRA em São Gabriel – RS

Imóvel Rural	Área Total (ha)	Área N. A (ha)	Área de Pastagem Natural (ha)	Efetivo Pecuário Nº de Cabeças				Área de Culturas Permanentes (ha)	Área de Culturas Temporárias (ha)			Total APP (ha)	APP-Ef. Preservada	Reserva Legal (ha)	Nº de Empregados	
				Bovinos	Equínos	Ovinos e Caprinos	Bubalinos		Arroz	Soja	Consórcio de Culturas				Permanentes	Temporários
Estância do Céu	4.933,1315	149,2480	2.941,1663	5.550	290	3.700	0	103,6288 Eucalipto	321,2485*	302,9633*	188,2833	946,5933	946,5933	0	SR	SR
Itaguaçu	2.037,88334	39,5566	1.207,8100	1417	30	316	4	40,3086 Eucalipto	27,8726*	566,9987*	0	155,5955	27,2655	0	SR	SR
São Paulo 1.	548,7016	0,3411	155,3833*	161	12	24	0	0	0	336,2085*	0	56,7687	56,7687	0	0	0
São Paulo 2.	122,3308	0	112,8357*	90	12	24	0	0	0	0	0	9,4951	9,4951	0	0	0
S.J. Zambeze	914,7638	67,6989	285,3469	414	0	422	0	0	131,7725*	277,00	0	72,9455	65,9216	0	18	0
Santa Rita	2.252,7960	193,437*	693,7070*	874	0	0	0	3,6160 Eucalipto	1.020,3480	80,00*	0	61,3400		280,4380	14	0
Trinta e Três	1.835,5918	86,6379	1.221,8819	1346	38	492	0	2,1113 Eucalipto	0	243,49*	0	289,339	162,1500	0	5	1
<b>Total</b>	<b>12.665,20</b>	<b>343,4825</b>	<b>6.618,13</b>	<b>9.852</b>	<b>382</b>	<b>4.978</b>	<b>4</b>	<b>149,6647</b>	<b>1.501,242</b>	<b>1.806,661</b>	<b>188,2833</b>	<b>1592,077</b>	<b>1.268,194</b>	<b>280,4380</b>	<b>37</b>	<b>1</b>

Obs.: SR – Sem Registro; Área N. A – Área não aproveitável (benfiteiros e solo exposto) APP – Área de Preservação Permanente; APP-Ef. Preservada – Área de Preservação Permanente Efetivamente Preservada; \* Área em situação de Arrendamento

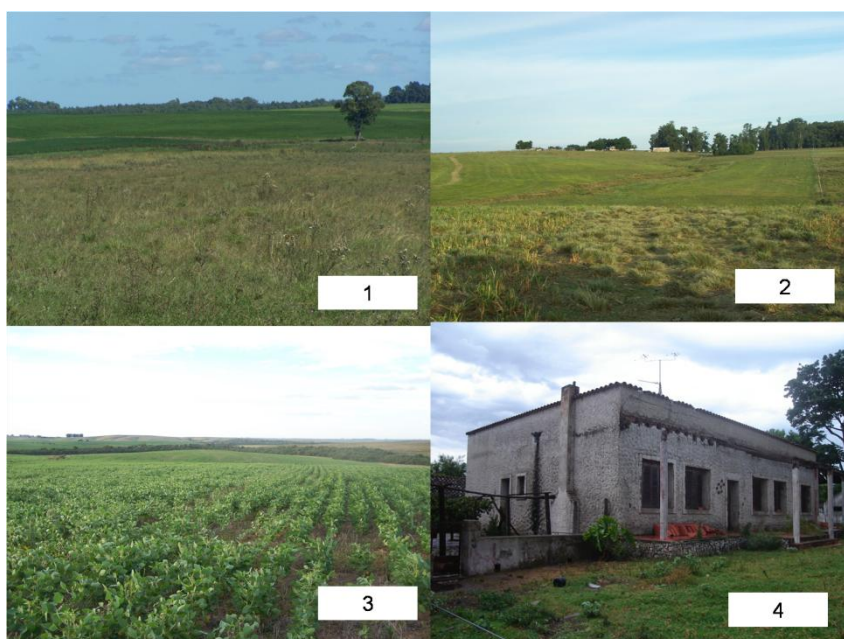
Fonte: Lances Agronômicos de Avaliação, INCRA (2008).

Org.: SANTOS, A.L.M. 2011.

Por sua vez, no que diz respeito aos aspectos sociais, os laudos agrônômicos do INCRA (2008) registram nos 12.665,20 hectares dos sete imóveis rurais, a presença de apenas 37 empregados permanentes e um empregado temporário. O que revela o baixo grau de emprego de força de trabalho nas estâncias e a exclusão social que a concentração da propriedade da terra promove ao não permitir que um número maior de sujeitos possa estabelecer suas dinâmicas de reprodução social no espaço rural.

Através desse perfil é possível perceber como essas propriedades se constituíam em frações dos territórios do tradicional latifúndio pecuarista e do agronegócio, ambos estruturados na dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo na região da Campanha Gaúcha. Nesses territórios, a forma espacial da grande propriedade se sujeita às funções de acumulação de capital, por meio dos processos de especulação e exploração da terra, nos quais a renda fundiária e o lucro capitalista coadunam-se no processo de territorialização do capital.

Assim, origina-se uma estrutura social desigual e excludente que se realiza no espaço geográfico. As expressões dessa forma de dominação e apropriação do espaço se manifestam na configuração da paisagem (Figura 11), a qual tem como marcos a predominância das pastagens naturais, a homogeneidade das monoculturas, seja da pecuária, do arroz ou da soja, e que trazem como consequência o despovoamento do campo.



**Figura 11** - Mosaico da paisagem em uma grande propriedade de São Gabriel. Fotos 1 e 2 - áreas típicas de pastagem, a foto 3 - lavoura de produção de soja, foto 3 - sede rústica de uma estâncias avaliadas pelo INCRA em 2008.

**Fonte:** INCRA (2008)

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Com a formação dos assentamentos, aos poucos esse quadro foi sendo transformado. A terra de especulação e exploração controlada por poucos dá lugar à terra de trabalho e reprodução da vida, onde mais de 600 famílias conquistam um novo espaço para viver. A divisão das grandes propriedades origina a forma espacial dos pequenos lotes, com média de 20 hectares cada um (Tabela 3).

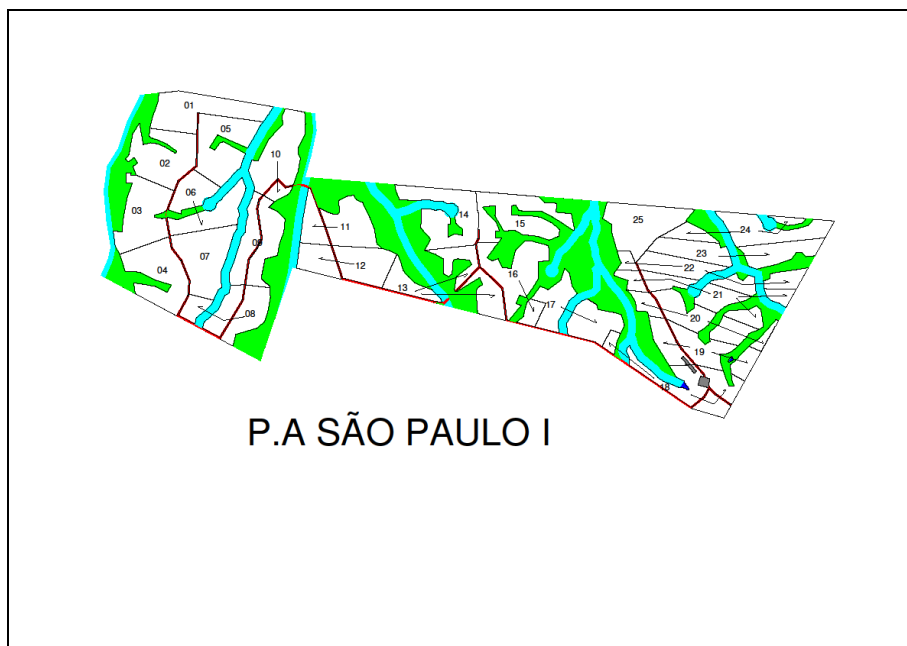
**Tabela 3** - Projetos de Assentamentos: N° de Famílias e Média dos Lotes

<b>Projeto de Assentamento</b>	<b>Área Adquirida (ha)</b>	<b>N° de Famílias</b>	<b>Médio dos Lotes (ha)</b>	<b>Ano de Implementação</b>
<b>Estância do Céu</b>	4.953,13	225	22.0139	2008
<b>Itaguaçu</b>	2.037,83	99	20.5841	2008
<b>São Paulo 1.</b>	548.70	25	21.9481	2009
<b>São Paulo 2.</b>	122.33	6	20.3885	2008
<b>S.J Zambeze</b>	873.7	47	185894	2008
<b>Santa Rita</b>	2.252,79	129	17.4635	2009
<b>Trinta e Três</b>	1835.59	78	23.5332	2010

**Fonte:** INCRA (2011)

**Org.:** SANTOS, A. L.M. 2011.

A figura 12 (Croqui da divisão dos lotes na Fazenda São Paulo I - Assentamento União pela Terra) exemplifica como se erige essa nova forma espacial baseada na pequena propriedade, onde se desenvolve o trabalho familiar, a cultura de organização em comunidades e grupos de produção, bem como a participação coletiva para traçar as diferentes estratégias que viabilizem a reprodução de suas vidas na terra conquistada.



**Figura 12-** Croqui da Divisão dos Lotes no Projeto de Assentamento Fazenda São Paulo I – Assentamento União Pela Terra.

**Fonte:** INCRA (2011)

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Nesse sentido, compreende-se que a formação dos assentamentos rurais contribui para a reestruturação do espaço rural, pois a partir dos mesmos, “se estabelecem novas formas de produção, novas práticas e novas formas de organização do trabalho” (BUTH, 2006 p.162). No processo de reestruturação das formas espaciais, as famílias constroem suas primeiras habitações (Figura 13), e começam a traçar as primeiras estratégias de reprodução social na terra conquistada.





**Figura 13** - Habitações nos Assentamentos União Pela Terra (1), Itaguaçu (2), Zambeze (3) e Cristo Rei (3).

**Fonte:** Trabalho de Campo (2011).

**Org.:** SANTOS, A. L. M. 2011.

Para tal, as famílias assentadas contam com o fomento do Programa de Reforma Agrária, que abrange um total de R\$ 12.600,00 divididos em três parcelas de R\$ 3.200,00, os quais devem ser investidos em alimentação, construção das primeiras habitações, instrumentos de trabalho e projetos de desenvolvimento dos assentamentos. Entretanto, muitas famílias já estão acerca de três anos assentadas e sequer tiveram acesso a primeira parcela deste incentivo, assim como nos assentamentos mais recentes, conquistados em 2009 e 2010, muitas famílias ainda vivem em barracos de lona, como se observa na figura 14.

Ao mesmo tempo, a simbologia da luta pela terra é impressa no espaço conquistado, que recebem os nomes de assentamento Conquista do Caiboaté (Estância do Céu), Madre Terra (Fazenda Santa Rita), União Pela Terra (Fazenda São Paulo 1), Novo Rumo (Fazenda São Paulo 2), Cristo Rei (Fazenda Trinta e Três). Alguns ainda mantêm os nomes das antigas fazendas como Zambeze e Itaguaçu, mas a representação da luta pela terra e o sentimento de conquista não são menores entre as famílias.





**Figura 14-** Barraco de lona onde vive uma das famílias no Assentamento Cristo Rei

**Fonte:** Trabalho de Campo (2011)

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Dessa forma, torna-se possível compreender que,

[...] a cada nova divisão do trabalho, a cada transformação social, há, paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido. (SANTOS, 2008, p.128)

Assim, emerge o processo descrito por Medeiros (2006, p.284), em que “aos poucos o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, identidades; cria significações da luta e do jeito cultural de cada um”.

Nessa imbricação entre a reprodução material e simbólica, identificam-se as diferentes estratégias para viabilizar a permanência das famílias na terra, dentre as quais se situam três grandes linhas: a produção para o autossustento, a produção de leite e a produção do arroz orgânico. O autossustento envolve a criação de animais como porcos, galinhas, vacas; a produção de hortaliças em pequenas hortas; a fruticultura; as pequenas lavouras de feijão, milho, trigo e mandioca. Produz-se “*de tudo um pouco*” como relatam as famílias.

A produção garante às famílias o consumo de alimentos básicos para sua sobrevivência, ao mesmo tempo, comercializam o excedente, o que tem configurado essa linha de produção como uma das fontes de renda dos assentados, conforme expressa uma das famílias entrevistadas.

**Pesquisador:** - Vocês têm conseguido vender o que produzem?

**Entrevistada:** - Aqui do assentamento foi vendido quase três mil quilos de mogango na cidade, foi vendido melancia, bastante na cidade. Ano passado plantamos cebola e vendemos também. Assim nós temos sobrevivido.

**Entrevistado:** - Plantei trigo também, e ano passado eu colhi um pouco e vendi na cidade. (Entrevistados (as) 9 – Família do Assentamento Conquista do Caiboaté)

Também, através da linha de produção projeta-se o ingresso das famílias assentadas em programas de fornecimento de alimentos do Governo Federal, como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como estão sendo planejadas e organizados grupos de produção para o estabelecimento de quatro feiras comunitárias em São Gabriel, para a venda dos produtos dos assentamentos.

Recentemente, através de uma parceria com a Cooperativa dos Assentamentos de Santana do Livramento (COPERFORTE), iniciou-se o estabelecimento da rota do leite nos assentamentos de São Gabriel, como foi possível acompanhar nos trabalhos de campo (Figura 15). A cooperativa fornece os resfriadores e se responsabiliza pela coleta da produção. Os assentados entram com a força de trabalho e os animais para produção, em alguns casos os animais foram adquiridos com recursos provenientes dos fomentos liberados pelo programa de reforma agrária, em outros com recursos próprios. No primeiro mês de implementação, a estimativa de produção levantada pela Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos assentamentos de São Gabriel e região era de 15 mil litros de leite. Um dos membros da Direção Regional do MST explicou que, em virtude da lentidão do processo de reforma agrária, somente em 2011 foi possível viabilizar a produção de leite em escala de comercialização nos assentamentos locais.

Agora, recentemente também iniciou a rota do leite, que não iniciou antes justamente porque ela exige uma estrutura dentro dos assentamentos, que, por conta dessa lentidão, não havia; não tem energia elétrica, não tem estrada que permita ao caminhão do leite circular. Então, com uma série de limitações. Mas nós iniciamos a rota do leite para garantir alguma renda para as famílias. (ENTREVISTADO 3 - MEMBRO DA DIREÇÃO REGIONAL DO MST)



**Figura 15-** Coleta da produção de leite no Assentamento Zambeze

**Fonte:** Trabalho de Campo (2011)

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Por sua vez, a estratégia de produção do arroz orgânico congrega dois elementos que são incorporados pelas famílias assentadas: o potencial das propriedades que possuem áreas de várzea e reservatórios para a irrigação das lavouras (Figura 16), bem como o projeto de desenvolvimento delineado no campo das intencionalidades do MST, o que é baseado na agroecologia em contraposição ao agronegócio. Essa estratégia é encarada pela direção do MST, tanto como uma forma de reprodução econômica, quanto como elemento de enfrentamento político e alternativa de modelo de desenvolvimento hegemônico.

Então, por nós entregarmos o arroz que é consumido na Santa Casa, hospital de São Gabriel, com produto orgânico produzido nos assentamentos, embalado pelas nossas cooperativas e entregue ali, o impacto político que isso implica não é pouca coisa. Então, eu acho que esse deve ser o papel, nesse período, dos assentamentos. Nós cumprimos o papel de organização social, dizer que dá pra fazer luta, dá pra organizar, dá pra enfrentar, não ser servil aos interesses dos coronéis aqui. E por outro lado organizar uma produção e enfrentar como força política e combater as políticas do agronegócio. (ENTREVISTADO 4 - MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST-RS)

Essa proposta está sendo viabilizada através de uma parceria com a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), que possui uma experiência de mais de dez anos com a produção do arroz agroecológico. A cooperativa é responsável pelo fornecimento das sementes, assistência técnica às famílias assentadas e pela compra da produção. As famílias organizam-se em grupos de produção para construir a lavoura, geralmente em lotes vizinhos, pois podem destinar no máximo 4,7 hectares de sua

propriedade para a produção do arroz agroecológico, conforme edital estabelecido pelo INCRA, que regulamenta esse tipo de produção nos assentamentos rurais.



**Figura 16** - Área de várzea destinada à produção de arroz agroecológico no Assentamento Madre Terra  
Fonte: Trabalho de Campo (2011)  
Org.: SANTOS, A.L.M. 2011.

Ao aderir a essa estratégia produtiva, as famílias iniciam um processo de transição, no qual todas as atividades produzidas se desenvolvam segundo os princípios agroecológicos. Na primeira safra, realizada em 2010, foram plantados 150 hectares de arroz orgânico e colhidas entre sete e oito mil sacas do grão. Para a safra de 2011, estimam plantar cerca de 300 hectares.

Os trabalhos de campo possibilitaram acompanhar três reuniões para a organização dos grupos de produção que participarão da safra em 2011, nos assentamentos Cristo Rei, Conquista do Caiboaté e Madre Terra. Nas reuniões, inicialmente, as famílias apresentam-se desconfiadas com a proposta, expressam o medo de se endividar, assim como o medo de trabalhar com uma nova prática produtiva. Trata-se da tensão que vem ao encontro do que Woortmann (2004) apresenta ao discutir como os camponeses incorporam inovações em seu

modo de vida, pois os mesmos são sempre cautelosos frente aos riscos que as mudanças podem trazer para sua reprodução social.

Mas, o camponês não é obtuso, impermeável à mudança. Ele é cauteloso, [...]. Não pode colocar em jogo sua reprodução social de sua família, só porque algum burocrata, em algum gabinete, resolveu impor uma nova tecnologia à população de baixa renda. (WOORTMANN, 2004 p.141).

É nessa tensão que os grupos são formados e famílias incorporam a perspectiva do novo na esperança de conquistar uma vida melhor.

A partir do amálgama composto pelos processos materiais e simbólicos, em que entram em cena o trabalho familiar, a cultura de organização e participação, os símbolos da luta e as diferentes estratégias de reprodução, que o espaço é transformado. Neste aspecto, se aponta como relevante a contribuição de Fernandes (2008 p.277) que, ao refletir sobre a proposição de Santos (2008), na qual o espaço é concebido enquanto o conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações pondera que “as transformações no espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço”. Na concepção do referido autor, os objetos naturais também transformam o espaço, mas não na mesma intensidade que os sistemas de ações oriundos das relações sociais.

As expressões dessas transformações se manifestam na configuração da paisagem no espaço conquistado (Figura 17), que se torna mais heterogênea e diversa na medida em que incorpora a pluralidade de elementos inerentes à reprodução da vida nos assentamentos, onde o maior número de sujeitos repovoa o campo, a organização em pequenos lotes e a diversidade produtiva reconfigura a imagem do espaço rural. Nesse sentido, compreende-se que a paisagem está contida no espaço, corresponde ao conjunto de formas, que, num dado momento histórico, exprimem as heranças das sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 2008). O espaço abrange essas formas, mais a vida que as anima. A paisagem configura-se, assim, como a porção da dimensão do espaço que está no alcance da visão, representa o testemunho histórico do processo de trabalho. Entretanto, o espaço é mais do que a paisagem, é a síntese provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais que o precedem. (SANTOS, 2008).





**Figura 17** - Mosaico da paisagem nos assentamentos rurais de São Gabriel.

**Fonte:** Trabalho de Campo (2011)

**Org.:** SANTOS, AL.M. 2011.

A partir das relações que estabelecem entre si e com a exterioridade as famílias assentadas constroem a sua territorialidade, que “reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma comunidade” (RAFFESTIN, 1993, p.158). Ela expressa uma relação com a exterioridade, que pode ser definida, segundo Raffestin (1993), como um conjunto que se origina num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível. Na busca por esta autonomia, ocorre o enfrentamento das relações de poder econômico, político, simbólico e cultural, exercidas pelas classes dominantes na esfera da sociedade civil e sobre os aparelhos de Estados.

Assim, compreende-se que a territorialidade desenvolvida pelas famílias assentadas delineia-se nos moldes do que Dematteis e Governa (2005) definem como territorialidade ativa, a qual deriva “da ação coletiva territorializada e territorializante dos agentes locais e se dirige a construção de estratégias inclusivas” (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p. 45). Na construção dessa territorialidade, os agentes se inserem nas relações de poder local sem aceitar as imposições e as estratégias de controle dominantes, pois as examinam de forma ativa, e, frente às mesmas, forjam sua autonomia, “en la territorialidad activa los agentes

juegan papeles y desarrollan acciones. Se configuran, de este modo, estrategias de respuesta y de resistência, respecto a la impositiva del control y así se construyen también cambios e innovaciones”. (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p.45)

A formação desta territorialidade contribui para a transformação nas relações de poder e na cultura política local. Esse processo manifesta-se na maior participação popular e na contestação das relações que asseguram o exercício da hegemonia pelas frações de classe componentes do bloco no poder, em São Gabriel. Para exemplificar como esse processo vem ocorrendo, aponta-se a organização do “Movimento Filhos Desta Terra”, que reúne cerca de 200 famílias, dentre as quais se situam pequenos arrendatários, pequenos posseiros e trabalhadores rurais de São Gabriel, que montaram um acampamento na localidade do Suspiro e passam a reivindicar a conquista da terra própria para sobreviver. Por sua vez, no espaço urbano, emergem lutas populares como a luta contra privatização da água e a revitalização das ruas no município. Questionado sobre esses fatos um dos dirigentes do MST afirma:

[...] o povo daqui disse que isso nunca tinha ocorrido. Foi articulado pelo MST? Evidente que não. Muitos dos que articularam isso até nem gostam de nós, mas, nossa cultura de participação, de organização, isso aparece nesses movimentos que surgem aqui. (ENTREVISTADO 4 - MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST)

Portanto, a geograficidade que se processa na luta pela e na terra é compreendida através das transformações na dinâmica de produção do espaço. Pela mediação entre empiria e teoria, essas transformações podem ser concebidas como mudanças nas *formas* e/ou nas *funções* do espaço, nas suas mediações com a estrutura econômico-social e a superestrutura político-ideológica e cultural, a partir dos *processos* vigentes no movimento das relações sociais para a produção de seu espaço. Pois, não há sociedade capaz de se reproduzir sem a produção de seu espaço. Nessas transformações, a apropriação material e simbólica do espaço, que ocorre na trama das relações de poder em que as famílias assentadas se inserem, permite o emergir de um novo território nos domínios do latifúndio e do agronegócio. Este pode ser concebido como um novo território camponês, que se forma nos interstícios dos territórios capitalistas presentes na formação social brasileira.

**- CAPÍTULO IV -****O EMERGIR DE UM NOVO TERRITÓRIO CAMPONÊS: A REIVENÇÃO DO MODO DE VIDA, OS DILEMAS DA POSIÇÃO DE CLASSE E OS PROJETOS DE FUTURO**

*Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos, a questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas, é algo que o camponês pode ensinar aquele que não é camponês, muito mais do que o contrário como se pode observar em diferentes situações [...] Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais parte da população está envolvida. (SHANIN, 2008 p.28)*

No processo de luta pela e na terra vivenciada pelas famílias assentadas, as relações materiais e simbólicas propiciam as transformações no espaço conquistado, ao mesmo tempo em que proporcionam a formação de uma territorialidade capaz de influenciar e transformar a exterioridade, ou seja, o espaço de relações externas aos próprios assentamentos. Assim, constrói-se a territorialização do MST em uma sociedade e um espaço marcado por sistemas hierárquicos de poder, por desigualdades sociais e pelos conflitos oriundos da dominação exercida pelo bloco composto por estancieiros e empresários rurais, que imprimem suas relações de poder no espaço, as quais se expressam nos territórios do latifúndio e do agronegócio.

Mas, nesse processo, os próprios sujeitos, que na dinâmica da luta do movimento social passaram a identificar-se enquanto *sem terra*, também se transformam, pois recriam suas relações, seus valores, seu modo de vida para lograr permanecer na terra. Trata-se de um processo de reterritorialização, em que os sujeitos se reinventam e, na dinâmica da produção do novo espaço, recriam o território em oposição à territorialização do latifúndio e do agronegócio. Suas novas relações são constituídas através de uma multiplicidade de elementos, tais como a terra, o trabalho, a família, a comunidade, através dos quais reelaboram seus projetos de vida, tanto no sentido objetivo, quanto subjetivo, onde o material e o simbólico encontram-se imbricados. Assim, torna-se possível compreender a formação do território configurado pelos assentamentos rurais enquanto um território camponês formado nos interstícios da formação social capitalista brasileira.



Nessa perspectiva, compreende-se o campesinato enquanto sujeitos do presente, pois “as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida” (SHANIN, 2008, p. 25). Em sua diversidade de origens e multiplicidade de formas, a permanência do campesinato nos contextos controversos da dominação capitalista, que tenderiam para sua desintegração e eliminação como as leituras clássicas de Kautsky (1898/1980) e Lenin (1899/1982) apontavam, tem sido marcada por dois processos, a sua criação e recriação, pois, pessoas que nunca possuíram terra, a conquistam, tanto quanto camponeses expropriados a reconquistam, ou, se readaptam a dinâmica capitalista (SHANIN, 2008). Processos que se expressam no espaço através dos movimentos de desterritorialização e reterritorialização que o campesinato sofre constantemente como apontam Paulino (2006) e Fernandes (2008).

Assim, a existência do campesinato no limiar do século XXI desafia as diferentes teorias para compreender a posição ambígua que o camponês ocupa no capitalismo, “integrado e marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo” (MARQUES, 2008, p. 69). Por meio desses pressupostos, analisam-se neste capítulo como as famílias assentadas reinventam o seu modo de vida e a posição de classe que compartilham no processo de luta pela construção de seu território. Mas, para compreender tal questão, é mister ter em mente que na reterritorialização, se manifestam as diferentes trajetórias desses sujeitos, cujos saberes incorporados lhes acompanham e se redefinem antes e durante a luta pela terra, bem como na luta para viver e se reproduzir na terra conquistada. Portanto, é importante recuperar suas trajetórias para perceber a tensão entre, o passado, o presente e o futuro, o indivíduo, a sociedade e o espaço, cujo conceito de *habitus* em Bourdieu (2005, 2009) contribui para sua explicação. Em meio a essas tensões, os sujeitos reinventam seu modo de vida e ao mesmo tempo passam a partilhar de uma posição de classe que lhes afere uma nova condição na disputa territorial, a condição de camponeses-assentados.

#### **4.1 Entre a reinvenção do modo de vida e a posição de classe camponesa: o papel do *habitus* no processo de reterritorialização dos sujeitos**

Ao estudar a perspectiva de Shanin (1979, 1979a, 1979b, 1980, 2008) sobre o campesinato compreende-se a necessidade de encarar esses sujeitos sociais como um processo. Pois, “como toda entidad social el campesinado existe sólo como un proceso, es decir em su cambio. Las diferencias regionales diversas entre los campesinos reflejan en gran medida sus historias diversas” (SHANIN, 1979 p.13). É a partir dessa diversidade de processos que vivenciam nas diferentes sociedades, nos diferentes espaços e contextos históricos que os camponeses integram o mundo capitalista, o qual é marcado segundo Shanin (1980) pela multilinearidade.

A multilinearidade do processo histórico se difere da posição unidirecional oriunda do marxismo ortodoxo formado no final do século XIX, na qual o capitalismo significava descamponização, em virtude da polarização crescente entre duas classes sociais: burguesia e proletariado. Para Shanin (1980) o quadro que emergiu na dinâmica capitalista é mais complexo, pois diferentes regimes de acumulação se reproduzem em seu interior produzindo diferentes tendências, que não apenas o aburguesamento ou a proletarização como previa a teoria da diferenciação social em Lenin (1899/1982).

Nesse aspecto salienta-se a contribuição de Vergopoulos (1986, p.44) para quem “não há uma lei substancial das coisas que assegure a continuidade de tal ou qual evolução”. Questões que vem ao encontro da hipótese de Martins (2010) para quem o capitalismo, na sua expansão, não só redefine relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações de produção não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.

É no seio dessas contradições que se identifica a formação do campesinato brasileiro. Que diferentemente do que ocorreu em outras formações sociais,

[...] é um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. (MARTINS, 1995 p.16)

Portanto, não se constitui enquanto um resíduo pré-capitalista, mas é “uma forma recriada pelo capitalismo moderno” (VERGOPOULOS, 1986, p. 159).

Entretanto, seria restritivo apontar a presença do campesinato no capitalismo somente em virtude das contradições presentes na reprodução do capital, sobretudo no caso brasileiro, em que há outra condição para a formação do campesinato, a qual diz respeito, segundo Fernandes (2006), a uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra.

É por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital. A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo. Este também é seu limite, porque não possui o controle político das relações econômicas. (FERNANDES, 2006 p. 7-8)

É nessa estratégia que o papel do MST exerce relevância para criação e recriação do campesinato brasileiro.

Através desses processos o campesinato constrói seus territórios no interior dos territórios capitalista. Contudo, os mesmos apresentam diferentes configurações, ora podem se configurar como territórios monopolizados pelo capital, que se apropria da renda camponesa através da subordinação da agricultura à indústria (OLIVEIRA, 1994, 2004). Ora se configuram como territórios de luta e resistência as impositivas do capital como demonstram Girardi e Fernandes (2009).

Essa ambigüidade expressa à dualidade principal da posição dos camponeses nas sociedades contemporâneas. A qual consiste “en que son, por una parte, una clase social (una de escaso “carácter de clase” y en general dominada por las demás clases) y, por la otra, “un mundo diferente”, “una sociedade en sí misma” (SHANIN, 1979a p. 228). Essa dualidade de classe e sociedade pode, segundo Shanin (1979a), conduzir a dificuldades conceituais, mas pode servir como uma definição qualitativa do campesinato.

Assim, em sua tradição teórica definida por Guzmán e Molina (2005) enquanto narodismo-marxista<sup>36</sup>, Shanin (1979, 1979a, 1979b, 1980, 2008) passou a compreender que o campesinato é um modo de vida que congrega diferentes elementos, tais como a relação com a terra, o trabalho familiar, a organização em comunidades. Em consonância com essa abordagem, Marques (2004) entende o modo de vida camponês,

---

<sup>36</sup> De acordo com Guzmán e Molina (2005) o narodismo, ou populismo, surgiu na Rússia do século XIX como conseqüência do debate intelectual gerado na Europa, sobre a capacidade das instituições camponesas serem encarregadas de um manejo autônomo dos recursos naturais, socioeconômicos e políticos frente ao desenvolvimento do capitalismo. Na diversidade desse pensamento Guzmán e Molina (2005) apontam dois traços globais: “por um lado sua rejeição à propagação do capitalismo que já atingia uma dimensão hegemônica na Europa Ocidental; por outro a assunção e o desejo de que a Rússia saltasse a etapa capitalista para atingir uma sociedade mais justa, socialista, sem a desorganização do campesinato” (GUZMÁN; MOLINA, 2005 p.21-22). Essa corrente intelectual incorporou o conteúdo de *O capital* de Marx e o debate com o próprio autor da obra, o fez reconsiderar o papel do campesinato no processo histórico, dessa discussão surge o que Guzmán e Molina denominam de narodismo marxista, perspectiva que tem sido recuperada pela tradição dos novos estudos sobre o campesinato em que Theodor Shanin é um dos principais representantes.

[...] como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004 p.145)

Ao mesmo tempo, o campesinato constitui uma classe social *sui generis* que partilha de uma posição subalterna no sistema de relações de poder, em que, “su sujeición política se conecta con la subordinación cultural y con su explotación econômica” (SHANIN, 1979 p.12). Nesses termos, articula-se a concepção de classe social em Shanin (1979, 1979a) com a concepção na qual a classe existe enquanto processo e relação na mixagem entre as dimensões econômico-social, político-ideológica e simbólico-cultural que se explicitam de diferentes maneiras, bem como em diferentes espaços-tempo.

Por sua vez, a posição de classe é vista, “como una interrelación social, una interrelación de conflito con otras clases y grupos. Fuera de estas interrelaciones, una clase deja de existir” (SHANIN, 1979a p.228). Este viés conduz a análise de como as famílias assentadas, na medida em que lutam para construir seu território, reinventam seu modo de vida e passam a partilhar de uma posição de classe *sui generis* no sistema de relações de poder vigente em São Gabriel, questões que permitem caracterizá-las enquanto famílias camponesas. Entretanto, é mister ter em mente que esses sujeitos possuem diferentes trajetórias geográficas e que o assentamento configura-se como o espaço que possibilita sua reterritorialização.

#### 4.1.1 *Habitus* e reterritorialização

Os assentamentos rurais segundo Marques (2004) correspondem a um território camponês em formação. Pois, o processo de reforma agrária pode ser entendido como um momento particular do movimento de reprodução do campesinato no Brasil. Nos mesmos emerge a diversidade de um público que no momento da luta pela terra guardavam a identidade de *sem terra*. Portanto, o assentamento rural é o espaço que possibilita a reterritorialização dos sujeitos. A qual diz respeito, a linha de retorno que permite a construção do território em novas bases (HAESBAERT, 2006).

Nesse processo os sujeitos trazem os saberes adquiridos em suas trajetórias geográficas, pois são homens e mulheres, que viveram em diferentes espaços, no rural, no urbano, em diferentes regiões do Rio Grande do Sul e quiçá do Brasil. São homens e mulheres que ingressaram no universo das relações sociais de produção ocupando diferentes posições, foram trabalhadores assalariados, camponeses expropriados, filhos de assentados, como expressam através dos termos: “*sempre moramos no interior e trabalhávamos de empregado*”, “*eu morava a 20 anos na cidade*”, “*somos filhos de assentados*”, “*sou filho de pequeno produtor*”.

Mas, ao ingressar na luta pela terra esses sujeitos passam a partilhar de um desejo em comum, construir “*uma vida melhor*”, “*ter as coisas da gente*”, haja vista que diante da situação em que se encontravam isso lhes parecia inviável. Assim, passam a conceber na conquista da terra essa possibilidade como expressam em seus relatos.

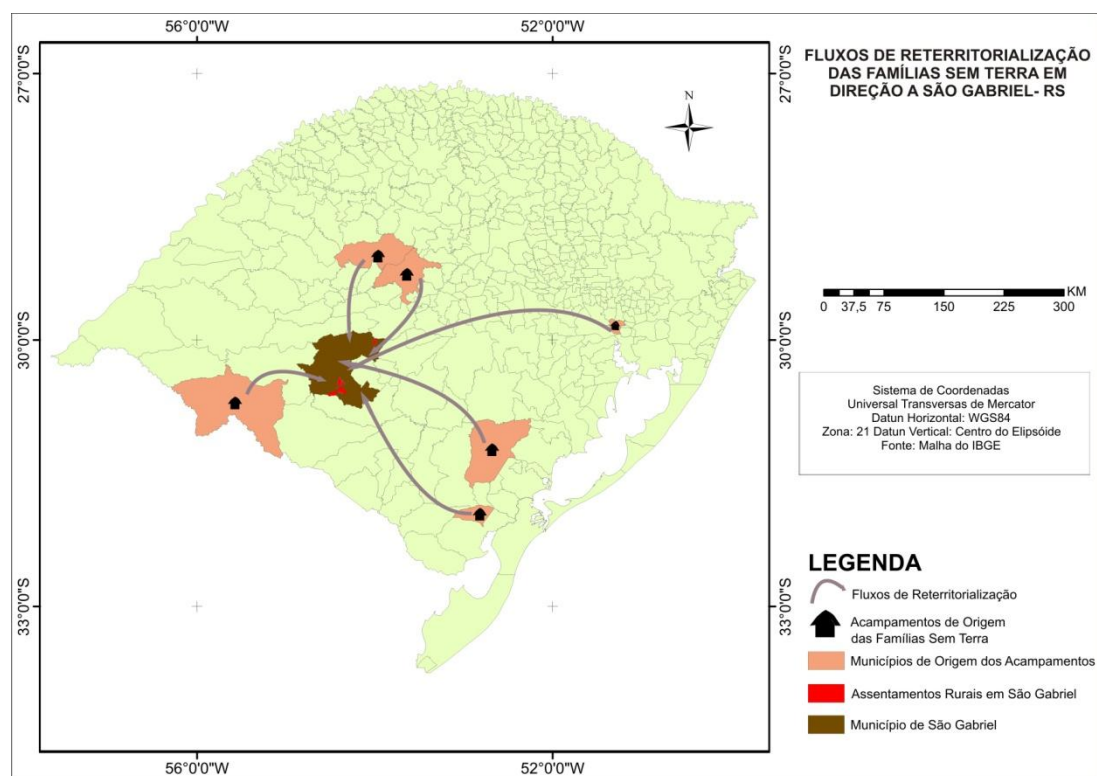
Eu morava a 20 anos na cidade de Sapiranga, onde eu trabalhava numa fábrica de sapatos, onde que a fabrica fechou, a gente não tinha mais recurso, fomos para o acampamento, a gente teve de ir para o acampamento para ver se conquistava o lote, e aí, onde que deu tudo certo e que graças a deus estamos aqui. [...] Por essa dificuldade, sabe! Que na cidade as coisas não são fáceis, o desemprego foi grande aquela época, foi em 2007, e eu fui para o acampamento por causa que chega no final do mês, tem luz, tem água, tem tudo para pagar, e conta, a bóia, e eu tinha meus dois filhos. Então a dificuldade foi essa, de chegar no final do mês, a fabrica que eu trabalhava fechou, não me pagou. Então comecei a procurar serviço, só dava as portas fechadas das fábricas onde que eu procurava. Foi pelo meu filho com 15 anos, que botou na minha cabeça que nós tinha que ir para o acampamento, que no acampamento pelo menos a sexta básica nós ganhava para comer, e ainda com tempo nós conseguia ganhar nosso lote. (ENTREVISTADA 8 - Mulher, Família do Assentamento União pela Terra)

**Pesquisador:** - O que os levou a entrar nessa luta?

**Entrevistado:** - Mais aí foi para poder ganhar a terra né! Apareceu um cara lá, que disse que se fosse acampar, ganhava terra. Daí eu me interessei, digo não: vou mandar brasa! Vou acampar! Eu trabalhava numa granja, daí eu parei de trabalhar e fui acampar. Deu no que deu, estamos aqui! Ficamos dois anos e meio acampados, foi toda a família acampar e saiu a terra. (ENTREVISTADO 9 - Homem, Família do Assentamento Conquista do Caiboaté)

Dessa maneira, se desterritorializam para se reterritorializar através da conquista da terra. Mas, esse movimento implica em uma nova trajetória, a trajetória da luta pela terra. Durante esse período, esses sujeitos participam de diferentes espaços-tempos de luta e resistência, desde as lutas de referência para a conquista dos assentamentos em São Gabriel como, as Marchas de 2003 e 2007, a luta das mulheres na ocupação da Estora Enso, em Rosário do Sul, no ano de 2008, as ocupações de 2008 e 2009 em São Gabriel, até espaços-tempo específicos de cada acampamento onde ingressaram na luta pela terra. Cabe destacar

que entre os acampamentos de origem das famílias assentadas em São Gabriel situam-se: o acampamento formado no município de Nova Santa Rita na região metropolitana de Porto Alegre; os acampamentos formados na região sudeste do Rio Grande do Sul, localizados nos municípios de Pedro Osório e Canguçu; os acampamentos formados na fronteira oeste do estado nos municípios de Santana do Livramento e São Gabriel; bem como os acampamentos da região centro-norte, como os localizados no município de Tupaciretã e Julio de Castilhos. A figura 18 evidencia os fluxos de reterritorialização das famílias organizadas no MST, no espaço do Rio Grande do Sul, em direção aos assentamentos formados em São Gabriel.



**Figura 18** – Mapa dos Fluxos de Reterritorialização das Famílias Sem Terra em Direção a São Gabriel-RS

**Fonte:** Malha IBGE (2011)

**Org.:** SANTOS, A.L.M., 2011.

Nessa diversidade, há também sujeitos oriundos de outros movimentos sociais como no caso das famílias do assentamento São José do Zambeze, que participavam do Movimento dos Municípios de Tupaciretã, cujas famílias conquistaram a terra na medida em que o MST, movimento socioterritorial territorializado, conseguiu recolocar em pauta a questão agrária no Rio Grande do Sul mediante as disputas travadas em torno das áreas-símbolos na

região da Campanha e na região norte do estado. Famílias que ao integrarem a comunidade dos assentamentos em São Gabriel, ingressam na organização do MST, participando de suas lutas e reproduzindo suas formas de organização.

Do período de acampamento esses sujeitos guardam suas lembranças, “*foram várias lutas*”, “*era bom*”, “*a gente fez muitas amizades*”. E nesse processo incorporam saberes que se traduzem em novas práticas, como o relato a seguir demonstra.

Antes de ir para o acampamento eu trabalhava, eu morava numa vila, eu tinha só ela (a filha que está no colo), daí depois eu fui para o acampamento e encontrei o meu marido. Primeiro foi meu pai que foi para o acampamento, ele foi e queria que eu fosse, eu disse: de jeito nenhum! Não vou sair da minha casa, ir para debaixo de lona, fiz um escândalo que não iria. Não fui. Meu pai já estava a três meses no acampamento, aí eu fui visitar ele. Aí eu cheguei, fui eu e uma amiga minha, e daí a gente não queria sair mais de lá. Porque a gente começou a conversar com as pessoas, elas começaram a conversar com a gente como que era no acampamento. Não deu uma semana eu já estava acampada. Levei tudo o que eu tinha dentro de casa. Eu morava na casa de uma tia, morava sozinha, cuidava da casa para ela. Aí peguei e fui para o acampamento, levei todas as coisas e fiquei por lá. Fiquei acampada de dois para três anos. Desde o primeiro dia que eu acampeei, eu participei de uma reunião, eu não sabia o que que era, me colocaram de coordenadora da produção, e aí também não saí mais, depois eu fui para a brigada de organicidade, depois para a frente de massas. Até uns três meses atrás eu estava num acampamento que abriu em Livramento, desde o primeiro dia eu estava lá, daí eu vinha, passava um mês em casa depois voltava para lá. (ENTREVISTADA 11 – Mulher, Família do Assentamento Novo Rumo)

Logo, o conceito de *habitus* em Bourdieu (2005, 2009) contribui para compreender as incorporações que são exteriorizadas no processo de reterritorialização dos sujeitos.

Bourdieu (2005) ao explicar a gênese do conceito de *habitus* em seu pensamento, afirma que o mesmo surge como uma oposição ao estruturalismo e sua estranha filosofia da ação, em que o agente é reduzido ao papel de suporte. Através dessa postura Bordieu (2005) deseja colocar em evidencia as capacidades criadoras, ativas e inventivas dos sujeitos diante da estrutura. Assim, aponta que em sua trajetória de pensamento,

[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural – mas, sim a de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o primado da razão prática de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o lado ativo, do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do reflexo, tinha abandonado. (BOURDIEU, 2005 p.61)

Dessa maneira, a noção de *habitus* contribui para equacionar a tensão entre o condicionamento (estrutura) e a criatividade (indivíduo), ou em outras palavras, a mediação indivíduo-sociedade. Dir-se-ia mais, contribui para compreender a mediação indivíduo,

sociedade e espaço, pois como trabalhou-se até então, a sociedade se realiza através do espaço. Nessa mediação entre estrutura e ação, conforme aborda Bourdieu (2009), o *habitus* configura-se como uma interiorização que é externalizada através das práticas.

O *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 2009 p.201-202)

Como afirma Miceli (2009) o *habitus* vem a ser um princípio operador que leva a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. “O *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas” (MICELI, 2009 p.41).

Portanto, no movimento de desterritorialização e reterritorialização dos sujeitos essas incorporações que são exteriorizadas configuram-se como um *continuum* e se expressam no modo de vida que os sujeitos passam a reinventar para viver e se reproduzir na terra conquistada. Ou seja, o papel ativo dos sujeitos diante de uma estrutura dada, é um elemento que os acompanha antes e durante o ingresso na luta pela terra, bem como na luta que passam a estabelecer na própria terra conquistada, onde incorporam novos saberes, ao mesmo tempo em que fazem uso de saberes já adquiridos.

#### **4.2. A luta para construir o território camponês: a reinvenção do modo de vida, os dilemas da posição de classe e os projetos de futuro**

A produção do novo espaço implica em estranhamentos aos sujeitos em virtude de suas diferentes trajetórias. As diferenças são percebidas no processo de reterritorialização, tanto no que diz respeito ao ambiente ou na relação com a sociedade. No sentido ambiental demonstra-se como esse processo ocorre a partir dos relatos de duas famílias oriundas da região norte do RS, que percebem as diferenças com relação ao solo e ao clima da região da Campanha.

Lá a terra era tipo uma terra preta, e aqui é tipo uma areia, então nós não estamos acostumados com essa areia né! Então dificulta um pouco. Até mesmo o tempo aqui é mais rígido, é mais frio do que lá, então muda um pouco até mesmo no plantio para gente que lida com lavoura. (ENTREVISTADO 21- Homem, Família do Assentamento Madre Terra)



Outra família ao ser questionada sobre sua trajetória expressa uma percepção semelhante.

**Pesquisador:** - Sentiram muita diferença ao vir para cá?

**Entrevistada:** - Um pouco no começo né! No início, porque muda até o clima da região né!

**Entrevistado:** - Mais agora está bom! Esta bom, o difícil é começar. (Entrevistado (a) 9 - Família do Assentamento Conquista do Caiboaté)

Essas questões revelam como no processo de reterritorialização os sujeitos tendem a incorporar novos saberes para viver na terra conquistada, como os exemplos do manejo do solo e a relação com o clima demonstram. Outros exemplos, de como esses sujeitos buscam se proteger das intempéries climáticas, diz respeito ao plantio do chamado “*quebra-vento*” ao redor de suas casas. Trata-se do plantio de árvores como eucaliptos e acácias para proteger as moradias e os animais domésticos, do forte vento minvano característico da estação de inverno, na região da Campanha Gaúcha.

Portanto, seja na troca metabólica com ambiente ou na relação com a sociedade regional, verifica-se que ao mesmo tempo em que os indivíduos estão incorporando algo novo para si, que é exteriorizado em suas práticas, incorporam e exteriorizam práticas que se aproximam ao modo de vida vigente no espaço rural da região da Campanha, sobretudo práticas vigentes entre os sujeitos que Fonseca (1994) e Chelotti (2009) definem como camponeses fronteiriços. Os quais historicamente desenvolvem como estratégias produtivas a pecuária de corte, bovina e ovina. São, portanto, camponeses pecuaristas, para os quais a agricultura desempenha um papel secundário (CHELOTTI).

A figura 19 demonstra elementos de incorporação desse modo de vida entre as famílias assentadas, materializada no estilo arquitetônico das casas, na presença da criação ovina, ainda que essa não seja uma estratégia produtiva central. Mas, por outro lado, há distinções entre as famílias assentadas em relação ao tradicional campesinato fronteiriço descrito por Fonseca (1994) e Chelotti (2009). Distinções provenientes de toda trajetória vivenciada por esses sujeitos, antes e durante a luta pela terra, bem como na luta na terra conquistada.



**Figura 19** - Estilo Arquitetônico das casas e presença da criação ovina no Assentamento Itaguaçu  
**Fonte:** Trabalho de Campo (2011)  
**Org.:** SANTOS, A. L.M. 2011.

É em meio a essa tensão, entre os indivíduos, a sociedade e o espaço, o passado, o presente e o futuro, que as famílias reinventam seu modo de vida e passam a partilhar de uma posição de classe *sui generis* no sistema de relações de poder. Nesse processo enfrentam seus dilemas bem como elaboram seus projetos de futuro e nessa multiplicidade emerge um novo território no espaço rural de São Gabriel, o território dos camponeses-assentados, o qual tem como traço elementar, o fato de se definir em oposição à territorialização do latifúndio e do agronegócio.

#### 4.2.1 De sem terra a camponês-assentado: a reinvenção do modo de vida

No desejo de construir “*uma vida melhor*”, de “*ter as coisas da gente*”, na medida em que se tornam assentados, verifica-se uma mudança na identidade dos sujeitos.

Enquanto as identidades de sem-terra e acampado se reportam a uma comunidade de iguais, a identidade de assentado comporta a diferenciação social interna, de acordo com os atributos apresentados por cada produtor juntamente com a sua família. (MARQUES, 2004 p.149)

Nessa redefinição, é relevante apontar a importância cada vez maior que a família passa a exercer enquanto elemento nuclear das relações estabelecidas por esses sujeitos. Seja nas relações cotidianas que estabelecem em seus lotes, seja nas relações que estabelecem com a comunidade e a exterioridade, ou nos projetos de futuro que delineiam. Este é um aspecto elementar do modo de vida que iniciam a reconstruir enquanto assentados. Ao mesmo tempo é revelador da condição camponesa que reiniciam a partilhar, pois, a família “parece constituir la característica singular más importante del campesinado como fenómeno social específico y originar los rasgos genéricos manifestados por los campesinos en todo el mundo” (SHANIN, 1979b p.25).

Ao tornarem-se assentadas, as famílias passam a estabelecer uma relação com a terra distinta da empreendida outrora, pelos grandes proprietários. Uma relação que diferentemente da pura e simples exploração econômica, é pautada pelo desejo de produzir e reproduzir a vida, como é possível apreender através de suas falas.

Eu sempre tentei explicar as coisas pelo econômico, mais o econômico não explica o que eu estou fazendo [...] talvez a vontade de cuidar da vida, dos bichos, das plantas, tentar fazer algo de bom. (ENTREVISTADO 6- Homem, Família do Assentamento Itaguaçu)

Essa é uma que relação possui novos significados, como sentimento de afetividade, por se tratar de “*cuidar da vida*”, poder-se-ia dizer que a relação com a terra denota um sentimento de amor.

É a vida trabalhar com a terra, a gente gosta daquilo ali, então a gente trabalha com amor. Eu quero ensinar meus filhos que nem meu pai me ensinou, passar de geração para geração isso daí. (ENTREVISTADO 21 – Homem, Família do Assentamento Madre Terra).

Portanto, nessa nova relação dos sujeitos com a terra, revela-se o início do que Woortmann e Woortmann (1997) entendem como a lógica e a simbólica do trabalho na terra, processo no qual,

[...] ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo

de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz a cultura. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997 p.15)

A ideologia neste caso é concebida enquanto uma visão mundo como pondera Lowy (1989) e não enquanto falsa consciência como na interpretação de Marx e Engels (1844/1982).

Nesse processo material e simbólico, os sujeitos estabelecem uma relação com a terra pautada numa determinada visão da natureza, como é explicitada por um dos assentados que visitava um vizinho no assentamento Cristo Rei e concedeu-me uma entrevista. No diálogo estabelecido ele fala sobre o seu lote de terra.

**Entrevistado:** - Um lote daquele é coisa mais linda. Vale mais do que ouro. Tem a sanga em baixo, quero ver se conservo tudo. Mato coisa mais linda, tem cada árvore, assim nativa. Olha! Tem que agradecer a Deus pelo lote que eu peguei. Vou lhe dizer tche!

**Pesquisador:** - O senhor está feliz?

**Entrevistado:** - Mais credo! O senhor já pensou? Peguei um lote que tem terra boa, é bem localizado, com nascente de água, mato nativo, é só conservar. Conservar o que a gente tem que conservar, porque a gente sabe onde tem que plantar e onde não tem né! Tem coisa melhor do que a água? Vida! É o começo, é tudo. (ENTREVISTADO 14- Homem, Família do Assentamento Cristo Rei)

Outro senhor no assentamento Itaguaçu, mostra com orgulho uma área de preservação permanente na qual há uma nascente de água que fica dentro do seu lote (Figura - 20). A água e a terra são percebidas por esses sujeitos como elementos da vida conforme suas expressões anteriores demonstraram.



**Figura 20** - Área de Preservação Permanente no Assentamento Itaguaçu  
**Fonte:** Trabalho de Campo (2011)

**Org.:** SANTOS, AL.M. 2011.

Essa relação com a natureza pode ser entendida dentro de uma perspectiva “etnoecológica” como conceitua Woortmann (2004), a qual envolve o cuidado com “a natureza de Deus”, em que os camponeses agem como gerentes da natureza pelo trabalho. Nesse sentido, a concepção de natureza entre os camponeses assentados em questão, se aproxima da concepção de natureza descrita por Woortmann e Woortmann (1997) entre os camponeses sitiantes nordestinos, em que a terra em “estado de natureza” ou intocada é a “terra de Deus”. Trata-se de uma visão sacra, oriunda do catolicismo tradicional popular como afirmam esses autores.

Por outro lado, verifica-se também que viver na terra lhes traz um sentimento de liberdade e autonomia, sobretudo entre os ex-trabalhadores (as) urbanos (as).

Eu me sinto muito feliz, porque o meu sonho era ter meu espaço, assim, que eu pudesse criar meus animaizinhos, meus bichinhos, porque na cidade eu não tinha nada, tinha minha casinha para morar e as minhas coisas dentro e nada mais, porque não tinha espaço pra mais nada. (ENTREVISTADA 8- Mulher, Família do Assentamento União Pela Terra)

Outra ex-trabalhadora urbana assentada no assentamento Madre Terra, ao relatar uma conversa que teve com sua mãe, também expressa esse sentimento de liberdade e autonomia.

Eu digo: eu tenho a minha casa, eu tenho a minha horta, eu tenho os meus bichos, eu tenho a minha filha. Eu digo: eu tenho tudo aquilo lá e de lá eu não saio. Lá é o meu refúgio, tanto que eu vou para a cidade e é duas e três e eu quero vir para casa. Eu faço o que tenho que fazer, as vezes é o segundo dia que eu estou lá e tenho que ficar até o dia do ônibus. Porque o transporte, também é outra coisa deficitária para nós. Pra ti sair tanto para São Gabriel quanto para Santa Maria tem os dias certos. Mas, eu, a terra para mim é tudo, para criar a minha filha, eu vejo acordar, eu vejo dormir, eu vejo brincar, coisa que eu não vi a mais velha, a mais velha eu não vi! Quando eu vi já estava moça namorando e eu correndo em volta. Da pequena isso foi uma coisa que eu não perdi. Então isso foi devido ao fato de estar aqui, de não ter aquela coisa de ter horário com o patrão, servir ao patrão e não te servir. Porque quem trabalha na cidade não se serve, tu não tem o teu tempo e aqui tu faz o teu tempo, a tua época. (ENTREVISTADA 23 – Mulher, Família do Assentamento Madre Terra)

Dessa maneira, no processo de reinvenção de seu modo de vida, a terra é para esses camponeses, ao mesmo tempo, um meio de produção e um meio de vida, é terra de trabalho como abordam Woortmann e Woortmann (1997). Ela também é vista como um espaço de liberdade que se insere “numa concepção de liberdade que se contrapõe a liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como portador de sonhos, de aspirações.” (PAULINO; ALMEIDA, 2010 p. 54)

Por sua vez, através do processo de trabalho se constitui a troca metabólica entre o homem e a terra na produção do espaço e na construção do território camponês, pois o trabalho, conforme abordou Marx (1867/1983), cria a mediação entre o homem e a natureza que permite a reprodução de sua vida. Nesse processo, emerge um paradoxo com a concepção da natureza e a relação com a terra anteriormente descrita, pois ao mesmo tempo em que se busca uma harmonia com o ambiente a partir da incorporação de técnicas de manejo sustentável, a exemplo do que ocorre na produção do arroz agroecológico, ocorre à permanência de práticas tradicionais, como o uso das queimadas na preparação do solo para o plantio (Figura -21), uma prática nociva a terra e aos seres humanos. Não se trata de uma contradição, se trata de uma tensão presente na forma de pensar e agir desses sujeitos, em que a elaboração do novo contrasta com concepções e práticas pretéritas oriundas de suas diferentes trajetórias.

Todavia, no caso dessas famílias o trabalho na terra, enquanto um dos elementos de reconstituição de seu modo de vida se configura como um trabalho menos alienado como é possível apreender em suas manifestações.

A gente aqui é um pouco parecido com o naufrago<sup>37</sup>, a gente tem que sentar e planejar, e pensar e planejar, daqui uma semana eu vou colher milho, uma semana eu vou fazer palanque, outra semana eu vou fazer caixa de abelha, uma semana eu vou plantar tal coisa. Ou um dia, tal dia eu tenho que ir na cidade, tal dia eu tenho que fazer isso, tenho que fazer aquilo. E planejar tudo o que a gente precisa para viver. Essa é a diferença fundamental para um emprego, que tu vai fazer uma coisa só pra viver, tudo o resto tu vai ter que comprar com o que tu ganhou naquilo. (ENTREVISTADO 6 – Homem, Família do Assentamento Itaguaçu)

---

<sup>37</sup> Refere-se ao filme *O naufrago*, que o Sr. entrevistado assistiu antes de se tornar assentado.



**Figura 21-** Queimada no Assentamento Itaguaçu

**Fonte:** Trabalho de Campo (2011)

**Org.:** SANTOS, AL.M. 2011.

Essa condição de “*pensar e planejar*”, de pensar e agir, se distingue da alienação propiciada pela contradição capital-trabalho, em que o homem aliena-se de sua natureza humana, aliena-se de si mesmo, bem como do produto do seu trabalho (MARX, 1844/1983a). Expressa o reencontro do ser com a possibilidade de libertar seu potencial criativo e restituir a condição que o capital lhe usurpa, a condição de homem ativo e transformador, elemento que compõe a essência humana enquanto ser social (MARX, 1867/1983a). Mas, por outro lado, uma das dimensões da alienação permanece, pois,

[...] o trabalho, *atividade vital, vida produtiva* agora aparecem ao homem apenas como *meios* para satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência. A vida produtiva, contudo, é vida da espécie. É vida criando vida. No tipo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie, seu caráter como espécie; e a atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos. A própria vida assemelha-se somente a um *meio de vida*. (MARX, 1844/1983a p.95-96)

Paralelamente a dimensão objetiva do trabalho, enquanto meio de satisfação das necessidades imediatas, emerge a dimensão subjetiva na qual é percebido como instrumento de construção da dignidade humana, pois pelo seu trabalho estes homens e mulheres se percebem como pessoas dignas, “*somos pessoas dignas no trabalho e na honestidade*”. Esse

processo expressa como a produção de idéias e representações está intimamente entrelaçada com atividade material, ou com o intercâmbio material dos homens, como já abordavam Marx e Engels (1844/1982), no esboço da nova concepção filosófica que passaram a desenvolver na primeira metade do século XIX, o materialismo dialético, que não pode ser encarado como materialismo econômico.

Assim, o trabalho passa a representar a luta para viver na terra, luta através da qual vislumbram suas conquistas, pois como afirmam, “*sem luta não há conquista*”. Essa ideologia do trabalho nos remete a uma dimensão das relações de poder presentes nesse território. O poder disciplinar, ou seja, o poder que age sobre o corpo dos indivíduos como concebe Foucault (2008), o qual se desenvolve no sentido da disciplina para o trabalho, pois ele, o trabalho, constrói a “*dignidade*” e possibilita “*a conquista*”.

Também, o processo de trabalho entre as famílias assentadas é revelador de suas diferenciações socioeconômicas e espaciais. Os limites do trabalho de campo não permitiram acompanhar a plenitude do trabalho enquanto processo técnico, assim, nos limitamos a apontar a existência de diferentes formas de divisão do trabalho entre os homens e mulheres que compõem as famílias assentadas, bem como a presença do trabalho fora da terra como uma estratégia de reprodução que contribui para a sua afirmação enquanto camponeses. Nesses termos a concepção sobre a teoria da diferenciação social entre o campesinato, distingue-se da elaboração de seu fundador, Lenin (1899/1982), em que comportava um único sentido, o do desaparecimento do sujeito camponês mediante o desenvolvimento do capitalismo.

Converge com a definição apontada por Paulino (2006) ao considerar que esta diferenciação se materializa na recriação camponesa, a qual se estabelece através de uma vasta combinação de estratégias, mediante diversas trajetórias. Bem como se identifica com a proposição de Girardi (2008), para quem, além da diferenciação social e econômica, deve ser levada em consideração a diferenciação espacial do campesinato, verificada em diferentes escalas, em que sua inserção em diferentes espaços lhes proporciona diferentes oportunidades.

A partir dessa interpretação, verifica-se na divisão técnica do trabalho entre as famílias assentadas, que as diferenciações vão desde a tradicional divisão sexual, comum nas comunidades camponesas, em que as mulheres são responsáveis pelos trabalhos domésticos e os homens pelo trabalho fora de casa, na lavoura e na criação dos animais.

Ela fica mais em casa e eu aqui por fora. Por uma questão de viabilidade. Não é por uma questão de gênero, entende! É porque a maioria dos serviços a mulher não agüenta, cavocar um poço, por exemplo, a mulher não agüenta. A maioria dos



serviços que tem no interior a mulher não agüente. Os que ela agüenta são os serviços mais da casa, que o homem também pode fazer, não tem problema, mas daí ninguém faz esses, tipo lavar de boi, cavocar, fazer uma cerca. (ENTREVISTADO 6 – Homem, Família do Assentamento Itaguaçu)

Até o trabalho conjunto entre homens e mulheres nessas atividades, como partilham ao afirmar: *“nós trabalhos tudo meio junto, ela vai para lavoura eu também vou”* (fala masculina), *“na lida pegamos juntos e tem mais a casa”* (fala feminina).

Dessa maneira, percebe-se que há uma cooperação simples e uma cooperação complexa na divisão sexual do trabalho. A cooperação simples se refere as tarefas comuns entre homens e mulheres, como no caso do trabalho na lavoura e o trato dos animais. A cooperação complexa diz respeito à estruturação de tarefas distintas e complementares no processo global da reprodução social, eles na roça e no pasto, elas na casa (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Cabe destacar a importância que as mulheres assumem na reprodução camponesa, pois, em muitos casos possuem uma dupla jornada de trabalho, ao acumular o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa. Assim, a mulher ingressa num espaço que tradicionalmente foi domesticado pelos homens, que diz respeito à lavoura camponesa como indicam Woortmann e Woortmann (1997). Dessa maneira verifica-se que uma diferenciação entre esses camponeses-assentados, a qual reside na maior participação da mulher na direção do processo de reprodução social. O que não significa dizer que a figura do pai-patrão, em que o homem, pai de família “é o detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997 p.13), deixe de existir.

Não obstante, as dificuldades enfrentadas para viver e se reproduzir na terra conquistada, tais como a falta de recursos para investir no processo produtivo e a necessidade de garantir o sustento da família; a falta de energia elétrica; a precariedade das estradas que dificulta o deslocamento das famílias e o escoamento da produção; as dificuldades no acesso a água tanto para o consumo humano, quanto para os animais, são fundamentais para compreender como se estrutura outro processo de diferenciação, que diz respeito ao trabalho fora da terra. Pois é comum entre as famílias assentadas de São Gabriel sair para trabalhar fora do assentamento como um meio de sobrevivência e um meio de levar adiante a própria vida na terra.

São diferentes situações encontradas como se demonstra através do quadro abaixo (Figura 22). Há casos em que o homem e a mulher saem para trabalhar em determinados

períodos, casos em que os filhos mais velhos saem ou apenas uma pessoa do grupo familiar vai trabalhar fora, enquanto as outras ficam cuidando do lote.

<b>Homem e mulher trabalham fora</b>	<b>Filhos mais velhos que trabalham fora</b>	<b>Apenas o homem sai para trabalhar</b>
Apesar da dificuldade de acesso e não ter luz, nós temos essas coisas porque nós saímos para trabalhar, já faz mais de ano que estamos esperando os projetos e até agora não saiu nada. (ENTREVISTADO 7 – Homem, Família do Assentamento Itaguaçu)	Meus dois filhos estão trabalhando em Vacaria e ajudam nós a ir se mantendo e comprando uma sementinha ou outra pra gente ir colocando na terra, porque, até hoje não veio recurso, estamos fazendo com as próprias pernas e as próprias mãos. Mas não se arrependemos, até hoje não arrependi, porque se não fosse essa, não conseguiria nunca ter um pedaço de terra, só o que é dificultoso são os recursos que a gente não tem para empregar mais, para evoluir. (ENTREVISTADA 8 – Mulher, Família do Assentamento União Pela Terra)	Então, uma ou duas vezes ele sai para trabalhar fora, mas também é coisa assim de 15 a 20 dias, não é muito tempo, até porque, como eu disse para ele: eu não vim para campanha para ficar sozinha e tu ficar trabalhando na cidade. Digo, então, não é isso que gente quer. (ENTREVISTADA 23 –Mulher, Família do Assentamento Madre Terra)

**Figura 22** - Quadro síntese de relatos sobre o trabalho fora da terra

**Fonte:** Trabalho de Campo (2011).

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Nesse processo identificam-se diferentes tipos de serviços realizados pelos membros das famílias assentadas, desde o emprego na colheita de maçã em Vacaria (município da região nordeste do Rio Grande do Sul), comum entre as famílias organizadas no MST do Rio Grande do Sul já no período de acampamento, em que ocorrem frentes de trabalho nas quais as pessoas saem do acampamento para trabalhar em alguns momentos, com vistas a obter recursos para permaneçam na luta pela terra; a realização de serviços em fazendas de São Gabriel, como na colheita do arroz, em que a necessidade de força de trabalho é maior, o que evidencia certa mudança nas relações estabelecidas entre as famílias assentadas e as demais classes sociais. Até a realização de serviços no espaço urbano como em obras de construção civil para homens e trabalhos domésticos para as mulheres.

Dessa forma, os camponeses assentados se valem dos conhecimentos acumulados em suas trajetórias de vida para estabelecer no trabalho fora da terra, uma estratégia de

reprodução. Mas, ao afirmar que não é isso que pretendem fazer a vida inteira, ou que é através do trabalho fora que conseguem investir em sua terra, torna-se possível compreender como,

[...] as diferentes trajetórias indicam que a diferenciação não é um processo automático e tampouco definitivo. Muitas vezes o assalariamento do trabalhador não adquire um sentido de proletarização, mas é um instrumento de fortalecimento da condição camponesa. (PAULINO, 2006 p.333)

Outro elemento presente na reinvenção do modo de vida entre as famílias assentadas que lutam para reconstruir o território, diz respeito à importância atribuída aos vínculos de reciprocidade e a noção de comunidade que passa a emergir na subjetividade de cada indivíduo, sintetizada na expressão “*aqui todo mundo se ajuda*”. A comunidade é entre os camponeses, segundo Tedesco (1999 p.79), “a mediação que o indivíduo precisa para se apropriar e viver em seu meio social”.

Os exemplos de como esses processos se manifestam na comunidade formada pelas famílias assentadas situam-se nas ações de ajuda mútua em épocas de plantio e colheita, como no caso da colheita de melancia relatada no assentamento Conquista do Caiboaté; a troca de serviços para cavar poços de água registrada em quase todos os assentamentos; a utilização de máquinas em troca de dias de serviço; a organização dos grupos de produção como no caso do arroz orgânico; bem como nas experiências de produção coletiva como ocorre na Comuna Pacha Mama, no assentamento Madre Terra.

A construção da comunidade envolve também a mediação com as dimensões subjetivas, tais como a religiosidade, o lazer e o sentimento de pertencimento.

No sábado as mulheres, nós fizemos novena de casa em casa, um dia é na minha, na outro na minha vizinha, então a gente se reúne nos sábados para fazer a novena. E no final de semana quando tem alguma coisa a gente se reúne na sede. Nós fizemos um projeto, nós temos um projeto para aquela casa do lado da sede (*ver Figura - 23*), ali a nossa idéia é criar a sede da comunidade. Ali nós vamos fazer cozinha, nós vamos fazer banheiro, nós vamos fazer um salão, que de início vai ser, quando o padre vem rezar a missa, vai ser onde o padre vai rezar a missa. Quando nós fizermos uma festa vai ser onde vai sair o baile. Ali vai ser o nosso espaço de encontro. Como eu digo para as gurias: quem não dança segura as crianças. Então a gente tem que ter um espaço para se reunir. Porque tu ta nessa distância e ainda não vai ter um divertimento para se distrair, não dá né! (ENTREVISTADA 23 – Mulher, Família do Assentamento Madre Terra)

Estamos tentando fazer uma comunidade, para o dia dos pais a gente já fez uma promoção, teve almoço e coisa. Agora a gente quer ver se faz uma festinha para dia da criança em outubro, estamos tentando, vamos ver. (ENTREVISTADA 18 – Mulher, Família do Assentamento Madre Terra)



**Figura 23** - Sede do Assentamento Madre Terra onde as famílias assentadas pretendem construir um Salão Comunitário  
**Fonte:** Trabalho de Campo (2011).  
**Org.:** SANTOS, A. L. M. 2011

O sentimento de pertencimento ao território é percebido através das expressões “*aqui dentro eu sou respeitado*”, “*aqui eu me sinto gente*”. É outro elemento de construção da comunidade. Esse sentimento pode ser interpretado enquanto parte do processo de enraizamento que cria uma identidade com o território como discute Medeiros (2006), pois na medida em que os sujeitos atravessam a fronteira do desconhecido para se reterritorializar, “o viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção de sua identidade com o novo” (MEDEIROS, 2006 p.283).

Por outro lado, na construção da comunidade também se revelam a existência de conflitos entre as famílias, como no caso relatado no assentamento Novo Rumo, no qual as famílias planejavam trabalhar de maneira coletiva, mas essa experiência não se concretizou.

Como o assentamento é pequeno, seriam 6 famílias, agora tem 5, mas seriam seis famílias, a gente pensou em fazer um grupo de produção, todo mundo trabalhar junto, tudo o que tivesse seria do coletivo. Tem uma máquina vai ser para o coletivo,

vou plantar é para o coletivo. Só que não deu muito certo, algumas famílias queriam ir para um lado, outras para outro. A minha família trabalha junto e tem outros dois senhores que trabalham junto. Tem meio que uma divisão no assentamento. Mas, quando precisa trabalhar assim, juntos, que nem projeto, essas coisas, a gente faz junto. (ENTREVISTADA 11 – Mulher, Família do Assentamento Novo Rumo)

Entretanto, mesmo neste caso, a noção de ajuda mútua e reciprocidade entre os vizinhos que segundo Tedesco (1999) estão ligadas a sociabilidade nas comunidades camponesas, não deixam de existir, como foi possível perceber através do relato anterior.

Esse conflito no assentamento Novo Rumo também revela o início da estruturação das relações de parentesco entre esses camponeses, pois como diz a entrevistada “*a minha família trabalha junto*”, ela está se referindo a três famílias, a sua que compreende seu marido e seu filho, a de seu pai e mãe, e a de seu irmão que também possui um lote nesse assentamento. Nos demais assentamentos também se constataram essas relações, pois muitos entrevistados relatam que possuem filhos, irmãos, primos, sobrinhos, genros ou noras, assentados em uma mesma comunidade e que “*estão se ajudando*”. Contudo limita-se a afirmar a constatação presente nos estudos de Marques (2004) que acena para o fato das relações de parentesco assumir um peso cada vez maior entre as famílias de assentados. Entretanto, não foi possível compreender as regras e as condutas que estruturam essas relações.

Por fim, a divisão dos assentamentos nos chamados “*bolsões*”, em que se formam grupos de famílias pela proximidade dos lotes, os quais se reúnem para discutir as estratégias de desenvolvimento e estabelecem um convívio mais cotidiano. Tanto quanto com a dinâmica de organização dos espaços de decisão política nos assentamentos, que congregam desde as reuniões dos grupos de produção, dos bolsões, da coordenação dos assentamentos e as assembleias gerais; até as reuniões de direção do MST, espaços nos quais se discutem problemas e se buscam alternativas aos dilemas vivenciados pelas famílias, também contribuem para a construção da noção de comunidade entre esses camponeses. Mas, ao mesmo tempo criam hierarquias internas.

Portanto, a partir dessa reinvenção em seu modo de vida, manifestado por meio das concepções e relações que elaboram sobre e com a terra, o trabalho, a família e a comunidade. As quais apesar de serem marcadas pelo paradoxo de incorporação do novo e de manutenção do velho, se situam em oposição às concepções relações, outrora instituídas pelo latifúndio e pelo agronegócio. Assim, os sujeitos apropriam-se material e simbolicamente do espaço e dessa forma se constituem em atores que na busca por sua realização, transformam o espaço dos assentamentos rurais em um território, em um novo território camponês. Ao mesmo

tempo as relações de poder que delimitam esse território, são reveladoras da posição de classe *sui generis* que passam a desfrutar e dos dilemas que passam a enfrentar.

#### 4.2.2 Os dilemas da posição de classe subalterna

A posição de classe *sui generis* que os camponeses assentados passam a partilhar na medida em que lutam para construir o território sob novas bases, diz respeito subalternidade que se encontram no sistema de relações de poder. Nessa posição, que se define a partir da relação com as demais classes sociais e o Estado no sentido restrito do termo, sua subordinação política, econômica e cultural se inter-relacionam.

Como o modo de vida camponês que as famílias assentadas passam a desenvolver tem como elementos centrais: a relação com terra, estruturada em torno da noção de terra de trabalho e da concepção de espaço de liberdade; o trabalho enquanto meio de satisfação das necessidades e construção de sua dignidade; a comunidade enquanto espaço de sociabilidade e socialização; a lógica familiar enquanto elemento nuclear que norteia suas ações e concepções. Esse conjunto de práticas e valores se insere de maneira subalterna no contexto de uma sociedade capitalista, em que os valores e práticas difundidas pelas classes dominantes buscam reproduzir a sua imagem e semelhança como apontaram Marx e Engels (1844/1982), que se traduzem no presente, em valores como a exploração pela exploração, acumulação de riquezas, o individualismo, o consumismo. Logo,

[...] a reprodução da cultura camponesa aparece no seio da sociedade moderna como um movimento contraditório que se torna possível a partir de sua inserção periférica em relação à lógica social dominante. (MARQUES, 2004 p.152).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que forjam seu modo de vida, ingressam nas contradições de classe vigentes na sociedade e no espaço regional, em que há no plano simbólico e cultural uma luta silenciosa para que as classes imponham o modo de pensar e agir, os costumes e as definições do mundo social conforme seus interesses (BOURDIEU, 2005). Esta contradição é sentida pela classe subalterna através das formas de violência simbólica que sofrem, como o preconceito e a estigmatização.

O que a gente achou um pouco estranho é o preconceito, porque o preconceito aqui em São Gabriel com as famílias assentadas é grande. As vezes até mesmo tu tá em um lugar assim e tu vê as pessoas comentando, ah! Os assentados lá! Claro, eu respeito a opinião deles, só que nós procuramos fazer o melhor, sempre no nosso lugar, respeitando todo mundo. E claro, se tu vê uma pessoa falando mal, claro tu se sente mal [...] eu guardo pra mim, fico na minha, na hora o cara fica meio magoado é claro, mas logo esquece, a gente procura fazer o melhor para um dia, na esperança de eles enxergar nós com outros olhos. (ENTREVISTADO 7- Homem, Família do Assentamento Itaguaçu)

Outro assentado ao expor a relação que as famílias possuem com a sociedade de São Gabriel revela como a dominação de classe é difundida através da cultura, ao citar o exemplo do costume local de vestir-se de bombacha e bota como símbolo de representação da boa sociedade.

Eu noto que se eu saio de bombacha eu sou bem atendido. Em toda parte é o senhor para cá, o senhor para lá. Por exemplo, quando saio para comprar ferramentas, que é outro tipo de relação que a gente tem com a sociedade aqui, e é boa a relação, até no hospital, se tu vai de bombacha tu é muito bem atendido. Agora eu estou com as bombachas, não comprei mais, estão muito velhas, não dá mais para ir de bombacha. Mas, bombacha e bota, até no hospital tu é bem atendido. Mas, se não, não. (ENTREVISTADO 6 – Homem, Família do Assentamento Itaguaçu)

Essa subalternidade simbólico-cultural dos camponeses, se entrelaça com a situação de subordinação política e econômica na qual estão inseridos. A subalternidade política e econômica é evidenciada pela negligência no que concerne ao acesso de políticas públicas fundamentais para a reprodução social dos camponeses-assentados. Pois, após praticamente três anos de implementação dos assentamentos, a instalação de energia elétrica não foi efetuada em muitos locais; muitas famílias sofrem com a falta de água, pois não foram instalados poços artesianos em todos os assentamentos; a precariedade das estradas e a distância dos assentamentos em relação ao espaço urbano do município, como é possível observar através do mapa de localização dos assentamentos rurais em São Gabriel<sup>38</sup>, dificulta o deslocamento das pessoas para questões fundamentais, como o acesso a escola para crianças, a comercialização da produção e o acesso a saúde; a morosidade na liberação dos créditos dificulta a reprodução econômica das famílias.

Foram vários os dilemas que puderam ser percebidos por meio da realização dos trabalhos de campo. O dilema de um pai e de uma criança que para estudar precisa se deslocar cerca de cinco quilômetros para embarcar no ônibus escolar, visto que este não se desloca até o assentamento onde vivem. O pai, com os poucos recursos que obteve comprou uma moto para levar o menino ao embarque do ônibus escolar, mas nos dias de chuva, as péssimas

<sup>38</sup> Observar a **Figura - 8**, página 89 do Capítulo III desta dissertação.



condições das estradas internas do assentamento tornam inviável o deslocamento (Figura 24). Essa situação não é uma exceção, é enfrentada por diversos pais, mães e crianças nos assentamentos de São Gabriel.



**Figura 24** - Situação das Estradas no Assentamento Itaguaçu  
**Fonte:** Trabalho de Campo (2011).  
**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Outro dilema é a situação de isolamento, como ocorre no caso do assentamento Madre Terra, que se localiza acerca de 80 quilômetros do centro urbano de São Gabriel e 65 quilômetros de Santa Maria. Em que além do medo de ficar ilhados em situações limites como em caso de enchentes, ou de não conseguir chegar à cidade em um caso de doença, existe a dificuldade de escoar a produção como relata uma das famílias entrevistadas.

A gente vendeu alguma coisa para algum vizinho que ia lá buscar, mas no mais o que não está apodrecendo na lavoura, a gente dá para os bichos, batata doce ainda tem bastante, mandioca ainda tem bastante, está estragando, melancia de porco está estragando. É muito longe aqui, é muito longe! Não tem um caminhão para dizer, esse caminhão é de vocês, vai servir para vocês puxarem, não tem. A maioria das coisas estraga, vai fora. (ENTREVISTADA 18 – Mulher, Família do Assentamento Madre Terra)

A morosidade na liberação das parcelas do programa de fomento à reforma agrária dificulta ainda mais a reprodução econômica das famílias assentadas, as quais afirmam:



Nós estamos a três anos aqui e não saiu sequer a primeira parcela do fomento, isso teria que sair mais rápido, o povo já estaria melhor aqui, agora, se tivesse sido mais rápido. (ENTREVISTADO 9 – Homem, Família do Assentamento Conquista do Caiboaté)

Aqui o difícil é que a gente não tem um crédito para gente conseguir mexer com a terra, porque aonde tu conseguir mexer com a terra, o resto tu faz. O difícil é tu ter que pagar, porque aqui está R\$ 70,00 a hora de máquina e para tu fazer um hectare, tu gasta no mínimo três horas para fazer bem feito. (ENTREVISTADO 18 – Homem, Família do Assentamento Madre Terra)

Também, na medida em que não conseguem se consolidar economicamente, as famílias assentadas passam a sofrer com desmoralização empreendida pelos representantes das frações de classe dominantes, os quais afirmam que os assentamentos não contribuem para o desenvolvimento econômico de São Gabriel, pois são improdutivos e se encontram arrendados.

Porque eu não conheço nenhum assentamento produtivo. Nenhum! As vezes, eles dizem “ah, mas tem o tal lá” e aí eles fazem um chorume, assim, se tem um assentamento. E principalmente porque não tem recurso financeiro, eu concordo que acho que o INCRA inclusive tem que estruturar, tem que fazer uma investigação, porque em grande parte, hoje, dos assentamentos as pessoas que receberam esses lotes não moram mais ali. Eles arrendam para proprietários rurais. Isso aqui não é só em São Gabriel, é em Livramento, é público e notório. Quer dizer, isso aí não tem fundamento isso aí. Como é que vai ser? O Governo Federal desapropria uma área, compra uma área, depois dá para as pessoas, as pessoas se retiram dali e arrendam. Isso aí não tem fundamento. Em São Gabriel mesmo, que já tem quase 23 mil hectares de assentamentos, não aumentou em nada a produção e a produtividade do agronegócio gaúcho. Muito pelo contrário, porque essas áreas aí que, mal ou bem, estavam produzindo um arroz, uma soja, tinham uma ovinocultura e bovinocultura, praticamente não existem mais. (ENTREVISTADO 5 - REPRESENTANTE DO SINCATO RURAL E FARSUL)

A evidenciação desses dilemas contribui para explicar as situações limites presentes no processo de construção do território camponês, tais como a existência de um alto grau de abandono da terra pelas famílias assentadas em São Gabriel, que apesar de não se ter acesso aos dados oficiais, foram relatadas nas entrevistas por alguns coordenadores dos assentamentos, como no caso do assentamento Itaguaçu em que das 99 famílias assentadas, permanecem cerca de 70, no assentamento Madre Terra das 110 famílias que formaram inicialmente o assentamento permanecem cerca de 60 e no assentamento Novo Rumo em que se relatou a desistência de uma família, das seis que lhe deram início. Outro aspecto que deve ser levado em consideração na busca por compreender tais desistências, diz respeito mais uma vez, às trajetórias geográficas dos sujeitos no processo reterritorialização, em que o *habitus* incorporado em suas trajetórias, lhes imputa um perfil de sujeitos sociais mais habituados ao

modo de vida urbano, o que conjugado a ausência de processos mais profundos de preparação para o trabalho na terra ao longo dos espaços-tempo de luta e resistência que precedem a conquista dos assentamentos, também dificultam a permanência das famílias nos assentamentos conquistados. Contudo, pondera-se que esse fator não deve ser tomado como uma generalização, diz respeito apenas uma das variáveis que puderam ser observadas entre as famílias entrevistadas, mas que espectro do universo social desses sujeitos, é mais amplo e mais complexo do que as singelas observações que puderam ser estabelecidas através do trabalho de campo desta pesquisa.

#### 4.2.3 As respostas dos camponeses-assentados: momentos e dimensões de sua formação de classe

Em meio a tantos dilemas, emergem as diferentes respostas dos camponeses-assentados em relação à posição de classe em que se encontram, as quais se manifestam nas diferentes formas de ação política, na elaboração de desejos de mudança e na formação de uma racionalidade econômica distinta da hegemônica. O que demonstra momentos e dimensões do seu processo de formação de classe no processo de recriação camponesa do território.

No que se refere às formas de ação política diante dos dilemas, identificam-se diferentes padrões, que vão da passividade camponesa à ação de classe independente. A passividade diz respeito ao ato de cruzar os braços diante dos dilemas, é sinalizada pelas expressões “*temos que esperar*”, “*tem que ir agüentando*”, “*espero que as autoridades olhem por nós*”. Para compreender esse padrão de comportamento político retoma-se o pensamento de Shanin (1979a) para quem essa é uma forma típica do campesinato reagir à esfera política. É parte do que o autor caracteriza como ação política espontânea e amorfa, reveladora de uma situação complexa em que há apatia do campesinato diante da política. A mesma pode contribuir tanto para a conservação de uma ordem estabelecida, quanto para o triunfo de um processo de transformação social.

Por outro lado, ocorre a permanência das ações políticas que caracterizam a territorialidade ativa do MST, através das mobilizações, ocupações de terras e de prédios públicos como aconteceu na prefeitura municipal de São Gabriel e no escritório regional do INCRA, em 2009, para reivindicar o acesso a políticas públicas como saúde, educação,

construção de estradas e liberação de créditos para o desenvolvimento dos assentamentos, dentre outras pautas. Essas ações podem ser caracterizadas enquanto ações de classe independente nas quais, segundo Shanin (1979a), o campesinato se cristaliza enquanto classe social no curso dos conflitos, cria sua própria organização, elabora sua ideologia, seus objetivos e símbolos, produz seus próprios líderes.

Essa ambigüidade denota como na esfera política, o campesinato se constitui enquanto uma classe com um escasso “caráter de classe” (SHANIN, 1979a). Por sua vez, no plano simbólico tanto a passividade quanto a ação de classe independente, expressam um desejo de mudança da situação em que se encontram. Mas, tem sido através de suas ações mais contundentes que os camponeses-assentados realizam suas novas conquistas, tais como a construção de duas escolas pólos nos assentamentos de São Gabriel, que segundo a direção regional do MST devem iniciar a ser construídas no primeiro trimestre de 2012, pois a Portaria do Ministério da Educação já foi emitida; a construção de mini-poços nos assentamentos; a manutenção de estradas em um acordo realizado com a prefeitura municipal e a construção de uma unidade básica de saúde no assentamento Madre Terra.

Também, a partir de sua territorialidade ativa, parafraseando Elias e Scotson (2000) aos poucos a posição de *outsiders* que *os estabelecidos* lhes imputam na trama das relações de poder, vai se transformando como as famílias iniciam a perceber.

Antes a gente não era muito bem aceito aqui, mas agora já está mudando um pouco. Olha! Quantos assentados vieram para cá, agora está mudando um pouco, mas antes não era muito bom não! (ENTREVISTADA 11 – Mulher, Família do Assentamento Novo Rumo)

A sociedade de São Gabriel já foi bem mais agressiva com a nossa presença [...] São Gabriel tem deficiência quanto a questão de saúde, a saúde de São Gabriel ela é bem [pausa na fala], e não é só para nós, porque o meu pai morou aqui em São Gabriel a trinta anos e a trinta anos minha avó já se queixava da saúde em São Gabriel. Talvez por ser um município pequeno que não tenha tanta estrutura, mas isso aí, a saúde do Brasil inteira está um caos. Então não podemos culpar só São Gabriel, porque tu vê horrores todos os dias na TV da saúde. Mas eu, para mim é tranqüila, hoje é tranqüila a relação de São Gabriel, acho que com a maioria das famílias. (ENTREVISTADA 23 – Mulher, Família do Assentamento Madre Terra)

Na esfera econômica em resposta à acusação de não contribuir com o desenvolvimento do agronegócio, os camponeses-assentados elaboram uma racionalidade *sui generis*, para se reproduzir no território em formação, cuja síntese de suas concepções é esboçada através dos relatos apresentados no quadro síntese a seguir (Figura 25).

<p>O jeito que eu sei viver é esse, eu planto para comer, crio uns animais, abato algum quando está faltando carne [...] aqui como tu não tem quase dinheiro, o pouquinho de dinheiro de algum bichinho que a gente vende, ele tem que ser para exatamente para aquilo que é impossível da gente fazer. (ENTREVISTADO 6 – Homem, Família do Assentamento Assentamento Itaguaçu)</p>	<p>Tudo, tudo que é alimentação tem que plantar, tem que tirar daqui senão não tem como sobreviver. A gente morar para fora e ter que comprar as coisas na cidade não tem lógica, nós temos que tirar coisas para vender na cidade, e não ir comprar lá. Eu acho que é o importante de toda a família que está assentada aqui, tirar para sobreviver e vender o que sobre, porque daí está mostrando que a coisa está indo. (ENTREVISTADO 9 – Homem, Família do Assentamento Conquista do Caiboaté)</p>	<p>O meu sonho é lidar com o tambo de leite. É prioridade número um, se Deus quiser tche! E plantar o suficiente para se manter, porque o senhor sabe que a pequena propriedade, que o cara vai dizer que sobrevive só da planta, eu duvido. Por se o senhor plantar, o senhor mantendo o escoamento da produção, não é? O senhor vai ter que se meter a vender para um atravessador por metade do preço, o senhor não tira o trabalho que o senhor teve. Mas é assim não é? (ENTREVISTADO 15 – Homem, Família do Assentamento Cristo Rei)</p>
---	---	--

**Figura 25** - Quadro sobre a formação da racionalidade econômica entre os camponeses- assentados

**Fonte:** Trabalho de Campo (2011).

**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

A partir desses relatos concebe-se a organização econômica desses camponeses enquanto parte do que Shanin (2008) define como economia familiar, a qual é marcada pelo desejo de reprodução do grupo familiar, por uma flexibilidade de adaptação as situações de crise e pela multiplicidade de soluções encontradas diante do problema de como ganhar a vida. Para compreender esse quadro de formação da economia familiar, recorre-se a duas perspectivas teóricas, em tese divergentes. A teoria crítica da economia política de Marx (1867/1983) e a teoria neoclássica dos sistemas de produção não-capitalistas de Chayanov (1925/1981)<sup>39</sup>. Articular essas duas perspectivas, *a priori* pode ser encarado como uma contradição no pensamento deste pesquisador. Por outro lado, para os que não se detém apenas aos *apriorismos*, pode ser vista como um esforço analítico que explicita a afirmação feita ao iniciar-se este capítulo: *a existência do campesinato no limiar do século XXI desafia as diferentes teorias*.

Na racionalidade econômica desses sujeitos percebe-se a existência da busca pela satisfação das necessidades primárias do grupo familiar esboçada nas expressões: “*eu planto*

<sup>39</sup> Neoclássicos no âmbito da teoria econômica são considerados os pensadores não se apóiam na teoria do valor-trabalho, iniciada no interior da economia política inglesa a partir dos trabalhos Adam Smith (1723-1790) e desenvolvida por David Ricardo (1772-1823), na qual Karl Marx (1813-1883) também se apóia. Diferente destes, os neoclássicos propõem uma noção subjetiva do valor de uma mercadoria. Sobre o tema consultar: HANT, E. K. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1990. Também de acordo com Graziano da Silva e Stolcke (1981), Chayanov era seguidor de J. H. Von Thünen, um dos precursores do marginalismo na Alemanha, uma das vertentes do pensamento econômico neoclássico.

*para comer*”, “*tudo que é alimentação tem que tirar daqui*”, “*plantar o suficiente para sobreviver*”. Esse desejo de satisfação das necessidades é explicado por Chayanov (1925/1981) enquanto parte da economia natural em que se encontravam os camponeses estudados pelo autor. Nesta economia,

[...] a atividade humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso aqui o orçamento é em grande medida qualitativo: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto *in natura* qualitativamente correspondente. (CHAYANOV, 1981 p.136)

Nesse orçamento qualitativo da lógica camponesa interpretada por Chayanov (1925/1981), entra em cena a importância do valor de utilidade da produção em detrimento de seu valor de troca preponderante na economia capitalista, como Marx (1867/1983) demonstrou. Essa questão é importante para compreender o papel da produção para o auto-consumo, ou seja, a produção que é utilizada dentro da unidade familiar para satisfação das necessidades de consumo da família, tanto na sua alimentação quanto para a criação de animais e na adubação de plantas. A qual se faz presente entre os camponeses-assentados através da produção de pequenas lavouras, das hortas e da criação de animais que serão abatidos para o consumo da família, como porcos, galinhas e, em menor número, bovinos.

Não obstante, Chayanov (1925/1981) via a existência de um equilíbrio interno nas unidades de produção familiar características do campesinato. Tratava-se da concepção de existência de um balanço entre a exploração do trabalho camponês e o seu consumo. Ou seja, para Chayanov (1925/1981), os camponeses vivem da auto-exploração de seu trabalho e o controle do grau de exploração é feito em função da satisfação das demandas familiares. Assim, os camponeses aumentariam ou reduziriam seu grau de auto-exploração em função dessa demanda, como exemplifica:

[...] o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com a menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com o menor dispêndio de trabalho e reduz assim, a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica. (CHAYANOV, 1981 p.141)

Dessa proposição, incorpora-se na análise da situação econômica dos camponeses-assentados apenas um elemento, o fato de viverem da auto-exploração de seu trabalho. Mas não só, haja vista que também se utilizam da venda de sua força de trabalho enquanto uma estratégia de reprodução. Por outro lado, mais importante do que a problematização do

balanço trabalho-consumo feita por Chayanov (1925/1981), reside no apontamento que faz quanto ao fato da exploração familiar ter que se utilizar da situação de mercado e das condições naturais para proporcionar o equilíbrio interno da família.

Esse ponto é importante para compreender a inserção dos camponeses-assentados na dinâmica de produção de mercadorias, a qual é percebida nos seguintes termos: “*o pouquinho de dinheiro de algum bichinho que a gente vende, ele tem que ser para exatamente aquilo que é impossível da gente fazer*”, ou “*a gente morar para fora e ter que comprar as coisas na cidade não tem lógica, nós temos que tirar coisas para vender na cidade, e não ir comprar lá*”. Percebe-se que a lógica do pensamento desses sujeitos é comercializar o excedente de sua produção para comprar aquilo que não é possível produzir em seu lote. É nesse ponto que Marx (1867/1983) torna-se imprescindível para compreender a lógica da produção-circulação de mercadorias entre os camponeses-assentados.

Para Marx (1867/1983 p.45) “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias” e uma mercadoria guarda em si um duplo caráter, qualidade e quantidade. Enquanto algo qualitativo uma mercadoria é valor de uso, pois possui uma utilidade particular capaz de satisfazer uma necessidade humana de qualquer espécie. Enquanto algo quantitativo é valor de troca, em que o valor de troca é “uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie, se trocam contra valores de uso de outra espécie”. Não obstante, o que cria valor em uma mercadoria para Marx (1867/1983), diferentemente da postura subjetivista de Chayanov (1925/1981), é o processo de trabalho, assim o valor de uma mercadoria pode ser auferido pelo *quantum* de trabalho socialmente necessário para sua produção.

No capitalismo, a lógica da produção-circulação de mercadorias é dominada pelo capital, ou seja, “produção de mercadorias e circulação de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história de vida do capital” (MARX, 1867/1983 p.125). No entanto, Marx (1867/1983) diz que não se precisa remontar a história da formação do capital para reconhecer que o dinheiro é a sua primeira forma de aparição. Contudo, dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital se distinguem por meio de processos, como o processo de circulação das mercadorias.

A forma direta de circulação de mercadorias é M-D-M, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma D-M-D, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender.

Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital. (MARX, 1867/1983 p.125-126)

Portanto a lógica da produção-circulação de mercadorias no capitalismo é determinada pela segunda fórmula apresentada por Marx (1867/1983), na qual a lógica é comprar para vender<sup>40</sup>. Assim, percebe-se que entre os camponeses-assentados a lógica da produção-circulação de mercadorias é justamente oposta a essa, pois como seus relatos destacam, eles vendem seus produtos para comprar o que não conseguem produzir. Assim, se inserem de maneira periférica no mercado capitalista enquanto produtores simples de mercadoria.

A produção simples de mercadorias - a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação das necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável. (MARX, 1867/1983 p.129)

É nesta condição que os camponeses-assentados participam de diferentes circuitos econômico-espaciais, como na produção e venda do leite em parceria com COPERFORT, na produção e venda do arroz orgânico em parceria com a COOTAP, bem como na venda de alimentos no mercado local.

Assim, a lógica da racionalidade econômica, que emerge na busca para construir o território camponês, é composta por um plano não-monetário em que entra em cena a produção de valores de uso, presentes no auto-consumo, explicado através da teoria econômica de Chayanov (1925/1981). Paralelamente é formada por um plano monetário, através de sua inserção periférica no mercado capitalista enquanto produtores simples de mercadorias segundo a perspectiva de Marx (1867/1983). Em comum esses dois planos visam à busca da satisfação das necessidades do grupo familiar, o que permite conceber essa economia enquanto economia familiar nos termos de Shanin (2008), e explicá-la a partir das categorias auto-consumo e produção simples de mercadorias oriunda do pensamento de Chayanov (1925/1981) e Marx (1867/1983), respectivamente.

Cabe ainda destacar que a presença dessa lógica entre os camponeses-assentados, não significa que esses sujeitos estão livres da subordinação ao capital, ao contrário disso, se por um lado a produção para o auto-consumo lhes permite uma autonomia relativa, com a transformação de sua produção em mercadorias, sua riqueza materializa-se nas mãos de

---

<sup>40</sup> Essa lógica foi apresentada no capítulo primeiro deste trabalho, item 1.2 quando procurou-se abordar os elementos definidores do capitalismo na perspectiva da crítica da economia política de Marx.

outros sujeitos. Inclusive, os assentados demonstram ter consciência desse processo como é perceptível através de suas expressões, manifestada por um dos entrevistados ao referir-se aos problemas de ser pequeno produtor *“o senhor vai ter que se meter a vender para um atravessador [...] não tira o trabalho que o senhor teve”*. Trata-se de uma sujeição que se estabelece através da renda da terra, em que o capital não se apropria da força de trabalho do trabalhador, mas, do produto do seu trabalho, incorporado na mercadoria vendida aos intermediários<sup>41</sup>.

Mas, não se deve negar que esse território configura-se como um território de luta e resistência as impositivas do capital, seja no sentido material, seja no sentido simbólico. Pois, diferente de uma concepção em que a terra é vista apenas como terra de exploração e especulação, enquanto propriedade absoluta e intocável, como foi possível compreender na análise do discurso dos representantes das frações de classe que compõem o bloco de poder em São Gabriel, entre esses camponeses a terra, é terra de trabalho, espaço de liberdade e realização da vida. Bem como, é na relação que estabelecem com a mesma que reinventam seu modo de vida, que vivenciam os dilemas da posição de classe subalterna, que elaboram suas respostas e delineiam seus projetos de futuro.

#### 4.2.4 Os projetos de futuro que se delineiam na construção do território camponês

Ao mesmo tempo em que existem elementos de unidade na luta para construir o território camponês, os quais foram percebidos através da reinvenção do modo de vida e da posição de classe partilhada pelas famílias assentadas, emergem novas distinções, as quais se evidenciam, sobretudo, através dos diferentes projetos de futuro que os sujeitos delineiam no processo de construção do território. Nesse ponto, as proposições de Bourdieu (2009a) contribuem novamente para o entendimento dessa questão.

Para Bourdieu (2009a),

A posição de um indivíduo ou grupo na estrutura social, não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média”, ou “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social. (BOURDIEU, 2009a p.7)

---

<sup>41</sup> Nesse ponto tomou-se como referência a interpretação de Marx feita por Martins (1995). In: MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.



Dessa forma, o trajeto social dos sujeitos torna factível a existência de diferentes projetos dentro de uma mesma posição de classe. Porém, o que em Bourdieu (2009a) é concebido por trajeto social, aqui é concebido enquanto trajetória geográfica, a qual abrange a posição dos sujeitos no sistema de relações sociais de produção e ao mesmo as particularidades do espaço geográfico em que estiveram e estão inseridos.

Nesses termos, converge-se com a hipótese de Piccin (2011) que ao estudar as estratégias produtivas entre agricultores-assentados da região norte do Rio Grande do Sul afirma:

[...] as diferentes origens e posições sociais ocupadas anteriormente a entrada na luta pela terra tenderiam a configurar distintos objetivos para com a posse do lote, assim como diferentes projetos de futuro elaborados entre os agricultores assentados. (PICCIN, 2011 p.33-34)

Também, as experiências vividas no próprio assentamento, são importantes para compreender a existência de tais projetos.

Nessa conjunção entre a trajetória social ou geográfica dos sujeitos e o delineamento dos projetos de futuro, se recoloca a questão dos diferentes *habitus* formados entre os mesmos, os quais se definem nas relações que estabelecem entre si e com a natureza, nos diferentes espaços-tempo de suas trajetórias. Dessa, a partir do contato com as famílias assentadas propiciado pelo trabalho de campo, bem como na análise de suas declarações, tornou-se factível identificar três projetos de futuro diferentes, os quais se denominaram: *o projeto de autonomia, o desejo de construir o novo e o projeto de abandono do território.*

O projeto de autonomia se define em oposição à situação anterior ao ingresso na luta pela terra, sobretudo entre ex-trabalhadores (as) urbanos e rurais que viviam da venda de sua força de trabalho. Nesse projeto, os sujeitos utilizam-se dos saberes pretéritos para vislumbrar na conquista da terra a realização de sua autonomia. Como é perceptível através de suas falas. É como diz um ex-trabalhador rural:

[...] meu pai sempre foi agregado de fazenda, sempre morou no interior e eu acho que tenho isso no sangue, de gostar de lidar com as coisas caseiras. Nós morávamos para fora, mas éramos empregados, não tínhamos terra própria. A gente sempre gostou de ter as coisas da gente, os bichinhos da gente. Então, condições de comprar um pedaço de terra a gente nunca teve. Meu pai morreu com 62 anos, trabalhou desde os 12 anos e nunca conseguiu nem um palmo de terra. Então, digo: a única forma da gente ganhar um pedaço de terra foi dessa forma, entrando para o movimento. (ENTREVISTADO 10 – Homem, Família do Assentamento São José do Zambeze)

A concepção de “*ter isso no sangue de gostar de lidar com as coisas caseiras*” traz a tona o *habitus* incorporado antes do ingresso na luta pela terra.

Por sua vez, entre alguns ex-trabalhadores urbanos o *habitus* é (re)significado na trajetória da luta pela e na terra, a partir da qual se adaptam ao modo vida rural, que se distingue do urbano. Em comum nessas diferentes trajetórias se situa o papel da luta pela terra enquanto potencializadora do desejo de autonomia, que nas situações anteriores já não viam possibilidade de realização. Dessa maneira, delineiam seu futuro no território em construção, como a declaração de uma ex-trabalhadora urbana permite perceber.

Eu não quero muita coisa para o futuro, como tem gente que quer, uma casa chique, carro chique [refere-se a pessoas que vivem no espaço urbano - pesquisador]. Eu quero uma vida assim, estável, que eu possa, a hora que eu tiver alguma coisa que eu tenha que ir, me locomover para algum lugar, que tenha como ir me locomover para algum lugar, que eu tenha como ir, sem ter que chegar ao ponto de tu ir morrendo, ou passando mal. Quero ter a minha casinha, a minha lavoura, a minha horta, tudo do jeito que a gente planeja, por que tu faz planos né! Ah! Tu quer assim, quer de tal jeito, eu quero ver meus planos concretizados. Ah! Lá eu quer tal coisa, e olhar e ver que aquilo está ali e foi tu que fez. Nada melhor do que ter sido tu que faz. Óh lá a minha horta, fui eu que fiz! Ah minha filha, eu estou faceira que ela vai poder estudar aqui, porque as crianças aqui da redondeza, tudo quando terminam a oitava série vão embora para a cidade, porque não tem uma escola de nível médio aqui. Nós vamos ter aqui dentro uma escola de nível médio. Já esta encaminhada, já saiu na portaria do MEC e tudo. A princípio, no ano que vem [2012], no primeiro trimestre é para eles começarem as obras. É uma aqui para nós e outra lá na Itaguaçu [refere-se ao assentamento itaguaçu], então isso aí para nós é uma conquista enorme. Assim como os meus sonhos são esses, a maioria dos sonhos do nosso povo aqui são esses. Ver o assentamento dar certo, porque a gente se conhece, conhece os assentamentos. Tu sabe como um assentamento de um ano ou dois é, que é o nosso caso e como um assentamento de doze ou treze anos é, que nem é o assentamento da minha sogra, tu vê que as coisas acontecem e é só isso que a gente quer, que as coisas aconteçam. (ENTREVISTADA 23 – Mulher, Família do Assentamento Madre Terra)

A visão de autonomia reside no fato de tornar-se possível construir “*uma vida estável*”, bem como na projeção de ver seus “*planos concretizados*”, ou o desejo de “*ter as coisas da gente*” como citou-se em relatos anteriores.

Também, na construção desse projeto as trajetórias exercem influências no delineamento de como realizá-lo, impactando nas estratégias de reprodução familiar, como o exemplo do desejo de trabalhar com a produção da pecuária leiteira, entre as famílias oriundas da região norte do estado evidencia.

O plano que a gente tem, eu e minha companheira, é de lidar com o gado leiteiro. Que é uma coisa que a gente já tem experiência de família, meus pais lidam com isso, meu sogro também [ambos são assentados em Julio de Castilhos - pesquisador]. Então é uma coisa que a gente já tem um determinado conhecimento maior. E então produzir para o auto-sustento outras coisas, plantar um feijão, milho,

batata, mandioca, então produzir tudo, hortaliças, fruticultura. Para o auto-sustento, para gente comer, para gasto da família com os animais. E para renda mensal, para obter um dinheiro, para fazer um rancho, aquelas coisas, com o gado de leite né! (ENTREVISTADO 13 – Homem, Família do Assentamento Cristo Rei)

Outro projeto de futuro reside no desejo de construir o novo através da relação com a terra conquistada. Este é o projeto em que na trajetória da luta pela e na terra, os sujeitos incorporam com maior veemência o modelo de desenvolvimento territorial proposto pelo MST, baseado na produção de alimentos para o mercado interno a partir de práticas mais sustentáveis. Como afirma um dos assentados ao refletir sobre seu futuro.

Eu cultivo a ilusão de um dia isso vai ter um grande valor. Eu me sinto um pesquisador também, e também estou tentando construir um paradigma, que não é só um paradigma de produção, mas de vida também. Construir um paradigma mais sustentável. (ENTREVISTADO 6 – Homem, Família do Assentamento Itaguaçu)

Essas inovações são reveladas nas práticas desse assentado, a figura 26 demonstra o projeto de sistema agroflorestal que está desenvolvendo em seu lote, no qual consorciou o plantio de árvores frutíferas com plantas tuberosas como mandioca e batata. Em sua trajetória traz a bagagem o fato de ser filho de assentado, de ter estudado em escola técnica e trabalho durante cinco anos como membro da equipe técnica do MST, prestadora de assessoria aos assentamentos de reforma agrária. Em seu relato ele diz: “*eu nasci praticamente dentro disso*”, referindo-se ao MST, então “*o jeito que eu sei viver é assim*”, demonstrado o *habitus* incorporado em sua trajetória de luta.

Por fim, há famílias que em virtude dos dilemas vivenciados no presente, afirmam não terem planos de permanecer até o final de suas vidas no assentamento, como o relato abaixo explicita.

A gente não tem plano de viver a vida inteira aqui, porque é muito difícil o acesso, então seria o caso da gente fazer uma safra mais ou menos e ir para outro lugar, mais perto da civilização como se diz! É porque nós já temos uma certa idade, daí então fazer uma safra mais ou menos, que dê para se equilibrar, porque sair de mãos abanando também não dá. Nós já botamos muito dinheiro nisso daqui. Seria o caso de comprar um terreninho, uma chácara, alguma coisa assim, mais próximo da cidade. (ENTREVISTADO (A) 18 – Homem e Mulher, Família do Assentamento Madre Terra)

Neste caso, o projeto de futuro se define em oposição à situação do presente em que os dilemas vivenciados na luta para viver e se reproduzir na terra conquistada, parecem se sobrepor as possibilidades de autonomia e realização reveladas pelos projetos anteriores.



**Figura 26** - Projeto de sistema agroflorestral em um lote do Assentamento Itaguaçu  
**Fonte:** Trabalho de Campo (2011)  
**Org.:** SANTOS, A.L.M. 2011.

Ainda, ao perceber a existência desses diferentes projetos de futuro a partir das trajetórias dos sujeitos, cabe assinalar que

[...] os *habitus* sociais não são estruturas fixas – mesmo sendo ponto de partida para a construção das realidades individuais e/ou grupais, onde se encontram os vínculos entre concepção de mundo e ação sobre o mundo – mas que se modificam a partir das relações estabelecidas com a *natureza* e com os *indivíduos* em cada ambiência. (PICCIN, 2011 p.257)

Portanto, os projetos que foram factíveis de apreender no presente momento, poderão ser outros diante de novas conjunturas espaço-temporais nas quais os sujeitos venham a se inserir.

Mas, é em meio à unidade de elementos presentes em seu modo de vida e em sua posição de classe, tanto quanto na diversidade de suas trajetórias e projetos de futuro que, passo a passo, entre conquistas e transformações, entre dilemas e perspectivas, se constrói um novo território camponês. O território dos camponeses-assentados, inserido em uma sociedade e um espaço regional, do qual São Gabriel faz parte, em que há o domínio de uma concepção latifundista da propriedade da terra, em que a propriedade privada é vista como absoluta e inalienável, em que terra, é terra de negócio, submetida à especulação e exploração, seja no tradicional latifúndio pecuarista, ou no desenvolvimento do agronegócio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a permanência e a recriação do campesinato, em uma época histórica de hegemonia do modo capitalista de produzir e reproduzir a vida em sociedade impõe inúmeros desafios as diferentes perspectivas teóricas. Trata-se de ter em mente que se por um lado, o capitalismo traz consigo a universalidade de seus efeitos, por outro, guarda as particularidades de cada espaço-tempo em que emerge, haja vista que a produção da escala e a produção da diferença geográfica compõe a natureza de seu desenvolvimento desigual (HARVEY, 2004).

Essa premissa foi fundamental para compreender a situação da região da Campanha Gaúcha e de maneira particular o caso de São Gabriel frente à problemática da expansão dos domínios do capitalismo no espaço e no tempo. Processo em que se estruturou um capitalismo rentista, responsável por aprofundar o quadro ontológico de desigualdades sociais, de sistemas hierárquicos de poder e conflitos vigentes nas fronteiras do Brasil Meridional.

Nesse contexto, a apropriação da terra por uma parcela minoritária da sociedade tornou-se o elemento central das relações de dominação e subordinação nas quais escravos, homens pobres livres e camponeses fronteiriços foram paulatinamente submetidos. A partir dessa apropriação se constituiu uma fração de classe de grandes proprietários fundiários, inicialmente estancieiros-militares, posteriormente estancieiros-pecuaristas, cuja presença não trouxe apenas o problema econômico do rentismo e o problema social da exclusão. Trouxe, ao mesmo tempo, a elaboração de visões de mundo que se expressam nas dimensões político-ideológicas e simbólico-culturais vigentes na sociedade e no espaço regional.

Ao se inserir nesse quadro ontológico, o município de São Gabriel tornou-se um dos símbolos de representatividade do universo fronteiriço da Campanha Gaúcha, pois na “*Terra dos Marechais*” como é conhecido, identifica-se, na historicidade e no movimento da totalidade espacial, a constituição de um *bloco no poder* formado por grandes proprietários fundiários e empresários rurais, que na aliança instável instituída entre o latifúndio pecuarista e o agronegócio, a partir da crise da pecuária na região da Campanha, passaram a perseguir de maneira conjunta a renda fundiária e o lucro capitalista. Mais do que isso, a partir do seu domínio sobre a terra, emanou o poder simbólico, político e ideológico dos estancieiros, difundido na cultura regional e legitimado pelo empresariado rural que compõe o bloco no poder. Relações de poder através das quais estancieiros e empresários rurais exercem sua hegemonia na sociedade civil e sua dominação na sociedade política. Relações de poder que transformam a terra em território do latifúndio e do agronegócio.

Não obstante, tanto no latifúndio da pecuária, quanto no agronegócio da grande lavoura, inicialmente de trigo e arroz, posteriormente com a introdução da soja e mais recentemente com o novo ciclo de territorialização do capital empreendido pela apropriação de terras por empresas que atuam no complexo produtivo papel-celulose. A terra converteu-se em terra de negócio, através da especulação e exploração a que é constantemente submetida. Nesse processo, o instituto da propriedade privada tornou-se para os representantes das frações de classe que compõem o bloco no poder, algo absoluto e inalienável.

Essas questões revelam como se manifesta na particularidade regional e mais especificamente no espaço rural de São Gabriel, um problema nacional e mundial, oriundo das contradições estruturais do capitalismo, o qual diz respeito à questão agrária. Mas, essa questão não escapa ao movimento da sociedade espacializada, que constitui seu pólo dinâmico. Assim, na medida em que os movimentos sociais como o MST passaram a contestar a hegemonia do bloco no poder em São Gabriel, desenvolveu-se uma conflitualidade reveladora da disputa de territórios existente as classes e grupos sociais no âmago da questão agrária.

Nessa conflitualidade, através da noção de *campo* em Bourdieu (2005) foi possível identificar o espaço relacional em que as classes sociais concorrem para impor suas visões de mundo e seus projetos de desenvolvimento. Essa conflitualidade também se revela na materialidade do espaço geográfico, por intermédio das ações que os agentes formadores do *campo dos conflitos* agrários empreendem para realizar seus programas. Nessas ações, o MST, aliado a outros movimentos sociais, protagonizou uma luta contra-hegemônica ao bloco no poder e através dos espaços-tempo de luta e resistência do movimento social, foi capaz de produzir uma crise de hegemonia momentânea nos domínios do latifúndio e do agronegócio, a qual levou a conquistas, materializadas na formação dos sete assentamentos rurais em São Gabriel no período de 2008 a 2010.

Dessa maneira, através da luta pela e da luta na terra conduzida pelo MST e pelos camponeses sem terra que aglutina, passou-se a refletir sobre o movimento social desde uma perspectiva geográfica, tomando esse movimento enquanto agente produtor e transformador do espaço geográfico, daí o emprego de noções como espacialização, territorialização, territorialidade e reterritorialização. Reflexão que é produto de uma superação dos próprios limites da teoria geográfica frente às lógicas espaciais e territoriais dos movimentos sociais, as quais lhe impõem a necessidade de ampliar os horizontes acerca dos elementos que compõem a geograficidade, ou seja, ampliar a concepção do que vem a ser o seu objeto de análise.

A leitura dessas dinâmicas tornou possível compreender como a chegada do MST a São Gabriel vem promovendo transformações na produção de seu espaço rural e, em certa medida, em seu espaço urbano. Tais transformações são produto da apropriação material e simbólica do espaço produzido pelas famílias assentadas. Assim, com os processos sociais que imprimem para a reprodução de suas vidas, tais como, a nova relação que estabelecem com a terra, as relações de trabalho, a cultura política de organização e participação, bem como as diferentes estratégias traçadas para o desenvolvimento dos assentamentos, alteram a estrutura, as formas e funções que compõem o espaço geográfico.

Nesse sentido, no novo espaço conformado pelos assentamentos rurais, a terra de especulação e exploração controlada por poucos e promotora da exclusão social, dá lugar a terra de trabalho e reprodução da vida, onde novas famílias conquistaram um novo espaço para se ressocializar. A divisão das grandes propriedades origina a forma espacial dos pequenos lotes presentes nos assentamentos, onde entra em cena o trabalho familiar, a cultura de organização em comunidades e grupos de produção, bem como a participação menos individualizada para traçar as diferentes estratégias que viabilizem a reprodução de suas vidas na terra conquistada. As expressões dessas transformações se manifestam na configuração da paisagem no espaço conquistado, a qual se torna mais heterogênea e diversa na medida em que incorpora a pluralidade de elementos inerentes a reprodução da vida nos assentamentos.

Nesse processo, forma-se a territorialidade ativa dos camponeses organizados no MST, a qual contribui para a transformação das relações de poder e da cultura política local. Processo que se manifesta na maior participação popular e na contestação das relações que asseguram o exercício da hegemonia pelas frações de classe que compõem o bloco no poder em São Gabriel, como a formação de novos movimentos sociais no espaço rural e urbano evidenciam.

Ao mesmo tempo, na dinâmica da luta do movimento social os próprios sujeitos se transformam, pois recriam suas relações, seus valores, reinventam seu modo de vida para conseguir permanecer na terra conquistada. Trata-se de um processo de reterritorialização, em que os sujeitos, na dinâmica da produção do novo espaço, constroem seu território em oposição à territorialização do latifúndio e do agronegócio. Suas novas relações são constituídas através de uma multiplicidade de elementos tais como a terra, estruturada em torno da noção de terra de trabalho e da concepção de espaço de liberdade; o trabalho que se configura como meio de satisfação das necessidades familiares e construção de sua dignidade; a comunidade enquanto espaço de sociabilidade e socialização desses sujeitos; a lógica familiar enquanto elemento nuclear que norteia suas ações e concepções. Assim, reelaboram

seus projetos de vida, tanto no sentido objetivo, quanto subjetivo, onde o material e o simbólico encontram-se imbricados e nessa imbricação aos poucos vão construindo um novo território, o território dos camponeses-assentados.

Mas, essa construção é marcada por dilemas, como o dilema da posição de classe *sui generis* que compartilham frente ao sistema de relações de poder instituído no espaço e na sociedade de São Gabriel, em que sua subordinação política, se entrelaça com sua subordinação econômica e cultural. Diante desses dilemas, as famílias assentadas sofrem a violência simbólica do preconceito e da estigmatização, bem como são privadas de diversas possibilidades materiais de reprodução da vida, pela ausência, ou morosidade na implementação de políticas públicas que os auxiliem a desenvolver os assentamentos rurais.

Os dilemas vivenciados por esses camponeses fazem com que se reafirme a crítica do que, nas últimas décadas, se convencionou chamar de reforma agrária no Brasil. A qual se aproxima mais de uma política de assentamentos rurais, existente, sobretudo, em virtude das pressões dos movimentos sociais, do que uma reforma agrária de fato. A qual pressuporia uma ação estatal no sentido de modificar relações de poder no espaço rural, a partir da mudança dos direitos de posse e uso da terra no país, bem como na estruturação de um modelo de desenvolvimento territorial, em favor daqueles que na terra trabalham e em detrimento dos que acumulam riquezas a partir do controle da terra e do trabalho no espaço rural.

O que se vê no Brasil não é isso. Mesmo mediante a ascensão de forças de centro-esquerda aos espaços de poder de Estado, como o governo federal, a reforma agrária enquanto política distributiva e transformadora não foi efetivada. Agrava essa situação a manutenção de pressupostos mercadológicos instituídos no bojo dos ajustes estruturais do neoliberalismo, como o ingresso do Estado no mercado de terras, o que se reverbera na não atualização dos índices de produtividade e na desconstituição do instrumento de desapropriações de terras por descumprimento da função social, enquanto instrumento de punição ao desmando do latifúndio e do agronegócio. Ao contrário disso, o relançamento do agronegócio enquanto fio condutor de uma política econômica de superavit primário aprofunda a subalternidade da agricultura camponesa, e da reforma agrária, enquanto possibilidade de estruturação de uma nova matriz econômica para o país.

Entretanto, para além dos dilemas da posição de classe subalterna, a qual é produto da inter-relação dos camponeses-assentados com as demais classes sociais e o Estado, emergem nessa inter-relação suas respostas, as quais explicitam os momentos e dimensões de sua formação de classe social. Esses momentos e dimensões se manifestam nas diferentes formas de ação política que vão da passividade camponesa à ação de classe independente, que



recupera o sentido de sua territorialidade ativa. Ao mesmo tempo, elaboram no plano simbólico seus desejos de mudança e respondem a sua subalternidade econômica, através da elaboração de uma racionalidade distinta da hegemônica, na qual há um plano não-monetário e um plano monetário. Os camponeses-assentados produzem para o auto-consumo e se inserem no mercado sob a condição de produtores simples de mercadorias, ativando novos circuitos econômico-espaciais. Além de utilizarem-se do trabalho fora da terra conquistada como uma estratégia para reproduzir sua condição camponesa. O que denota a importância de levar em consideração a multiplicidade de elementos vigentes em suas diferenciações socioeconômicas e espaciais para compreender as diferentes territorialidades que produzem em cada espaço-tempo que se inserem.

Das diferentes trajetórias desses sujeitos que se reterritorializam no espaço rural de São Gabriel, emerge a diversidade de um grupo social que no momento da luta pela terra parecia homogeneizado pela identidade de sem terra. Nesse processo, os saberes incorporados em suas trajetórias lhes acompanham e se (re)significam, o que permite inferir a existência de diferentes *habitus* entre os camponeses-assentados, a partir dos quais emanam diferentes projetos de futuro, que vão da busca pela autonomia e a construção do novo, ao desejo de abandono do território em construção. Na compreensão deste último caso, torna-se significativo perceber que no delineamento do projeto de abandono, os sujeitos são eclipsados mais pelas situações limites em que se encontram no presente, do que pela (re)significação de seus saberes ao longo de suas trajetórias de luta pela terra, questão que torna difícil a projeção de um futuro melhor a partir da terra conquistada.

Mas, é nessa unidade e diversidade que está em construção, na “*Terra dos Marechais*” um território distinto e singular. Distinto tanto do território dos camponeses fronteiriços, quanto dos territórios do latifúndio e do agronegócio presentes em São Gabriel e na região da Campanha Gaúcha. Singular, pois ainda que vivenciem contradições internas, a luta pela sua construção tem sido pautada pela perspectiva de luta e resistência às impositivas do capital e das classes sociais que compõem o bloco no poder.

Com a compreensão desse processo reafirma-se a importância da ciência geográfica em manter um olhar crítico sobre as estruturas socialmente construídas, e encontrar dentro de seu movimento de renovação, bem como no diálogo com outras ciências e saberes populares, elementos para responder aos processos em curso na historicidade e no movimento da totalidade na qual o espaço geográfico está inserido. Perspectiva que não pode limitar-se a olhar as questões que problematiza de maneira desinteressada e contemplativa, mas na qual o pesquisador, em sua autonomia relativa, precisa ser capaz de contribuir para que se

vislumbrem mudanças no modo de produzir e reproduzir a vida em sociedade, o qual, na riqueza e na diversidade da humanidade, não está limitado ao modo capitalista de produção.

Assim, partilha-se a hipótese de que a busca pela compreensão do processo de construção do território dos camponeses-assentados na “*Terra dos Marechais*”, poderá contribuir para que os próprios sujeitos do processo reflitam sobre sua situação. Tanto quanto para que os sujeitos e aparelhos de Estado que gestam as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento desse território, reelaborem suas estratégias no sentido de viabilizar a permanência das famílias assentadas em São Gabriel e a superação da posição de subalternidade que se encontram na trama das relações de poder, relações que explicitam a disputa de territórios, enquanto face atual da questão agrária brasileira. É dentro desta perspectiva que compreendemos a dimensão social do conhecimento científico, o qual pode ou não, ser incorporado pela sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

ALANTEJANO, P. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, G. J; RUA, J.; RIBEIRO, M. A (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 97-117.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1980.

\_\_\_\_\_. (org.). **Elisse Reclus: geografia**. São Paulo: Ática, 1985.

AMIN, S; VERGOPOULOS, C. (org.). **A questão agrária e o capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

ARRUDA, H. M. R. F. **Cartografia de síntese para análise integrada da paisagem do município de São Gabriel/RS: uma proposta de zoneamento ambiental**. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: MICELI, S.(Coord.). **Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.183-202.

\_\_\_\_\_. Condição de classe e posição de classe. In: MICELI, S.(Coord.). **Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009a. p.3-26.

BRAY, S. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. In: MARAFON, G. J; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p.11-16.

\_\_\_\_\_. et al. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da geografia agrária no Brasil. In: **Campo & Território: revista de geografia agrária**, v.3, n.5, p.5-13, fev. 2008.

BRUNO, R. A. L. **O ovo da serpente**. Monopólio da terra e violência na Nova República. 2002. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o estado: por uma teoria materialista da filosofia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTH, F. et al. A reconstrução dos territórios a partir dos assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **Campo & Território: revista de geografia agrária**. v.1, n.2, p.152 – 172, 2006.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-164.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, C. N.; KONDER, L. Nota sobre Antônio Gramsci. In: **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.p.1-7.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o Governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006.

DE DAVID. C. et. al. Trabalho de campo: limites e contribuições para uma pesquisa geográfica. **Geouerj: Revista do Departamento de Geografia**. v. 1, n. 11, p.19-24, 2002.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. v. 1. p.10-36.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.

DEMATTEIS, G; GOVERNA, F. et. al. Território y territorialidad en el desarrollo local. La contribución del modelo SLOT. **Boletim da A.G.E.** n. 39, p. 31-58, 2005.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

\_\_\_\_\_. Modernização da agricultura e isotropia espacial: uma reflexão metodológica. In: **I ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Salgado: 1978.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARINATTI, L. A. Escravos do Pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil. **Ciência e Ambiente**, n. 33, p. 136-154, 2006.

\_\_\_\_\_. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FAUCHER, D. Introducción: principios generales de Geografía Agraria. In: FAUCHER, D. **Geografía Agrária**: tipos de cultivos. Barcelona: Ediciones Omega S. A, 1953. p. 11-28.

FERNANDES, B. M. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. et al. O movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. n.15, p.61-85, 2000.

\_\_\_\_\_. et al. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geografia dos movimentos sociais. **Observatório Social da América Latina**. n. 16, p. 273-283, 2005.

\_\_\_\_\_. et al. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento. In: **Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Artigo do Mês. Presidente Prudente: Unesp, 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>>. Acesso em: Setembro, 2011.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.45-70.

FERREIRA, D. A. de O. et al. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**. n.16, p.39-70, 2001.

FIGUEIREDO, O, S. **São Gabriel desde o princípio**. Santa Maria: Pallotti, 1984.

FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul:** A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

FOUCAULT, M. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições do Graal, 2008.

\_\_\_\_\_. Genealogia e Poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições do Graal, 2008.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 1992.

GARCIA, G. B. **O domínio da terra:** conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Senhores de terras e intrusos: os despejos judiciais na Campanha Rio-grandense oitocentista (Alegrete, 1830-1880). In: MOTTA, M. ; ZARTH, P. (Org.) . **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. v.I, p.127-152.

GEORGE, P. **Geografia agrícola do mundo.** São Paulo: Difel, 1978.

\_\_\_\_\_. **Os métodos da geografia.** São Paulo: Difel, 1972.

GIRARDI, E. P. A questão agrária. In: GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Presidente Prudente: Unesp, 2008. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura\\_fundiaria.htm](http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm)>. Acesso em: abril, 2011.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade no dampo brasileiro. In: FERNANDES, B. M. ; MEDEIROS, L. S. ; PAULINO, M. I. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. v. II, p.339-366.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 2004.

GÖRGEN, S. A. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GORENDER, J. Introdução. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Victor Civita, 1982. p.6-23.

GOTTRIEDE, P. Leo Waibel: bibliografia. In: WEIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

GRAMSCI, A. O moderno príncipe. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.3-179.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987a.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

GUZMANN, S, E.; MOLINA, M, G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Brasília: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HANT, E. K. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1990.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: CIVITA, V. (ed.). **Os pensadores:** Benjamin, Horkheimer, Habermas e Adorno. Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultura, 1980. p.117-154.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LACOSTE, I. **A geografia isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Papyrus, 1989.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política:** el derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LIMA, H, S. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: Whitaker, D. C. A. (org.) **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p.143-157.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social:** elementos para análise marxista. São Paulo: Cortez, 1989.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudos de dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 2008.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Movimento, 1978.

MARQUES, M. I. M. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M.. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

\_\_\_\_\_. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio a reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.



MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** São Paulo: Editora Contexto, 2010. 9ª ed.

MARX, K. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Victor Civita, 1982.

\_\_\_\_\_. As lutas de classe na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas.** Moscou: Progresso, 1982a.

\_\_\_\_\_. O dezoito de Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas.** Moscou: Progresso, 1982b.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livros I e II.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI Inédito de O Capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. Teses sobre Feuerbach. In: GENRO FILHO, A. (org.). **Filosofia e práxis revolucionária.** São Paulo: Brasil Debates, 1988.

\_\_\_\_\_. As classes. In: MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Livro III.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Escala, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach. Oposições das concepções materialista e idealista (Capítulo Primeiro de A ideologia alemã). In: MARX, K. ; ENGELS, F; **Obras escolhidas.** Moscou: Progresso, 1982.

MEDEIROS, L, S. **Algumas considerações sobre o conceito de classe social.** (Exame de qualificação de Doutorado). São Paulo: Unicamp, 1992.

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, culturas e inovações. In: ARROYO, M.; LEMOS, A. I. G. ; SILVEIRA, M. L. (org.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006. p. 281-293.

MÉZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Biotempo, 2009.

MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: MICELI, S.(Coord.). **Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. VII-LXI.

MONBEI, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MONTEIRO, C. A. U. de. A geografia no Brasil ao longo do século XX: um panorama. In: **Borrador**. n.4, p.1-39, São Paulo: 2002.

MORAIS, C. S de. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas - 1954 - 1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, R. et al. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. **Terra Livre**. n.1, p. 6-20, 1986.

\_\_\_\_\_. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2010a.

\_\_\_\_\_. **O pensamento geográfico brasileiro**: a matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2010b.

MÜLLER, N. L. A região de São Gabriel. XVII ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS. n. 4., 1962, São Paulo, **Anais**. São Paulo: Associação Nacional de Geógrafos Brasileiro, 1962. p.9-77

NEIBURB, F. A sociologia das relações de poder de *Norbert Elias*. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.7-11.

OLIVEIRA, A. U. de. et al. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. In: **Terra Livre**. n.1, p.26-39, 1986.

\_\_\_\_\_. **Geografia das lutas do campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994. p.45-67.

\_\_\_\_\_. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OSÓRIO, H. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

\_\_\_\_\_. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande do Sul no período colonial. In: MOTTA, M. ; ZARTH, P. (Org.) . **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. v.I. p. 43-62.

PAIVA, R. M; SCHATAN, S.; FREITAS, C. F. T de. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades**. São Paulo: Edusp, 1976.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PAULINO, E. ; ALMEIDA. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PICCIN, M. B. **Habitus e agricultores-assentados: um estudo a partir do assentamento “menina dos olhos dos sem-terra”**. Seropédica: Edur-Ufrj, 2011.

PORTO GONÇALVEZ, A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (org.). **Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clasco, 2003. p.261-277.

\_\_\_\_\_. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de;

MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.207-253.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1980.

PORTELLI, A. et al. O que a história oral faz de diferente. **Projeto História**. n.14, p.25-38, 1997.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática: 1993.

RECLUS, E. A natureza da geografia. In: ANDRADE, M. C. de. (org.). **Elisse Reclus: geografia**. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, A. L. M. **A reconstrução dos territórios a partir da luta pela terra: o processo de formação do Assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS**. (Trabalho de Graduação). Santa Maria: UFSM, 2010.

SANTOS, M. et. at. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n.5, p.9-20, 1988.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2007.p.187-204.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SAUER, S. et al. Reforma agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.18 ,v.1, p.98-126, 2010.

SHANIN, T. Introducción. In. SHANIN, T. (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p.7-16.

\_\_\_\_\_. El campesinado como factor político. In. SHANIN, T. (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979a. p.214-236.

\_\_\_\_\_. Una familia campesina rusa a principios del siglo. In. SHANIN, T. (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979b. p.25-30.

\_\_\_\_\_. et. al. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O novo e o velho em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**. v. 2, n. 26, p.43-80, 1980.

\_\_\_\_\_. Campesinato: questões teórico-políticas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, T. S; MESQUITA, O. V. Uma abordagem à questão agrária no Brasil. In: **I ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Salgado: 1978.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA. R. L. (org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.77-116.

\_\_\_\_\_. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In.: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.57-71.

STEDILE, J. P. História da questão agrária no Brasil. In. STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas - 1954 - 1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SUERTEGARAY, D. M. et. al. Pesquisa de campo em geografia. **Geographia**. v.4, n.7, p. 64-68, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. et. al. Notas sobre epistemologia da geografia. **Cadernos geográficos**. v.23, n.12, p.6-63, Florianópolis, 2005.

SUZUKI, J. Geografia agrária: gênese e diversidade. In. MARAFON, G. J; RUA, J.; RIBEIRO, M. A (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p.17-39.

TEDESCO, J. C. **Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF, 1999.

VALVERDE, O. et al. A geografia agrária como ramo da geografia econômica. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 23, n. 2, p.430-432, 1961.

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

WAIBEL, L. A lei de Von Thünen e sua significação para a Geografia Agrária. In. WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

\_\_\_\_\_. O sistema da Geografia Agrária. In. WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WHITAKER, D. C. A. A origem do nosso método. In: Whitaker, D. C. A. (org.). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p.33-97.

WHITAKER, D. C. A; FIAMENGUE, E. L. Ciência e ideologia: as armadilhas do preconceito. In: Whitaker, D. C. A. (org.). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p.19-32.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U. ; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.133-144.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS:**

Brasil. Decreto n. 433 de 24 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a compra de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 janeiro. 1992. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111704/decreto-433-92>>. Acesso em: maio de 2011.

Brasil. Decreto n. 182 de 19 maio de 2003. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Estância do Céu situado no município de São Gabriel, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 maio. 2003. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2003/Dnn9881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9881.htm)>. Acesso em: maio de 2011.

Brasil. Lei n. 4132 de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 novembro. 1962. Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br/legislacao/109257/lei-4132-62](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109257/lei-4132-62)>. Acesso em: maio de 2011.

FEE. Renda interna municipal do Rio Grande do Sul de 1939 -1980. v.1, n.2, série: valor agregado. Porto Alegre: 1986. Disponível em: <<http://www.bibvirtual.rs.gov.br:8080>>. Acesso em: outubro de 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: São Gabriel –RS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: outubro de 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010. Série Histórica**. Supervisão de Disseminação de Informações. Agência: Santa Maria- RS. Consulta em: outubro de 2011.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura fundiária do município de São Gabriel**. Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais (SNCR). Superintendência Estadual: Porto Alegre - RS. Consulta em: maio de 2011.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária em São Gabriel- RS**. Superintendência Estadual: Porto Alegre - RS. Consulta em: maio de 2011.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Laudos agrônômicos de vistoria e avaliação de imóveis rurais**. n. 2,4, 6, 10,12,15, 2008. Superintendência Estadual: Porto Alegre – RS. Consulta em: maio de 2011.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em: outubro de 2011.

**Panfleto distribuído em São Gabriel -RS em 19/06/2003.** Disponível em:  
<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/256696.shtml>>. Acesso em: Outubro de 2011.

PROPOSTA DA CONTAG – III CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS. In: STEDILE, J.P.(org.) **A questão agrária no Brasil:** Programas de reforma agrária - 1946 - 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2006.



---

**APÊNDICES**

## Apêndice A - Relatório de Entrevistas

Entrevista 1 – Representante da Superintendência Estadual do INCRA RS – concedida em Maio de 2011.

Entrevista 2 – Secretário de Agricultura do município de São Gabriel – concedida em Junho de 2011.

Entrevista 3 – Membro da Direção Regional do MST – concedida em Julho de 2011.

Entrevista 4 – Membro da Direção Estadual do MST – concedida em Julho de 2011.

Entrevista 5 – Representante do Sindicato Rural de São Gabriel e Dirigente Estadual da FARSUL – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 6 – Homem, Família do Assentamento Itaguaçu – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 7 – Homem e Mulher, Família do Assentamento Itaguaçu – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 8 – Mulher, Família do Assentamento União Pela Terra – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 9 – Homem e Mulher, Família do Assentamento Conquista do Caiboaté – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 10 – Homem e Mulher, Família do Assentamento São José do Zambeze – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 11 – Mulher, Família do Assentamento Novo Rumo – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 12 – Homem, Família do Assentamento Cristo Rei – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 13 – Homem, Família do Assentamento Cristo Rei – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 14 – Homem, Família do Assentamento Cristo Rei – concedida em Agosto de 2011.

Entrevista 15 – Homem, Família do Assentamento Cristo Rei – concedida em Setembro de 2011.

Entrevista 16 – Homem, Família do Assentamento Cristo Rei – concedida em Setembro de 2011.

Entrevista 17 – Mulher, Família do Assentamento Cristo Rei – concedida em Setembro de 2011.

Entrevista 18 – Homem e Mulher, Família do Assentamento Madre Terra – concedida em Setembro de 2011.

Entrevista 19 – Homem, Família do Assentamento Madre Terra – concedida em Setembro de 2011.

Entrevista 20 – Homem, Família do Assentamento Madre Terra – concedida em Setembro de 2011.

Entrevista 21 – Homem, Família do Assentamento Madre Terra – concedida em Setembro de 2011.

Entrevista 22 – Homem, Família do Assentamento Madre Terra – concedida em Setembro de 2011.

Entrevista 23 - Mulher, Família do Assentamento Madre Terra – concedida em Setembro de 2011.

## Apêndice B - Roteiros de Entrevistas

### a) Representantes das Superintendências do INCRA

#### 1. Dados do entrevistado:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Cargo/ função que ocupa: \_\_\_\_\_

#### 2. Trajetória de envolvimento com a Questão Agrária;

#### 3. Organização da Instituição:

- a) Estrutura Organizacional interna;
- b) As atribuições ;
- c) Principais áreas de atuação no Rio Grande do Sul;

#### 4. Visões Institucionais:

- a) Concepção a respeito da propriedade da terra;
- b) Projeto de desenvolvimento para o espaço rural;
- c) O papel do Estado nesse projeto;
- d) O papel do INCRA nesse projeto;
- e) O papel dos produtores rurais nesse projeto;
- f) Nesse projeto qual o papel da reforma agrária;
- g) Que modelo de reforma agrária defende;
- h) Prioridades da instituição para efetivação desse projeto no próximo período;
- i) A implementação desse projeto em São Gabriel- RS;

#### 5. Com relação à questão agrária em São Gabriel:

- a) Visão sobre a estrutura fundiária e o espaço rural de São Gabriel;
- b) O que levou o INCRA a intervir na questão agrária de São Gabriel;
- c) Em que sentido se realiza essa intervenção;
- d) Os principais momentos de conflito com os demais agentes envolvidos na questão;
- e) As posições defendidas pela instituição e os aliados de suas posições;
- f) Visão sobre as ações do MST em Gabriel;
- g) Visão sobre as ações da FARSUL/ Sindicato rural em São Gabriel;
- h) Visão sobre as ações do Governo Municipal;
- i) Visão geral sobre a sociedade de São Gabriel;

#### 6. Processo de Implementação dos Assentamentos Rurais no município em questão

- a) Os projetos de desenvolvimento dos Assentamentos;
- b) O papel que devem cumprir em São Gabriel;
- b) As políticas públicas destinadas;
- c) Articulação das ações do INCRA com outras instâncias Estatais ;
- d) Os entraves vigentes no processo de implementação dos assentamentos;
- e) As perspectivas de desenvolvimento da produção;

#### 7. Outras observações;

**b) Membros da Direção Estadual e Regional do MST****1. Dados do entrevistado:**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Cargo/Função que ocupa: \_\_\_\_\_

**2. Trajetória de envolvimento com a Questão Agrária;****3. Organização do Movimento:**

- a) Estrutura Organizacional interna;
- b) Setores da sociedade procura organizar;
- c) Principais áreas de atuação no Rio Grande do Sul;

**4. Visões do Movimento:**

- a) As principais bandeiras do Movimento;
- b) Concepção a respeito da propriedade da terra;
- c) Projeto de desenvolvimento que defende para o espaço rural;
- d) O papel do Estado nesse projeto;
- e) O papel do MST nesse projeto;
- f) Nesse projeto qual o papel da reforma agrária;
- g) Que modelo de reforma agrária defende;
- h) Prioridades para efetivação desse projeto no próximo período;
- i) A implementação desse projeto em São Gabriel- RS;

**5. Com relação à questão agrária em São Gabriel:**

- a) Visão sobre a estrutura fundiária e o desenvolvimento do espaço rural de São Gabriel;
- b) O que levou o MST a intervir na questão agrária de São Gabriel;
- c) Em que sentido se realiza essa intervenção;
- d) Resgate dos principais momentos de conflito;
- e) Na visão MST quem são os principais agentes envolvidos nesse processo;
- f) As posições defendidas pelo Movimento e os aliados de suas posições;
- g) Visão sobre as ações da FARSUL em Gabriel;
- h) Visão sobre as ações do INCRA em São Gabriel;
- i) Visão sobre as ações do Governo Municipal;
- j) Visão geral sobre a sociedade de São Gabriel;

**6. Processo de implementação dos Assentamentos Rurais no município em questão:**

- a) As lutas de referência na para a conquista dos assentamentos;
- b) Que papel os assentamentos rurais devem cumprir em São Gabriel;
- c) Os projetos de desenvolvimento dos Assentamentos;
- d) O acesso as políticas públicas;
- e) Os entraves vigentes no processo de implementação dos assentamentos;
- f) As perspectivas de desenvolvimento da produção;

**7. Ações desenvolvidas pelo MST após a conquista dos Assentamentos:**

- a) Estratégia de inserção na sociedade;
- b) Principais conflitos que os assentados enfrentam no presente momento;
- c) Lutas para a consolidação dos assentamentos rurais;
- d) Perspectiva de conquistas novas áreas;

**8. Outras observações;**

### c) **Membros da Direção Estadual da FARSUL e Sindicato Rural de São Gabriel**

#### **1. Dados do entrevistado:**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Cargo/ função que ocupa: \_\_\_\_\_

#### **2. Trajetória de envolvimento com a FARSUL/ Sindicato Rural;**

#### **3. Organização da FARSUL/ Sindicato Rural:**

- a) Estrutura Organizacional interna;
- b) Setores da sociedade representam;
- c) Principais áreas de atuação no Rio Grande do Sul/ São Gabriel;

#### **4. Visões da FARSUL/ Sindicato Rural**

- a) As principais bandeiras;
- b) Concepção a respeito da propriedade da terra;
- c) Projeto de desenvolvimento que defende para o espaço rural;
- d) O papel do Estado nesse projeto;
- e) O papel dos produtores rurais nesse projeto;
- f) Nesse projeto concebe a reforma agrária como necessária;
- g) Se sim, que modelo de reforma agrária defende;
- h) As prioridades para efetivação desse projeto no próximo período;
- i) A implementação desse projeto em São Gabriel- RS;

#### **5. Com relação à questão agrária em São Gabriel:**

- a) Visão sobre a estrutura fundiária e o desenvolvimento do espaço rural de São Gabriel;
- b) O que levou a/(o) FARSUL/ Sindicato rural a intervir na questão agrária de São Gabriel;
- c) Em que sentido se realiza essa intervenção;
- d) Resgate dos principais momentos de conflito;
- e) Na visão da FARSUL/Sindicato Rural quais são os principais agentes envolvidos nesse processo;
- f) As posições defendidas e os aliados de suas posições;
- g) Visão sobre a presença do MST em Gabriel;
- h) Visão sobre as ações do INCRA em São Gabriel;
- i) Visão sobre as ações do Governo Municipal;
- j) Visão sobre a sociedade de São Gabriel;

#### **6. Visão sobre o processo de implementação dos Assentamentos Rurais no município em questão:**

- a) Como a FARSUL/ Sindicato rural atuou frente à possibilidade de desapropriações de terras no município;
- b) A existência dos Assentamentos rurais e das famílias assentadas pode contribuir para o desenvolvimento de São Gabriel;
- c) Como tem se relacionado com esses sujeitos;
- e) A posição com relação à possibilidade de novas desapropriações;
- f) Outras possibilidades de desenvolvimento do espaço rural que não envolvam a formação de assentamentos de reforma agrária;

#### **7. Outras observações;**

## **d) Representante do Governo Municipal de São Gabriel**

### **1. Dados do entrevistado:**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Cargo/ função que ocupa: \_\_\_\_\_

### **2. Trajetória de envolvimento com a elaboração de políticas públicas;**

### **3. Organização Institucional:**

- a) Estrutura Organizacional interna;
- b) Setores do governo responsáveis pela agropecuária;
- c) Principais áreas de atuação no Município;

### **4. Visões Governamentais:**

- a) Concepção a respeito do papel da propriedade da terra na sociedade;
- b) A importância da produção agropecuária para São Gabriel
- c) Principais setores organizados;
- d) Projeto de desenvolvimento para o espaço rural;
- e) O papel dos produtores rurais nesse projeto;
- f) Nesse projeto concebe a reforma agrária como necessária;
- g) Se sim, que modelo de reforma agrária defende;
- h) Prioridades do governo para efetivação desse projeto no próximo período;
- i) A implementação desse projeto em São Gabriel- RS;

### **5. Com relação à questão agrária em São Gabriel:**

- a) Visão sobre a estrutura fundiária e o desenvolvimento espaço rural de São Gabriel;
- b) Intervenção da prefeitura nos conflitos agrários;
- c) Em que sentido se realiza essa intervenção;
- d) Os principais momentos de conflito com os demais agentes envolvidos na questão;
- e) As posições defendidas pelo governo e os aliados de suas posições;
- f) Visão sobre as ações do MST em Gabriel;
- g) Visão sobre as ações da FARSUL/ Sindicato rural em São Gabriel;
- h) Visão sobre as ações do INCRA;
- i) Visão geral sobre a sociedade de São Gabriel;

### **6. Processo de Implementação dos Assentamentos Rurais em São Gabriel:**

- a) Como o Governo atuou frente à possibilidade de desapropriações de terras no município;
- b) A existência dos Assentamentos rurais e das famílias assentadas pode contribuir para o desenvolvimento de São Gabriel;
- c) Como tem se relacionado com esses sujeitos;
- d) As políticas públicas destinadas;
- e) A posição com relação à possibilidade de novas desapropriações;
- f) Outras possibilidades de desenvolvimento do espaço rural que não envolvam a formação de assentamentos de rurais;

### **7. Outras observações;**

**e) Famílias Assentadas da Reforma Agrária em São Gabriel****1. Dados do entrevistado:**

- a) Nome do assentado: \_\_\_\_\_
- b) Faixa etária:      jovem  adulto  idoso
- b) Estado Civil :    solteiro  casado  viúvo  divorciado  outro

**2. A vida antes de ingressar no processo de luta pela terra:**

- a) Como era a vida antes de se tornar assentado
- b) Lugar de nascimento (município)
- c) Lugar de procedência (região do Estado)
- d) Local de moradia (campo ou cidade)
- e) O trabalho que desempenhava antes de ser assentado;

**3. A inserção no processo de luta pela terra:**

- a) Motivos que o levaram a ingressar na luta pela terra;
- b) A escolha do MST como instrumento para esta luta;
- c) Como ingressou no movimento;
- d) Tempo que permaneceu acampado e como era a vida no acampamento;
- e) Os momentos marcantes na trajetória de luta até a conquista do assentamento;
- f) As recordações do acampamento;

**4. A Conquista do assentamento:**

- a) Como se deu a divisão dos lotes;
- b) Como o assentamento está organizado;
- c) Qual a função que exerce no assentamento ou no movimento;
- d) A organização da produção;
- e) Quais as perspectivas de desenvolvimento do assentamento;
- f) As dificuldades enfrentadas no assentamento;
- g) O acesso a Políticas Públicas;
- h) Como se sente após ser assentado;
- i) Continua participando das ações do movimento;
- j) Que exemplo esta luta pode deixar para futuras gerações;

**5. A relação com a terra:**

- a) O que representa a luta pela reforma agrária na sua visão;
- b) O que representa poder viver na sua terra;
- c) Qual o papel da propriedade da terra para o assentado;
- d) O que mudou na sua vida após o retorno ao campo (ou após vir morar no campo);
- e) Como vê seu papel enquanto produtor;
- f) O que deve produzir;
- g) Como vem produzindo;
- h) De que forma vem produzindo;
- i) Para quem vem produzindo;

- j) As dificuldades no manejo da terra;

#### **6. O processo de trabalho:**

- a) Como se sente ao trabalhar na terra;
- b) Como está organizado o processo de trabalho no lote;
- c) As dificuldades no processo de trabalho;
- d) Trabalha somente no seu lote ou também trabalha fora;
- e) Trabalha de forma coletiva ou somente com a família;
- f) Contrata força de trabalho externa a comunidade de assentados;
- g) O acesso a assistência técnica;
- h) O acesso a tecnologia no processo de trabalho; (ferramentas de trabalho, utilização de máquinas, forma de controle de pragas)

#### **7. A família:**

- a) Estrutura do grupo familiar:  
n° de membros: \_\_\_\_\_ Idade de cada membro: \_\_\_\_\_ Ocupação dos membros: \_\_\_\_\_
- b) O papel da família no processo de luta pela terra;
- c) O papel da família após a conquista do assentamento;
- d) Possui outros familiares assentados e/ou acampados;
- e) Quem do grupo familiar ajuda na organização do lote;
- f) De que forma ajuda;

#### **8. A infra-estrutura do assentamento:**

- a) Condições de moradia;
- b) Saneamento básico;
- c) Acesso a água potável;
- d) Acesso a energia elétrica;
- e) Utensílios domésticos e conforto do lar;
- e) Acesso ao assentamento;
- f) O acesso a cidade;

#### **8. A relação com a comunidade de assentados:**

- a) A relação com os vizinhos;
- b) A relação com os acampados;
- c) A comunidade procura construir suas ações de forma coletiva;
- d) De que forma ocorrem essas ações;
- e) Existem conflitos na comunidade;
- f) Existem espaços de confraternização;

#### **9. A relação com a exterioridade:**

- a) Qual a visão sobre a sociedade de São Gabriel;
- b) Quais os conflitos vivenciados no cotidiano;
- c) As principais lutas após se tornar assentado;
- d) A relação com o Governo Municipal;
- e) A relação com o INCRA;
- f) A relação com os demais proprietários de terras em São Gabriel
- g) A relação com outros movimentos sociais/ ou organizações da sociedade civil;

#### **10. Os símbolos da luta:**



- a) O que traz força para seguir lutando após se tornar assentado;
- b) O papel da religião no processo de luta;
- c) O papel do MST;

**11. Outras observações;**